UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

AS METAMORFOSES DO MARXISMO NO BRASIL

AILTON TEODORO DE SOUZA PEREIRA

DISSERTAÇÃO APRESENTADA À BANCA EXAMINADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO COMO PARTE DOS REQUISITOS PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM SOCIOLOGIA.

ORIENTADOR: PROF. DR. SEDI HIRANO

São Paulo, 2016.

VERSÃO CORRIGIDA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

AS METAMORFOSES DO MARXISMO NO BRASIL

AILTON TEODORO DE SOUZA PEREIRA

DISSERTAÇÃO APRESENTADA À BANCA EXAMINADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO COMO PARTE DOS REQUISITOS PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM SOCIOLOGIA.

ORIENTADOR: PROF. DR. SEDI HIRANO

São Paulo, 2016.

VERSÃO CORRIGDA

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação

Serviço de Biblioteca e documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P436m

Pereira, Ailton Teodoro de Souza
As metamorfoses do marxismo no Brasil / Ailton Teodoro de Souza Pereira ; orientador Sedi Hirano. - São Paulo, 2016.
229 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

1. . I. Hirano, Sedi, orient. II. Título.

Dedico este trabalho às memórias de Maria Aparecida Pereira e Maria Borges de Souza, nascidas em Cristina, MG, aos 29 de maio de 1929 e 04 dezembro de 1937.

PS: quando os volumes originais já estavam na gráfica, aos 25 de novembro de 2016, o último cavalheiro da Guerra Fria havia perdido sua batalha final. Assim, o trabalho também é dedicado à memória de Fidel Castro Ruz, Comandante em Chefe da Revolução Cubana.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, quero registrar meu agradecimento ao meu orientador, Prof. Dr. Sedi Hirano, da Universidade de São Paulo, que confiou no meu trabalho e me concedeu a mais ampla e irrestrita liberdade para seguir o caminho que entendi ser o mais conveniente na consecução desta pesquisa. Agradeço ao Prof. Dr. Ricardo Musse, também da Universidade de São Paulo, e a Profa. Dra. Angélica Lovatto, da Universidade Estadual Paulista, que participaram da banca de qualificação em julho de 2015 e fizeram sugestões decisivas para o encaminhamento da análise final.

Em seguida, cabe um agradecimento coletivo a dois grupos aos quais estive ligado no último biênio e a quem devo preciosos momentos de reflexão, crítica e debate. Refiro-me ao Nalporu (grupo de estudos de *O Capital*, de Marx) e ao NECAD (Núcleo de Estudos sobre o Capitalismo Dependente). Mui orgulhosamente ajudei a fundar ambos, o primeiro em 2009, ainda nos primeiros passos da minha vida acadêmica, movido pela necessidade – era esse o entendimento que eu fazia da questão – de retomar o pensamento imanente e vivificador de Marx no contexto universitário, destroçado em sua essência pela última onda neoliberal dos anos 1990; o segundo, em 2015, já relativamente maduro e inclinado ao embate com o "pensamento hegemônico."

Menciono aqui as pessoas que fizeram parte de uma ou de ambas as empreitadas, com quem ri, discuti, concordei, discordei, não necessariamente nesta sequência. Em ordem alfabética, são elas: Andrei Massa, Antonio Mota, Alexandre Martins, Bia Nowick, Danilo Mendes, Fabio Maldonado, Felipe Alfonso, Fellipe Cotrim, Gustavo Velloso, Isadora Guerreiro, Jonatas Pantoja, Lilian Pereira, Karina Fernandes, Pablo Carrizales e Victor Pastore. Vai meu sincero agradecimento em especial aos camaradas Gustavo, Jônatas, Felipe e Danilo, que leram os originais e além do *help* que me deram com a revisão ortográfica, fizeram comentários esclarecedores e críticas (em alguns casos) avassaladoras – como deve ser entre amigos –, contribuindo desta forma para a melhoria do texto final.

Quero agradecer também aos funcionários da Seção de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, da Biblioteca Florestan Fernandes e demais trabalhadores terceirizados ou não a quem infernizei com solicitações, pedidos, requerimentos, demandas e

reclamações, dentre muitos outros serviços burocráticos indispensáveis para a consecução do trabalho ora apresentado.

Também expresso gratidão ao meu camarada, Prof. Dr. Nildo Ouriques, da Universidade Federal de Santa Catarina. Ele não sabe, mas contribuiu diretamente para que eu compreendesse a importância de um pensamento descolonizado no fazer científico e começasse a praticar heresias debaixo das hostes do Santo Ofício. Igualmente, retomo meus agradecimentos à Profa. Dra. Angélica Lovatto, com quem mantive, nas palavras dela própria, "frutíferas interlocuções teóricas e políticas", embora eu pense que tenha sido, acima de tudo, um inestimável aprendizado sobre o caráter do saber militante que ela tão bem incorpora ao seu trabalho como cientista social e à frente do Sindicato dos Docentes da UNESP (ADUNESP) e da sua respectiva Comissão da Verdade.

Por fim, e não menos importante, agradeço às minhas tias, Fátima de Souza Almeida e Angélica Aparecida de Souza, que não raro me acudiram financeiramente na época da graduação; às minhas falecidas avós, Maria Borges de Souza e Maria Aparecida Pereira (a quem este trabalhado é dedicado), que lamentavelmente não viram a conclusão daquele esforço primitivo iniciado em 2008; e em especial, ao meu pai, Artemio Teodoro Pereira e à minha mãe, Andréa de Souza Pereira. Eles não tiveram a oportunidade que tive em razão das nossas humildes origens no seio do campesinato brasileiro, deslocado da pequena propriedade, ainda no século passado, e forçosamente impelido em direção às franjas urbanas das grandes cidades. O apoio que eles me ofereceram, às vezes sem compreender muito bem por qual razão, não tem valor de troca, tampouco valor de uso, senão, valor simbólico. Não tenho palavras para expressar a gratidão daqueles que, apesar de não entenderem o seu *sociologuês*, apoiam incondicionalmente as suas escolhas.

“toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação

e a essência das coisas coincidissem imediatamente”

(Karl Marx)

“quando si sbaglia nell'analisi,

si sbaglia anche nell'orientamento politico”

(Palmiro Togliati)

“A Revolução Brasileira terá ritmo de samba”

(Carlos Marighella)

PALAVRAS CHAVE

COMUNISMO – MARXISMO ACADÊMICO – ANTROPOFAGIA – CAIO PRADO – UNIVERSIDADE

RESUMO

Neste estudo discutimos as principais metamorfoses do marxismo brasileiro tomando como base três momentos diferentes, enquadrados em três intervalos de tempo. A saber, o de recepção (1917-1930), fomentado principalmente pela intelectualidade ligada ao recém-fundado Comitê Central do Partido Comunista do Brasil; o de tradução (1930-1945) que teve na obra do historiador Caio Prado Júnior seu momento mais decisivo; e o de domesticação (1955-1970), período no qual o marxismo 1) ganha "foro privilegiado" nos espaços acadêmicos da Universidade de São Paulo 2) se rotiniza no campo intelectual e 3) se torna hegemônico na esquerda brasileira a partir da interpretação que lhe conferira a academia uspiana. Ao acompanhar este processo foi possível detectar passo a passo a decadência ideológica do marxismo brasileiro, transformado em discurso, esterilizado de todo o seu conteúdo emancipatório original.

KEY WORSD

COMMUNISM – ACADEMIC MARXISM – ANTHROPOPHAGY – CAIO PRADO - UNIVERSITY

ABSTRACT

In this study we discuss the main transformation on the Brazilian In this study we discuss the main transformations on the Brazilian Marxism, taking as reference three different moments, in three different time frames: first, the “introduction” period (1917-1930), mainly fed by the intelectuals associated to the Central Commitee of the recent criated Brazilian Comunist Party, PCB; second, the “translation” period (1930-1945), whose main intellectual exponent was the historian Caio Prado Junior and his works. And finally, the third moment called “routinization” (1955-1970) when Marxism receives great importance in the academic environment in the University of Sao Paulo (USP), going into mainstream intelectual circles and becoming the hegemonic way of thinking among the Brazilian left after USP's interpretations. By analyzing this evolution process, it was possible to follow step by step the "ideological decay" of Brazilian Marxism, transformed into a mere discourse, stripped of all its original emancipatory content.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

PARTE I

CAPÍTULO I - O MARXISMO SOB A ÉGIDE DA INTERNACIONAL COMUNISTA 21

1. Apresentação 21

2. Marx, Engels e os antecedentes da questão colonial: nota sobre as formações sociais não-capitalistas 31

3. A Internacional Comunista e o colonialismo (1920-1926) 40

4. Stalin, Trotsky e a questão chinesa: o caminho para a revolução por etapas. 43

CAPÍTULO II - O "MARXISMO-LENINISMO" DO PCB 53

1. O PCB e a Internacional Comunista 54

2. O PCB na contramão: a revolução democrático-pequeno-burguesa... 59

3. O PCB pós-1945: revolução democrático-burguesa e nacionalismo 67

PARTE II

CAPÍTULO III - MARXISMO ANTROPÓFAGO, ANTROPOFAGIA MARXISTA: CAIO PRADO JÚNIOR E A TRADUÇÃO DO MARXISMO NO BRASIL 86

1. Nota preliminar 87

2. O marxismo antropófago: traduzindo o materialismo histórico 93

3. Marxismo e comunismo 96

4. Marxismo e totalidade. 101

5. *Evolução Política do Brasil*: feudalismo de retórica, o "caráter geral da colonização" e a luta de classes na construção do Estado nacional. 108

6. O *sentido* da colonização e a difícil transição para a economia nacional 119

7. Recepção e o sentido da contribuição *caiopradiana*. 128

CAPÍTULO IV - A DOMESTICAÇÃO DO MARXISMO NO BRASIL OU O *MARXISMO ACADÊMICO* DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO 136

1. Nota preliminar 137

2. Marxismo e universidade..... 138

3. O marxismo brasileiro e a experiência universitária: antecedentes..... 150

3.1. A formação da Universidade de São Paulo: um projeto das elites, pelas elites e para as elites. 150

3.2. Marxismo, sociologia, ecletismo. 159

4. Os desdobramentos do primeiro seminário Marx: momentos da feitura de uma interpretação marxista para o Brasil..... 170

4.1. Dialética: um cacoete incorporado ao léxico da Faculdade de Filosofia 174

4.2. Renovação e distinção 177

4.3. Sociologia, sociedade, subdesenvolvimento: marxismo e ciências sociais..... 183

5. O ponto alto do marxismo sociológico uspiano..... 193

5.1. A burguesia sem consciência de classe..... 195

5.2. O Leviatã do capital..... 198

5.3. ***Ajustamentos, qualificação, alienação: a força de trabalho no Brasil*** 200

5.4. ***industrialização e desequilíbrios regionais***..... 204

CONSIDERAÇÕES FINAIS 210

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 214

INTRODUÇÃO

"O marxismo brasileiro ainda espera o cidadão bem disposto que lhe reconstitua a história – ou um conjunto bem nutrido deles, pois isto não é assunto para voo solitário."[1] Estas são as palavras com as quais o professor Paulo Arantes, hoje professor aposentado (mas felizmente ativo) do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo – a partir daqui, apenas USP – inicia o artigo de cinco páginas publicado pela Folha de São em junho de 1983. Curto, porém denso, o objetivo do texto é, ao mesmo tempo, noticiar e polemizar com o exímio marxólogo brasileiro, ele também professor de filosofia da USP, Ruy Fausto (este menos ativo do que gostaríamos), que acabara de publicar pela Editora Brasiliense o primeiro tomo de *Marx: Lógica e Política*.

Citamos Paulo Arantes, pois as suas palavras não poderiam expressar melhor o que tínhamos em mente quando terminamos de reunir todo o material necessário à consecução da pesquisa que resultou no trabalho ora apresentado. Era patente que a fortuna crítica da história do marxismo no Brasil ainda estava por ser feita, em que pese a proliferação – absolutamente necessária, diga-se *en passant* – de trabalhos acadêmicos e não acadêmicos que abordam um ou outro fragmento desta história, publicados e socializados em diferentes espaços nas últimas duas ou três décadas. Nesse sentido, a publicação em 1988 da tese de doutorado defendida por Leandro Konder na PUC-Rio, *A derrota da dialética*, é um marco em nossa vida mental dos esforços nesta direção, ainda que o autor atenha-se ao exame da recepção das ideias de Marx no Brasil, até o início da década de 1930 e, portanto, a um período de pouca originalidade no que tange à produção teórica dos primeiros marxistas brasileiros e de quase nenhum enraizamento.

Estabelecia, porém, um ponto de partida (o último quartel do século XIX) e lançava uma tese no mínimo polêmica: o ímpeto rebelde subjacente aos primeiros difusores e vulgarizadores da consciência social revolucionária, inerente ao pensamento de Marx, sofreu sucessivas derrotas por faltar-lhe a dimensão dialética. Em consequência, escreve Carlos Nelson Coutinho, que prefaciou a segunda edição do livro: "Não foram muito brilhantes os

[1] Paulo Eduardo Arantes "Um capítulo brasileiro do marxismo ocidental". In: *Folha de São Paulo*, Folhetim, junho, 1983 p. 1.

resultados do primeiro encontro entre o marxismo e o Brasil. Tratou-se, na verdade, de um desencontro [...]"[2]

Em seguida, outro esforço, este de maior envergadura e fruto de uma obra coletiva, ao menos nos seus propósitos, veio tentar fazer aquilo que Arantes julgava ser necessário. Refiro-me ao projeto *História do Marxismo no Brasil* coordenado inicialmente por João Quartim de Moraes e Daniel Aarão Reis Filho no âmbito do Grupo de Trabalho (GT) "Partidos e Movimentos de Esquerda" – em um primeiro momento ligado a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), depois a Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH), onde encerrou suas atividades definitivamente por volta dos anos 2000.

Desde antes de 1988 (ano que o projeto veio à tona) já se discutia a importância de fazer virem a público os debates ocorridos no interior do GT sobre a "recepção e apropriação teórica do marxismo no Brasil, sua influência na análise e interpretação da sociedade brasileira e a trajetória das organizações que nele se inspiraram."[3] Organizado originalmente a partir de três eixos temáticos que serviriam de base para os artigos que comporiam a publicação final: "1) o influxo das teorias, doutrinas e revoluções internacionais; 2) a formulação do marxismo no Brasil: autores e correntes; 3) a história das organizações marxistas no Brasil: experiências e momentos relevantes"[4]; o projeto ganhou acolhida na Editora Paz e Terra, que publicou o primeiro volume em 1991.

Ocorre que a editora não deu sequência à publicação do restante da obra, obrigando o projeto interromper-se aí por três anos, quando João Quartim de Moraes consegue retomá-lo e viabilizá-lo pela Editora da Universidade Estadual de Campinas. Nesse ínterim os organizadores entenderam por bem inserir algumas modificações na proposta inicial. Assim, em 1997 a comissão organizadora foi ampliada, incorporando-se a ela o sociólogo Marcelo Ridenti e o cientista político Marcos del Roio, o projeto rediscutido e os horizontes dos três eixos temáticos alargados. Dado que os três volumes iniciais previstos abarcavam o primeiro eixo e iniciavam o tratamento do segundo, decidiu-se que o quarto volume complementaria o segundo eixo e outros dois cobririam o terceiro eixo. No total, seis volumes, publicados entre 1997 e 2007.

---

[2] Carlos Nelson Coutinho "Derrota e revanche da dialética". In: Leandro Konder, A derrota da dialética. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 7.
[3] João Quartim de Moraes & Daniel Aarão Reis Filho. "Apresentação". In: Idem, *História do marxismo no Brasil*, 2007, p. 7.
[4] *Ibidem*.

A obra representou um inegável avanço em termos de bibliografia e das temáticas vindas à luz nos debates suscitados pela coleção. Contudo, existem lacunas, aporias, omissões e limitações derivadas das escolhas dos organizadores que, embora não abalem os êxitos e acertos do empreendimento (estes são, sem sombra de dúvida, maiores do que as suas falhas), não esgotam a rica e variada história das ideias, organizações e movimentos sociais identificados com o legado de Marx e Engels ou, no mínimo, influenciados por este legado, mesmo que os agentes históricos diretos ignorem esta filiação. Ricardo Musse (2008; 2015), quem faz um inventário das principais debilidades apresentadas pela coleção, mostra que elas devem-se principalmente à concepção de marxismo subjacente ao projeto. Os organizadores imprimiram determinados enfoques à obra em detrimento de outros, muito provavelmente estimulados por filiações partidárias, gostos pessoais ou mesmo por já terem realizado demorado trabalho de pesquisa sobre determinada temática. Em consequência, o esforço permanece incompleto.[5]

Outras contribuições de relevo, como a introdução que escrevera Michael Löwy para a antologia sobre *O marxismo na América Latina* (1999), são úteis, pois oferecem um panorama cronológico que permite ao leitor situar os debates de irradiação local da tradição marxista – suficientemente homogênea em todo o continente devido às simetrias históricas de origem na formação das sociedades latino-americanas. Ocorre que, no caso específico da antologia organizada e apresentada por Löwy, o texto limita-se ao debate sobre o caráter da revolução latino-americana, sem ter nada a dizer com maior profundidade sobre a assimilação das teorias contidas nas formulações perfilhadas pelos "primeiros" marxistas latino-americanos.

Afora estas contribuições, amontoa-se um emaranhado de dissertações de metrado, teses de doutorado e livre-docência, coletâneas resultantes de investigações encampadas por grupos de pesquisa, publicações independentes, etc., obrigadas pelas condições de trabalho vigentes na produção acadêmica moderna (já que este é o espaço onde se produz a pesquisa de base) a problematização de aspectos parciais da pulverizada realidade representada pelo marxismo brasileiro, desde suas origens. Assim, não obstante trabalhos como *A esquerda positiva: duas*

[5] *Cf*. Ricardo Musse. "O legado de Marx no Brasil". In: *Estudos Avançados*. São Paulo, vol. 22, n. 63, pp. 327-333. Apenas a título de nota, Musse comenta que nenhum dos 42 artigos espalhados pelos seis volumes dedica-se à problematização do marxismo na sociologia e na historiografia brasileiras, às recepções de Jean-Paul Sartre, Walter Benjamin e Herbert Marcuse (importantes expoentes do chamado "marxismo ocidental") ou trava uma discussão mais alentada sobre o *prestismo*, ou seja, matérias que não poderiam estar ausentes em uma história bem documentada do marxismo brasileiro.

almas do partido comunista – 1920-1964 (1997), de Gildo Marçal Brandão, *Iseb, fábrica de Ideologias* (1998), de Caio Navarro de Toledo, *O socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo – 1945-1964* (1998), de Alexandre Hecker, *A economia política brasileira* (1984), de Guido Mantega, dentre vários outros, constituam importantes esforços de sistematização do saber acumulado sobre um assunto específico, não oferecem elementos senão parciais para que se possa reconstruir o histórico de lutas ideológicas e políticas do marxismo em terras brasileiras.

Evidentemente não estava e muito menos está agora ao meu alcance realizar esse balanço da história do marxismo no Brasil. Afinal, a despeito das limitações pessoais que afligem o autor seria ingênuo imaginar que uma empreitada desta magnitude pudesse ser maturada, elaborada e artesanalmente executada por uma única pessoa e em um espaço de tempo tão curto de 34 meses, isto é, o tempo máximo (incluindo prorrogação) que poderia manter-me vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS-USP) – um "privilégio", considerando-se que existem programas na própria USP e outras universidades públicas brasileiras cujo período de vinculação não chega a 30 meses (inclusive para o doutorado), havendo ainda propostas de maior redução em andamento nas agências que coordenam o sistema nacional de pós-graduação no país: CAPES e CNPq (que, por sinal, financiaram nossa pesquisa, a CAPES, de abril a junho de 2014 e o CNPq, de julho de 2014 a março de 2016, com anuência do PPGS).

Em face de tais condições, não apenas uma boa síntese da história do marxismo no Brasil distancia-se cada vez mais do nosso alcance enquanto produtores de conhecimento científico na área das ciências humanas como qualquer outra iniciativa intelectual de envergadura, comparável em grandiosidade e conteúdo aos clássicos do pensamento brasileiro, por exemplo, desvanece mediante os parcos limites impostos pela ultra-especialização do trabalho intelectual, característico de um espaço acadêmico progressivamente rendido às reificadoras exigências das políticas de produtividade e flexibilização do saber, uma das várias faces da "delinquência acadêmica", de que falava Maurício Tragtenberg.[6]

Mas, como já diz o velho ditado lusitano, em *Roma, como os romanos!* Dessa maneira, evitando voos de Ícaro, restringimos o espaço temporal da nossa investigação ao interregno

[6] Mautício Tragtenberg. "Delinquência acadêmica. Entrevista com Maurício Tragtenberg". In: RAMPINELLI, Waldir & OURIQUES, Nildo. *Crítica da razão acadêmica*. Florianópolis: Insular, 2011, pp. 214-220.

entre as décadas de 1920 e 1960, a fim de captar três momentos distintos da recepção de Marx e do marxismo no país, a partir dos quais buscamos compreender, isto sim, *a dinâmica do enraizamento da "herança teórica e prática" de Marx e do marxismo nos meios intelectuais brasileiros* – problemática que, se nos é permitido utilizar uma alegoria, serviu-nos como uma bússola, norteando o trabalho do início ao fim. Quais sejam: o da *primeira recepção* (1917-1930), o de *tradução* (1930-1945) e o de *domesticação* (1950-1970).[7]

No primeiro momento, focalizamos a emergência do marxismo na cultura intelectual brasileira (sua parcela radicalizada e identificada com ideais de esquerda), que o recebe no bojo da Revolução Russa de 1917 e por ele se orienta na conturbada conjuntura política brasileira. Conforme argumentou-se, as concepções econômicas, políticas e sociais inspiradas no *marxismo* que se veio a conhecer naquele momento específico perduraram com vigor no campo da esquerda e sem passar por grandes modificações pelo menos até o golpe de 1964. A ele (ao momento de *recepção*) corresponde o capítulo 2 deste trabalho.

Em seguida, tratamos de examinar o intervalo de 1930-1945, momento da presidência de Getúlio Vargas, do Estado Novo, de maturidade da *Antropofagia* e, no seu espírito, de *tradução* do marxismo no Brasil, isto é, de deglutição antropofágica promovida pela obra do historiador Caio Prado Júnior, especialmente *Evolução política do Brasil* (1933) e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), pedras angulares da apropriação de um método crítico e heurístico de interpretação histórica e transformação política – o materialismo histórico –, e, o que é mais notável, sem conhecer em profundidade a *opus magnum* de Marx, *O Capital*, como seus sucessores, e muito menos seus escritos de juventude. Reservamos a este momento, que julgamos de transição na história do marxismo no Brasil, o capítulo 3. Se o assunto é a *antropofagização* do marxismo não faria sentido deixar de fora da análise o papel jogado por destacados intelectuais marxistas nesta seara, como Mário Pedrosa, Lívio Xavier e

[7] Em ciências da comunicação as chamadas *teorias receptivas* ou da *recepção* emprestam centralidade à função do púbico na produção de (novos) sentidos negociados sobre os bens culturais. O pressuposto é o de que o público não possui um papel meramente passivo na circulação dos bens simbólicos, alienado de sua própria capacidade de ressignificá-los. Tais sentidos seriam produzidos no ato do "consumo" da obra, seja ela a publicação de um livro, a emissão radiofônica ou televisiva, a exibição cinematográfica, etc. O mesmo vale para o caso que estamos examinando, isto é, a circulação e difusão ideológica do marxismo (isto é, um legado teórico que se desdobra em uma cultura política de diversos matizes). De acordo com o que escreveu Raymond Williams (1969) sobre o fenômeno comunicativo, toda transmissão é recepção e resposta, de tal forma que o público receptor assimila o conteúdo teórico e político que lhe chega a conhecimento em diferentes momentos, interpretando-os ativamente conforme suas necessidades políticas, culturais e sociais. Aparte isto, destaque-se as recepções de Marx não se limitaram a tais conjunturas particulares. O "encontro desencontrado" entre o marxismo e a cultura política brasileira não se limitou ao contato fortuito no alvorecer dos anos 1920, mas foi, isto sim, um recorrente caso de conjunção carnal ao largo de todo o século.

Nelson Werneck Sodré. Ocorre que a obra de Caio Prado Júnior, apesar de ser contemporânea das intervenções de Pedrosa e Xavier e somente um pouco anterior à de Sodré, na verdade promove um impacto intelectual muito mais expressivo. Sem precisar romper definitivamente com as posições em voga no PCB, mas também recusando-se a aceita-las por inteiro, dialogando inclusive com escritores nem um pouco adeptos do marxismo, como o eram Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda –, o historiador paulista encontrou maior acolhida e interlocutores nos círculos do pensamento social brasileiro.

Finalmente, no capítulo 4, discutimos a recepção e o enraizamento do pensamento marxiano e marxista na universidade brasileira, levado a cabo por jovens professores assistentes de sociologia, filosofia, história, etc., convencidos de que Marx explicava melhor a lógica das coisas do que as coisas da lógica, como o faziam Durkheim, Merton ou Parsons. Nesta parte, rastreei o itinerário de Marx na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, limitando a análise à primeira tentativa de "aplicar" o que se aprendera com as leituras de Marx – isto é, o Marx de *O Capital* – ao estudo das contradições do capitalismo brasileiro.

No capítulo 1, um pouco deslocado do fluxo diacrônico que organiza a exposição, examino as formulações vigentes na Internacional Comunista sobre os países de extração colonial e semicolonial. Ele é basilar para que se compreenda o ambiente intelectual e político que serviu de pano de fundo à circulação de ideias no campo da esquerda (europeia ou não) em um momento que já não era mais possível recorrer diretamente (em vida) aos formuladores do materialismo histórico. Justamente por adentrar em um debate mais amplo, aloquei-o no início deste trabalho.

Aliás, o encadeamento dos capítulos não quer sugerir nenhuma linha de evolução entre as correntes de pensamento (marxistas) aqui abordadas. Os marxistas acadêmicos da USP, por exemplo, não guardam qualquer relação (a não ser critica) com o marxismo-leninismo(-stalinismo) do PCB. Este último, por sua vez, mantém relações apenas de conveniência, não raro tumultuadas, com o setor nacionalista que incorporava Marx na análise do imperialismo e assim por diante. Apenas tentamos mostrar as possíveis linhas de aproximação e afastamento entre elas no tocante à assimilação que fazem da teoria *marxiana* e *marxista* que lhes é dado a conhecer. Esta observação nos oferece uma boa porta de entrada para o tratamento de outro problema que por ventura a reflexão aqui proposta pode ensejar. O procedimento que adotei não tem por objetivo estabelecer um conjunto de regras e princípios definidos aos quais

denominamos "marxismo" e a partir dos quais avaliamos, à moda de um *marxímetro*, qual formulação, autor ou militante político é mais ou menos marxista, obtendo, deste modo, uma linha divisória que nos serviria de parâmetro de qualificação.[8] Situação semelhante, ademais de absurda e inclinada ao dogmatismo, implica necessariamente "[n]o abandono da historicidade da contribuição de Marx e dos que o sucederam"[9], violando, assim, o único princípio "invariável" do arcabouço teórico marxiano, isto é, o de que "tudo que é sólido desmancha no ar."

Por isso, optei por fazer esta pequena, mas significativa distinção entre *obra marxiana* e *marxismo*, a fim de evitarmos confusões frequentes e perguntas do tipo, "o que você está considerando por marxismo?" Ora, "o marxismo, [no singular], é uma ficção. Não há nada que, consensualmente, se possa reconhecer como tal [...] O 'marxismo' é uma série de interpretações, acréscimos variados da obra de Marx, condicionados, cada um deles, por injunções históricas, culturais, políticas, etc."[10] Não faz sentido pensar que lukacsianos e althusserianos compartilhem dos mesmos pressupostos teóricos. Em certo sentido, a filosofia que subjaz cada umas das correntes é radicalmente estranha uma a outra – eventualmente até opostas entre si. Não obstante ambas são marxistas, pois além de reivindicarem Marx e o marxismo, são frutos da já referida constante atualização da herança filosófica e política de Marx, por mais que esta atualização *ad eternum* resulte em sistemas teóricos, ideologias e formas de se colocar no mundo tão diversas. Em sendo *marxistas*, elas não são necessariamente *marxianas*, mas assim como tantas outras correntes de pensamento, experiências, movimentos, o pressuposto elementar é que devem ser pensadas como expressões teóricas de conflitos que se distendem no terreno da práxis social e somente nesta condição podem ser examinados.

Resulta, portanto, que, ao contrário do que sustenta o idealismo – paradoxalmente advogado por Konder no livro citado acima –, a "qualidade" da ação política revolucionária não é direta ou inversamente proporcional à melhor ou pior assimilação do pensamento marxiano, respectivamente. Em nosso entendimento os impasses da esquerda marxista no Brasil não se devem às carências teóricas, típicas da experiência comunista dos anos 1920-1960, ou ao seu refinamento, a exemplo do alcançado pela "escola uspiana". Ambas as tradições são frutos de circunstâncias históricas particulares e não faz sentido compreendê-las

---

[8] *Cf*. José Paulo Netto. *O que é marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 74 *et*. *seq*.
[9] *Ibid*., p. 78.
[10] *Ibid*., p. 75.

tomando como referenciais de análise modelos teórico-conceituais pré-estabelecidos, definições típico-ideais e estanques do que é o marxismo. Tal inclinação descreve exatamente o princípio do *marxímetro*, tão comum entre algumas tradições que também reivindica(va)m publicamente o legado de Marx, Engels e Lenin, como é o caso do stalinismo.

Daí ser peremptório examinar textos e fontes documentais amparados em seus respectivos contextos, principalmente quando os referidos textos e documentos são brochuras que expressam o consenso teórico da cúpula de uma organização, manifestos políticos e /ou resoluções com fins pragmáticos, a exemplo do que fizemos nos capítulos 1 e 2. São os casos de *Agrarismo e Industrialismo*, analisado à luz da crise da Primeira República no Brasil e do diálogo que estabelece com as resoluções do *IV, V e VI Congressos da Internacional Comunista* (1922, 1924, 1928); da *Declaração Política do PCB de 1958*, lida pelo filtro da crise (parcial) do stalinismo e sob um contexto de descolonização no oriente e de nacional-desenvolvimentismo na América Latina; e dos *debates e cartas-programa da Terceira Internacional*, inquiridos de acordo com as questões mais imediatas a serem enfrentadas pelas lideranças bolcheviques no imediato pós 1917 (*Comunismo de Guerra*, *Nova Política Econômica*, lutas intestinas entre frações do bolchevismo).

Procedimento semelhante será tomado na análise nos capítulos 3 e 4 desta dissertação, quando abordamos a obra de Caio Prado Júnior, lida à luz do amadurecimento do modernismo brasileiro, da Revolução de 1930 e seus desdobramentos (Estado Novo); e a dos intelectuais marxistas acadêmicos da USP; balizada pelo contexto da república de 1945-1964, de emergência do nacional-desenvolvimentismo, internacionalização do mercado interno e acirramento do conflito social. A única diferença é que, onde será necessário, lançaremos mão de cartas, depoimentos, entrevistas, etc. Desta forma, o enfoque analítico desta parte estará concentrado muito mais em bibliografia do que em documentação primaria. Por outro lado, em se tratando de textos datados, não há dúvida que exista neles um valor documental.

Para concluir, convém lembrar que o projeto de pesquisa original foi substancialmente alterado. Tal como ele havia sido elaborado, a presente pesquisa acabaria caindo no gênero biográfico – o biografado seria Octavio Ianni. Por isso, depois de refletir longamente sobre o problema, que nos levaria a mobilizar competências que não dominamos, desviando-nos completamente da reflexão que ora propomos, preferimos alterar o curso original da pesquisa e enfocar as questões aqui levantadas no campo da história das ideias sociológicas.

PARTE I

CAPÍTULO I

O MARXISMO SOB A ÉGIDE DA INTERNACIONAL COMUNISTA

1. Apresentação

Já se tornou lugar comum admitir que muitos dos problemas nas interpretações sobre a história e a sociedade brasileiras surgidas no século XX e que têm no marxismo uma fonte de inspiração, devem-se, em última instância, a certos dogmas e reducionismos completamente estranhos à obra de Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895), introduzidos no país pela Seção Brasileira da Internacional Comunista.[11] Ideias como a dos resquícios do "modo de produção feudal no campo", originário do sistema de capitanias hereditárias, ou a do protagonismo da "burguesia nacional anti-imperialista" na consolidação de uma "revolução democrático-burguesa", são apenas alguns exemplos de interpretações que tiveram grande audiência nos meios comunistas brasileiros (e não comunistas) [12] entre os anos 1930 e 1970, bem como produziram ecos nas diretrizes adotadas pela sua agremiação partidária, o PCB, pelo menos até o interregno 1964-1968 – período no qual as figuras políticas e intelectuais do partido iniciam um longo processo de avaliação de sua trajetória até aquele momento.

Esta é uma verdade, mas apenas pela metade. Não seria intelectualmente honesto atribuir ao PCB as mazelas da cultura de esquerda no Brasil. Ao contrário, intelectuais ligados ou ideologicamente próximos do partido tiveram um importantíssimo papel na conformação de uma *vanguarda artística* progressista que frequentemente flertava com o que Marcelo Ridenti (2001) chamou, na esteira de Michael Löwy e Robert Sayre (2015), de romantismo revolucionário, isto é, a busca utópica de "um autêntico homem do povo, com raízes rurais, ainda não contaminado pela modernidade capitalista" e cujo modo de vida, costumes e valores acenavam para a construção de uma modernidade alternativa, "que não implicasse a desumanização, o consumismo, o império do fetichismo da mercadoria".[13] Tanto é assim que o *Romance Regionalista* de Graciliano Ramos e Jorge Amado – importantes escritores comunistas – inspiraram diretamente produções fílmicas do *Cinema Novo*, que explodiu no

[11] Seção Brasileira da Internacional Comunista, Partido Comunista do Brasil (até 1962), Partidão, Partido Comunista Brasileiro ou simplesmente PCB são algumas denominações que designam a principal organização política de esquerda no Brasil durante quase todo o século XX..

[12] Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães e até mesmo Ignácio Rangel são algumas das figuras de proa da intelectualidade brasileira que procuravam combinar as particularidades brasileiras com tais esquemas um tanto rígidos de interpretação, conferindo-lhes os matizes históricos, econômicos e políticos que originalmente não tinham, resultando em maior inteligibilidade e consistência teórica. *Cf.* Nelson Werneck Sodré. *Formação Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Graphia, 2002; Alberto Passos Guimarães. *Quatro séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; e Ignacio Rangel. "Dualidade básica da economia brasileira". In: Idem. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

[13] Marcelo Ridenti. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 13.

pré-1964. "*Vidas Secas*, de Nélson Pereira dos Santos (1963), *Deus e o Diabo na terra do Sol*, de Glauber Rocha (1964) e *Os fuzis*, de Rui Guerra (1964) foram acontecimentos decisivos na história do cinema nacional"[14], trazendo para a linha de frente "temas circunscritos à questão agrária", amplamente debatidos pelo PCB durante todo o período 1945-1964.

Igualmente, "o teatro realista do *Arena* ou o teatro político levado às ruas pelo CPC"[15] da UNE, estabeleciam um intenso diálogo com as grandes questões políticas agitadas pelo partido, como a *questão nacional*, correlata da luta anti-imperialista. *Arena conta Zumbi*, por exemplo, ao valorizar um personagem tão bastardo na história oficial do Brasil, fazia a crítica tanto da arte alienada, incapaz de refletir a realidade brasileira, a qual "se queria conhecer para transformar", quanto "à nossa tradição elitista, de uma arte concebida como 'ornamento', como 'intimismo à sombra do poder'"[16]: era o *nacional-popular*, descrito pelo PCB em termos políticos que ganhava sua tradução no campo artístico. Nesta mesma linha devem ser mencionadas várias outras manifestações culturais saturadas dessa representação, como a *Bossa Nova*, a canção de protesto e o método de alfabetização de Paulo Freire no campo. Todas elas se casavam com a estratégia *nacional-popular-democrática*, emplacada pelos comunistas nos anos 1950.

Este romantismo revolucionário à brasileira emerge em um evidente contexto de *desestalinização* dos partidos comunistas em todo o mundo, tendo sido também impulsionada por revoluções e movimentos de libertação nacional e descolonização que começaram a pulular no "Terceiro Mundo" no pós-1945. As experiências de rebeldia na Argélia, no Vietnã e principalmente em Cuba contra os impérios francês e estadunidense ofereciam "exemplos vivos de povos subdesenvolvidos que se rebelavam contra potências mundiais, construindo pela ação as circunstâncias históricas das quais deveria brotar o *homem novo*."[17] Entretanto, este criativo e irredutível aparato cultural, continuamente insuflado pela conjuntura do pós-guerra, conviva dificultosamente, no campo da produção teórica, com os muito mais difíceis de superar dogmatismo e reducionismo característicos das leituras feitas pelo PCB sobre a desencontrada historicidade da formação social brasileira e suas particularidades.

---

[14] Celso Frederico. "A política cultural dos comunistas". In: João Quartim de Moraes (org). *História do marxismo no Brasil, vol. 3*. Campinas: Unicamp, 2007, p. 340.
[15] *Ibidem*.
[16] *Ibid*., p. 339.
[17] Marcelo Ridenti. *Em busca do povo brasileiro*, *cit*., p. 34. Sobre o conceito de "homem novo", *cf*. Ernesto Che Guevara. *El socialismo y el hombre en Cuba*. La Habana: Casa Editorial Abril, 2015.

Na verdade, o incômodo com as concepções teórico-políticas do movimento comunista remete ao seu imediato nascedouro. De acordo com Michael Löwy (1999), a partir dos anos 1920 – principalmente após a morte de Lenin e a ascensão burocrática de Stalin – todos os partidos comunistas da América Latina, inclusive o PCB, teriam adotado a cartilha ortodoxa do marxismo soviético[18], doutrina oficial da Internacional Comunista (IC), repleto de formulações abstratas, esquemáticas e equivocadas sobre o sentido da história, muitas delas legitimadas por citações descontextualizadas de Marx, Engels e Lenin.

Particularmente importantes para os PCs latino-americanos era a perspectiva que a IC adotara sobre a sucessão dos modos de produção, tendo como modelo autoexplicativo a maneira como teriam evoluído na Europa Ocidental. A despeito da revisão que o próprio Marx teria feito nos anos 1870 sobre o processo de acumulação primitiva e das acaloradas discussões sobre a especificidade do mundo colonial trazidas à linha de frente do debate marxista nos anos 1920 (as veremos mais abaixo), a IC manteve uma leitura conservadora sobre o tema e, mais problemático ainda, concedeu-lhe estatuto de lei do movimento da história.[19] Tratava-se, portanto, de uma abordagem eurocêntrica complementada pelo grande desconhecimento (ou ignorância intencional) das particularidades históricas de outras formações sociais que não europeias e ocidentais. Nesse sentido, escreve Löwy:

> Foi o eurocentrismo, mais do que qualquer outra tendência, que devastou o marxismo latino-americano. Com esses termos queremos nos referir a uma teoria que se limitava a transplantar mecanicamente para a América Latina os modelos de desenvolvimento socioeconômico que explicavam a evolução histórica da Europa ao longo do século XIX. Para cada aspecto da realidade europeia estudado por Marx e Engels [...] procurou-se laboriosamente o equivalente latino-americano [...] Usando esse método, a estrutura agrária do continente foi classificada como feudal, a

[18] Para uma crítica ao chamado "marxismo ortodoxo", ver Georg Lukács. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, especialmente pp. 63-104 e Karl Korsch. *Marxismo e filosofia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008, pp. 83-122. Para uma crítica a miúde a um de seus expoentes russos (Nikolai Bukharin), ver Antonio Gramsci. *Cadernos do cárcere, vol 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, pp. 114-168. O marxismo ortodoxo nasceu no seio da social-democracia alemã (Segunda Internacional), mas ironicamente foi endossado pelas dissidências comunistas na Rússia e tornou-se doutrina oficial da IC.

[19] Tal como aparecem em manuais de época, os modos de produção em sucessão seriam: comunismo primitivo-asiático-escravista-feudal-capitalista-comunista. Algumas leituras inserem o modo de produção socialista como uma fase de transição entre os modos de produção capitalista e comunista. Contudo, em umas das poucas referências sistemáticas sobre o assunto Marx menciona apenas "os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno." *Cf*. Karl Marx. *Para a crítica da economia política* (prefácio de 1859). In: *Ibid*., *Para a crítica da economia política; Salário, preço e Lucro; O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril cultural, 1982, p. 26.

> burguesia local, considerada progressista, ou mesmo revolucionária, o campesinato definido como hostil ao socialismo coletivista, etc. Nessa problemática, toda a especificidade da América Latina foi implícita ou explicitamente negada e o continente concebido como uma espécie de Europa tropical, com seu desenvolvimento retardado de um século e sob o domínio do império norte-americano.[20]

Aparentemente um problema de natureza teórica, na prática ele se desdobrava no parecer emitido pela IC sobre a questão da estratégia comunista nos países de extração colonial e semicolonial. Baseado nele, as lideranças russas diriam com todas as letras que na América Latina o socialismo não estava na ordem do dia, pois as condições econômicas e políticas que o tornariam viável ainda eram imaturas. Grosso modo, esta situação – que, aliás, desde o início sugere o demasiadamente conhecido problema das ideias e seu lugar – decorre da maneira peculiar como os revolucionários russos assimilaram o marxismo que herdaram da Segunda Internacional e que convém passar em revista rapidamente.

Desde fins do século XIX o legado da obra de Marx passava por mudanças substanciais, muitas delas induzidas por indicações deixadas por Engels em escritos de maturidade, nos quais procurou sistematizar a *filosofia marxista*, o *materialismo histórico*, a *dialética materialista* (*diamat*) – são várias as denominações – subjacente às descobertas de Marx no terreno da economia política. Este legado passaria ainda por outro conjunto de modificações, acréscimos, subtrações, omissões e choques com doutrinas diferentes no início do século XX, cabendo ao tcheco-austríaco Karl Kautsky, dileto discípulo de Engels, assumir o papel de intérprete, sistematizador e, no limite, guardião da "verdadeira" doutrina de Marx em face da tendência revisionista que ganhava adeptos no seio da socialdemocracia alemã, cujo principal expoente era o berlinense Eduard Bernstein.[21]

Não é por outra circunstância que o marxismo assimilado pelos futuros dirigentes da Internacional Comunista (Lenin, Trotsky, Bukharin e outras lideranças intelectuais e políticas pertencentes a uma geração mais jovem) guardava estreita relação com os esforços sistematizadores de Kautsky, afinal a autoridade de sua leitura sobre a obra marxiana,

---

[20] Michael Löwy. *O marxismo na América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999, p. 10-11.

[21] *Cf*. Ricardo Musse. *De Socialismo Científico à Teoria Crítica. Modificações na autocompreensão do marxismo entre 1878 e 1937*. São Paulo: Tese de Doutoramento. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997, pp. 78 *et*. *seq*.

considerada *ortodoxa* (por oposição à leitura *revisionista*), surgia no horizonte como uma espécie de baluarte do núcleo original das concepções de Marx e Engels. A dificuldade residia, contudo, no tratamento dispensado por Kautsky a tais concepções. Ele, assim como o restante cúpula socialdemocrata alemã (Bebel, Liebknecht, Mehring,) e outros intelectuais socialistas independentes (Labriola, Plekhanov), se tornaram marxistas pagando um tributo muito alto à sistematização e organização enciclopédica do materialismo histórico (espécie de filosofia subjacente à *concepção materialista da história* esboçada diversos escritos, como o *Manifesto Comunista* e o ainda inédito *A ideologia Alemã*) desenvolvida por Engels na última década de sua vida.

Conforme explica Ricardo Musse (1997a; 1997b), o esforço engelsiano de "desenvolver as leis da dialética" de Marx, sistematiza-la e conferir a ela uma coerência interna – e que, aliás, a legitimava perante racionalismo burguês em alta naquele momento – não apenas contrariava uma exigência imprescindível da própria dialética marxiana, isto é, o acento na nuance característica da análise concreta de situação concreta, obnubilando a importância de retomar Marx nos seus próprios termos[22], como também perdia-se de vista o propósito fundamental das investigações de Marx – a saber, a elaboração de uma teoria crítica que fundamentasse e contribuísse para "a negação prática da sociedade burguesa."[23]

Apoiada na autoridade de Engels, a obra de Kautsky, o teórico *par excellence* da social-democracia tendeu a 1) converter o pensamento marxiano em "um *sistema* enciclopédico de explicação do mundo"[24] natural e social, uma vez que propunha a integração das ciências da natureza às ciências do espírito onde prevalecia o "determinismo natural que aspira conhecer 'a lei geral à qual estão submetidos tanto o desenvolvimento do homem quanto o desenvolvimento do animal e da planta'"[25], e 2) "elaborar uma interpretação evolucionista do processo histórico, de que derivava uma projeção da revolução como lógico, natural e inevitável resultado da dinâmica capitalista."[26] Cabia ao movimento operário apenas aguardar o *dia D*, no qual o Estado burguês necessariamente feneceria junto com a economia capitalista em crise. Em uma formulação sintética:

---

[22] *Ibid*., p. 101-2.
[23] José Paulo Netto. *O que é marxismo*, *op*. *cit*., p. 38.
[24] *Ibid*., p. 40.
[25] Ricardo Musse. *De Socialismo Científico à Teoria Crítica. Modificações na autocompreensão do marxismo entre 1878 e 1937*, *cit*., p. 110.
[26] José Paulo Netto. "Apresentação". In: Karl Korsch. *Marxismo e filosofia*, cit., p. 10.

> Esta concepção compreendia a obra de Marx como uma *sociologia científica* que desvenda o mecanismo da *evolução social* a partir da análise da *situação econômica*. Expressa especialmente no material de divulgação política, mas arrancando de teses de fato desenvolvidas pelos melhores teóricos da social-democracia (com destaque para Kautsky e Plekhanov), esta concepção, no fundo marcadamente positivista, tendia, na prática, a legitimar um evolucionismo sócio-político sustentado pela noção de inevitabilidade da transição socialista (já que a dinâmica econômica do capitalismo era *fatal*, conduzindo-o necessariamente à crise e ao colapso) e, no plano da teoria, à transformação do legado de Marx numa autêntica teoria *fatorialista* da história (com a abstrata dominância do econômico) [...].[27]

Em miúdos, um gritante estreitamento da obra marxiana, que necessariamente a deturpava, rearticulando o pensamento de Marx em um sistema fechado, mas que, ao mesmo tempo, ampliava – de forma inadequada – as competências daquilo que se entendia por *marxismo*. Quando advém a Revolução Russa, o bolchevismo rompe política e ideologicamente com a Segunda Internacional, demarcando assim, o campo em que se situavam os reformistas social-democratas e os revolucionários, agora chamados de comunistas. No entanto, curiosamente, "a esta ruptura política não se seguiu, com radicalidade e consequência, uma ruptura *teórica*"[28] que revertesse as distorções a que fora submetido o pensamento marxiano. Na verdade a Internacional Comunista, ou Terceira Internacional, contribuiu para que elas fossem reforçadas, além de manipulá-las conforme as exigências do momento, especialmente depois da morte de Lenin e da consequente ascensão da autocracia stalinista.

Sob a hegemonia da IC, o *marxismo* (ainda aquele sistema enciclopédico de conhecimento universal, mas agora imbuído de uma concepção prático-organizacional da luta revolucionária) passaria por mais um conjunto de transformações que paulatinamente o russificaram, a ele agregando mais um par de determinações igualmente estranhas ao legado da obra marxiana e que são indissociáveis das questões estratégicas postas pela conjuntura de avanço e refluxo revolucionário na Europa, entre 1918 e 1923, e na Ásia, entre 1925 e 1929. No essencial esta a concepção russa do marxismo, o chamado marxismo-leninismo, não é mais que um desdobramento daquela instituída pela Segunda Internacional na figura de Kautsky. A diferença básica não é teórica, mas política, pois apoia-se na obra de Lenin que, a

[27] *Id. Capitalismo e reificação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981, p. 19, grifos do autor.
[28] *Id. O que é marxismo, op. cit.*, p. 52.

rigor, apesar de romper politicamente com a social-democracia, não encontrou tempo nem circunstâncias favoráveis para rever as concepções esboçadas no livro de 1909, *Materialismo e empirocriticismo*, cujos componentes teóricos são "estritos exemplos do molde de pensamento da II Internacional (sic)."[29]

Além disso, talvez um pouco mais do que no seio da social-democracia, entre os bolchevistas as hipóteses marxianas ganharam um inconfundível estatuto de questão de fé[30], revelando sérias inclinações ao dogmatismo que, no limite, classificava como "desvio" tudo quanto fugisse ao enquadramento determinado pelo núcleo dirigente, fundamentado, por sua vez, em uma leitura canônica e descontextualizada dos textos de Marx e Engels.

Afora questões filosóficas, o marxismo-leninismo legitimava um poder de Estado muito particular, constituído para sustentar e dar continuidade à revolução mundial em uma posição de vanguarda. Para tanto, era crucial manter o controle sobre as demais organizações comunistas que surgiam em outras partes do mundo, de modo que a IC funcionasse como correia de transmissão entre o partido russo e seus congêneres. Mas frente a multiplicidade de situações representadas pelas várias organizações comunistas interessadas na adesão à Internacional a partir de 1920, optou-se pela uniformização dos mesmos entalecendo-se algumas exigências mínimas, registradas no documento intitulado *21 condições para participar da Internacional Comunista* (1920).

Tais exigências formariam os pilares do Movimento Comunista Internacional, centralizado em Moscou. O seu Comitê Executivo, fundamentalmente formado pelas lideranças russas, personificaria esta centralização, pois caberia a ele formular os estatutos da organização, emitir resoluções, coordenar a atuação dos comunistas nas demais regiões do mundo e, o que é mais importante para o nosso estudo, decidir em última instância sobre questões controversas, não raro de natureza teórica, apelando para o corpo doutrinário herdado da Segunda Internacional que, por sua vez, não oferecia respostas a alguns problemas incontornáveis para os comunistas, como a questão colonial, veremos a frente.

Destarte os PCs ao redor do mundo, e na América Latina em especial, passavam por processos de "adequação" a fim de que se tornassem réplicas locais do Partido Bolchevique, a

---

[29] *Id. Capitalismo e reificação*, *cit*., p. 26. A crítica das próprias posições, Lenin as registrou em algumas anotações que fez no exílio suíço sobre a *Ciência da Lógica*, de Hegel. *Cf*. Vladimir Ilitch Lenin. *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. De qualquer forma, na ocasião em que redige as famosas *Teses de Abril*, Lenin já havia superado o materialismo vulgar que adulara na década anterior.
[30] José Paulo Netto. *O que é marxismo*, *cit*., p. 54-5.

partir de 1920-1921 – a chamada (primeira) bolchevização[31] – criavam-se verdadeiros atritos entre os representantes da instância burocrática centralizada e figuras do pensamento critico local, progressivamente impedindo estes últimos de comungar nas discussões organizacionais e estratégicas. O Comitê Central da IC, por meio do seu Secretariado Sul-Americano (SSA), com sede em Buenos Aires, passaria a intervir diretamente em todos os PCs filiados à organização, indicando as diretrizes teóricas e políticas que deveriam ser adotadas pelos grupos dirigentes como linha oficial dos partidos. O espaço para a discordância era, portanto, muito pequeno e não por acaso as ideias de uma das figuras mais brilhantes do marxismo no continente, José Carlos Mariátegui, foram praticamente enterradas após a sua morte, em 1930, pelo Comitê Central do PC peruano[32] e o seu legado para a esquerda latino-americana em geral, transformado no alvo predileto daqueles que criticavam os "desvios pequeno-burgueses" característicos de "lideranças populistas" locais.[33]

Na mesma época, algo semelhante, ainda que em menores proporções, aconteceu com o primeiro núcleo dirigente do PCB, Octávio Brandão e Astrogildo Pereira, cujo marxismo, é preciso admitir, não era tão criativo quanto o de Mariátegui. Responsabilizados pelos erros táticos do partido nos anos 1920, ambos foram afastados do Comitê Central em 1929 por supostamente nutrirem posições "menchevistas" e "antileninistas" frente às resoluções do *VI Congresso Mundial da IC*, de 1928[34]. Este congresso ganhou fama na história da IC por ter

[31] Bolchevização designa o processo de "ajustamento" pelo qual deveriam passar os partidos comunistas e/ou operários ligados à Internacional ou com a intenção de filiar-se a ela a fim de tornarem-se seções nacionais da mesma. Em um primeiro momento (1919-1924), isto é, até o afastamento e morte de Lenin, a bolchevização foi vislumbrada pelas lideranças do PCs russo como meio de combater o isolamento soviético, alçar o partido russo à vanguarda da revolução mundial e homogeneizar o Movimento Comunista Internacional de acordo com o seu próprio modelo político de organização, pautado nos princípios da inabalável lealdade da militância ao núcleo dirigente escolhido por esta última (centralismo democrático) e do vanguardismo, isto é, a condução da luta revolucionária contra a burguesia e outros grupos opressores. Após esta data (1924-1935), já sob o domínio da fração do partido russo comandada por Stalin, a bolchevização transformou-se em um instrumento de direção e controle das seções nacionais da IC visando consolidar a burocracia stalinista em postos de comando, legitimando-a em nome dos "princípios do leninismo" e da luta contra o fascismo e seus aliados (sic), a socialdemocracia.

[32] Fundado em 1928, resultante da organização do circulo marxista reunido em torno da revista Amauta, o Partido Socialista do Peru (PSP) resistia a assumir o nome de partido comunista e aderir plenamente à IC em virtude das profundas discordâncias com a organização, representada no continente pelo SSA. Após a morte da influente figura de Mariátegui, em 1930, o PSP foi transformado em PC peruano e passou a ser dirigido de acordo com os princípios da IC por Eudocio Ravines.

[33] Apesar do emprenho, o pensamento insurreto de Mariátegui não pode ser domesticado tampouco eliminado pelo PCP. Tanto é assim que sua obra foi cuidadosamente preservada e divulgada por outros agentes durante todo o século XX, especialmente depois de 1956.

[34] Outros membros do primeiro núcleo dirigente, Paulo Lacerda, Joaquim Barbosa e Heitor Ferreira Lima, também foram afastados e no decorrer dos anos 1930 toda a primeira cúpula do PCB, de perfil mais intelectualizado, havia sido expulsa e substituída por quadros de origem operária como consequência da expansão do *obreirismo* nas fileiras da IC.

adotado um programa político que coordenaria a ação dos comunistas em todo o mundo, como parte do já mencionado processo de bolchevização, comandado pelo Secretário Geral do PCURSS[35], Joseph Stalin.

Além de representar a vitória definitiva da maioria stalinista sobre a *oposição de esquerda*, liderada por Leon Trotsky (1879-1940) e Grigori Zinoviev (1883-1936) – que apesar de pertencer à facção stalinista teria ingressado nas hostes da oposição em 1926 por divergências pessoais com o Secretário Geral do partido –, o programa institucionaliza um conjunto de teses que marcarão profundamente a atuação das diversas seções nacionais da IC, sendo diretamente responsável pelas dificuldades encontradas pelos comunistas em levar adiante um projeto de organização e insurreição autônoma dos trabalhadores em escala mundial. Dentre elas podemos citar as teses da construção do *socialismo em um só país* e da *revolução socialista em etapas*, ambas relacionadas entre si e com *questão colonial*.

De todo modo, para conhecer as trivialidades e simplificações do marxismo do PCB é preciso fazer uma digressão aos anos 1920 a fim esclarecer até que ponto o teor das ideias mobilizadas pela Seção Brasileira encontravam respaldo nas cartas-programas dos sucessivos congressos mundiais da Terceira Internacional. Não é possível supor que o PCB funcionasse como um autômato, de tal modo que apenas aplicasse à concreção sócio-histórica brasileira os princípios estabelecidos pelo Comitê Executivo da IC, destinados aos "países de extração colonial e semicolonial". Por outro lado, também não podemos enunciar como verdadeira a hipótese ao reverso, isto é, aquela segundo a qual os fundamentos da formulação teórico-política do PCB eram exclusivamente as particularidades da sociedade brasileira, como ficará claro ao avançarmos para o contexto da *Declaração Política de 1958*. Embora a IC não existisse mais nesta época, veremos que a presença das teses do *VI Congresso* na estratégia do partido continuavam fazendo-se sentir com muita força.

Cumpre assinalar que para tal propósito, adotei como *leimotiv* o procedimento levado a termo pelo filósofo e dirigente comunista alemão, Karl Korsch (2008), em seu famoso ensaio de 1923, *Marxismo e filosofia*. Dentre as questões que o preocupam neste trabalho, a crise em que se metera o marxismo da Segunda Internacional merece destaque. Ele propunha um estudo sistemático do "desenvolvimento" da doutrina marxista, desde seus fundadores até o ponto que ela havia chegado no início dos anos 1920, procurando nesta história o modo como a teoria expressava contradições do social. Em boa medida, joguei aqui e ali com esse modelo

[35] PCURSS: Partido Comunista da União Soviética.

de análise, adotando como perspectiva a forma como foi examinada a questão colonial nos pensamentos de Marx, da doutrina política da Terceira Internacional e na sua manifestação "provincial" entre os comunistas brasileiros.

Comecemos, portanto, explorando o lugar que tal problema, desde sempre tão importante para as formações sociais de capitalismo periférico, aparece no entender dos fundadores da filosofia da práxis.

2. Marx, Engels e os antecedentes da questão colonial: nota sobre as formações sociais não-capitalistas[36]

Desde a morte de Marx, em 1883, Engels encarregou-se de continuar a doutrina formulada por ambos, contribuindo especialmente na edição dos livros II e III de *O Capital*, então deixados pelo amigo de décadas sob o formato de um conjunto de anotações. Vimos que Engels também foi importante nas primeiras tentativas de sistematizar a contribuição teórica e metodológica de crítica ao capitalismo que ambos deixariam à posteridade. Logo após a sua morte, em 1895, o movimento socialista viu-se, então, na difícil tarefa de continuar a luta teórica e prática iniciada pelos fundadores do materialismo histórico e fazê-la avançar, como de fato avançou nos primeiros dois decênios do século XX, embora os avanços sejam sempre contrabalançados por recuos.

Se de um lado, os novos teóricos do marxismo tentaram dar continuidade às reflexões de Marx, produzindo estudos absolutamente originais e sem paralelo na história do marxismo, como *A questão agrária*, de Karl Kautsky (1854-1938), *O capital financeiro*, de Rudolf Hilferding (1877-1941) e mesmo *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, de Lenin; de outro, conseguiam avançar muito pouco no campo da teoria, levando-a inevitavelmente ao empobrecimento e trivialização. Os marxistas, tanto da Segunda quanto da Terceira Internacionais, em lugar de levar a sério a autossuficiência explicativa da dialética materialista – extraída criticamente de Hegel por Marx e transformada qualitativamente por ele – e desenvolvê-la, deixaram-se seduzir por modas intelectuais dominantes, como o neokantismo e o positivismo, guiados pelo princípio de que era necessário dar conta das "lacunas" no

[36] O leitor atento perceberá que aqui faço uma referência ao famoso texto de Marx, "formas que precederam a produção capitalista", publicados como parte da edição brasileira dos *Grundrisse*. *Cf*. Karl Marx. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011b.

pensamento de Marx, bem como renegar qualquer relação do marxismo com a filosofia clássica alemã que desse lugar a elucubrações filosóficas "condenáveis".

É verdade que Marx e Engels não sistematizaram a relação que sua doutrina mantinha com a filosofia, as ciências e as artes. Algumas pistas nesse sentido podiam, de fato, ser encontradas em escritos ainda não publicados nos anos 1920, como *A Ideologia Alemã* e os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* – vindos à luz apenas em 1932 –, mas nada comparado ao procedimento analítico empregado em *O Capital*. Não obstante, havia esforços tanto por parte dos *revisionistas* para "preencher" o marxismo com um conteúdo filosófico, estético e científico que (supostamente) lhe faltava, quanto por parte da *ortodoxia* em tentar mostrar, sem conseguir, a superioridade do "verdadeiro materialismo de Marx e Engels" sobre diversas tendências idealistas da filosofia burguesa moderna que haviam estendido sua influência sobre as correntes revisionista e centrista da social-democracia.

Para os propósitos do nosso trabalho, não cabe aqui examinar amiúde as diversas dimensões do processo de vulgarização do marxismo antes e depois da Revolução Russa de 1917[37]. Apenas aponta-lo já é o suficiente para termos uma noção clara de que o marxismo, tal como foi herdado por Karl Kautsky e Franz Mehring (1946-1919) – discípulos mais próximos de Marx e Engels –, Antonio Labriola (1843-1904) e Georgi Plekhanov (1956-1918) – discípulos mais distantes –, não respondia diretamente a algumas questões colocadas pelo movimento socialista que, entretanto, demandavam solução. Este é particularmente o caso da *questão colonial*, cuja discussão fora razoavelmente dissimulada pelos teóricos e publicistas da Segunda Internacional em virtude da crescente integração do Partido Social-Democrata Alemão (SPD) à estrutura do Estado, colocando-os na difícil posição de conciliar os interesses do partido com a política colonial.

Como é sabido, Inglaterra e França iniciam sua expansão colonial sobre África e Ásia a partir da segunda metade do século XIX, em consequência do abrupto crescimento industrial obtido através do emprego de novas fontes de energia (petróleo, eletricidade) no processo produtivo. O extraordinário desenvolvimento da indústria química e da siderurgia, a invenção do motor a combustão, as ferrovias e a locomotiva são as principais figuras que caracterizarão aquilo que se convencionou chamar na historiografia de *Segunda Revolução Industrial*. A política colonial atendia especialmente os interesses da burguesia europeia, pois além de evitar crises de superprodução, afinal garantia-se que a produção industrial estancada na

[37] Para detalhes, *cf*. Karl Korsch. *Marxismo e filosofia*, *cit*.

Europa encontrasse um escoadouro, a ocupação (econômica, política e militar) de vastos territórios na África e na Ásia oferecia ao capital a obtenção mão de obra mais barata, dado o enorme contingente populacional disponível, e matérias-primas a baixos custos.[38]

Na mesma época, Alemanha e Itália viviam processos internos de unificação nacional não dispondo de energia para se dedicarem a uma política expansionista semelhante. Concluído o processo de unificação em 1871, ambas as potencias, principalmente o Império Alemão, sob controle do chanceler Otto Von Bismarck (1815-1898), reclamam direitos de igualdade sobre as possessões africanas e asiáticas de suas rivais. No que tange à África, em 1885, numa reunião em Berlim, chegou-se a um acordo diplomático que dividia o continente em territórios sob o controle de Inglaterra, França, Bélgica, Portugal, Espanha, Alemanha e Itália. Em relação à Ásia, uma série de guerras promovidas pelo Império Britânico contra o governo de Pequim abriu caminho para que outras potências europeias, Estados Unidos e Japão dominassem fatias do ancestral império chinês.

O controle sobre Oriente Médio, Índia, Indonésia, Filipinas, Indochina, Austrália e vastas áreas insulares do Pacífico também foi reforçado e em fins do século XIX o clima político internacional era de profunda competição, rivalidade e ânimos alterados entre as potências coloniais, em todos os casos incrementado pela ideologia nacionalista – fator que contribuiu decisivamente para a combustão de alguns conflitos armados que antecederam a Primeira Guerra Mundial.[39] Em seu conjunto, este processo ficou conhecido sob a alcunha de *neocolonialismo*, pois diferenciava-se do colonialismo tradicional dos séculos anteriores por associar-se à moderna produção capitalista, apoiada no capital financeiro, e ser patrocinado por Estados nacionais politicamente controlados pela burguesia.

Em carta à Engels, datada maio de 1882, Kautsky perguntava ao amigo de Marx o que pensavam os operários ingleses sobre a política colonial em voga e expõe o que ele próprio pensava, na hipótese de uma revolução socialista na Inglaterra. Resumidamente, Kautsky estava convencido de que a possessão colonial da Índia por parte da classe operária inglesa seria de utilidade tanto para os hindus, como para o eles próprios, uma vez que, com isso, os primeiros livrar-se-iam do despotismo e da opressão colonial, podendo, ainda, evitar passar

[38] Rosa Luxemburgo enxergou neste mecanismo o fundamento último do imperialismo. *Cf*. Rosa Luxemburgo. *A acumulação de capital*. São Paulo: Abril, 1985 (especialmente seção III).

[39] Dentre os conflitos armados interimperialistas, destacamos a *Guerra russo-turca* (1877-1878), a *Guerra hispano-americana* (1898) e a *Guerra russo-japonesa* (1904-1905), além do permanente estado de paz armada entre Inglaterra, Alemanha, França e Itália. *Cf*. Eric Hobsbawm. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

pela fase capitalista e rumar diretamente ao socialismo, enquanto a indústria inglesa, agora sob o controle do proletariado, continuaria se beneficiando das matérias primas vindas da Índia.[40]

Alguns meses depois a resposta de Engels foi contundente. Em sua carta, datada de setembro do mesmo ano, depois replicar Kautsky, dizendo que os operários ingleses pensam exatamente a mesma coisa que pensa a burguesia inglesa sobre a política colonial, uma vez que também se beneficiam dela, e discorrer rapidamente sobre o caráter hipotético e ocioso acerca das fases sociais e políticas pelas quais os países "semi-civilizados" precisariam passar antes de chegarem à organização socialista, ele assegura: "O proletariado vitorioso não pode impor a nenhum povo estrangeiro uma felicidade de qualquer espécie sem minar com isso a sua própria vitória"[41]. Em outras palavras, não cabia ao proletariado oprimir outro povo, pois tal opressão não significaria outra coisa senão sua conversão em classe opressora.

Mais tarde, na virada do século, mudando radicalmente de posição, Kautsky sustentaria o caráter civilizador do novo colonialismo, preconizado pelo capital industrial, essencialmente pacifista, filantrópico e livre-cambista, oposto ao velho colonialismo dos séculos XVII e XVIII, caracterizado pelo mercantilismo e a violência do Estado aristocrático[42]. Um evidente retrocesso se comparado ao posicionamento contrário a qualquer tipo de dominação colonial declarado após a resposta recebida de Engels, ou mesmo com o que assinalara Hilferding em seu livro de 1910, *O capital financeiro*, ao examinar a luta do capital pelo "território econômico". Em flagrante polêmica com Kautsky ele escreve:

> [...] quando o capital enfrenta [...] condições que contrariam sua necessidade de exploração e cuja superação econômica se daria somente de forma muito lenta e gradual, o capital apela à violência estatal, empregando-a a serviço da exploração violenta [...] Os métodos violentos pertencem à essência da política colonial que, sem eles, perderia o seu sentido capitalista e constituem também um componente integrante da mesma política, assim como a existência de um proletariado explorado é *conditio sine qua non* do capitalismo. Levar a cabo uma política colonial,

[40] Karl Kautsky. "Letter to Friedrich Engels". In: Idem, *Socialism and colonial policy*. Workers Liberty, 1975, p. 130.

[41] Friendrich Engels. "*Carta a Karl Kaustky, setembro de 1882"*. In: Karl Marx e Friedrich Engels Obras Escolhidas. Lisboa: Avante, 1982, p. 540.

[42] Karl Kautsky. *Socialism and colonial policy*, *cit*., pp. 99 *et*. *seq*.

> eliminando seus métodos violentos é uma ilusão tão pouco séria quanto pretender suprimir o proletariado, conservando o capitalismo.[43]

Tão importante questão não encontrava um lugar de destaque nas reflexões de Marx e Engels, exceto em textos de caráter panfletário. Aliás, como indica Bianchi (2010), apoiado nos estudos de José Aricó (2009) e Adolfo Sanches Vázquez (1988), não eram pequenas as dificuldades que ambos demonstraram para apreender a realidade do mundo colonial. Haja visto o desprezo de Marx pela figura de Simón Bolívar e seus compatriotas hispano-americanos, ressaltado com duras palavras em artigo encomendado pela *The New American Cyclopedia*.[44] A mesma dificuldade aparece mais uma vez no apoio decidido que deram à guerra que os Estados Unidos moveram contra o México entre 1846-1848 e que resultou na anexação de pelo menos a metade do território mexicano pelos *yankees*.[45]

Neste propósito, chama atenção o desembaraço de Engels ao declarar que se comprazia com a conquista do México, pois a partir de então, aquele país e sua gente "preguiçosa" seriam arrastados forçosamente pelo processo histórico. Por esta razão, dever-se-ia considerar a tomada da Califórnia um progresso. Pela primeira vez na história o Oceano Pacífico abria-se à civilização e este fato era de muito maior significação para a história mundial do que a violação da justiça a alguns espanhóis californianos e texanos.[46]

Um pouco menos entusiástica teria sido a opinião de Marx sobre o colonialismo inglês na Índia, o que não altera em nada o seu caráter problemático. Em artigo publicado em 1853 no *New York Daily Tribune* – o mesmo periódico onde publicou os artigos que compuseram *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* um ano antes – intitulado "O domínio britânico na Índia", embora reconheça os efeitos negativos da interferência inglesa, dentre eles, a destruição da

---

[43] Rudolf Hilferding. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, pp. 299-300. *Cf*. também Vladimir Lenin. *Imperialismo: etapa superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012, pp. 149-164.

[44] Karl Marx. *Bolívar*. São Paulo, Martins Fontes, 2009. Para bons comentários, *cf*. José Aricó. *Marx y América Latina*. Buenos Aires: FCE, 2009.

[45] Álvaro Bianchi. "O marxismo fora de lugar". *Política & Sociedade*. Vol. 9, n. 16, abril, 2010, pp. 178-184.

[46] Friedrich Engels. "La magnifica California". In: Karl Marx e Friedrich Engels. *Materiales para la historia de América Latina*. Cordoba: Cuadernos Pasado y Presente (1972, pp. 189-190). Um legítimo filho do século XIX, para Engels a milenar exploração do Oceano Pacífico por chineses, japoneses e outros povos orientais parece não ser tão digna das conquistas da civilização. É importante destacar que tal julgamento contrasta muito com a opinião emitida na correspondência com Kautsky, trinta anos mais tarde.

autossuficiência econômica da comunidade aldeã indiana, era inegável ter-se ali produzido "a única *revolução social* de que jamais se viu na Ásia"[47] e, para justifica-la, escreve:

> [...], por mais lamentável que seja, do ponto de vista humano, ver como e dissolvem essas dezenas de milhares de organizações sociais laboriosas, patriarcais e inofensivas; por triste que seja vê-las desaparecidas num mar de dor, contemplar como cada um dos seus membros vai perdendo ao mesmo tempo as suas velhas formas de civilização e os meios tradicionais de subsistência, não devemos esquecer, simultaneamente, que essas idílicas comunidades rurais, por inofensivas que parecessem, constituíram sempre uma base para o despotismo oriental; restringiram o intelecto humano aos limites mais estreitos, convertendo-o num instrumento submisso da superstição, submetendo-o à escravidão de regras tradicionais e privando de toda grandeza e de toda iniciativa histórica. Não devemos esquecer o bárbaro egoísmo que, concentrado num mísero pedaço de terra, contemplava tranquilamente a ruina de impérios inteiros, a perpetração de crueldades indizíveis, o aniquilamento da população de grandes cidades, sem prestar a tudo isso maior atenção do que aos fenômenos da natureza, e convertendo-se ao mesmo tempo em presa fácil para qualquer agressor que se dignasse a fixar nele a sua atenção. Não devemos esquecer que essa vida sem dignidade, estática e vegetativa, que essa forma passiva de existência provocava, por outro lado e por antítese, forças destrutivas selvagens, cegas e desenfreadas que transformaram o assassinato em rito religioso no Hinsdostão. Não devemos esquecer que essas pequenas comunidades estavam contaminadas por diferenças de casta e pela escravidão, que elas submeteram o homem às circunstâncias exteriores em lugar de fazê-lo soberano das mesmas circunstâncias, que converteram um estado social que se desenvolvia por si só num destino natural imutável, criando assim um culto grosseiro da natureza, cuja degradação salta a vista no fato de que o homem, o soberano da natureza, cai de joelhos, adorando o macaco, Hunuman e a vaca Sabbala.
>
> É bem verdade que, ao realizar a revolução social no Hindustão, a Inglaterra agia sob o impulso dos interesses mais mesquinhos, dando provas de verdadeira estupidez na forma de impor esses interesses. Mas não se trata disso. Do que se trata é de saber se a humanidade pode cumprir sua missão sem uma verdadeira revolução a fundo do estado social da Ásia. Se não pode, então, apesar de todos os seus crimes, a Inglaterra foi o instrumento inconsciente da história ao realizar essa revolução.[48]

---

[47] Karl Marx. "O domínio britânico na Índia". In: Karl Marx e Friedrich Engels *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-ômega, s/d, p. 290.
[48] *Ibid*., pp. 290-1.

Todas estas visadas, reprováveis hoje, mas comuns no século XIX, indicam, em primeiro lugar, homens em sintonia com o seu próprio tempo e, portanto, com uma percepção eurocêntrica que mantinha várias *afinidades eletivas* com uma filosofia da história de corte hegeliano[49]. De qualquer modo, naquele momento (fins da década de 1840 e início da seguinte) Marx parecia estar menos preso a esta filosofia da história do que Engels, tanto que podemos notar no primeiro uma séria mudança de perspectiva a partir dos anos 1860, época que estoura o movimento pela independência da Irlanda, permitindo que uma atitude crítica à expansão econômica e política do capitalismo ganhasse espaço em sua obra.[50]

Como a Índia, a Irlanda era um país predominantemente agrário, submetido a um brutal regime de concentração de terras sob o poderio dos grandes proprietários ingleses. Em informe confidencial aos social-democratas alemães, datado provavelmente de 1870, Marx assevera que em virtude desta singularidade, o único ponto do qual se poderia desferir um duro golpe contra a Inglaterra – "baluarte da grande propriedade territorial e do capitalismo europeu" – era a Irlanda. Ele diz:

> Se [a grande propriedade] desmoronar na Irlanda terá [forçosamente] que desmoronar também na Inglaterra. Na Irlanda isso é cem vezes mais fácil, porque *a luta econômica ali se concentra na propriedade territorial*, porque esta luta é ali ao mesmo tempo uma luta *nacional* e porque o povo da Irlanda se manifesta mais revolucionário e mais furioso que o da Inglaterra.[51]

Não há dúvida, portanto, que houve uma mudança, diríamos, radical, de perspectiva e mesmo de atitude em face do problema colonial e do sujeito revolucionário, encarados agora não mais à luz de um *continuum* histórico, mas antes, mediante experiências sociais concretas e historicamente situadas, constituintes da arena da luta de classes. A esta nova atitude deve-se o reconhecimento do significado (dialético) das lutas nacionais para a emancipação social,

---

[49] Álvaro Bianchi. *op. cit*.

[50] A relação de Engels com a perspectiva filosófica hegeliana da história é bastante ambígua. Apesar de perceber-se o referido contraste entre os pareceres de 1849 (data do artigo sobre a ocupação estadunidense na Califórnia) e 1882 (data da carta à Kautsky) não é possível dizer se o parceiro intelectual de Marx, a exemplo deste último, rompera definitivamente com a herança que lhes fora dado a acertar contas.

[51] Karl Marx. "A questão irlandesa e a Internacional". In: https://www.marxists.org/portugues/marx/1869/11/questao.htm (1980). Tradução e intercalares, meus.

pois, na nova acepção de Marx, a libertação nacional do povo irlandês e a solução revolucionária do problema da concentração da terra (também uma questão de classe)[52] eram inseparáveis da questão da emancipação tanto do proletariado inglês quanto da massa rural e urbana irlandesa. Em carta ao seu amigo Kugelmann, datada de novembro de 1869, ele escreve:

> A Inglaterra, metrópole do capital, potência até agora dominante no mercado mundial, é no momento o país mais importante para a revolução operária e, além disso, o único país onde as condições materiais desta revolução chegaram a um certo grau de maturidade. Por isso, a Associação Internacional dos Trabalhadores visa, antes de mais nada, acelerar a revolução social na Inglaterra. E o único meio de consegui-lo é tornar a Irlanda independente.[53]

Ao longo da década de 1870, seu diagnóstico acerca o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, sobre o qual fiz alusão mais acima, também sofreu alterações significativas, posto que relativizará o sentido da categoria de *desenvolvimento social* – de importância *sui generis* para pensarmos o problema da *revolução por etapas*, elaborada no século XX. Em diálogo com os editores da revista russa, *Anais da Pátria* (*Otiechesviennie Zpiski*), de orientação nacionalista e populista (*narodnik*), com quem trocou correspondência até o final da vida, Marx admite partilhar do ponto de vista do crítico Nikolay Gavrilovich Chernyshevsky (1828-1889), segundo o qual a Rússia deveria preservar sua comuna rural em lugar de destruí-la e dar lugar aos tormentos característicos da expansão do modo de produção capitalista (cortiços, exploração e degeneração social).

O processo de acumulação primitiva, que na primeira edição de *O Capital* parecia expressar o quadro geral de "evolução" do modo de produção capitalista, foi então reformulado pelo próprio Marx, que preferiu restringi-lo à Europa Ocidental, como fê-lo na edição francesa do livro. O Oriente teria, portanto, seguido um caminho próprio e qualquer leitura que ignorasse este detalhe cairia no lugar comum da apologia da modernização russa nos moldes do Ocidente. Porém seria errôneo admitir que Marx estava totalmente de acordo com os *narodnik*. Ao contrário do que pensavam seus interlocutores russos, ele não

[52] Em documento da AIT, Karl Marx (s/d) se expressa da seguinte forma: "Na Irlanda, o problema não é somente de ordem econômica: a questão nacional coloca-se ao mesmo tempo, pois os latifundiários irlandeses não são, como na Inglaterra, os tradicionais dignatários (sic) e representantes, mas os odiados pela nação irlandesa."
[53] *Ibid*. (s/d).

considerava que a vida e as instituições camponesas russas tendiam necessariamente ao comunismo. "O isolamento [...], a falta de ligação da vida de uma comuna com as demais" era um fator que depunha contra sua "iniciativa histórica" nesta direção.[54]

Mais importante para o seu desenvolvimento ulterior e, consequentemente, para o futuro do socialismo na Rússia, era o modo como se organizava o trabalho cooperativo na comunidade rural aldeã e a possibilidade dela "incorporar os ganhos positivos produzidos pelo sistema capitalista" na produção comunal, por exemplo, a utilização de maquinário para suplantar a agricultura parcelar, fundada na propriedade privada, pela agricultura coletiva, baseada na propriedade comum da terra.[55] Nada obstante, nem os ideólogos populistas, muito menos os sucessores de Marx no Movimento Comunista Internacional, parecem ter levado a sério o montante de indicações deixadas à posteridade sobre o caminho a ser seguido pela Rússia.

Com efeito, as inclinações ao místico e messiânico eslavofilismo dos primeiros contribuíram para que se mantivessem aguerridos à ideia de que o capitalismo burguês ocidental não possuía quaisquer vantagens que pudessem ser positivamente combinadas à economia rural russa e suas instituições tradicionais. O sistema comunitário bastava-se a si mesmo e era suficiente o bastante para fazer transitar o país agrário do "feudalismo do passado ao comunismo do futuro."[56] Na virada do século (1899), contudo, como podemos atestar no estudo de Lenin intitulado *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, "a comunidade camponesa (*obtschina*) – igualitária e homogênea, tal como a visualizavam os populistas russos –" já não mais existia. A penetração da produção capitalista no campo a substituíra por "três segmentos nitidamente diferenciados e com interesses conflitantes: os camponeses ricos (que comporão a burguesia rural), o campesinato médio e os camponeses pobres (que vão formar o proletariado rural)."[57]

Já com relação aos herdeiros (legítimos e bastardos) de Marx no movimento comunista, a especificidade russa (ou mais precisamente, a particularidade de uma formação social), embora tenha sido importante para compreender os fatores que deflagraram a revolução no

---

[54] Semelhante argumento é utilizado para referir-se ao campesinato francês. *Cf*. Karl Marx. *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011a.

[55] Essa inferência pode ser retirada dos rascunhos pretéritos à carta que Marx enviara à Vera Zasulitch. No tocante aos trechos entre aspas, *cf*. Karl Marx "Carta à Vera Zasulitch". In: Karl Marx e Friedrich Engels. Lutas de classe na Rússia. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 114.

[56] Maurice Dobb *apud* José Paulo Netto. "Introdução". In: Lenin. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural, 1982, p. XII.

[57] *Ibid*., p. XVII.

elo mais fraco da corrente, foi totalmente escamoteada quando tratou-se de pensar a estratégia revolucionária alhures, por exemplo, nos imensos territórios da Ásia, África e América sob o julgo do colonialismo. Absorvido pelo debate clássico sobre o imperialismo, especialmente a partir de 1920 (data aproximada) o problema das colônias e semicolônias degenerou paulatinamente em pautas nacionalistas carregadas de oportunismo político "pequeno-burguês", no linguajar de Marx, seguindo o curso de degeneração da própria revolução russa em capitalismo de Estado burocrático-autoritário. Assim, passada em revista a pré-história da *questão colonial*, vejamos a seguir como a Internacional Comunista (IC) a desenvolveu e quais foram os seus efeitos imediatos sobre a elaboração teórico-política dos comunistas nas chamadas regiões "atrasadas".

3. A Internacional Comunista e o colonialismo (1920-1926)

As formulações que darão o tom do debate sobre o mundo colonial cristalizaram-se na carta-programa do *VI Congresso da IC*, ocorrido em 1928. Mas, por suposto, elas vinham sendo debatidas desde 1920, por ocasião do *II Congresso*. De acordo com Del Roio (1990), a presença significativa de organizações socialistas, comunistas e rebeldes ao colonialismo do Oriente naquele encontro, os impasses da onda revolucionária no Ocidente e a indiferença manifesta pela Segunda Internacional sobre diversas questões envolvendo o mundo colonial levaram o *Komintern* (abreviação de Internacional Comunista) – até então esperançoso na vitória de uma revolução na Europa Central – voltar suas atenções para outras regiões do mundo, como Oriente Médio, Índia e, principalmente, China, todas sob controle europeu, direto ou indireto.

Mas, apesar das manifestações de apoio e solidariedade ao direito de autodeterminação dos povos, defendida por Lenin desde os tempos da social-democracia russa, e da defesa intransigente de uma aliança anti-imperialista entre o proletariado europeu e da massa trabalhadora rural e urbana dos povos oprimidos, na verdade havia certo ceticismo com a possibilidade dos povos colonizados erguerem-se em sublevação contra o colonialismo sem que antes a revolução proletária triunfasse na Europa. Tanto que, em 1921, ao reaparecerem novas possibilidades de insurreição dos trabalhadores fabris na Alemanha, o Oriente volta a ser escamoteado e a *questão colonial* fica praticamente ausente das discussões do *III Congresso da IC*, ocorrido entre junho e julho daquele ano.

Poucos meses depois, entretanto, a redefinição dos domínios imperialistas no extremo oriente, o influxo revolucionário na Europa e consequente isolamento da Revolução Russa confeririam maior significação ao problema das colônias e semicolônias para a estratégia revolucionária do Partido Bolchevique, revertendo aquele quadro de menosprezo momentaneamente. Em novembro do mesmo ano, foi assinado em Washington, nos Estados Unidos, um tratado entre nove potências mundiais que revia uma série de antigos acordos sobre a ocupação e divisão territorial da China em zonas de influência e "livre-comércio", nas quais cada potência imperialista teria direito de explorar recursos naturais, definir as regras para a utilização da força de trabalho e abastecer o mercado consumidor sob o seu controle monopólico. O acordo basicamente demarcava as perdas alemãs em favor dos rivais Inglaterra e França, como aconteceu na África e na Ásia insular, no contexto do imediato pós-Primeira Guerra Mundial. Maior que as perdas alemãs, contudo, era o desmesurado ônus que pesava sobre as populações colonizadas, lançadas na mendicância pelo imperialismo.

E será em protesto ao colonialismo europeu que em Janeiro de 1922, partidos e organizações de extração revolucionária e nacionalista realizarão o *Congresso dos Povos do Extremo Oriente*[58], no qual a presença dos recém-fundados partidos comunista e nacional-revolucionário chinês (*Kuomintang*) chamam a atenção dos delegados da IC enviados ao congresso e colocam o país asiático em sua orbita.[59] Além disso, este giro na direção do extremo Oriente fora profundamente motivado pelo sucesso da contrarrevolução na Europa a partir de 1922. O movimento revolucionário dos trabalhadores, que tomou o poder momentaneamente na Hungria e em regiões como a Baviera, Turíngia e o norte da Itália, chegando, inclusive, a organizar-se em conselhos, foi destroçado pela "restauração" e arrancou à Revolução de Outubro de 1917 suas únicas possibilidades de expansão, condenando-a ao isolamento dentro das fronteiras russas – elas também continuamente ameaçadas pelo terror branco.

Segundo avalia Del Roio (1990), a delicada conjuntura econômica e política da Rússia Soviética também teria sido determinante para que a IC oferecesse respaldo às demandas

[58] Não há consenso na historiografia sobre o local de realização deste encontro. Algumas hipóteses afirmam que ele foi aberto em Irtkutsk, cidade russa na Sibéria próxima à fronteira com a Mongólia, em Janeiro de 1922 e posteriormente transferido para Moscou. Outras dão conta de que o fórum foi convocado em Irkutsk, mas realizado quase totalmente em Moscou e encerrado em São Petersburgo.

[59] Marcos Del Roio. *A classe operária e a revolução burguesa*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, p. 88. O autor utiliza o termo *Congresso das Organizações Revolucionárias dos Povos do Oriente*. Eu uso o nome retirado do trabalho de um especialista russo que analisou e detalhes a história da relação dos bolcheviques com os comunistas chineses entre 1919 e 1927. *Cf*. Aleksander Pantsov. *The Bolsheviks and the Chinese Revolution*: Honolulu: University of the Hawaii Press, 2000.

orientais. Devastada pela guerra (externa e interna), assolada pelo flagelo da fome, isolada e sob constante agressão imperialista, a Rússia de Lenin beirou inúmeras vezes o colapso social entre o deslanchar da Revolução de Outubro de 1917 e o abandono do *Comunismo de Guerra*. Dentre as "sangrias desatadas" que a Revolução precisava estancar, o problema da carestia, provocada pelo decréscimo da produção de alimentos durante a campanha na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) – cuja carnificina desequilibrou inclusive a estrutura demográfica do país –, colocava-se em destaque. Confisco da produção agrícola, racionamento alimentar, estatização de fábricas e oficinas sob o controle operário e distribuição de tickets no lugar de salários estavam entre as medidas tomadas pelo bolchevismo a fim de sanar em parte a situação calamitosa em que se encontrava o país. Eram, no entanto, medidas de caráter impopular, catalizadoras de insatisfações que se expressavam em revoltas, sobretudo de camponeses na região central da Rússia, e mais instabilidade para o governo soviético. Fazia-se necessário reorganizar o tecido social dramaticamente rompido para consolidar os êxitos da Revolução de Outubro, de sorte que a implementação da *Nova Política Econômica* (NEP), a partir de 1922, garantiu a sobrevivência da nova ordem.

Grosso modo, a NEP implicava na reordenação da produção e da distribuição agrícolas nos moldes capitalistas vigentes antes da revolução. Ela reintroduzia a livre-iniciativa e a pequena propriedade privada na economia ao permitir o pequeno e médio camponês venderem uma determinada fração da produção para o Estado a um preço fixo e lançar o restante no mercado. Consistiu basicamente em um recuo tático, forçado pela grave crise social em marcha. *Um passo atrás, dois à frente*: Lenin temia que as medidas impopulares da tática do *Comunismo de Guerra* sabotassem as conquistas militares do Exército Vermelho, até 1921 apoiadas em uma aliança firmada entre operários e camponeses pobres, estes últimos beneficiados pela *Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado*, de 1918, que extinguia a propriedade privada e abria caminho para a socialização das terras. Como o abastecimento das tropas e das cidades era uma questão de vida ou morte para o regime bolchevique, o apoio do campesinato era imprescindível. A profunda desorganização da economia soviética no quinquênio 1917-1921[60], entretanto, era completamente desfavorável à

[60] Segundo E. H. Carr (1979), a economia soviética declinou abruptamente, as fábricas passaram a pagar os salários dos trabalhadores em espécie em decorrência do desaparecimento da moeda. O intercâmbio comercial regrediu ao estagio de troca simples nas grandes cidades, incentivando um significativo número de pessoas migrarem para as zonas rurais, onde era menos provável que padecessem de fome. A solução encontrada nesta situação foi a requisição forçada da produção agrícola ao lado de um sistema de distribuição de rações a base de cereais e outros produtos. *Cf*. E. H. Carr. *A revolução Russa. De Lenin à Stalin (1917-1929)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, pp. 28-30.

manutenção do "bloco operário-camponês", pois exigia por parte do governo o confisco de cereais e outros produtos agrícolas sem que a indústria estatal pudesse oferecer uma contraparte ao campesinato.

Nesse sentido, a NEP oferecia maior liberdade de mercado para o camponês comercializar o excedente da produção agrícola como bem entendesse depois de paga uma pequena taxa ao governo soviético, além de acalmar os seus ânimos, garantindo-lhes a posse efetiva da terra ocupada. Embora não houvesse consenso entre as principais lideranças bolcheviques quanto a tais medidas – que na prática restauravam o capitalismo na Rússia em uma extensão considerável – e o próprio Lenin as considerasse um retrocesso, todos concordavam que o *Comunismo de Guerra* havia se esgotado, de sorte que a Revolução de Outubro precisava encontrar novas bases econômicas de sustentação. Caberia à NEP ocupar este vazio.

Contudo, apesar de representar uma trégua, a decisão de reintroduzir práticas capitalistas vigentes antes da revolução preocupava significativo número de lideranças bolcheviques. Nada poderia garantir que o campesinato permanecesse apoiando a revolução. Com a distribuição das terras e a recuperação parcial do sistema de livre-mercado, persistia o risco iminente de sedução por parte de um modo de vida abastado, capaz de atraí-los para o lado da burguesia contrarrevolucionária. Não é por outra razão que Bukharin, pensando em contrabalançar o que se acreditava ser uma tendência[61] e preservar as conquistas da revolução, insistia na manutenção da aliança operário-camponesa, propondo à burocracia do partido ampliar as concessões feitas ao camponês médio e ao pequeno capitalista privado a fim de estimulá-los a fornecer as bases materiais do socialismo.[62]

A exemplo do que veremos, a aliança operário-camponesa ganhou o estatuto de tática política oficial da IC, recomendada aos militantes dos países predominantemente agrários. Todavia, essa questão só ganha alguma relevância fora da Rússia soviética após os levantes chineses drenarem as energias do bolchevismo. Ainda em novembro de 1922, mediante a relativa estabilidade alcançada com a NEP e as agitações na Ásia, a IC convoca todos os partidos filiados para a reunião do *IV Congresso Mundial*, retomando de forma inédita as questões nacional e colonial.

---

[61] "Os camponeses ocupam uma posição análoga à da pequena burguesia nas cidades. Também não formam uma classe, propriamente falando, porque, sob regime capitalista, se desmembram continuamente [...] *Cada* um espera, no íntimo, enriquecer". *Cf*. Nikolai Bukharin. *ABC do comunismo.* São Paulo: Ediouro, 2002, pp. 77-8.

[62] Marcos Del Roio. *A classe operária e a revolução burguesa*, *op. cit*., p. 89.

Cientes da importância capital da China para a sustentação da Rússia Soviética, os dirigentes russos darão relevância às demandas políticas daquele país, consideradas essenciais para a o sucesso da revolução mundial. E mais: em virtude da China reunir várias características estruturais que encontravam o seu paralelo na Índia e talvez menos no Egito e na Pérsia, o Comitê Executivo da IC identificará as reivindicações do PC chinês e do *Kuomintang* com as demandas políticas de todo Oriente restante e, por conseguinte, do mundo colonial e semicolonial, inclusive na América. Quais sejam: 1) a manutenção dos movimentos de libertação nacional; 2) o apoio à luta democrática e anti-imperialista; e 3) a solução da questão agrária. Noutras palavras, definia-se *o caráter da revolução colonial como nacional e democrático-burguês*."[63]

Entretanto, deve-se ter em conta que as resoluções tomadas no *IV Congresso da IC*, no que tange aos povos colonizados, acentuavam a necessidade de o movimento comunista manter-se autônomo em relação às outras forças políticas que lutavam pela independência, pois, ainda neste momento, o objetivo era converter a luta nacional em revolução socialista ou, no mínimo, canalizar as energias acumuladas para uma transformação revolucionária, conduzida pelas massas trabalhadoras oprimidas. A esse respeito, as resoluções eram bem claras: nas colônias, semicolônias os comunistas deveriam apoiar todo movimento dirigido contra o imperialismo sem perder de vista que apenas uma linha revolucionária consequente, baseada na participação das grandes massas, teria condições de ser exitosa. Uma vez que as burguesias locais e os elementos feudais conservadores estariam dispostos a estabelecer compromissos com o imperialismo, cabia aos comunistas buscar alianças no seio do campesinato (lançando a bandeira da expropriação da grande propriedade fundiária), e entre as frações da burguesia nacionalista, com a importante ressalva de que o polo operário, sob a vanguarda comunista, se mantivesse independente das demais forças sociais.[64]

Estas resoluções orientaram a política de alianças do PC chinês com o *Kuomintang*, mas acabaram provando-se equivocadas. Sem embargo, no mundo colonial e semicolonial fora da Ásia, tentou-se adotar a mesma política de alianças – amplamente recomendada pela IC – adaptando, com certas dificuldades, a recomendação, de caráter normativo e baseada em uma experiência social estranha, à correlação de forças sociais em voga. Este foi exatamente o modo como o PCB e vários outros PCs latino-americanos tentaram adaptar às circunstâncias

[63] Antonio Carlos Mazzeo. *Sinfonia inacabada*. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 41. Grifos do autor.
[64] *Resoluciones del IV Congreso de la Internacional Comunista*. Cordoba: Cuadernos Pasado y Presente, 1973, p. 223 e ss.

político-sociais concretas com as quais se debatiam em suas respectivas realidades nacionais o enquadramento teórico do caráter da revolução nos países de extração colonial e semicolonial. Este problemático eixo analítico foi, no entanto, mais acentuado em decorrência das lutas internas no PC russo, que se aprofundaram após a morte de Lenin, em 1924.

4. Stalin, Trotsky e a questão chinesa: o caminho para a revolução por etapas.

Em síntese, o posicionamento do *Komintern* frente às demandas dos povos colonizados do oriente – fundamentalmente chineses e indianos – consistia na formação de uma frente única anti-imperialista alicerçada em uma aliança estratégica e momentânea na qual tomavam parte a massa operário-camponesa dos países "atrasados" e a "débil" burguesia industrial em ascensão. Este novo marco teórico-político expressava de maneira consistente a conjuntura política de refluxo revolucionário no Ocidente, que, de certo modo, obrigava o Movimento Comunista Internacional rever suas prioridades.

Ao longo dos anos 1920 a recuperação das economias capitalistas da Europa, principalmente a alemã, e todo o "cordão sanitário" que se formou ao redor da Rússia Soviética, promovido pela constante ameaça do "perigo vermelho", levou a IC a abdicar – com os protestos de Trotsky e da *oposição de esquerda* – dos esforços de incitação de levantes operários no Ocidente e reorientou sua política externa nos dois anos seguintes em direção ao Oriente, mais especificamente, à China, cuja movimentação do PC chinês e do *Kuomintang* em Cantão, Xangai e Hong Kong abriam um novo leque de possibilidades à causa operária, segundo a leitura do *Komintern*. Essa reordenação far-se-á sentir com toda força nas elaborações teórico-políticas do *VI Congresso* da IC (1928).

Antes dele, porém, em 1924, o *V Congresso* seria marcado por uma disputa de hegemonia entre duas facções rivais do PC russo em torno das interpretações sobre a construção do socialismo, representadas pelas figuras de Trotsky e Josef Stalin (1878-1953). Lenin morrera meio ano antes da abertura do *V Congresso* e sem a sua capacidade de articulação entre as duas frações em que se dividia o partido bolchevique, seria inevitável que as discordâncias começassem a se manifestar no âmbito da IC, como de fato aconteceu e resultou na vitória de Stalin sobre a *oposição de esquerda*, anos mais tarde. Este Congresso em particular "[não] deu [a devida] atenção à China, pois dedicou-se fundamentalmente, a

fazer um balanço da derrota do 'outubro alemão'(1923)"[65] e examinar a questão das nacionalidades oprimidas nos Balcãs.

Esse deslocamento momentâneo[66] explicar-se-ia por duas razões: por um lado, projetando-se na burocracia do PC russo, o Secretário Geral, Joseph Stalin, era cético quanto a capacidade revolucionária dos comunistas e demais revoltosos orientais. No seu modo de ver, a seção da alemã da IC reunia um conjunto de características que a faziam ter uma importância estratégica muito maior para o desenvolvimento da Rússia Soviética. Trava-se do seu mais forte enclave político no Ocidente, muito embora a exitosa conjuntura contrarrevolucionária fosse extremamente desfavorável para um levante operário na Europa Ocidental, principalmente na Alemanha.

Tendo-se tornado a nova liderança "carismática" do Movimento Comunista, é "natural" que o posicionamento político de Stalin possuísse algum peso nas resoluções finais do *V Congresso*. A retomada do interesse nos flancos ocidentais, por exemplo, é sintomática de sua ascensão. Por outro, os movimentos nacionalistas na Europa Central e do Leste, existentes desde o século XIX, ganhavam expressão com a criação de "pequenos Estados imperialistas opressores"[67] das minorias nacionais nos territórios antes administrados pelos impérios austríaco e turco, esfacelados finda a Primeira Guerra Mundial. Stalin havia sido *Comissário do Povo Para as Nacionalidades* antes de ocupar o cargo de *Secretário Geral* do PC russo, de sorte que a questão o interessava.

O conteúdo das resoluções aprovadas sobre os povos de tais regiões no *V Congresso* diverge claramente da tática adotada nos países de extração *colonial* e *semicolonial*, pois em lugar de chamar os trabalhadores e camponeses a uma aliança com a burguesia nacionalista, intimava os comunistas da Europa Central e Oriental,

> […] sin dejar de sostener con todas sus fuerzas el movimiento nacional-revolucionario de los pueblos oprimidos contra el poder de la burguesía dominante, constituir en las organizaciones nacionales revolucionarias células comunistas, de

[65] Marcos Del Roio. A clase operária e a revolução burguesa, *cit*., p. 102.
[66] Embora a *questão oriental/colonial* tenha ficado à margem dos debates do *V Congresso*, de acordo com Del Roio (1990, p. 90) ela voltaria com toda a força "a partir de 1925, em função de uma série de movimentos nacionais anti-imperilaistas no Marrocos, Egito, Síria, Afeganistão, Pérsia e, principalmente, China", onde o inédito levante do movimento operário, fortalecera a luta anticolonial.
[67] *Resoluciones del V Congreso de la Internacional Comunista*. Córdoba: Cuadernos Pasado y Presente 56. (1975, p. 123).

> modo de ponerse a la cabeza del movimiento nacional-revolucionario de los pueblos oprimidos y orientarlo por un camino claro y bien definido, cual es el camino de la lucha revolucionaria contra la dominación de la burguesía, en estrecha solidaridad con todos los trabajadores que luchan mancomunadamente en cada país por el poder obrero y campesino[68]

Com efeito, tudo isso ofuscava a atenção conferida à questão colonial.[69] Os debates sobre o tema foram polarizados pelos representantes das delegações russa e indiana, Manuilsky e o já citado M. N. Roy, manifestando em suas exposições a cisão que ganhava corpo no PC russo e, consequentemente, na IC. De acordo com Zaidan (1985), Manuilsky "defendia a tese de que, num estágio democrático-burguês, os comunistas deveriam prestar o seu apoio a movimentos de libertação nacional encabeçada (sic) pela burguesia", identificando-se com a posição defendida por Stalin. Por outro lado, mais alinhado com Trotsky, que priorizava a revolução mundial sobre o controle operário, "Roy manifestava muitas restrições à participação dos comunistas nesses movimentos, ao constatar a complementaridade que passa a se estabelecer entre os interesses do imperialismo e os da burguesia nativa após a Primeira Guerra Mundial"[70].

Por mais que a interpretação Roy e Trotsky fosse mais sensata, se lida à luz da posteridade, desde a morte de Lenin, em 1924, Stalin fez uso de manobras burocráticas para controlar o Comitê Central Executivo da IC e com respaldo de importantes figuras da velha guarda bolchevique, como Bukharin, Kamenev e Zinoviev. Apoios que lhe permitia fortalecer sua própria facção às custas da censura dirigida contra a *oposição de esquerda*, que se desarticulava. Tão logo as intervenções de seus rivais nas resoluções da IC e do PC russo pudessem ser bloqueadas, abria-se espaço para a *rotinização* da teoria da revolução em etapas – dentre as quais, a da *revolução democrático-burguesa* –, concebida para dar conta da experiência dos países coloniais e semicoloniais, como China, Índia e Brasil, e arrefecer consideravelmente as críticas à política de aliança dos comunistas com os movimentos burgueses de libertação nacional nesses mesmos países. Em consequência, justificava-se teoricamente (com todos os problemas que a teoria carregava) o cesarismo stalinista e criava-

---

[68] *Ibid*.,p. 124.

[69] Dentre as questões discutidas estavam a 1) a situação econômica mundial, que ocupa mais da metade das atas dos debates; 2) o problema nacional nos Bálcãs; e 3) a ascensão do fascismo. *Cf. V Congreso de la Internacional Comunista, primera parte. Pasado y presente, n. 55*.

[70] Michel Zaidan. *PCB (1922-1929). Na busca das origens de um marxismo nacional*. Rio de Janeiro: Global, 1985, p. 64.

se um modelo único para "gerenciar" as empreitadas revolucionárias mundo afora enquanto o "socialismo" se enclausurava Rússia adentro.

O *VI Congresso*, entretanto, será, de fato, o grande momento de inflexão. Mas antes que ele fosse convocado, entre 1925 e 1926 Kamenev, Zinoviev e outros romperiam com Stalin em decorrência da formalização da doutrina do *socialismo em um só país*, passando a reorganizar as fileiras da oposição liderada por Trotsky. A *oposição unificada*, tal qual se autonomeou, sob a liderança de Trotsky e Zinoviev e com apoio da viúva de Lenin, Nadezhda Krupskaya (1969-1939), conseguirá marcar posição no *Pleno* do PC russo, reunido para discutir os levantes populares em curso na China. O grupo colocou-se inflexivelmente contrário à continuidade da aliança considerada suicida do PC chinês com o *Kuomintang*, advertindo sobre a necessidade dos comunistas chineses romperem definitivamente com os nacionalistas e agirem de forma independente nas cidades e no campo. Porém não houve êxito, consolidada a força esmagadora do stalinismo. Já em 1928, abalada pelo desgaste devido a derrotas e prisões arbitrárias, a oposição capitulou. Ou melhor, foi capitulada.

Noutras palavras, ao lado da questão chinesa, o conflito entre facções do PC russo oferece o ambiente propício para a fermentação do etapismo característico da teoria da revolução e, por conseguinte, a condução equivocada da questão colonial. Com a crítica oposicionista censurada e o terror que a sucede, concepções outras sobre o processo revolucionário no Oriente e no Ocidente seriam vilipendiadas em nome da sobrevivência do espírito de 1917 – na verdade há muito exorcizado. Quanto à *questão chinesa* propriamente dita, em vista do esfacelamento da oposição no seio do Comitê Central do PC russo, a IC decidiu pela intervenção política no PC chinês, condenando-o à completa desarticulação.

Desde 1923 o PC chinês e o *Kuomintang* mantinham uma aliança formalizada e incentivada pela IC que se manteve até 1927, quando as tropas de Chang Kai-Chek promovem um banho de sangue contra o governo operário erguido em Xangai, dando início à repressão anticomunista. Mesmo com a "ala direita" do *Kuomintang* – formada por empresários industriais, inicialmente simpáticos às greves operárias que ocorriam em fábricas têxteis de capital japonês – tendo optado pela ruptura com os comunistas ainda em 1926 em face da radicalidade dos levantes operários coordenados pelo PC chinês, o Comitê Executivo do *Komintern*, sob o controle de Stalin e a presidência de Bukhárin, avaliou equivocadamente que os nacionalistas "ainda permaneciam no campo revolucionário, por meio dos setores

pequeno-burgueses e dos outros segmentos sociais [à esquerda] que, no entender da IC, constituíam o verdadeiro *Kuomintang*."[71]

No mínimo desinformada, esta avaliação desconsiderava completamente a repressão às frentes camponesas das zonas rurais da China, capitaneada pela mesma "ala esquerda" do *Kuomintang*, considerada pelo *Komintern* ainda situada no campo revolucionário, o que indica o grau de dogmatismo e instrumentalismo por parte dos dirigentes stalinistas quanto à utilização do processo revolucionário chinês para legitimar a disputa por hegemonia dentro do *Komintern*, passando ao largo de qualquer consideração de ordem descritiva sobre a peculiaridade do processo político no país vizinho.[72] Ao fim e ao cabo, com cerca de 30 mil militantes comunistas chineses eliminados na cidade e no campo, o PC chinês somente conseguiu reconstituir-se em 1930.

Em 1928, ao realizar-se o *VI Congresso da IC*, a derrota na China foi exclusivamente atribuída aos *erros de condução* do PC chinês por ter 1) permanecido tempo demais mancomunado com a burguesia nacionalista, sem independência e liberdade de crítica; 2) ter freado a revolução agrária e 3) ter-se rendido à tendências aventureiras e oportunistas que conduziram a sublevação em Wouhan[73]. Em nenhum momento admitiu-se que a orientação tática do Comitê Central da IC também deveria assumir sua parcela de responsabilidade pelo fracasso da revolução na China, principalmente porque manteve-se apoiando a política de alianças do PC chinês, salvo as intervenções da "oposição trotskista", praticamente liquidada naquele momento.

Dessa maneira, sem ser questionada e reavaliada, a política de alianças preconizada pela IC – em avançado processo de bolchevização *a la Stalin* – seria, ao contrário, reforçada como diretriz tática do movimento comunista nos países de extração colonial, semicolonial e

---

[71] Antonio Carlos Mazzeo. *Sinfonia inacabada*, *cit*., p. 45.

[72] "[...] Trostsky e Zinoviev [...] insistiam para que se efetuasse a ruptura dos comunistas com o KMT [*Kuomintang*], enquanto Stalin e Bukharin, embora defendendo a radicalização da luta camponesa, persistiam na defesa da aliança com a 'esquerda' do KMT, de modo a evitar a reunificação desta com a 'direita'. Em outras palavras, procurava-se evitar que a pequena burguesia se alinhasse com a burguesia que já estava em bloco nos braços do imperialismo, principalmente americano [...] para apostar suas fichas num governo nacional mais alinhado [com a IC]: ou seja, Chang Kai-Chek". Intercalares meus. Marcos Del Roio. *A classe operária e a revolução burguesa*, cit., p. 94-5,

[73] Em 1927 comunistas e nacionalistas de esquerda declararam Wohan capital revolucionária da China após o rompimento com a direita nacionalista do *Kuomintang*. Em represália, o líder militar do *Kuomintang*, Chang Kai-Chek, ordenou às tropas nacionalistas destruírem todo o aparato do PC em Xangai, liquidando suas bases urbanas. Sobre as críticas ao PC da China feitas pela IC, Cf. *Resoluciones del V Congreso de la IC*. Pasado y Presente, n. 66, (primera parte), p. 110, e Pasado y Presente, n. 66, (segunda parte), p. 36-7.

dependentes.[74] O suporte encontrado pela IC para sustentar o *taticismo* das alianças fora esboçado no 8° item do programa da organização. Ele preconizava que a desigualdade da evolução capitalista suscitava diversos caminhos e ritmos de avanço na conquista do poder pelos trabalhadores e, por isso, fazia-se imprescindível distinguir etapas intermediárias para chegar à ditadura do proletariado:

> La diversidad de las condiciones de tránsito a la dictadura del proletariado y de las sendas que conducen a la misma en los distintos países, pueden concretarse, de un modo esquemático, en los tres tipos fundamentales siguientes:
>
> *Países de capitalismo de tipo superior* (Estados Unidos, Alemania, Inglaterra, etcétera) con potentes fuerzas productivas, con una producción centralizada en alto grado […], con un régimen político democraticoburgués establecido desde hace largo tiempo. En estos países la reivindicación esencial del programa, en el terreno político, es el paso directo a la dictadura del proletariado […]
>
> *Países de un nivel medio de desarrollo del capitalismo* (España, Portugal, Polonia, Hungría, países balcánicos, etcétera) con vestigios importantes de relaciones semifeudales en la economía agraria con un mínimo de elementos materiales necesarios para la edificación del socialismo, con un proceso de transformación democrática que se ha quedado a mitad del camino. En algunos de esos países es posible la transformación más o menos rápida de la revolución democraticoburguesa en revolución socialista; en otros, un tipo de revoluciones proletarias con un gran contingente de objetivos de carácter democraticoburgués […]
>
> *Los países coloniales y semicoloniales* (China, Índia, etcétera), *y los países dependientes* (Argentina, Brasil, etcétera), con germines de industria y, a veces, con un desarrollo industrial considerable, insuficiente sin embargo, para la edificación socialista independiente; con predominio de las relaciones feudal-medievales o relaciones de "modo asiático de producción", lo mismo en la economía del país que en su superestructura política; finalmente, con la concentración, en las manos de los

[74] Ricardo Antunes (1995, p. 25) assinala que na origem o qualificativo "dependente" não foi formulado pelas figuras mais proeminentes da IC que tradicionalmente expunham as questões a serem debatidas nos congressos. Na verdade ela foi proposta por um dos delegados da seção equatoriana, por entender que a aplicabilidade dos qualificativos "colonial" ou "semicolonial" para países como o Brasil e a Argentina era insatisfatória. No mesmo sentido, os delegados das demais seções latino-americanas "questionavam a validade da proposta de revolução democrático-burguesa nos países dependentes, [bem como] recusou-se a identificação direta dos latifúndios a relações de feudalidade. Estes, ao contrário, foram concebidos como expressão de frações da burguesia e postulou-se acerca da necessidade de alianças com os camponeses e a pequena burguesia, formulações que encontraram fortes resistências no interior da IC." *Cf*. Ricardo Antunes, "Os comunistas no Brasil; repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a primeira inflexão stalinista no Partido Comunista do Brasil". *Cardernos do AEL*. Campinas (IFCH), 1995, pp. 11-34.

> grupos imperialistas extranjeros de las empresas industriales, comerciales y bancarias más importantes, de los medios de transporte fundamentales, latifundios y plantaciones, etcétera. *En estos países adquiere una importancia central la lucha contra el feudalismo y las formas precapitalistas de explotación y el desarrollo consecuente de la revolución agraria por un lado y la lucha contra el imperialismo extranjero por otro. La transición a la dictadura del proletariado aquí es posible, como regla general, solamente a través de una serie de etapas preparatorias, como resultado de todo un periodo de transformación de la revolución democraticoburguesa en revolución socialista; edificar con éxito el socialismo es posible – en la mayoría de los casos – solo con el apoyo directo de los países de dictadura proletaria.*[75]

Findo o *VI Congresso Mundial*, a carta-programa oferecia às seções nacionais da IC uma espécie de "texto canônico", de evidente caráter determinista, a partir do qual os PCs deveriam situar em um esquema abstrato do "desenvolvimento social" o lugar ocupado pelas suas respectivas realidades nacionais a fim de definir a estratégia revolucionária mais "adequada", segundo a indicação do modelo. Neste aspecto, pouco diferindo da *ideologia burguesa do progresso*, de acordo com a qual cada acontecimento era interpretado como *momento* de marcha da humanidade em direção à liberdade – indubitavelmente manifesta nos debates internos da Segunda Internacional antes da guerra –, a *teoria da revolução por etapas* tinha como pressuposto uma concepção linear, unidirecional e, portanto, reificada da história, vazia de qualquer crítica dos avanços técnicos e do sistema produtivo existente. A única diferença era a ênfase no socialismo em lugar da liberdade.

Mas ao contrário dos corifeus da social-democracia, que baseando-se nesta *lei tendencial*, "fundavam uma prática política de espera pelo dia D em que uma crise econômico-social de monta levaria à ruína necessária do Estado burguês"[76], os comunistas recuperavam em parte o núcleo revolucionário original da teoria marxista, enfatizando o papel das massas trabalhadoras e da vanguarda política na condução do processo de transformação social. Não obstante ao mesmo tempo que resgatavam esta dimensão da luta revolucionária, a deturpavam, em

[75] *Resoluciones de VI Congreso de la Internacional Comunista*. Córdoba: Cuadernos Pasado y Presente (1977, pp. 286-7), *grifos* meus.
[76] José Paulo Netto. "Apresentação". In: Karl Korsch. *Marxismo e filosofia*, *cit*. p. 2008, p. 10.

> consequência das determinações históricas essencialmente defensivas a que as forças combatentes socialistas do período estavam sujeitas, na sua confrontação desigual com o capital. Estas determinações defensivas representavam um condicionamento esmagadoramente negativo, que Stalin, apologeticamente, transformou em virtude e modelo, frustrando e paralisando, assim, por décadas até mesmo a limitada dinâmica potencial do movimento socialista internacional.[77]

Em todo caso, estabelecido o modelo, nem sempre os comunistas das diferentes seções nacionais buscavam transplantá-lo de forma mecânica às realidades concretas de cada formação social. Era natural o processo de adaptação, muito embora o Comitê Executivo da IC reprovasse eventuais "desvios" de tática e "revisionismos pequeno-burgueses" – para utilizar as expressões da época – na atuação dos comunistas fora da União Soviética. No início de sua trajetória, o PCB foi um dos muitos casos de incidência da tentativa de conciliar os conteúdos programáticos de Moscou às singularidades históricas do processo social local, cujos resultados, fossem eles teóricos ou políticos, não vinham exatamente ao encontro das resoluções aprovadas no *Komintern*. Vejamos a seguir qual foi o caminho trilhado e as dificuldades defrontadas pelo Partidão para levar a cabo a estratégia socialista no Brasil.

[77] István Mészáros. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 1069.

CAPÍTULO II

O “MARXISMO-LENINISMO” DO PCB

1. O PCB e a Internacional Comunista

O Partido Comunista do Brasil (PCB) foi fundado em 1922 como consequência de uma crescente onda de inquietação social manifesta no seio do movimento operário durante a Primeira Guerra Mundial. No desenrolar do conflito, os fabricantes de São Paulo e do Rio de janeiro elevaram de forma desmesurada a jornada de trabalho e investiram em técnicas de aumento da produtividade por trabalhador sem, no entanto, elevar os salários. Com isso, pretendiam alcançar altas taxas de lucro produzindo basicamente bens de consumo imediato para atender a demanda interna de tais produtos, anteriormente adquiridos quase em sua totalidade por meio do comércio de importação. Conhecendo-se a ínfima capacidade instalada dos estabelecimentos industriais brasileiros daquele período, a superexploração do trabalho foi o método mais eficaz para fazer a massa de valor produzido crescer de acordo com a demanda. Como resultado, o movimento operário, ainda pouco organizado e de filiação majoritariamente anarco-sindicalista, paralisou em 1917 cerca de 70 mil trabalhadores.[78] A ausência de direitos, a arbitrariedade e a violência com que o Estado tratava a questão social (um caso de polícia) eram elementos adicionais que apenas aglutinaram os trabalhadores ao redor de pautas reformistas, incorporadas pelo primeiro núcleo dirigente do PCB – todos egressos do movimento anarquista.

A Revolução Bolchevique foi outro fator de importância ponderável para as lutas sociais no Brasil, pois, embora não pudesse inspirar levantes como os da Europa Central, em razão da distância, introduzia no movimento operário os elementos revolucionário e organizacional, bem como solidez ideológica e clareza de objetivos, pouco claros entre os anarquistas. O PCB resulta de um Congresso que reuniu alguns poucos trabalhadores e intelectuais simpáticos à ideologia "maxismalista" (termo pelo qual se conhecia o bolchevismo) em Niterói, visando fundar uma organização partidária (*partido* querendo significar *causa*) moldada nos 21 princípios redigidos por Lenin para aderir à IC. Foi assim que, ainda em 1922, data do *IV Congresso Mundial*, o partido ganha uma cadeira na Terceira Internacional como organização simpatizante.

Não interessa aqui recuperar o histórico de filiação do PCB às fileiras do *Movimento Comunista Internacional*. Consideramos que tarefa semelhante já fora realizada e com

[78] *Cf*. Cláudio Batalha. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

bastante êxito.[79] Mencionemos apenas que o partido não foi considerado plenamente livre de seus "desvios ultra-esquerdistas" até 1924 – momento de sua incorporação plena à IC. Justamente por isso, no transcorrer do biênio que separa o *IV* e *V Congressos* da IC, o núcleo dirigente do partido procurou adequar-se às exigências da *Carta Programa* de 1922. Como vimos, ela estabelecia uma estratégia revolucionária para os países de extração colonial e semi-colonial à qual o PCB aderiu como ponto de partida para pensar a revolução brasileira, suas características e estratégias para alcança-la.

Ponto de partida e não ponto de chegada, as diretivas do *IV Congresso da IC* ofereceram ao ex-militante anarquista Octávio Brandão o material necessário para um esboço teórico da linha política a ser assumida pelos comunistas no Brasil. Assim como Astrojildo Pereira, João da Costa Pimenta, Joaquim Barbosa, dentre outros, Octávio Brandão era membro efetivo do Comitê Central do PCB. Filiou-se ao partido ainda em 1922, poucos meses após a sua fundação e destacou-se desde o início pela audácia intelectual, cabendo-lhe "a primeira tentativa de interpretação da realidade brasileira à luz do marxismo"[80], cristalizada na pequena brochura *Agrarismo e Industrialismo.*

Publicado em 1926 sob o pseudônimo de Fritz Mayer e com local de edição falso (Buenos Aires), o texto figura na história do marxismo no Brasil como "a primeira análise sistemática sobre a sociedade brasileira inspirada no marxismo-leninismo"[81] justamente porque demarca uma primeira tentativa de particularização das coordenadas teóricas indicadas pela IC. De acordo com Silva (2007), apesar do texto ter sido amplamente criticado pela posteridade,

> "Dentro do seu contexto, o trabalho de Brandão foi um avanço. Rompeu [parcialmente] com as considerações raciais e naturais para a explicação do Brasil e conseguiu, mesmo com todo o seu esquematismo, antecipar eventos e desdobramentos da cena política brasileira, que nenhum conservador ou liberal jamais sonhara."[82]

---

[79] *Cf*. Dario Canale. *O surgimento da Seção Brasileira da Internacional Comunista*. São Paulo: Fundação Mauricio Grabois/Anita Garibaldi, 2013.
[80] Leandro Konder. *A derrota da dialética*. São Paulo: Expressão Popular, p. 2009, p. 182.
[81] Michel Zaidan. PCB (1922-1929), *cit*., p. 67.
[82] Angelo José da Silva. "tempo de fundadores". In: João Quartim de Moraes e Marcos Del Roio (org.) *História do marxismo no Brasil vol. 4*., 2007, p. 142-3.

A ruptura é apenas parcial, pois apesar de ter recorrido ao arsenal clássico do marxismo como a luta de classes, o estudo do desenvolvimento econômico, as relações políticas internacionais, etc., a análise de Brandão ainda carregava fortes traços do pensamento de Euclides da Cunha – referência inconteste para a intelectualidade crítica da Primeira República –, ele também tributário do determinismo racial e geográfico. Por outro lado, o dirigente comunista foi capaz de antever, e com grande acerto, o ascenso das lutas sociais e populares, insufladas permanentemente por um conteúdo radical de contestação da ordem e exigência de direitos.

O mote do ensaio de Brandão foi a revolta militar de 1924 promovida pelo movimento tenentista em São Paulo. O autor articula este episódio com o da revolta tenentista de 1922, no Rio de Janeiro, conhecido como *Dezoito do Forte* e previu ainda uma terceira revolta, que daria continuidade ao que ele denominava ser uma aberta guerra de classes no Brasil. Ao redor deste eixo, Brandão organiza toda sua exposição e as considerações analíticas que fazem a fama do livro na história do marxismo no Brasil. Ainda de acordo com Silva (*ibid*.), o cerne do ensaio, isto é, identificar os inimigos do povo, arquitetar uma estratégia de combate em aliança com a pequena-burguesia (os tenentes) e projetar alternativas de sublevação social contra o imperialismo, estrutura-se em três grandes eixos. Nas palavras de Brandão: as situações econômica, política e psicológica (ou ideológica).

De acordo com o autor, a economia brasileira dos anos 1920 era profundamente instável, em função de sua dependência da cafeicultura, corrompida pelo endividamento resultante das políticas de valorização artificial do café, sujeita a todas as flutuações do mercado financeiro, marcada pela corrosão inflacionária, a carestia e o colonialismo econômico disfarçado sob a tutela da Grã-Bretanha. A indústria, quase insignificante em face da economia agrária, que sequer possuía representantes no âmbito do Estado, reduzia-se ao litoral: "o Brasil é, portanto, um país agrário, país dominado pelo agrarismo e não pelo industrialismo, como a Alemanha"[83]

Politicamente, Brandão assinala que a burguesia brasileira dividia-se, de um lado, no setor agrário: esmagadoramente predominante, organizado nas seções estaduais do Partido Republicano e partidários do liberalismo, e, de outro, no setor industrial: pequeno, minoritário, desorganizado e igualmente partidário do liberalismo. Esta clivagem exprime uma contradição política que coloca ambos os setores em conflito, de um lado, a fração

[83] Octavio Brandão. *Agrarismo e Industrialismo.* São Paulo: Anita Garibaldi, 2006, p. 34.

atrasada e reacionária, ligada ao campo, o agrarismo, e de outro, a fração mais avançada, política e economicamente, ligada à indústria urbana, o industrialismo.[84] No contexto dos anos 1920, o controle da política fiscal, dos empréstimos financeiros, da dívida pública, em suma, do Estado e suas funções, encontrava-se sob controle dos agrários, mas apesar do diminuto peso político, os industriais tinham na pequena burguesia urbana revoltosa, representada no esquema de Brandão pelo tenentismo, o seu principal aliado na luta desigual contra o grande fazendeiro.

No que tange ao fator psicológico, ou ideológico, o autor de *Agrarismo e Industrialismo* ressalta o "espírito de revolta" e o "desejo de transformação social" que tomou conta da pequena-burguesia em face das suas desilusões com o liberalismo e a "via legal, jurídica, pacífica, reformista"[85] de obter melhorias, pregada pelas classes dominantes, mas em flagrante e permanente contraste com o "desprezo pelo pequeno-burguês", manifesto pelos industriais – não obstante o seu "espírito progressista, preocupação com o método, sede de renovação técnica" –, e com "a mentalidade reacionária do barão feudal".[86]

Em síntese, o ensaio ressaltava com veemência a natureza *semicolonial* da economia brasileira, de características predominantemente feudais e, no seu aspecto tático-estratégico, propunha a necessidade de uma *frente única momentânea* que reuniria em uma aliança o proletariado urbano e rural, a pequena burguesia revoltosa (sintetizada no movimento tenentista) e a grande burguesia industrial contra a elite cafeicultora e seu projeto feudal para o país: "O futuro do Brasil está na grande indústria centralizada – base objetiva da sociedade comunista"[87], escreveu.

Consciente das dificuldades de uma aliança *policlassista*, conforme propunha, o autor enfatizava a necessidade do combate às influências ideológicas burguesas e pequeno-burguesas sobre o proletariado a fim de construir sua "independência em face da pequena burguesia e das alianças com a burguesia 'progressista' e antiimperialista (sic)."[88] Em outras palavras, Brandão esforçava-se o máximo para adaptar o programa político do *IV Congresso*

---

[84] Angelo José da Silva. "Tempo de fundadores", *cit*., p. 145.
[85] *Ibid*., p. 28.
[86] *Ibid*., p. 47
[87] *Ibid*., p. 160.
[88] Antonio Carlos Mazzeo. *Sinfonía inacabada*, cit., pp. 54-56. "Não consintamos a menor influência da política e da ideologia pequeno-burguesas sobre o proletariado. Ataquemos a fraseologia pequeno-burguesa. Armemos, na hora precisa, os trabalhadores, subordinando-os politicamente ao seu partido, o Partido Comunista. Exijamos dos revoltosos pequeno-burgueses, concessões econômicas e políticas importantes" Octavio Brandão, *Agrarismo e Industrialismo*, cit., p. 133.

da IC, permeado pela *questão oriental*, à situação brasileira, fazendo maiores ou menores concessões às especificidades do processo político endógeno.

Porém, se é verdade que tal procedimento "fixava-se na consideração de um esquema teórico abstrato, admitido a priori e sem indagação prévia alguma acerca da aplicabilidade desse esquema à realidade brasileira."[89], como explicitou Caio Prado Júnior em sua crítica dos anos 1960, sugerindo que este e outros "pioneiros do comunismo brasileiro não dominavam suficientemente o marxismo para aplicá-lo, com o necessário rigor teórico, à análise da sociedade em que viviam"[90], deve-se reconhecer a precariedade da circulação das ideias de Marx no Brasil e na América Latina nos anos 1920, se comparada com o acesso aos textos de Marx e de marxistas renomados na virada dos anos 1940 para os anos 1950.[91] Resulta disto que em termos teóricos, com o pouco que se tinha a disposição, o Comitê Central do PCB, Brandão a frente, fez muito.

Ele foi responsável pela primeira tradução de *O manifesto comunista* no Brasil, em 1923, e a maioria dos artigos de Lenin ou Trotsky que circulavam na imprensa operária eram fundamentalmente voltados para a intervenção política ou de conteúdo programático, o que nos oferece em alguma medida evidências sobre as dificuldades no seio da nascente esquerda brasileira para se debater o método e a teoria de Marx e deles se apropriarem criticamente. Isso não significa que tanto as deficiências teóricas quanto as decisões políticas equivocadas, nelas inspiradas, não devam ser objeto de crítica. Ao contrário. A crítica não pode cair no equívoco de transpor o riquíssimo ambiente cultural dos anos 1960, no qual as ideias de Marx circulavam com muito maior intensidade, aos anos 1920, profundamente marcados pela "indigência intelectual das classes dominantes".[92]

---

[89] Caio Prado Júnior. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2014, p. 33.

[90] João Quartim de Moraes. "A evolução da consciência política dos comunistas brasileiros" In: *Idem* (org.) *Historia do marxismo no Brasil*, vol. 2. Campinas: 2007, p. 67.

[91] Florestan Fernandes, a pedido da editora Flama, coordenada por Hermínio Sachetta e ligada ao Partido Socialista Revolucionário, de procedência trotskista, traduziu a primeira edição de *Para a crítica da economia política, de Marx*, em 1949. Esta foi a primeira publicação que trazia como apêndice a Introdução suprimida do mesmo livro, no qual Marx faz considerações de cunho metodológico, relativas ao método de exposição dialético dos processos sociais. Já Caio Prado Jr. publicaria em 1933 um pequeno trabalho histórico sobre as revoltas populares ocorridas no Brasil, da Colônia ao ocaso do Império, intitulado *Evolução Política do Brasil*. Nele o historiador se propõe a "dar a síntese da evolução política do Brasil" a partir de "um método relativamente novo – refiro-me à interpretação materialista – de analisar a história brasileira [...]" Cf. Caio Prado Júnior. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2012, p. 9. Em virtude das condições políticas desfavoráveis, o livro não foi amplamente reconhecido até a sua segunda edição, em 1947. Analisamos detidamente o livro no cap. 3.

[92] João Quartim de Moraes. "Evolução da consciência política dos comunistas brasileiros", *cit.*, p. 56.

No entanto, para além das querelas da *marxometria*, *Agrarismo e Industrialismo*, em que pese simplismo e a trivialidade com que expõe a estratégia revolucionária para o Brasil, tratava-se de uma tentativa genuína de apontar caminhos para a revolução brasileira. O caminho escolhido foi o da *revolução democrático-pequeno-burguesa* e se não há nenhuma referência nos documentos da IC que discorra sobre o caráter revolucionário da pequena burguesia, podemos supor, como faz Zaidan (1989), que Brandão era dotado de um mínimo de sensibilidade para conceber as diferenças entre o processo russo e o brasileiro, que desenrolava-se diante dos seus olhos, embora não dispusesse do instrumental analítico mais adequado para apreender tais diferenças. Em todo caso, veremos na seção a seguir, o ensaio de Brandão foi decisivo para forjar um programa e uma tática políticos para o PCB. Igualmente, todas as críticas direcionadas pelo *Komintern* às "vacilações" do partido e seu grupo dirigente no decorrer dos anos 1920 encontram suas raízes em *Agrarismo e Industrialismo*.

2. O PCB na contramão: a revolução democrático-pequeno-burguesa.

A ausência de uma teoria crítica e autocrítica da transição limitou severamente o alcance do debate intelectual e político tanto na Rússia Soviética quanto no restante do mundo onde havia seções nacionais da IC, "na medida em que o 'caminho soviético para o socialismo' veio a ser proclamado como modelo compulsório para toda a transformação socialista possível, e acriticamente adotado como tal pelos integrantes do Comintern (sic)"[93]. É, deveras, sintomático que a teoria da transição tenha degenerado "de um lado, no beco sem saída do voluntarismo stalinista, e, de outro, nas suas várias negações abstratas".[94] Neste particular, as seções do mundo colonial, semicolonial e dependente, no qual encaixava-se forçosamente a América Latina, não fugiram à regra.

Isto posto, se adotamos o diagnóstico de Michael Löwy, endossaríamos a assertiva de que a criatividade do marxismo latino-americano estava condenada à inanição. Contudo, nos parece que Löwy acidentalmente transpõe os efeitos da censura do *Komintern* sobre Georg Lukács e Karl Korsch, nos episódios de *História e consciência de classe e Marxismo e filosofia*, em 1924, à relação que os "teóricos" do marxismo latino-americano mantinham com

[93] István Mészáros. *Para além do capital, cit.*, p. 1068.
[94] *Ibid*.

a IC. De fato, a censura existiu e se fez pesar sobre todos os PCs filiados, fossem eles europeus, asiáticos ou latino-americanos. Ocorre que em função da distância física e da posição secundária que as seções latinas ocupavam em face dos interesses de Moscou, nem o *Komintern*, tampouco seus representantes em Buenos Aires, não se dariam o trabalho de interferir no debate brasileiro, por exemplo, como o fez nos casos dos dirigentes húngaro e alemão.

As intervenções diretas começariam a ocorrer, e com firmeza, somente a partir de 1929, quando o *Komintern* passou a ser intensamente interpelado por Stalin – período descrito na literatura como "segunda fase de bolchevização do Movimento Comunista Internacional". Mas neste caso, a censura foi generalizada: veja-se, os episódios das *teses de Blum*[95], novamente envolvendo Georg Lukács, e do *Bloco Operário Camponês* (BOC), descrito logo mais, articulado por Octavio Brandão.

Se nos detivermos basicamente no caso do PCB dos anos 1920, cujo núcleo dirigente era composto por homens de perfil intelectualizado, veremos que, de acordo com o que foi exposto até aqui, o ensaio *Agrarismo e Industrialismo* (1926) e as demais formulações do partido na imprensa operária, com todas as suas deficiências quanto a "análise objetiva da estrutura de classes na sociedade brasileira e das relações mantidas entre estas classes, em vista dos interesses da classe operária"[96], em lugar de curvarem-se *totalmente* às orientações ideológicas de Moscou, subordinaram-se apenas *relativamente* à elas, abrindo espaço para elaborações teórico-políticas próprias, calcadas na especificidade da via assumida pelo capitalismo no Brasil.

De acordo com Zaidan (1985; 1989), que insiste nesta tese a partir da crítica que faz *à escola historicista de campinas* (basicamente Edgard de Decca), os comunistas brasileiros sustentarão a estratégia política do partido na teoria da *revolução democrática pequeno-burguesa*, tal como Brandão a teria tracejado no ensaio de 1924 e aperfeiçoado em uma intervenção preparada para a tribuna de debates do *III Congresso do PCB*, ocorrido em 1929

[95] Blum era o codinome de Lukács na clandestinidade. Na contracorrente das teses do Movimento Comunista Internacional, as teses de Blum (1928) assinalavam a importância dos comunistas firmarem alianças com a social-democracia a fim de barrar o crescimento desproporcional do fascismo. A proposta de uma ditadura democrática chocava-se as orientações da carta-programa extraída do *VI Congresso da IC*, pois gerava uma interpretação alternativa e historicamente situada da revolução social em um país de "nível médio do desenvolvimento capitalista" (supra), como a Hungria e o restante da Europa Central. Como é sabido, para não ser expulso do partido, Lukács fez uma autocrítica, renegando sua análise em nome da unidade movimento comunista.

[96] Michel Zaidan. *Comunistas em céu aberto (1922-1930)*. Belo Horizonte; Oficina de Livros, 1989, p. 13.

– no qual suas observações foram suplantadas pelo esquema de análise proposto pelo representante da IC no SSA, em favor da estratégia já definida por Moscou para os países coloniais, semicoloniais e dependentes, ou seja, a *revolução democrático-burguesa*, antifeudal e anti-imperialista.

O nó górdio da proposta revolucionária do PCB que causava alarde nas fileiras do *Komintern* estava na sua base social, isto é, a pequena burguesia urbana (ou classe média, numa terminologia mais "sonora")[97], representada no ambiente de contestação dos anos 1920 pelo movimento tenentista, antes mencionado. Como é sabido, desde a constituição do Estado Nacional emancipado, no início do século XIX, a história política do Brasil caracterizou-se pela marginalização de largas parcelas dos estratos populares, em geral relegadas ao poder pessoal e patrimonial da emblemática figura do proprietário de terras, senhor de grandes domínios e almas, na terminologia da época (escravismo, coronelismo).

Entretanto, no caso da pequena burguesia urbana, a relação com o Estado foi um tanto pendular, ora sendo incorporada na administração pública, ora aproximando-se dos *movimentos sociais* menos integrados ao pacto de poder gerenciado pelas classes dominantes. Este último caso caracteriza bem sua adesão ao tenentismo durante a Primeira República, principalmente por que uma das únicas, senão a única via de (difícil) acesso à ossatura do Estado (liberal) por parte das camadas médias urbanas era a instituição militar, ela também imbuída, neste contexto, da perspectiva ideológica liberal que norteava o Estado e as classes dominantes. Neste quadro, ao passo que reivindicações tipicamente liberais por "representação e justiça" ganhavam amplitude, impulsionadas pelos setores oligárquicos de oposição, catalisavam as aspirações "democráticas" da pequena-burguesia, insatisfeita também com os efeitos negativos da claudicante conjuntura econômica dos anos que antecedem a *Revolução de 30*.

As dificuldades no campo da economia não eram próprias do momento, mas é inegável que o incremento dos seus efeitos foi crucial para acarretar o empobrecimento das populações urbanas. Ao eclodir a Primeira Guerra Mundial na Europa, a economia brasileira,

[97] Embora impreciso e problemático, o termo pequena burguesia urbana designava, assim como em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, de Marx, o conjunto de profissionais liberais, comerciantes e arrendatários das zonas urbanas. No decorrer dos anos 1940-50, por influência da sociologia norte-americana, estes profissionais passariam a ser classificados como pertencentes à classe média urbana. Vale lembrar que a IC, também apoiada em textos de Marx e Engels, enxergava no camponês europeu um pequeno proprietário rural de classe média e, por isso, conservador, senão reacionário. Para efeitos de organização do argumento, utilizarei o termo *pequena burguesia*, às vezes acrescido pelo adjetivo *urbana*, de acordo com o vocabulário empregado pelos comunistas brasileiros.

cronicamente dependente da demanda internacional por café, sofrerá duros golpes com o cancelamento de contratos – o valor do produto era especulado nas bolsas de Londres e São Paulo mesmo antes de ser plantado – e com a drástica redução das importações de bens básicos, que abasteciam o mercado interno.

Uma vez que os produtores brasileiros controlavam cerca de 70% da produção mundial de café, eram capazes de controlar também as cotações do produto através da formação de estoques, garantindo lucros altíssimos, mas contribuindo paulatinamente para o enrijecimento da cultura cafeeira, isto é, o aproveitamento de terras cultiváveis exclusivamente para o plantio do produto em detrimento de outros, como trigo, arroz, feijão, algodão ou mesmo pastagens para gado leiteiro e de abate.

Em consequência, a cesta básica, o vestuário e outros produtos de primeira necessidade das classes populares e médias dependiam quase exclusivamente da importação. Se a cultura do café ocupava a maior parte das terras disponíveis em função da prosperidade dos negócios e com a guerra as importações diminuíram, evidentemente os preços dos bens mais básicos dispararam e era uma questão de tempo até que as crises de abastecimento assolassem a população com o flagelo da fome. Com esse choque internacional, a pequena indústria da cidade de São Paulo e do então Distrito Federal teve condições de abastecer – dentro dos seus parcos limites e ao custo de intensificação da capacidade instalada (leia-se exploração desmesurada da força de trabalho) – o mercado interno.[98] Finda a guerra e com a recuperação do fluxo de importações, os industriais sentiram-se prejudicados, pois alegavam não terem condições de competir com produtos europeus (de qualidade superior), passando a alimentar o clima de oposição ao fantasma da oligarquia e sua política econômica livre-cambista retrógrada.

Já entre os trabalhadores, majoritariamente anarco-sindicalistas e pouco organizados, a inquietação social alimentou o movimento grevista articulador das duas maiores greves da primeira metade do século XX, em 1917 e 1919, além de outras menores, aparecendo entre as suas exigências reivindicações por aumentos salariais e direitos[99]. Igualmente, embora os tenentes não estivessem envolvidos diretamente na arena de luta entre *capital* e *trabalho*, sua insatisfação com a estrutura de poder também era nutrida por motivos econômicos: soldos

[98] Para análises detalhadas sobre a relação entre cafeicultura, industrialização e capitalismo, vide Sérgio Silva. *Expansão cafeeira e as origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986; Wilson Cano. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas, 2007; e João Manuel Cardoso de Mello. *Capitalismo tardio*. São Paulo: Unesp, 2009.

[99] *Cf*. Edgard de Decca. O silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1987.

baixos, lentidão nas promoções hierárquicas e a escassez de recursos no exército, provocada pela situação de abandono em que a instituição era colocada por parte do governo, cujos empréstimos nos bancos ingleses para estabilizar os preços do café e as consequentes exigências de saneamento financeiro a fim de captar mais empréstimos, desestabilizavam as contas públicas e resultavam em cortes de recursos que afetavam de forma sensível os militares de baixa patente. A primeira revolta tenentista ocorreu em 1922, na capital federal e foi contida em um dia. A segunda, dois anos mais tarde, ocupou São Paulo por 23 dias e contou com a colaboração do movimento operário e do PCB, apenas dois anos depois de sua fundação.

Toda a década de 1920 foi, portanto, muito instável e, na leitura dos comunistas, propícia a um levante que conduzisse à "revolução democrático-burguesa, [mas] dirigida pela pequena burguesia urbana e apoiada pelo proletariado e sua vanguarda política, cuja tarefa seria transmutar a revolução burguesa em revolução proletária (conforme o 'modelo' da revolução permanente [no sentido leninista])"[100]. Nas teses de *Agrarismo e Industrialismo*[101] e outras publicações na imprensa operária, o estrato pequeno-burguês estava mais próximo do projeto industrialista do que a própria burguesia industrial, extremamente débil em face do imperialismo – eleito o principal inimigo do proletariado. Uma vez que a indústria era ainda muito incipiente no Brasil, limitando-se a São Paulo, Distrito Federal e algumas adjacências, e parte dela controlada pelo imperialismo (eletricidade, gás, ferrovias), o *grosso* do proletariado não estava nas cidades, mas no campo, submetido a relações de dominação na grande propriedade *feudal*. Logo, era necessário mobilizá-lo em torno de palavras de ordem simples e concretas, como *reforma agrária*, e conquistá-lo como aliado do proletariado industrial. Não obstante, ainda caberia à pequena burguesia progressista (os tenentes) o papel de deflagrar a luta armada.

Contudo, assinala a literatura compulsada, o movimento tenentista encontrava seus limites de radicalidade na relação orgânica que mantinha com o liberalismo – mesmo nos momentos em que as intenções ditatoriais de seus lideres parecessem sobrepujar o "programa

[100] Michel Zaidan. *Comunistas em céu aberto*, *cit*., p. 21. Intercalar meu. Apesar da expressão "revolução permanente" ser associada à Trotsky, Lenin utilizava o termo para designar a tática das forças sociais radicais em face das mais moderadas que compunham um único movimento revolucionário. Cabia aos primeiros impor, através da agitação, conquistas parciais aos segundos, impelindo-os irreversivelmente à defesa da causa operária. Em consequência, pressupõe-se que o proletariado constitua o polo radical nesta relação.

[101] É sintomático que Brandão reserve um considerável espaço em seu ensaio para dar tratamento à questão da dominação imperialista. Sua principal inspiração, sem sombra de dúvida, é *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*, de Lenin.

democrático" comum à oposição. Tanto é assim que, na revolta de 1924, em São Paulo, mesmo com os dirigentes do PCB exigindo – em acordo com as resoluções do *IV Congresso da IC* – independência do partido no movimento militar e liberdade de propaganda e agitação para os comunistas, os chefes militares recusaram-se armar os trabalhadores fabris mais radicais que se organizavam em batalhões populares, preferindo antes levar em consideração a advertência da burguesia industrial, reunida na *Associação Comercial de São Paulo*, e tomar medidas de segurança contra uma possível revolta operária na cidade[102], a exemplo das que ocorreram em 1917, 1919, 1920 e 1921.

Com a derrota do levante em São Paulo para as forças governistas e a decretação do Estado de Sítio (revogado apenas em 1926), o direito de organização e associação foi suspenso, colocando o movimento operário sob a mira da repressão estatal. Mesmo assim o PCB continuaria apoiando o movimento tenentista pequeno-burguês, inclusive em 1927, no episódio da *Coluna Prestes*. Mediante as dificuldades para organizar um levante e sob o implacável clima de perseguição e Estado de Sítio, o núcleo dirigente do partido articularia a formação de um Bloco Operário (mais tarde, Bloco Operário-Camponês, o BOC) a fim de concorrer às eleições legislativas federais, provinciais e locais. Nele estariam representadas as tendências comunista, reformista, anarquista, anarco-sindicalista e, mais tarde, trotskista[103] do movimento operário, sob a coordenação do PCB. Com isso, o partido consolidaria paulatinamente uma posição hegemônica sobre as demais tendências, no decorrer das décadas de 1930 e 1940, ainda que na ilegalidade.

A política de alianças com os tenentes e outras forças da oposição democrática não significavam adesão dos comunistas, tampouco do BOC, ao reformismo do Partido Democrático (PD) ou dos tenentes. Segundo assevera Decca (1981), tratava-se de uma atitude determinada pela conveniência política. O Partido Republicano tinha um histórico de repressão violenta ao movimento operário: não era uma questão política, mas, sim, de polícia, dizia Washington Luís. Se os liberais do PD os atacavam, denunciando seu autoritarismo, o núcleo dirigente do PCB encontrava neles um interlocutor momentâneo. Ademais, em inúmeros veículos de comunicação das várias forças sociais em conflito na delicada

[102] Michel Zaidan. *Comunistas em céu aberto*, *cit*., p. 15.

[103] A fração trotskista forma-se dentro do PCB no decorrer de 1927 e separa-se do partido em 1928 sob a liderança de Mário Pedrosa, Lívio Xavier, João Costa Pimenta, dentre outros. Igualmente, é necessário reconhecer o grau de sofisticação das formulações teóricas da "oposição de esquerda brasileira" neste período em relação às dos seus pares comunistas. Pelo menos desde 1931 a fração trotskista já estava convencida do caráter marcadamente capitalista da grande propriedade rural brasileira. Veja-se, por exemplo, Xavier e Pedrosa (1987).

conjuntura do final dos anos 1920, o termo "revolução" aparecia com muita frequência, ainda que carregando significados ambivalentes e contraditórios. Nada obstante, a circulação e popularidade da ideia de revolução era propícia para fazer chegar aos ouvidos de elementos dentro e fora do movimento operário a alternativa comunista. Era uma questão de hegemonia que o PCB não conseguiu impor.

Cumpre salientar, entretanto, que os avanços no plano da elaboração teórico-política dos comunistas sobre a revolução brasileira seriam interrompidos no final dos anos 1920 por decisões unilaterais do *Komintern*. Após o *VI Congresso*, a decisão da IC intervir com mais vigor nos PCs a ela filiados, já mencionada, visava combater os chamados "desvios" de esquerda e de direita no Movimento Comunista Internacional, a fim de neutralizar o trotskismo e as alianças dos comunistas com frações de classes da burguesia, nos países de capitalismo adiantado, e com segmentos da pequena burguesia, nos países de extração colonial e semicolonial.

Como vimos, desde 1924 o PCB mantinha-se em aliança com a pequena-burguesia, pois equivocadamente – reconhecia Brandão em 1957[104] – superestimava o papel dos revoltosos de Copacabana, São Paulo e da Coluna Prestes no processo revolucionário brasileiro e, portanto, encontrava-se na contramão das recomendações da IC. Uma vez que até 1927 a China e a instabilidade europeia monopolizavam a atenção da IC, e em que pese a existência do SSA desde 1925, os contatos dos comunistas sul-americanos com os dirigentes da IC eram consideravelmente limitados, o que explica em parte a autonomia relativa dos PCs da região, bem como as tentativas de reflexão teórico-política independentes, ainda que balizadas pelo *marxismo vulgar*. Não obstante, com o fracasso da insurreição na China e diante da ascensão do imperialismo norte-americano sobre o britânico, o *VI Congresso* decidia voltar-se com mais vigor à causa comunista na América Latina, delimitando a linha de atuação das seções nacionais de acordo com a *etapa* ou *estágio de desenvolvimento* dos países onde atuava.

Mas logo ficava claro que havia uma flagrante divergência entre a estratégia sugerida, por um lado, pela IC e a estratégia adotada, por outro, pelos PCs latino-americanos, inclusive o brasileiro. Por isso, o comissário especial da IC para o SSA, o suíço Hubert-Droz, que no *VI Congresso* apresentara um relatório sobre os países da América Latina – levando em consideração suas especificidades, mas sem o necessário aprofundamento –, recebera a incumbência de uniformizar a atuação dos PCs na região, e de condenar qualquer tática

[104] Octavio Brandão. *Agrarismo e Industrialismo*, *cit*., p. 192.

desviante, comunicando-a ao Comitê Executivo da IC para que medidas cautelares pudessem ser tomadas. E foi de fato o que ocorreu.

Em junho de 1929, por ocasião do I Conferência dos PCs da América Latina, Humbert-Droz 1) não poupou críticas à atuação do PCB frente ao BOC, demonstrando grandes preocupações quanto às possibilidades do segundo substituir o primeiro nas fileiras do movimento operário; 2) criticou-o por ter basicamente ignorado as massas camponesas (segundo a versão stalinista do marxismo-leninismo); 3) reprovou o *reboquismo* dos comunistas brasileiros aos líderes tenentistas; e 4) condenou a postura "menchevique" do núcleo dirigente do PCB por não ser capaz de neutralizar dentro do movimento e no seio do proletariado os elementos perniciosos da ideologia reformista pequeno-burguesa[105]. Em suma, os *desvios de direita* precisavam ser sanados e, portanto, o partido deveria alinhar-se às diretrizes da IC. Nas palavras de Zaidan (1989):

> A revolução brasileira deixa de ser "democrático-pequeno-burguesa" para se tornar "democrático-burguesa" anti-imperialista. Em consequência, suas tarefas mudam bruscamente, da mera conquista das liberdades democráticas para a revolução agrária anti-imperialista. O eixo das alianças passa da busca de contatos com a pequena burguesia (urbana) "revolucionária" para a aliança com as massas camponesas [...], tendo-se em vista a formação de *soviets* antes e depois da revolução, na perspectiva da criação de uma dualidade de poderes. De modo semelhante, a burguesia é empurrada para o lado dos latifundiários e do imperialismo; entendendo-se que ela constitui um mero apêndice econômico do capital financeiro e a outra face do capital agrário e, portanto, sem nenhuma autonomia de classe para ser aliada confiável do proletariado e seu partido.[106]

Às vésperas da Revolução de 1930, ao ratificar docilmente as críticas à experiência dos anos 1920 e reordenar sua estratégia revolucionária, o PCB isolou-se das demais forças que compunham a frente de oposição à oligarquia cafeeira, inclusive do próprio movimento operário, ainda fragilmente organizado, mas que, como vimos, radicalizava o teor de suas reivindicações por direitos. O desfecho do embate entre o Brasil agrário e o Brasil industrial, entre o Brasil rural e o Brasil urbano, aventado em *Agrarismo e Industrialismo*, como é

[105] Ver Antonio Carlos Mazzeo. *Sinfonia inacabada*, *cit*., pp. 56-7 e Michel Zaidan. PCB (1922-1929), *cit*., 1985, p. 92 *et*. *seq*.
[106] Michel Zaidan. *Comunistas em céu aberto*, *cit*., 1989, pp. 53-4.

sabido, resolveu-se parcialmente em 1930, reacomodando as oligarquias "desfavorecidas" no novo pacto de poder e firmando compromissos com a burguesia industrial, no sentido de favorecer e estimular a "indústria nacional"; incorporando a pequena burguesia na estrutura burocrática do Estado, redimensionada a partir de então; e atendendo (parcial e momentaneamente) às reivindicações dos trabalhadores fabris, integrando-os à esfera dos direitos sociais, cuja CLT, em 1943, é o marco simbólico.

O PCB, contudo, foi excluído do processo, em parte porque manteve-se aguerrido às determinações táticas da IC, redundando no referido isolamento, e também porque o terrorismo ideológico, incendiado pela *Intentona de 1935* – como veremos no capítulo seguinte, quando estudaremos as inovações no campo do marxismo promovidas pela obra historiográfica Caio Prado Júnior –, começava a dar seus primeiros passos, atiçando em meio à agitada atmosfera política o perigo do comunismo, a exemplo do que aconteceu em 1937 para justificar o golpe de Estado que instituiria o *Estado Novo*. Para usar a expressão de Edgard Salvatori de Decca (1981), o PCB foi silenciado e vencido em 1930.

3. O PCB pós-1945: revolução democrático-burguesa e nacionalismo

Depois do fracasso da intentona de 1935 e durante todo o Estado Novo, o PCB permaneceu na penumbra, praticamente sem qualquer expressão no cenário político nacional. Com grande parte dos seus quadros na prisão – dentre eles, o ex-líder tenentista Luís Carlos Prestes, filiado à organização desde 1934[107] – e em meio a repressão por parte do Estado, o núcleo dirigente optou pela alternativa que lhes parecia mais prudente em face do clima de cerrada perseguição política: qual seja, a sobrevivência física do partido. Com esse fim foi criada a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) e a partir da entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados, o partido adota a estratégia política de União Nacional, caracterizada, grosso modo, pela aproximação com a "burguesia nacional progressista", nos moldes das frentes antifascistas estimuladas pelo *VII Congresso da IC*, ocorrido em 1935.

Contudo, o partido só teria condições de se recompor "no bojo do movimento geral de democratização do imediato pós-guerra" mediante concessão de anistia de todos os "crimes

[107] Apesar de aproximar-se do PCB desde o início da década de 1930, os comunistas brasileiros opunham-se à sua filiação ao partido por identificarem no líder tenentista a linha política nacionalista pequeno-burguesa que acabavam de renegar. O impasse foi resolvido apenas em 1934 por ordem expressa do Comitê Executivo da IC.

políticos" praticados desde 1934 e restabelecimento do calendário e da justiça eleitorais, em maio de 1945, suspensos desde o golpe do *Estado Novo*. Na nova conjuntura, propícia para a recomposição do partido em novas bases, "o PCB tornou-se uma organização de massas, que contava com cerca de 200 mil membros e alcançava 10% do eleitorado nacional"[108]. O governo eleito, do general Eurico Gaspar Dutra (1946-1950)

> "entronizou no poder uma coligação de forças comprometida com um projeto de desenvolvimento que pretendia destruir as bases lançadas por Vargas durante o Estado Novo. Em vez do nacional-estatismo, uma perspectiva *internacionalista liberal*. No lugar da ambição autonomista, a aliança incondicional com os Estados Unidos. Em vez da ênfase industrialista, nostalgia agrário-exportadora. Em relação aos trabalhadores, não mais as propostas de integração e conciliação, mas repressão bruta aos sindicatos e às lutas sociais."[109]

Em suma, um governo declaradamente anticomunista (lembremos os flertes de Goes Monteiro e Dutra com Hitler entre 1937 e 1941), ideologicamente alinhado com interesses internacionais anticomunistas, além de economicamente retrógrado e politicamente repressivo: eram as sombras da Guerra Fria que começavam se projetar sobre diversos contextos nacionais, inclusive o brasileiro.

Neste novo contexto, agora sob o secretariado geral de Prestes, os comunistas lançar-se-iam em um amplo e profundo trabalho de base nas periferias das zonas urbanas a fim de sanar a notória debilidade ideológica nos meios operários e populares, característica dos anos 1920. Através dos *Comitês Democráticos e Populares* (CDPs) e das *Sociedades de Amigos de Bairro* (SABs), o *partidão*, além de empenhar-se na organização da democracia de base, objetivando a rotinização da luta social nos estratos populares e médios em torno dos problemas cotidianos dos bairros, divulgava as ideias específicas do comunismo na periferia do capitalismo, isto é, a luta pelos interesses populares, consolidação da democracia popular e

[108] Ricardo Bielschowsky. *Pensamento econômico brasileiro*, 2012, p. 185. Yedo Fiúza, candidato do PCB ao pleito presidencial de dezembro de 1945, então praticamente desconhecido antes da campanha, foi sufragado por 10% do eleitorado. Com expressiva votação nos meios urbanos.

[109] Daniel Aarão Reis "Entre reforma e revolução: a trajetória do partido comunista no Brasil". In: Marcelo Ridenti & Daniel Aarão Reis (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2007, pp. 77-8. Grifos do autor.

da democracia representativa e combate aos interesses do imperialismo estadunidense no Brasil.[110]

No caso dos CDPs, Duarte (2008) sublinha que o fato do PCB endossar como eixo de mobilização popular os problemas concretos enfrentados pelas famílias trabalhadoras nos bairros operários (iluminação pública, calçamento, transporte, segurança, lazer e educação para as crianças) acabava por expor uma fratura dentro do próprio partido, reflexo de sua própria organização burocrática, que dava margem à metáfora da existência de dois PCs: o partido das ruas, praças, festas populares e partidas de futebol, dos bairros operários e das fábricas, preocupado com as demandas dos trabalhadores e identificado com os seus interesses imediatos e necessidades corriqueiras, e o partido da temperança e da moderação, identificado com o projeto do núcleo dirigente de projetar o PCB na arena política nacional[111] e evitar possíveis retaliações por parte do governo.

Esta última dimensão – do partido capaz de jogar de acordo com as regras da democracia burguesa – acompanhará a trajetória da agremiação até o golpe de 1964, com maior ou menos intensidade a depender da correlação de forças em jogo. Em lugar de organizar levantes, como o de 1935, o núcleo dirigente acreditava que o PCB teria maiores condições de lutar contra o imperialismo e seu agente interno, o latifúndio *feudal*, pela via que o Estado burguês lhe garantia legalmente, ou seja, por meio da competição eleitoral e demais "formas de luta cada vez mais vigorosas, mas legais"[112]. Ocorre que a partir de 1948 inclusive o caminho legalista encontrava-se bloqueado.

Desde 1946 tramitava na justiça eleitoral um pedido de cassação da legenda representada no Superior Tribunal Eleitoral pelo deputado Barreto Pinto, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). "A fundamentação jurídica do pedido era pífia"[113], tanto que o procurador responsável pelo processo recomendou o seu arquivamento. Contudo, na decisão final, em maio de 1947, por três votos a dois, o pedido foi aceito. O bom desempenho dos candidatos do PCB nas eleições de 1945 e de janeiro de 1947 – estas para governos e

---

[110] Para detalhes sobre a experiência os CDPs e SABs em São Paulo, ver Adriano Duarte. "'Em busca de um lugar no mundo': movimentos sociais e política na cidade de São Paulo nas décadas de 1940 e 50". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 42, 2008. Para os CDPs em Salvador, *cf*. Raquel de Oliveira Silva. "Comitês Democráticos e Populares: a interação entre comunistas e a 'plebe' em Salvador". *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. ANPUH,* 2011.

[111] Adriano Luiz Duarte. "Em busca de um lugar no mundo: movimentos sociais e política na cidade de São Paulo nas décadas de 1940 e 50". Rio de Janeiro: *Estudos Históricos*, vo. 21, n. 42. (2008, pp. 199-200).

[112] PCB *apud*. Edgard Carone. "Declaração sobre a política do PCB (Março de 1958)". In: CARONE, Edgard (org., 1982). *O PCB, vol. II*. São Paulo: Difel, 1982.

[113] Daniel Aarão Reis. "Entre reforma e revolução: a trajetória do partido comunista no Brasil", *cit*., p. 80.

assembleias estaduais, mais uma vez perfazendo 10% dos votos – e, consequentemente, o receio de que o partido crescesse nos anos subsequentes, suscitou enorme inquietação em diversos setores do espectro político brasileiro, das visceralmente anticomunistas elites intelectuais e políticas até os aliados trabalhistas e socialistas, resultando em campanhas caluniosas e no clima intoxicado que envolvia o momento.

As cassações dos mandatos dos vários deputados federais e estaduais eleitos e o impedimento das candidaturas para as eleições municipais de novembro de 1947 obrigaram vários militantes comunistas abrigarem-se em outras legendas a fim de evitar o banimento completo da esfera pública institucional.[114] O PCB posicionou-se publicamente radicalizando o discurso. "O governo foi denunciado como de 'traição nacional', constituído por 'cínicos fantoches que trocavam o uniforme nacional pela libré dos lacaios de Truman e de Wall Street'. As classes dominantes voltavam às formas ditatoriais porque '[...] necessitavam da violência para dominar e servir o patrão imperialista.'"[115] Foi também um momento de ruptura do coleguismo com os trabalhistas e socialistas, igualmente acusados de peleguismo e compromisso com os interesses reacionários.

Em termos teóricos, referindo-se ao partido da *grande política*, para usar uma expressão do léxico gramsciano, Octavio Ianni (1984) sustentou que independente do tom do discurso, durante todo o regime constitucional de 1946 o PCB teria sido o principal porta-voz de um projeto político para o país apoiado em uma série de medidas que beneficiassem o desenvolvimento das forças produtivas nacionais a fim de multiplicar o contingente do proletariado industrial e constituir uma sólida base econômica que desencadeasse, finalmente, uma *revolução democrático-burguesa* capaz de enfraquecer a dominação imperialista norte-americana e suplantar os interesses do seu principal aliado interno, o latifúndio.

Superada esta etapa, caberia ao proletariado assumir a vanguarda da revolução e deflagrar o processo de transição ao socialismo, agora tornado possível, sobretudo, pela existência de uma base material capaz de sustenta-lo. Sinteticamente, escreve ele:

---

[114] Nas eleições para a Câmara de Vereadores de São Paulo, 15 parlamentares originalmente filiados ao PCB foram eleitos concorrendo pelo Partido Social Trabalhista (PST). Conhecidos como "candidatos de Prestes", ao todo representavam 1/3 da Câmara dos Vereadores. Porém todos tiveram seu registro de candidatura cassados pelo TSE às vésperas da posse.

[115] Daniel Aarão Reis "Entre reforma e revolução: a trajetória do partido comunista no Brasil", *cit.*, p. 81.

> Ao longo dos anos 1945-64, o Partido Comunista do Brasil (PCB) defendeu um modelo de desenvolvimento político e econômico que implicava na consolidação e no crescimento do capitalismo nacional. Esse modelo baseava-se na constatação de que havia no país uma economia dependente, mas com potencialidade para tornar-se autônoma, auto-sustentada, com centros de decisão nacionais. Para tornar-se autônoma, nacional, a economia brasileira deveria ser impulsionada por um regime político apoiado numa aliança de classes urbanas e rurais. Nessa aliança, a burguesia nacional deveria representar um papel de vanguarda, secundada pelo proletariado industrial; representar o seu papel de classe social, explorando suas potencialidades para conquistar a hegemonia econômica e política. A dificuldade maior era vencer o latifundismo e o imperialismo. O "regime democrático popular" no qual se realizaria o modelo deveria resultar de uma "revolução democrático-burguesa de conteúdo antifeudal e anti-imperialista". Essa revolução seria realizada principalmente com base numa aliança do proletariado com a burguesia, além do apoio de camponeses e outras classes ou grupos subalternos, na cidade e no campo. E caberia à burguesia nacional realizar, desse modo, a sua possível hegemonia. Para o PCB, a vitória de um regime nacionalista, em termos políticos e econômicos, ou da revolução democrático burguesa, seria uma etapa necessária à transição para o socialismo.[116]

A primeira vista, a única mudança em relação à tática adotada nos anos 1920 remonta à questão das alianças com os setores médios, substituídos no pós-1945 pela "burguesia nacional", que assumiria o papel de vanguarda na luta antifeudal e anti-imperialista. É verdade que este pormenor correspondia às diretrizes estabelecidas pelo Movimento Comunista Internacional, ainda sob o controle da burocracia liderada por Stalin, destinadas às colônias e semicolônias, e tratar-se-ia, portanto, de ponto pacífico. No entanto, houve mudanças substanciais introduzidas, sobretudo, pela *Declaração de Março de 1958*, principalmente no tocante às questões *desenvolvimentista* e *nacionalista*, que merecem a nossa atenção, justamente pelo destaque que foi dado ao papel da burguesia autóctone na promoção do desenvolvimento autônomo e independente da "economia nacional".

Era a primeira vez que o PCB reconhecia a realidade do desenvolvimento capitalista em curso no país, propondo-se superar o desdém e o pessimismo que caracterizaram a análise do partido sobre o processo de industrialização brasileiro, iniciado na década de 1930, sob o comando do Estado.[117] Grosso modo, o novo-velho Brasil que emergia do pós-guerra

[116] Octavio Ianni. *O ciclo da revolução burguesa*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 47.
[117] Para detalhes, *cf*. Ricardo Bielschowsky. *Pensamento econômico brasileiro*, *cit*., 2012, pp. 184-192.

impunha novas condições objetivas à teorização sobre as bases materiais da sociedade brasileira em que se travariam os embates políticos de transição ao socialismo. Logo, assim como antes, a reflexão teórica está subordinada à discussão sobre a plataforma política mais adequada a promoção desta transição. Mas, no caso dos países de extração colonial e semicolonial, ela passaria necessariamente pela "etapa da revolução burguesa de caráter nacional e democrática", assim como foi definido pelo esquema estratégico do *VI Congresso da IC*, em 1928.

Como é perceptível, o PCB não havia se desvencilhado do velho jargão da Terceira Internacional e, consequentemente, encontrava-se saturado do velho "etapismo" – caracterizado na seção acima – tão caro ao marxismo de matriz stalinista, apesar da marcha acelerada do processo de *desestalinização* que, ao fim e ao cabo, foi um dos fatores que conduziram à *Declaração de Março*. Ora, se era necessário concluir a etapa da revolução democrático-burguesa (ou "nacional-democrática") antes de lançar-se à revolução proletária socialista, segundo estabelecia o cânone dogmático, o partido não apenas deixava-se conter pela camisa de força do esquematismo teórico – com implicações diretas na sua práxis política –, mas aproximava-se também de certos postulados das teorias da modernização que nutriam outras correntes do pensamento político e econômico, como o *reformismo nacional-desenvolvimentista cepalino*.[118]

No seu debate interno, o partido avaliava, em consonância com uma de suas concepções mais duradouras, que "o país passava por um processo de superação da economia colonial

[118] A expressão "cepalino" remete ao conjunto de intelectuais de alguma forma ligados à Comissão Econômica Para a América Latina, a CEPAL. Sediada em Santiago do Chile, a *comissão* foi criada em 1949 no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), destacando-se dentre as demais comissões criadas nos outros continentes por ter criado um pensamento enraizado. A literatura especializada em história do pensamento econômico indica que desde a sua origem até meados dos anos 1970 a questão básica da CEPAL era explicar o atraso da América Latina em relação aos chamados centros desenvolvidos e encontrar meios de superá-lo. Não por acaso, a grande aposta da organização residiu exatamente no projeto de industrialização da América Latina, amparado nas famosas políticas de *substituição de importações* como via mais "eficaz" para deixar o "atoleiro" do subdesenvolvimento e alcançar níveis de diferenciação social e econômica semelhantes aos dos chamados "países desenvolvidos" – se implementado de forma planejada e politicamente responsável. Todavia, não é difícil encontrar por trás de tal concepção de desenvolvimento, alguns dos postulados das teorias da modernização, como, por exemplo, a ideia de passagem do tradicional ao moderno e o suposto, segundo o qual, o subdesenvolvimento é uma etapa prévia do desenvolvimento pleno (considerado um *continuum*) que seria acessível a todos os países que se esforçassem por reunir as condições adequadas – o que não deixa de sugerir também certo *etapismo* na análise, mas com a diferença de incorporar especificidades e formulações locais, tornando o desenvolvimentismo cepalino muito mais um produto da teoria do desenvolvimento do que uma cópia dela. Já na perspectiva crítica do marxismo, o pensamento cepalino não seria outra coisa senão expressão da *consciência burguesa possível* nos marcos capitalismo dependente, tendo cumprido um papel importante na formulação de uma ideologia nacional-desenvolvimentista para uma burguesia nacional que, a rigor, nunca existiu. *Cf.* Nildo Ouriques. *O colapso do figurino francês*. Florianópolis: Insular, 2015, p. 41.

exportadora e de transição para uma economia industrial moderna"[119], e, por tal razão, a luta política dava-se em torno do fortalecimento da economia nacional em oposição à economia colonial: o mercado interno em oposição à dominação econômica estrangeira, como havia assinalado Brandão já em meados dos anos 1920. Mas, ao contrário do que ocorrera na época da aliança com o movimento dos tenentes, não havia mais espaço para adotar como tática de combate e enfrentamento de rua. O malogro das experiências passadas e o isolamento catatônico em que se viu após o suicídio de Vargas (1954) levaram o partido a valorizar a questão democrática e, portanto, "tentar intervir nos rumos do desenvolvimento [no pós-1958] através da pressão sobre o Estado e das campanhas nacionalistas"[120], o que significava, em outros termos, participar ativamente da política institucional.

A feitura de um inédito liame com determinadas forças políticas acomodadas na estrutura do Estado e da burocracia pública durante o governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961) dava algum relevo à aposta do PCB na viabilidade de um capitalismo monopolista de Estado, forte o suficiente para liquidar os entraves feudais que prendiam o país ao seu passado feudal ou colonial agroexportador. Esta proposta inspirava-se na experiência de planificação soviética que, *mutatis mutandis*, produziu transformações muito profundas em uma formação social predominantemente agrária, como era a Rússia.

De fato, entre 1928 e 1945, os chamados *planos quinquenais* foram responsáveis pela expansão econômica e militar do regime socialista, ao priorizar a coletivização da agricultura e a criação do setor de meios de produção, com especial destaque às indústrias pesada (metalúrgica, química, siderurgia, elétrica e extrativa) e armamentista, deixando a desejar, entretanto, no setor de produção de bens de consumo[121] e, ressalte-se, às custas de milhões de vidas. Mas independente das deficiências, a política de industrialização forçada, sob o controle total do Estado, foi extremamente bem-sucedida ao projetar a União Soviética no cenário econômico do pós-guerra. Portanto, ao dar respaldo à dimensão modernizadora e desenvolvimentista do Estado, o PCB promovia um projeto que julgava ser a antessala do socialismo.

---

[119] Ricardo Bielschowsy. *Pensamento econômico brasileiro*, cit., p. 184.

[120] Celso Frederico, "A política cultural dos comunistas". In: joão Quartim de Moraes (org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2007, p. 338. Intercalares de minha autoria.

[121] A distinção entre os dois setores da produção social, isto é, o departamento de produção dos meios de produção e o departamento de produção dos meios de consumo, remete à Seção III do livro II de *O Capital*, de Marx (2012), no contexto de exame das formas reprodução e circulação do "capital social total". O tema havia sido explorado por Rosa Luxemburgo no início do século XX, mas tomou o formato pelo qual o conhecemos hoje através do estudo de Kalecki (1980) sobre a taxa de crescimento de uma economia socialista subdesenvolvida.

De outro lado, a CEPAL também endossou o papel de "vanguarda" a ser desempenhado pelo Estado na industrialização da América Latina, mas é preciso deixar claro, a fim de evitarmos equívocos desnecessários, que a proposta cepalina passava longe de atribuir a ele qualquer monopólio sobre o desenvolvimento capitalista da região, como queriam os inúmeros PCs do continente. Mais afinados com o keynesianismo do Norte, os teóricos da comissão concebiam o Estado

> [...] como centro racionalizador da economia, com a incumbência de intervir até mesmo como agente econômico direto, provendo a necessária infraestrutura para a expansão industrial e a canalização dos recursos nacionais para as novas atividades prioritárias. [Em outras palavras], medidas intervencionistas que faziam arrepiar os adeptos do liberalismo econômico do Fundo Monetário Internacional, preocupados com possíveis restrições ao comércio internacional, altamente lucrativo para os países centrais, e ao livre trânsito financeiro [conforme explicitado pela teoria da deterioração dos termos de intercâmbio]. Na verdade, a maior intervenção estatal e o planejamento significavam o fortalecimento das economias locais e um maior poder de barganha em face dos banqueiros internacionais, que lucravam com a fraqueza e subdesenvolvimento periférico[122]

Esta postura fazia com que a doutrina da CEPAL adquirisse colorações de cunho nacionalista, pois se centrava em uma proposta de acumulação endógena, em certa medida, "naturalmente" hostil ao imperialismo comercial e financeiro, baseado na exploração agroexportadora, segundo sugere Mantega[123]. Isso não significa, no entanto, que os *nacional-desenvolvimentistas cepalinos*, como Celso Furtado, fossem hostis ao capital estrangeiro. Ao contrário, sua presença era bem-vinda em função da endêmica escassez de capital verificada em quase todas as economias latino-americanas.[124] Em linhas gerais, na perspectiva keynesiana, o conceito de poupança interna define a massa de capital disponível para investimentos produtivos, de tal modo que quanto maior a poupança, maiores as taxas de investimento, dadas as condições de equilíbrio dos mercados, em especial, o mercado de

[122] Guido Mantega. *Economia política brasileira*. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes, 1991, p. 39. Intercalares meus.
[123] *Ibid*. *loc*. *cit*.
[124] *Ibid*., p. 40.

trabalho. Contudo, o mesmo raciocínio não faz sentido se aplicado a sociedades como a brasileira no início dos anos 50, por três razões principais.

Em primeiro lugar, restringindo-nos às camadas sociais produtivas, em meados do século passado, os níveis de consumo das sociedades dependentes, como a brasileira, eram extremamente baixos e, portanto, quaisquer ganhos de renda não se traduziam imediatamente em poupança, senão em consumo de bens de primeira necessidade. Em segundo, o mercado de trabalho encontrava-se em permanente desequilíbrio, vis-à-vis o baixo nível de ocupação, característico de economias pouco diversificadas, comprimindo os salários da população ocupada para baixo, o que era possível graças à abundância de mão de obra, disponível, sobretudo, no campo e que afluía em massas às zonas urbanas, expulsas da economia de subsistência pela expansão do capitalismo na agricultura. Por fim, uma fração considerável da burguesia local costumeiramente destina(va) boa parte da poupança formada pela extração do mais-valor extraordinário não ao consumo de caráter produtivo, mas suntuário, revelando uma verdadeira cisão na esfera da circulação entre o consumo de luxo e o subconsumo popular.

A doutrina da CEPAL compreendia perfeitamente tais particularidades, orgânicas nas economias de matriz dependente, embora não as submetesse a uma crítica radical, como fizera parte da esquerda latino-americana nos anos 1960-70.[125] Não era este o seu papel. Logo, a escassez de capital era um difícil desafio para qualquer projeto nacional de industrialização, especialmente porque não era possível estabelecer metas para o aumento da poupança, comprimindo o já parco consumo local. Destarte, a saída menos onerosa para aumentar a taxa de investimentos e produzir impactos na renda nacional, a fim de promover o "desenvolvimento", seria lançar mão do recurso ao capital estrangeiro (ou "poupança externa", no linguajar cepalino), que poderia vir de fontes indiretas – como empréstimos entre governos e captação de recursos oferecendo títulos públicos no mercado internacional – ou de fontes diretas – quando o investidor privado estrangeiro faz aplicações na estrutura produtiva manufatureira local. A CEPAL tinha flagrante preferência pela primeira opção, pois além dos juros serem menores do que os cobrados pelos investidores estrangeiros, havia maior controle por parte do setor público sobre o emprego dos recursos. Apesar disso, em virtude de

[125] *Cf*. Ruy Mauro Marini. "Dialética da dependência". In: Roberta Traspadini & João Pedro Stédile. *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011, pp. 131-172.

transformações na economia mundial no pós-1945, foi a segunda forma que definiu as características da industrialização de países periféricos, como México, Argentina e Brasil.[126]

A esta altura, já é possível detectar tanto as *afinidades eletivas* entre cepalinos e comunistas quanto suas divergências, mas foquemo-nos nas principais. Ambos concordavam que o Estado era imprescindível para desenvolver as forças produtivas nacionais e desempenhar funções econômicas elementares, dentre as quais, assegurar o monopólio nacional sobre setores estratégicos e investir nos setores básicos da economia (infraestrutura, comunicações, energia). O pomo da discórdia entre eles, no entanto, versava sobre o papel que caberia ao capital estrangeiro no processo de industrialização. Os nacional-desenvolvimentistas cepalinos, com base no argumento da escassez de poupança interna, entendiam ser necessário lançar mão do recurso ao capital estrangeiro, sem que ele prejudicasse o planejamento e a orientação dos investimentos essenciais, limitando-o a colaborar com a acumulação endógena, isto é, a implantação da indústria de bens de capital, de insumos básicos e de bens de consumo, convencidos que estavam da viabilidade de um projeto de capitalismo nacional e autônomo na América Latina. Contudo, na direção oposta, o avanço da transnacionalização do capital tendeu à produção e reprodução do subdesenvolvimento capitalista e da dependência na periferia do mercado mundial, liquidando quaisquer formas de nacionalismo econômico na América Latina que fossem *prejudiciais* à sua mobilidade.

---

[126] De acordo com Theotônio dos Santos. *El nuevo carácter de la dependencia*. Santiago: CESO, 1968, pp. 9-21, até 1940 a maior parte dos investimentos estrangeiros na América Latina (principalmente norte-americanos), afluía para os setores primários (agrícolas e mineiros) e ferrovias, a fim de facilitar o escoamento da produção. Com isso, o capital estrangeiro integrava-se ao setor exportador de matérias primas, onde efetivamente eram absorvidos avanços técnicos e tecnológicos. Ele apresenta dados que comprovam altas somas de capitais, da ordem de US$877 milhões, invertidos na agricultura, em 1929, ao passo que, para o mesmo ano, nas manufaturas, a massa de capital norte-americano invertido alcançava pouco mais que a quarta parte desde valor (US$ 231 milhões). No pós-1945 esse quadro mudaria radicalmente. Os investimentos norte-americanos se voltariam com força total para o setor manufatureiro das economias "atrasadas", em vias de industrialização. Santos explica que após o término da guerra, a imensa massa de capitais mobilizada pela economia interna estadunidense a fim de suprir os esforços no conflito, viu-se abruptamente liberada e, consequentemente, na iminência de provocar uma catastrófica recessão, semelhante à ocorrida na década de 1930. Assim, os capitais migram para a América Latina, sob a forma de investimento direto, financiando a industrialização na periferia, e para a Europa, corporificados nos empréstimos para a reconstrução do continente, isto é, o Plano Marshall. Outros dados apresentados pelo autor dão conta de que 60% dos investimentos norte-americanos nas economias da América Latina, para o período 1961-1962, tinham como destino as atividades industriais manufatureiras, enquanto apenas 7% destinavam-se à mineração, fundição e extração de petróleo. A este novo fenômeno, o autor chama *o novo caráter da dependência*, caracterizado fundamentalmente pela industrialização das sociedades dependentes sob o controle do capital monopolista. Para uma análise caso a caso das economias latino-americanas, *cf*. Vânia Bambirra. *O capitalismo dependente* Latino-Americano. Florianópolis: Insular, 2013.

Mas longe de formular um diagnóstico nesta direção, os comunistas – também convencidos da viabilidade daquele projeto desenvolvimentista-autonomista – limitavam-se a censurar os cepalinos, acusando-os severamente de indulgência para com o investimento externo direto e colaboração com os interesses do imperialismo estadunidense. Na sua crítica, não bastava estabelecer mecanismos de controle às remessas de lucros das empresas estrangeiras e reprovar investimentos externos em setores considerados básicos, como a mineração e os serviços públicos. Manobras como estas não passavam de engodo, pois, argumentavam os mais destacados publicistas do partido, "o capital estrangeiro *é sempre nocivo ao desenvolvimento nacional* e [...] a industrialização pesada brasileira poderia realizar-se plenamente com capitais nacionais, bastando importar a técnica. Apoiavam, por isso, o caráter nacional-desenvolvimentista do governo Kubitschek, não sem reservar severas críticas ao seu 'entreguismo'".[127] É assim que enxergavam nas empresas públicas, da importância e dos portes da Petrobras e de Volta Redonda, empreendimentos governamentais progressistas típicos do referido projeto de *capitalismo de Estado*, o qual apoiavam em nome da causa nacionalista e anti-imperialista. Mas é necessário destacar também a cerrada oposição que faziam aos financiamentos do antigo BNDE às montadoras, bem como às concessões do governo às empresas estrangeiras no setor de transmissão e distribuição de energia elétrica.

Assim sendo, não surpreende a *Declaração de Março* começar justamente destacando a dimensão "progressista por excelência" do desenvolvimento capitalista nacional nos quadros de uma "estrutura atrasada", onde eram predominantes a "agricultura baseada no latifúndio e nas relações pré-capitalistas de trabalho, [...] a produção agropecuária [...], exportação de produtos agrícolas como eixo de toda a vida econômica [e] dependência [para com o] estrangeiro". O desenvolvimento capitalista, reconhecia o PCB, introduzira sensíveis mudanças na vida econômica e social do país. Dentre elas, a constituição de um parque

[127] Ricardo Bielschowsky. *Pensamento econômico brasileiro*, cit., 2012, p. 196. Grifos meus. Vide também *Declaração de 1958*, 1982, p. 180 e 184-5 e os inúmeros artigos publicados na revista *Estudos Sociais*, entre 1958 e 1864. O seguinte excerto é ilustrativo da referida recusa: "[...] o capital estrangeiro monopolista não é estrangeiro pela sua procedência, é estrangeiro porque deve ser obrigatoriamente, remunerado em moeda estrangeira, porque os seus lucros devem ser remetidos às fontes estrangeiras e, para isso, devem encontrar possibilidade de conversão naquela moeda. Os monopólios investidores, longe de obedecer às injunções locais, longe de atender às necessidades locais, longe de servir às populações locais, visam atender às suas próprias necessidades de lucro máximo, às suas próprias exigências na ampliação das vendas, visam servir aos que os manipulam. Deformam a economia em que se instalam, comprometem o seu desenvolvimento e a sua estabilidade porque não estão vinculados ao conjunto dela, muito ao contrário, desconhecem-no, isolam-se, vivem como parasitas. Não há hoje relação entre o lucro que procuram e a capacidade do país em remunerá-lo em moeda de origem." *Cf.* Nelson Werneck Sodré. Formação Histórica do Brasil. Rio de Janeiro: Graphia, 2002, pp. 433-4.

industrial com capacidade para abastecer o mercado interno com bens de consumo comum (a indústria de bens de consumo não-duráveis, principalmente alimentícia e têxtil); a elevação da participação da indústria de bens de produção no conjunto da produção industrial, passando de 20% para 33% entre 1939 e 1956; e a expansão do capitalismo na agricultura, fazendo crescer o número de assalariados no campo. Ademais, a referida declaração articulava a expansão da atividade fabril com o significativo crescimento do efetivo do proletariado industrial, que passou de 275 mil, em 1920, a 2 milhões, em 1958.[128]

Simultaneamente os comunistas destacam o surgimento de "uma classe social [...] cujos interesses a comprometiam com o desenvolvimento das forças produtivas e a tornavam um forte aliado dos trabalhadores, tão interessada quanto eles em erradicar os entraves feudais [...], estancar a exploração imperialista [...], e criar um amplo mercado consumidor [...] para levar avante o processo de industrialização"[129]. Esta classe era a "burguesia nacional", "interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia do país", segundo o texto da declaração. No entanto, mesmo que fosse "progressista", a linha oficial do partido não ignorava um dado tão evidente quanto a fraqueza desta fração da burguesia em relação aos grandes latifundiários e comerciantes ligados à atividade exportadora (entreguista no linguajar do PCB).

Embora durante todo o governo Juscelino Kubitschek, tanto a ala *entreguista* quanto a *nacionalista* da burguesia brasileira possuíssem representação no poder do Estado, a cooperação entre ambas nem sempre era simples, em virtude dos interesses representados por cada facção aparentemente não poderem ser conciliados. Resultava, então, que o equilíbrio político dependia de um compromisso entre as facções da burguesia, frequentemente fiado pela figura carismática do presidente, mas envolvendo a distribuição de cargos, benefícios políticos, vantagens econômicas e afins.

Mesmo neste quadro limitado, porém, o setor nacionalista do governo teria conseguido influir em decisões consideradas positivas pela *Declaração de 1958*, como "a defesa do monopólio estatal do petróleo e a manutenção do clima de legalidade constitucional na vida política"[130], para as quais teriam sido imprescindíveis o apoio da Frente Parlamentar Nacionalista, do setor nacionalista das forças armadas e, principalmente, das massas populares, como ocorreu na campanha *O Petróleo é Nosso*, durante o governo Vargas – cuja

[128] Todas as citações foram extraídas de *Declaração de 1958*, 1982, p. 176.
[129] Guido Mantega. *Economia política brasileira*, *cit*., p. 165. Ver também Declaração de 1958, *cit*., p. 176-7.
[130] *Ibid*.

composição política, diga-se de passagem, fora muito semelhante a de seu sucessor até pouco antes da crise que culmina no seu suicídio.[131] Ainda assim, na avaliação do partido, a fragilidade do compromisso entre as duas alas do governo Kubitschek, além de ser incapaz de "anula[r] as contradições internas do governo [sem que pudesse impedir] a luta que lavra no seu seio"[132], era potencialmente prejudicial para o esforço industrialista, podendo coloca-lo em sérios riscos de execução, uma vez que a burguesia industrial (ou "nacional") constituiria o polo fraco da correlação de forças no *Estado de compromisso*. Sobre este ponto, Octavio Ianni (1984) escreve:

> "[...] a burguesia nacional não tinha clareza quanto às suas potencialidades de hegemonia econômica e política. Era mesmo débil para enfrentar sozinha o imperialismo e seus aliados internos, os latifundiários e a burguesia comercial. Daí a importância política do proletariado, e outras classes sociais subalternas, para ajudar a burguesia a propor e implementar uma nova conjugação de forças para o controle do aparelho de Estado"[133]

Diante disso, a *Declaração de 1958* não visualizava demais alternativas, senão a *mobilização nacional*, cimentada por uma aliança dos "setores burgueses progressistas" com os setores populares da sociedade brasileira, agrupados em *frente única*. Sob esta ótica, assim asseverava a declaração:

> A sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia, que se expressa nas várias formas da luta de classes entre operários e capitalistas. *Mas esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual*. Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo.[134]

---

[131] Atribui-se à Vargas uma frase muito peculiar, por ocasião da posse de seu retorno à Presidência da República, referendado pelo voto popular, e que reflete exatamente a correlação de forças que era preciso conter sob o guarda-chuvas do *Estado de compromisso*: "Governo popular, ministério conservador. Por muito tempo ainda terá que ser assim". Para uma boa análise a miúde da campanha *o petróleo é nosso*, *cf*. Gabriel Cohn. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo: Difel, 1967.
[132] *Declaração de 1958*, *cit*., p. 180.
[133] Octavio Ianni. *O ciclo da revolução burguesa*, *cit*., p. 48.
[134] *Declaração do PCB*, *cit*., p. 184.

Em outras palavras, assim como nos anos 1920, para a linha oficial do Partido Comunista, a contradição fundamental da sociedade brasileira não estava na oposição entre *capital* e *trabalho*, opondo o proletariado à burguesia industrial, mas, antes, entre a nação e o imperialismo e seus aliados internos ou, de acordo com a própria *Declaração política do PCB*: "*A Revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática*"[135]. Mediante este diagnóstico, os comunistas evitaram entrar em confronto direto com o que chamavam de *burguesia nacional* e voltaram boa parte dos seus esforços para a construção da Frente Única Nacionalista, que fracassou.

Sem embargo, mesmo reconhecendo a fraqueza da *burguesia nacional*, o PCB manteve-se firme nas suas orientações de luta pela *revolução democrático-burguesa* e já não é novidade que este grave erro tático contribuiu amplamente para a derrota acachapante do seu projeto nacional-popular-democrático. Entre 1961 e 1964, a burguesia reagiu em bloco ao modesto movimento de democratização da sociedade. Agrária ou industrial, ambas as frações da burguesia, ao lado de setores majoritários do exército, coordenaram um golpe contra o avanço de uma revolução socialista que a rigor jamais existiu. Na verdade, a contra-revolução de 1964 de modo algum interrompia a acelerada *sovietização* da sociedade brasileira, mas, antes, um lento processo de democratização e ampliação da cidadania que necessariamente restringiria, ainda que pouquíssimo, os privilégios das classes dominantes. Neste sentido, Florestan Fernandes (2008) estava coberto de razão quando escreveu em meados dos anos 1970 que a burguesia brasileira é endemicamente autocrática, antipopular e antinacional, capaz apenas de assumir sua posição na luta de classes nos marcos do capitalismo (dependente) perverso e envenenado.

Nas décadas seguintes, o *marxismo-leninismo pecebista* perdeu espaço nos meios intelectuais dedicados à análise da sociedade brasileira em detrimento de outras abordagens, também marxistas, mas esvaziadas ou dissimuladas de seus respectivos conteúdos políticos. As revistas mais consagradas, como *Brasiliense* e *Estudos Sociais* foram proibidas em 1964. A primeira de Caio Prado Júnior, historiador e militante comunista, concedia espaço às vozes críticas e às alinhadas ao projeto político do PCB. A segunda, órgão do próprio partido, funcionava como seu principal instrumento de circulação de ideias, sem que visões divergentes encontrassem espaço como na sua congênere de propriedade do historiador

[135] *Ibid*., grifos meus. É verdade que antes da declaração de 1958, em agosto de 1950 o PCB lança a carta-programa que ficou conhecida *como Manifesto de Agosto*, no qual o prestismo busca traçar um a linha revolucionária para o partido. O nacionalismo trabalhista corporificado na figura de Vargas, contudo, forçou mudanças na orientação do PCB.

paulista. Já outros empreendimentos político-editoriais, como os *Cadernos do Povo Brasileiro* e a *Revista Civilização Brasileira*, esta última criada após o golpe, não sobreviveram ao AI-5. Outras revistas marcadamente à esquerda que não tiveram o mesmo destino somente teriam condições de circular com relativo êxito caso se enquadrassem no estilo editorial acadêmico, a exemplo da *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, ainda hoje em circulação.

As implacáveis censura e perseguição política consistem, portanto, em um elemento de promoção, ainda que indireto, da prática intelectual do marxismo. Não obstante, esta prática deveria, se não quisesse manter-se limitada a um pequeno espaço de circulação intelectual, neutralizar a práxis, imanente ao marxismo originário. As universidades públicas configuraram-se enquanto espaços *par excellence* deste tipo de prática intelectual que combina marxismo com neutralidade axiológica, resultando no que Luiz Fernando da Silva (2003) denominou de *marxismo acadêmico*.

***

Como tentei demonstrar, seguindo os passos da bibliografia compulsada (Mazzeo, 1999; Del Roio, 1990; Moraes, 2007; Antunes, 1995, Silva, 2007; Canale, 2012; Claudín, 2013), a teoria do imperialismo endossada pela IC, cujo epicentro se situava na Ásia, notadamente na China, evoca constantemente as tarefas dos comunistas e revolucionários nos países de extração colonial, semicolonial e dependente – frequentemente mencionados em resoluções dos Congressos da IC e nos escritos que se dedicavam a discuti-los, acompanhados por adjetivos como “atrasados”, “débeis”, “feudais”, dentre outros –, levando-os a posicionarem-se frente aos desafios políticos colocados pelas conjunturas locais imediatas, deles exigindo capacidade de leitura das contradições fundamentais colocadas pela via de desenvolvimento do capitalismo e não foi diferente no Brasil.

Entretanto, essa leitura não se deu sem que os atores políticos lançassem mão de rígidos e decalcados esquemas de interpretação da história, impostos de cima para baixo, que não raro deturpavam tanto a compreensão da especificidade do processo histórico efetivo quanto a estratégia política revolucionária a ser adotada pelo movimento comunista nas “colônias”, “semicolônias” e “países dependentes”. Mais uma vez, no Brasil não foi diferente, mas, por outro lado, é notável que os esquemas decalcados do modelo europeu, consagrados na ideia

da *transição do feudalismo ao capitalismo* através de uma *revolução democrático-burguesa*, tenham encontrado no ambiente intelectual dos dois primeiros decênios do século XX um terreno fértil para a sua circulação e disseminação, uma vez que intelectuais consagrados, como Oliveira Lima, Oliveira Vianna e Capistrano de Abreu, faziam uso indiscriminado e pouco cuidadoso do conceito de *feudalismo* para designar a organização material e social da vida nas zonas rurais.

Julgamos também ter mostrado que mesmo tendo a IC imposto um conjunto de formulações conceituais abstratas sem que elas guardassem nenhuma relação com a historicidade da formação social brasileira, houve espaço para que o renegado marxismo-leninismo a brasileira apresentasse uma visão particular – dentro de drásticos limites – do processo revolucionário no Brasil, ainda nos anos 1920, conforme defende Zaidan (1985, 1989) e Del Roio (2007), não obstante a referida leitura tenha sido duramente criticada pelos representantes da IC e encontrado foro nos meios comunistas brasileiros por um curtíssimo espaço de tempo. Mais importante, porém, ela indica o equívoco corrente de várias interpretações consagradas que insistem em abordar o problema da formulação teórico-política dos comunistas brasileiros na chave da aceitação depositária do aparato conceitual legado de Moscou. Há nuances estridentes que, caso não sejam percebidos, contribuem para a mistificação de processos contraditórios sensíveis ao sabor das conjunturas.

Curiosamente, em meio ao processo de *desestalinização* dos PCs na segunda metade dos anos 1950, o PCB reafirma de forma dogmática a teoria da revolução em etapas, resultante do *VI Congresso*, ocorrido trinta anos antes. Nos anos 1920, a organização eleitoral do partido, o BOC, foi forçada pelo movimento operário a radicalizar o seu discurso político na direção do enfrentamento entre capital e trabalho e este fator amealhou o partido do próprio movimento que julgava representar. Por outro lado, no final dos anos 1960, o partido evitará a todo custo tecer considerações pormenorizadas sobre a contradição fundamental do modo de produção capitalista para, em sintonia com o cânone, transferi-la à oposição entre economia colonial e economia nacional.

Nesse sentido, a criatividade do marxismo brasileiro dos anos 1920, de matriz leninista, está presente muito mais na *práxis política* do movimento operário, à medida que coloca ênfase na luta por direitos sociais (regulação da jornada, melhores condições de trabalho, manutenção dos salários, direito de organização e sindicalização e mesmo assim, dentro de estreitos limites) do que na sua expressão teórica legítima, que ainda conservava traços

daquilo que Caio Prado Júnior chamou de "teorização às avessas, que vai dos conceitos aos fatos, e não inversamente desses fatos aos conceitos."[136]

Em síntese, uma análise teórica equivocada leva necessariamente a analises políticas equivocadas e grande parte dos malogros do PCB na história política brasileira, conforme avaliou seu principal dirigente, Astrojildo Pereira, no tocante ao período 1922-1930[137], deveu-se, em parte, ao despreparo teórico da direção do partido – pesados e medidos devidamente os fatores conjunturais e estruturais que compunham o caldo de cultura das três primeiras décadas do século XX, conforme procuramos mostrar até aqui. Esta avaliação seria, contudo, incompleta, e, até certo ponto, injusta, se a estendêssemos ao pós-1930, isto é, após a ascensão de Prestes ao Comitê Central, sem incluir entre as causas das sucessivas derrotas políticas e ideológicas a interferência normativa e contraproducente da Terceira Internacional e do PCURSS após a dissolução daquela na vida interna do PCB.

Também é necessário relativizar a homogeneidade dos posicionamentos e concepções teóricas em circulação dentro do próprio partido. Pelo menos desde que o partido se tornou um polo de aglutinação das chamadas "forças progressistas", principalmente oriundas das camadas ilustradas, no contexto da Revolução de 30, a diversificação de posicionamentos táticos, políticos e teóricos eram corriqueiros, o que não significa dizer que seriam tolerados. Se neste capítulo mencionamos de passagem a existência de uma fratura no partido comunista, isto é, o partido das ruas e do povo, e o partido da burocracia stalinista, veremos no capítulo seguinte que a clivagem não é apenas de ordem política. Ela se manifestava com toda força na visceral divisão entre círculos dirigente e intelectualidade. O historiador Caio Prado Júnior, famoso pela suas divergências com as posições majoritárias abraçadas pelo Comitê Central, jamais fez parte do diminuto grupo que compunha o núcleo da burocracia, frequentemente repreendido e punido por defender convicções consideradas "equivocadas".

No campo das ideias, sua erudita obra historiográfica ofereceu o necessário contraponto às interpretações vigentes no seio do partido no que respeita às reais determinantes de caracterização da sociedade e da economia brasileiras. Embora as direções do PCB jamais a tenham aceitado, uma vez que oferecia elementos para contrariar o cânone, retomá-la nos ajudará a compreender o segundo momento mais significativo na história do marxismo no Brasil, isto é, o momento de *assimilação* e *enraizamento* da teoria. Em relação ao momento

[136] Caio Prado Júnior. *A Revolução Brasileira*, *cit*. p. 31.
[137] Astrojildo Pereira. *Formação do PCB (1922-1928*). São Paulo. Anita Garibaldi, 2012.

de *recepção* (1922-1930), que o precede, o novo período, (aproximadamente 1930-1945) trará consigo não apenas o esforço de aplicar o marxismo à realidade social brasileira, resultando nas incongruências analíticas que fizeram escola no PCB, como vimos no capítulo que ora concluímos. Através da pesquisa histórica Caio Prado Júnior submeterá o marxismo aos rituais da *antropofagia*, ao preocupar-se em enquadrar a particularidade no dinamismo do modo de produção capitalista e vice-versa.

PARTE II

CAPÍTULO III

MARXISMO ANTROPÓFAGO, ANTROPOFAGIA MARXISTA:

CAIO PRADO JÚNIOR E A *TRADUÇÃO* DO MARXISMO NO BRASIL

1. Nota preliminar

Como vimos no capítulo anterior, a "recepção" do marxismo no Brasil – ou, dito de outra forma, o "encontro" daquela já mencionada síntese entre marxismo, bolchevismo e comunismo com a cultura política brasileira – ocorre nos anos 1920 pela via do recém-criado Partido Comunista do Brasil (PCB) como parte dos desdobramentos da Revolução Russa de 1917. Para Carlos Nelson Coutinho (2009), tratou-se de um "encontro" um pouco tardio se pensarmos nas experiências de países vizinhos, como a Argentina, onde o Livro I de *O Capital* já havia sido traduzido em 1889 por Juan Bautista Justo (1865-1928) e um significativo partido socialista mantinha vínculos orgânicos com a Segunda Internacional. Experiências paralelas, embora menores, devem ser mencionadas no Chile e no Uruguai.[138]

É verdade que no caso brasileiro houve ensaios anteriores de debate e discussão das ideias de Marx, datadas do século XIX e início do XX, sobretudo na imprensa operária de extração anarquista e em alguns meios intelectuais diminutos, nos quais tomaram parte figuras da estatura de Lima Barreto (1881-1922) e Euclides da Cunha (1866-1909). No entanto, teria sido apenas com a intelectualidade ligada ao primeiro comitê central do PCB, Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, que o "marxismo" ganhou alguma sistematicidade e força de circulação social.[139]

---

[138] O *Partido Socialista* data de 1896 e é a mais antiga agremiação de esquerda da América do Sul. Nele militaram inúmeras figuras públicas e intelectuais argentinos, como o próprio Juan B. Justo. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), uma dissidência pacifista rompe com o PS e forma o *Partido Socialista Internacional*, que teve curta existência, pois, em janeiro 1918, o *Comitê Executivo* adere aos princípios da Revolução de Outubro e passa a se chamar *Partido Comunista de la Argentina* (PCA). Nos anos 1920 e 1930 ele será o principal difusor do marxismo-leninismo e do stalinismo na América do Sul, sob a condução de Victorio Codovilla (1894-1970). Já o *Partido Obrero Socialista de Chile* foi fundado em 1912 por operários das minas de salitre, artesãos e trabalhadores urbanos, dentre os quais se destacou o tipógrafo Luis Emilio Recabarren (1876-1924), seu principal articulista na imprensa operária e fundador do *Partido Comunista de Chile* (PCCh), em 1922. Naquela data, por ocasião do seu III Congresso, o *Partido Obrero* decidiu reconhecer a autoridade da Internacional Comunista. Finalmente, o *Partido Socialista del Uruguay* foi fundado principalmente por trabalhadores portuários, profissionais urbanos e intelectuais, em 1910, sob a liderança do advogado Emilio Frugoni (1880-1969), seu principal dirigente e porta-voz. Em 1920, após ter o seu prestígio desgastado, sofreu fragorosa derrota no VIII Congresso do Partido, que decidiu aderir a Terceira Internacional, passando a se chamar *Partido Comunista del Uruguay*, cujo Primeiro Secretário Geral, adversário de Frugoni, foi o cabeleireiro Eugenio Gómez (1892-1973). Todos os três casos são diferentes do brasileiro, no qual o PCB formou-se a partir da estreita relação do movimento sindical autonomista com o anarquismo.

[139] Para um estudo clássico sobre a recepção da obra de Marx e do marxismo no Brasil, consulte-se a já citada tese de Leandro Konder (1988), *A derrota da dialétic*a. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Para estudos mais específicos ver, Evaristo de Moraes Filho. "A próto-história do marxismo no Brasil" In: Daniel Aarão Reis Filho e João Quartim de Moraes (org). *História do marxismo no Brasil, vol. 1*. Campinas: Unicamp, 2007, pp. 11-49 e Cláudio Batalha. "A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX". In: João Quartim de Moraes (org) *História do marxismo no Brasil, vol. 2*. Campinas: Unicamp, 2007.

Vimos ainda que o ensaio *Agrarismo e Industrialismo*, de Octávio Brandão, foi o primeiro esforço de "aplicar" – emprego este termo porque ele fez escola – o marxismo-leninismo à análise de conjuntura ao discutir em 1926, sem grande rigor analítico – é preciso reconhecer –, o avanço do conflito "interimperialista" entre o capital financeiro britânico e o capital industrial norte-americano pelo controle da economia brasileira, cada qual respaldado em uma fração da classe dominante local: as oligarquias rurais, do lado inglês, e a burguesia industrial em colaboração com as classes médias urbanas (tenentismo), do lado "yankee". É verdade que tais associações feitas pelo autor foram contestadas em inúmeras ocasiões mais tarde[140], mas independente das revisões posteriores, o ensaio foi suficientemente convincente do ponto de vista das conclusões que auferia para pautar as posições políticas dos comunistas antes da Revolução de 1930.

Até pelo menos os anos 1960 as formulações teórico-políticas oficiais do PCB não haviam sofrido grandes mudanças ou inflexões que as "desviassem" do mote geral demarcado ainda no final dos anos 1920 – a *revolução democrático-burguesa antifeudal e anti-imperialista* –, embora tenham passado por importantes rearranjos nas mãos da intelectualidade do partido, como Alberto Passos Guimarães (1908-1993) e Nelson Werneck Sodré (1911-1999), que contribuíram para elevá-lo a uma nova plataforma de rigor e erudição, mais familiar às novas exigências do "mercado intelectual", que então passava por algumas mudanças impulsionadas pela crescente interação entre o já consolidado *campo intelectual* formado no bojo do movimento modernista e a recente comunidade acadêmico-universitária, em processo de consolidação.

Por fim, de uma perspectiva estritamente política, a *Declaração de Março de 1958* teria reafirmado interpretações e posicionamentos táticos que já eram hegemônicos na cúpula do partido há pelo menos trinta anos, ademais de introduzir alguns elementos inéditos, principalmente uma nova atitude mediante o papel do Estado no fortalecimento e expansão daquilo que os comunistas denominavam "capitalismo de caráter nacional e progressista", além do apoio tático ao processo de democratização e ao movimento nacionalista – ambos objeto de desprezo entre eles antes de 1945.

Em outras palavras, o marxismo oficialista, imposto à *intelligentsia* do PCB, em um primeiro momento, pela IC e seu braço político na América do Sul, o Secretariado Sul-Americano (SSA-IC), e poucos anos depois, transformado em ideologia oficial do stalinismo,

[140] *Cf*. Nícia Vilela Luz. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2004.

não demonstrou originalidade, com exceção do curto período entre 1926 e 1930, ainda assim com sérios problemas. Tampouco foi teoricamente frutífero na interpretação da sociedade brasileira em razão do apego a conceitos e modelos explicativos predeterminados e pensados para dar conta de realidades historicamente distintas.

Por conseguinte, apesar de terem sido hegemônicas durante muito tempo no campo da esquerda brasileira (pelo menos até 1964), as formulações teórico-políticas do PCB não conseguiram superar o reducionismo que lhes fora imposto de cima para baixo e de fora para dentro, encerrando-as em uma armadura epistêmica que não oferecia outra saída, senão "aplicar", sem as necessárias mediações, o ferramental analítico absorvido das cartilhas, panfletos e, mais tarde, manuais editados pelo PCURSS. No presente capítulo, daremos um passo adiante nesta problemática, pois iremos discutir o esforço de *tradução* do marxismo levado a cabo pelo historiador paulista Caio Prado Júnior (1907-1990), ocorrido no intervalo entre 1930 e 1945.

Através de sua obra, pioneira em muitos aspectos, as ideias de Marx e o marxismo, inclusive aquele em voga no PCB, passarão pelo que chamei aqui – na falta de termo mais adequado – de *deglutição antropofágica*, em sentido semelhante àquele representado pela corrente radical do movimento modernista em São Paulo e sintetizado no *Manifesto Antropófago* (1928). Algumas poucas palavras sobre o assunto se fazem necessárias para que se possa compreender a articulação, talvez um pouco "fora do lugar", que estamos propondo entre *antropofagia* e *marxismo*.

Em termos bastante simplificados, a ideia de alteridade (o outro) subjacente ao conceito de *antropofagia*, conforme discutido por antropólogos, como Eduardo Viveiros de Castro (2002), implica que o sujeito antropófago absorva por meio do "ritual" de deglutição (ou interiorização, assimilação, culturação, etc.) aquilo que, em termos simbólicos, não lhe pertence, ou melhor, não faz parte do seu repertório cultural nem guarda relação com a sua cotidianidade imediata. Entre os Tupinambá, por exemplo, o canibalismo lhes permitiria, segundo a crença, absorver as virtudes dos seus prisioneiros de guerra, (re)significando-as, e ao mesmo tempo, livrar a vítima da humilhação da derrota perante a sua tribo, reconhecendo nela a coragem e a bravura que agora seriam transferidas aos seus algozes. Mas ela não interessa simplesmente por que as qualidades do outro fortalecem o *eu antropofágico*, senão pela *fome de alteridade* que suscita. Logo, a *antropofagia* reforça a capacidade de metamorfose do sujeito antropófago que, por intermédio dela, reconhece na diferença do

“outro” a forma elementar das múltiplas autorepresentações que faz de si mesmo e do mundo.[141]

Enquanto corrente artística, intelectual e cultural do Modernismo brasileiro (e peculiarmente paulista), a *antropofagia* “inaugura um novo momento da dialética do universal e do particular”[142] ao chamar a intelectualidade brasileira à profanação dos ícones da sua própria vida cultural assumindo uma “atitude [simbólica] de devoração em face dos valores europeus”[143] para apropriar-se de sua força vital. A reivindicação de uma instituição do universo ameríndio tão perseguida quanto a prática (simbólica) do canibalismo visa contrariar exatamente a figura do “bom selvagem” idealizada por José de Alencar, alto representante do romantismo brasileiro, e substituí-la pelo do selvagem “sem nenhum caráter”, entregue aos prazeres dionisíacos, dentre eles o ato antropofágico.

No caso, o “eu” *antropofágico* representado são os elementos constituintes da nacionalidade brasileira, o que nós somos e o que nos pertence enquanto povo. O “outro”, por sua vez, é representado pela arte, os valores, os costumes importados e vazios de significado local. A proposta da antropofagia não é recusá-los em nome da preservação da identidade, pura e simplesmente, mas devorá-los, degluti-los e recriá-los, assimilando-os. Assim, na fórmula poética oswaldiana, só interessa ao antropófago aquilo que não é seu[144], está implícita, portanto, não uma frágil ideia de nacionalismo cultural, como muitos podem supor, mas, isto sim, uma proposta de apropriar-se da vitalidade criativa alheia (neste caso, a epistemologia Ocidental), submetendo-a a verdade do mito e do exotismo afro-indígenas – alegorias da ambiguidade prevalecente na cultura brasileira. Em outros termos, é Hamlet subvertido em “Tupy or not tupy, that is the question”.

Nesta linha, e deslocando a discussão para o ponto que nos interessa, é irresistível não fazer uma associação com o conceito de *tradutibilidade* discutido por Antonio Gramsci (2007) em suas notas carcerárias. Para ele, a ideia de tradução vai muito além da ordinária noção linguística, estabelecendo-se no complexo terreno da relação entre particularidade e universalidade:

---

[141] *Cf*. Eduardo Viveiros de Castro. “O mármore e a murta”. In: *Revista de Antropologia*. São Paulo, Vol. 35, 1992, pp. 21-74 .

[142] Antonio Candido (1953 e 1955), “Literatura e cultura. 1900-1945”. In: Literatura e Sociedade. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010, p. 126.

[143] *Ibid*., p. 130.

[144] *Cf*. Oswald de Andrade. (1928). “Manifesto Antropófago”. In: *Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 13.

> "o problema que surge é saber se uma verdade teórica, cuja descoberta corresponde a uma prática específica, pode ser generalizada e considerada como universal para uma época histórica. A prova de sua universalidade consiste precisamente: 1) em se transformar num estímulo para conhecer melhor a realidade concreta de uma situação que é diferente daquela em que foi descoberta; 2) (...) Na sua capacidade de se incorporar nessa mesma realidade como se ela fosse originalmente uma expressão dela".[145]

O ponto nevrálgico da sua reflexão era tentar entender por quais razões a Revolução Russa não se repetiu na Europa Ocidental e uma das hipóteses aventadas refere-se justamente à inépcia do bolchevismo de *traduzir* nas línguas europeias o seu próprio caminho para a conquista do poder do Estado. Com resoluções e exigências "excessivamente russas", que somente faziam sentido em uma sociedade de tipo *Oriental* e gelatinosa (a exemplo da russa), não se *traduziu*, mas se *sobrepôs* uma determinada concepção de revolução ao *Ocidente*, incompatível com as suas condições históricas efetivas, condenando-a inevitavelmente ao fracasso, como foi o episódio do "outubro alemão". No Ocidente, havia um equilíbrio entre *sociedade civil* e Estado, expresso fundamentalmente nas conquistas sociais e tradições das classes trabalhadoras, que não podia ser atropelado por estratégias vanguardistas de assalto ao palácio de inverno. Ali a demanda estratégica era diversa, pois precisava ser *traduzível* às particularidades histórico-sociais igualmente diversas daquelas com as quais o bolchevismo estava habituado.[146]

Neste caso, *tradução* e/ou *tradutibilidade* estabelecem pontos de contato com o universo conceitual da *antropofagia*, pois assim como Oswald e Viveiros de Castro, a intenção de Gramsci é sublinhar a importância da ideia de *alteridade* – em diferentes registros, é claro: para os primeiros, arma de combate à sujeição cultural aos paradigmas europeus, para o último, também arma, mas de particularização do conteúdo universal inerente à teoria revolucionária de Marx. Por outro lado, e aí os pontos de contato se tornam menos nítidos, o marxismo possui uma dimensão universal que lhe confere a "capacidade de

---

[145] Antonio Gramsci. "Escritos políticos" *apud* Bernardo Ricupero. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: 34, 2000, p. 30.

[146] *Cf*. Antonio Gramsci. *Cadernos do cárcere, vol. 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Para o "outubro alemão", *cf*. August Thalheimer. "1923, uma oportunidade perdida?". In: Idem. *A lenda do outubro alemão e outros escritos*. Salvador: Centro Victor Mayer, 2013.

se converter em uma força viva nas mais variadas sociedades, o que faria que, de verdade teórica abstrata, passasse a ser uma universalidade concreta" [147], sem que fosse necessária, por isso, a concorrência do "rito antropofágico". Recorrendo mais uma vez a Gramsci (1999), "a *filosofia da práxis* 'basta a si mesma'."[148]

Assim, de volta a Caio Prado Júnior – ele mesmo membro do clube dos artistas modernos, sobrinho de um dos patrocinadores da Semana de Arte Moderna de 1922 e militante comunista a partir de 1931 –, a perspectiva da *deglutição antropofágica* permitiu-lhe assumir o ponto de vista de um intérprete isto é, o sujeito que reconhece a diferença do texto, da época ou da ideologia que procura traduzir para o seu próprio universo cultural e se vê obrigado a evitar as mil e uma armadilhas semânticas que, a todo momento, o processo de tradução coloca ao tradutor[149], habilitando-o para "nacionalizar" o marxismo (aquele forasteiro desconhecido), conforme a proposta de Ricupero.[150] Mais que isso, a adesão ao materialismo histórico, por outro lado, não apenas reforçou e ampliou o enfoque dialético do *particular* e *universal*, já presente na antropofagia oswaldiana, lançando bases para uma nova e original interpretação do Brasil, nos dizeres de Antonio Candido, "em função das realidades básicas da produção, da distribuição e do consumo"[151].

Com efeito, o leitor atento poderia objetar-nos, questionando se não haveria uma contradição insolúvel entre o racionalismo marxiano e marxista e a evidente dimensão irracional inerente à antropofagia. Afinal de contas, o próprio Oswald de Andrade escrevia no manifesto: "Nunca admitimos o nascimento da lógica entre nós". Sendo assim, como poderia o marxismo ser objeto da deglutição antropofágica e, inversamente, a antropofagia domada pelo marxismo? Ora, tal como o pensamento marxiano superou a dialética de Hegel virando-a ao avesso (da mesma forma que se vira uma luva do avesso), expondo, desta forma, suas determinações internas, a "interpretação materialista" – conforme Caio Prado Júnior

---

[147] Bernardo Ricupero. *Caio Prado Júnior e a nacionalização do marxismo no Brasil. cit*. O autor extrai esta ideia de José Aricó. *Mariátegui y los origines del marxismo latinoamericano.* Córdoba/Buenos Aires: Pasado y Presente, 1978.

[148] Antônio Gramsci, *Cadernos do cárcere, vol. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 152.

[149] "Tradução não é pura identidade, mas diálogo em busca de identificação, encontro de diferenças. Nenhuma tradução pode ser a reprodução absoluta da identidade do original, já porque o próprio original não tem essa identidade absoluta, pois é sempre uma recriação a partir do presente e guarda em seus passos as contradições do seu tempo [...] Não há tradução sem interpretação. Essa interpretação busca identidade através das diferenças de língua e de cultura, através do complexo jogo de identidade e diferenças [...]" *Cf*. Flávio Kothe. "A questão da tradução". In: Karl Marx. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1985, p. 293-4.

[150] Bernando Ricupero. *Caio Prado Júnior e a nacionalização do marxismo no Brasil*. *cit*.

[151] Antonio Candido (1967). "O significado de raízes do Brasil". In: Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 2010, p. 11.

denominava o marxismo – extraiu da antropofagia o seu cerne racional, a saber, a já mencionada dialética do particular-e-universal. A hipótese de trabalho é, portanto, que a antropofagia preparou o caminho e o materialismo histórico o ladrilhou de forma lógica, livre daquele "invólucro místico".

Com isso, de certa forma, Caio Prado abria uma bifurcação no tronco principal da história do marxismo no Brasil (daquele momento específico), cujos efeitos serão sentidos em sua inteireza somente nos anos 1960, quando a "doutrina" de Marx e o marxismo adentram, e com vigor, os espaços acadêmicos da jovem universidade brasileira – assunto que será debatido no capítulo seguinte. Por hora, vejamos como esta bifurcação foi aberta, em qual contexto histórico ela se produziu e quais inovações temáticas, metodológicas, e formais foram trazidas por ela ao debate intelectual e político.

2. O marxismo antropófago: traduzindo o materialismo histórico

Independente dos debates sobre a necessidade e inevitabilidade histórica do socialismo que tiveram lugar no moderno pensamento filosófico, de Lukács à Hanahh Arent, o século XX parece ter virado do avesso aquela fórmula arquetípica da revolução, de acordo com a qual, ela somente poderia ocorrer (ou ocorreria primeiro) nos países industrializados, produzida e liderada por um amplo proletariado fabril organizado.[152] Tanto é assim que após a Revolução Russa (ela mesma um "ponto fora da curva" segundo a concepção corrente) os grandes levantes vitoriosos do século passado ocorreram sistematicamente no chamado Terceiro Mundo e foram protagonizados por movimentos de massa da cidade e do campo agrupados ao redor de processos de libertação nacional, muitas vezes a reboque dos PCs tradicionais – então paradoxalmente hegemônicos no campo da esquerda –, cujas burocracias incorporavam-se tardiamente à inquietação popular, ou sequer aproximavam-se dela, acompanhando-a a distância.

O século XX colocava, portanto, um sério problema para movimento comunista: estagnado desde o final dos anos 1920, o debate sobre a revolução no antigo mundo colonial por um longo tempo aceitou como verdadeiras as resoluções elaboradas no contexto do fracasso da Revolução na China, isto é, o velho *etapismo* segundo o qual antes da revolução

[152] Lincoln Secco. "Tradução do marxismo no Brasil". In: *Mouro*. São Paulo, v. 2, 2009, p. 7.

proletária é preciso que as colônias passem necessariamente por uma etapa revolucionária democrático-burguesa a fim de consolidar as bases materiais para a revolução socialista: criar um proletariado revolucionário e desenvolver as forças produtivas. Ocorre que, como vimos, um esquema saturado como este era incapaz a aperceber-se das particularidades das lutas sociais nestas regiões.

Inexoravelmente era preciso responder ao questionamento: como equacionar o problema de uma teoria social gestada a partir de uma realidade *avançada* e voltada para a compreensão de suas próprias contradições, e uma realidade social *atrasada* e *periférica* (termos forjados no calor das discussões), porque fruto do *colonialismo*, igualmente contraditória, mas particular, e até aquele momento, pouco ou nada explorada pela análise materialista? Qualquer que fosse a resposta, o dado real e concreto era que "Os revolucionários da periferia tiveram que utilizar o marxismo para estudar situações novas, para as quais aquele instrumental não estava adaptado".[153]

Em alguns casos, onde o infausto esquematismo do *Diamat* prevaleceu, como indicado antes, várias tentativas de resposta levaram necessariamente a posições sectárias e, no limite, "ortodoxas" – no sentido pejorativo da expressão – encerrando várias gerações de marxistas no círculo vicioso do erro analítico e político. Noutros, porém, encarar de forma aberta e "heterodoxa" o problema da aparente – por que falsa – incompatibilidade entre as categorias de análise do marxismo e a particularidade histórica das sociedades ditas coloniais abriu caminhos para que o marxismo fosse "aclimatado" e "absorvido" *dialeticamente* pelo pensamento localista. Assim, por exemplo, Mariátegui e Che Guevara o fizeram de um modo para pensar a América Latina, Ho Chi Minn de outro para compreender o Vietnã, Mao no caso da China, etc.

No cenário político e intelectual brasileiro, que nos interessa mais diretamente neste estudo, vimos que não eram poucas as dificuldades impostas à primeira recepção e difusão das ideias de Marx no Brasil. O fato delas terem circulado associadas a outras ideologias, como o bolchevismo e o comunismo – este último, lido e relido por personalidades tão díspares quanto Lenin, Bukharin e Stalin –, ademais de lhe serem inerentes argumentos de autoridade, essenciais para a unidade do PCB, favoreceu a "consagração" de um a determinada versão do marxismo, aqui e alhures, em detrimento daquelas que começavam a despontar na Europa Ocidental e Central, elas também reclamado a herança de Marx e Engels,

[153] *Ibid.*, p. 8.

mas salientando aspectos do marxismo que se chocavam frontalmente com as concepções filosóficas e políticas dos dirigentes russos, apesar dos argumentos em contrário de alguns dos intelectuais envolvidos no processo, importantes dirigentes comunistas em seus próprios países.[154]

Embora na Europa o debate fosse bastante intenso ele não teve repercussão nas seções mais distantes e menos importantes da IC, como as latino-americanas. Aqui vigorou a versão russa do marxismo, sistematizada por Bukharin em seu afamado manual, *Tratado de materialismo histórico*[155] que, inclusive fora publicado no Brasil em 1935, curiosamente traduzido por Caio Prado Júnior. O "pensamento imanente e vivificador" de Marx exaltado pelos teóricos ocidentais do marxismo, dentre eles, Antonio Gramsci e, no espaço latino-americano, José Carlos Mariátegui, não foi regra, mas exceção. Resulta disto que as várias concepções forjadas no bojo dos debates da IC, dentre elas, o já passado em revista esquema *escravismo-feudalismo-capitalismo* pretensamente autoexplicativo da evolução histórica de sociedades como a brasileira, não dispunham de nenhum contraponto marxista que as desautorizasse, menos ainda quando elas dialogavam e até confirmavam, por outras vias, concepções semelhantes defendidas por autores brasileiros.[156]

Em face de opções tão restritas, a "transgressão" não viria de fora, mas de dentro. Nos anos 1930, auge das referidas concepções internacionalistas-pecebistas, o primeiro passo em direção a um caminho diverso foi dado ironicamente por alguém de dentro do partido: o historiador paulista Caio da Silva Prado Júnior. De origem burguesa – motivo pelo qual

---

[154] *Cf*. Georg Lukács. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003; Karl Korsch. *Marxismo e filosofia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008; e Anton Pannenkoek. "Socialização". In: *Marxismo e Autogestão*. Ano 2, n. 4, jan/dez de 2015, pp. 118-124. Lukács e Korsch foram dirigentes dos PCs húngaro e alemão, respectivamente. Pannekoek ofereceu apoio crítico ao bolchevismo no início da Revolução Russa, mas o retirou alguns anos depois em virtude das tendências autoritárias que identificou no mesmo, expressas pela ideia de centralismo democrático. Em 1920 ele, o poeta Herman Gorter e mais 50 mil militantes deixaram o Partido Comunista Alemão (KPD), formando o Partido Comunista Operário Alemão (KAPD).

[155] *Cf*. Nikolai Bukharin. *Tratado de materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Laemert, 1970. Também conhecido como *Ensaio popular de sociologia marxista*, o tratado de Bukharin foi alvo de várias críticas, dentre outras razões, por ter aproximado perigosamente o marxismo do materialismo burguês (naturalismo cientificista), ou ainda, destituído a filosofia da práxis de sua autonomia e originalidade para transformá-la em "sociologia do materialismo histórico". *Cf*. Georg Lukács. "Tecnologia e relações sociais". In: BERTELLI (org.) *Bukharin, teórico marxista*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989, pp. 41-52; Antonio Gramsci. "observações e notas críticas sobre uma tentativa de Ensaio popular de sociologia". In: *Cadernos do cárcere*, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. Para uma síntese do debate, *Cf*. Álvaro Bianchi. "Lukács, Gramsci e a crítica ao 'ensaio popular' de Bukharin". In: *Universidade e Sociedade*, ano XIII, n. 20, junho de 2005, p. 182.

[156] *Cf*. Oliveira Lima (1911). *Raízes históricas da nacionalidade brasileira*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2012; Capistrano de Abreu (1907). *Capítulos de História Colonial*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2013; Oliveira Vianna (1920). *Populações Meridionais do Brasil*. Edições do Senado Federal, 2010. Estes autores, realçando aspectos jurídicos, admitem características feudais e/ou medievais no regime de capitanias hereditárias.

supostamente deveria ser mais fiel às convicções do partido do que seus próprios dirigentes, haja vista à indisposição generalizada com os correligionários de origens não-operárias – Caio Prado Júnior destacou-se na história do PCB e do marxismo no Brasil por várias razões.

3. Marxismo e comunismo

A começar por algumas de suas concepções históricas, estava convencido de que o conceito de feudalismo aplicado à formação social-brasileira não fazia sentido algum senão como figura de retórica: tese que defendeu em seu primeiro livro de interpretação da sociedade brasileira integralmente amparado no materialismo histórico, *Evolução política do Brasil* (1933). Em 1935, embora fosse vice-presidente da seção paulista da Aliança Nacional Libertadora (ANL), opôs-se à abortada tentativa de insurreição comunista em 1935 nos moldes que fora planejada e posta em marcha pelo *prestismo*. Após este episódio, integrou "um grupo de comunistas dissidentes, que não concordavam com a decisão partidária (tomada na clandestinidade) de apoiar o governo do Estado Novo depois que o Brasil entrou na guerra em 1942, tornando-se teoricamente um aliado da União Soviética."[157]

Naquele mesmo ano, publicou uma de suas obras de maior envergadura, *Formação do Brasil contemporâneo*, livro que marca sua leitura sobre o Brasil do passado e do Brasil moderno e algumas de suas divergências substanciais com a concepção de historicidade do PCB. Funda em 1955 junto ao seu primo, Elias Chaves Neto, a *Revista Brasiliense*, "onde colaboravam autores de vários matizes ideológicos, o que [...] provocava reações [negativas] dos dirigentes comunistas."[158] Foi deputado estadual eleito terceiro suplente pelo PCB na Assembleia Legislativa de São Paulo, em 1945, e deputado estadual constituinte, em 1947, ao lado de outro intelectual comunista, como o físico Mario Schemberg, e mais outros nove parlamentares todos caçados no final daquele ano por ocasião da anulação do registro do PCB no TSE. Foi editor e autor de vários outros livros, dentre os quais, destaque-se *História econômica do Brasil* (1945), *Dialética do conhecimento* (1952) e talvez sua última grande obra, *A revolução brasileira*.

---

[157] Antonio Candido. "Entrevista". In: Caio Prado Júnior. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2012, p. 275.
[158] *Ibid*., p. 276.

No período aqui recortado (1930-1945), contudo, sua contribuição mais importante à história do marxismo no Brasil foi ter elaborado uma interpretação marxista original da história brasileira a despeito das limitadíssimas iniciativas que lhe são contemporâneas, isto é *Agrarismo e Industrialismo* (1926), de Fritz Mayer (pseudônimo de Octávio Brandão), *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil* (1929), escrito por M. Camboa e L. Lyon (pseudônimos dos militantes trotskistas, Mario Pedrosa e Lívio Xavier) e *A caminho da revolução operária e camponesa* (1934), de Augusto Machado (pseudônimo de Leôncio Basbaum). Ela é mais surpreendente ainda por que Caio Prado Júnior a concebe sem conhecer em profundidade a obra original de Marx, mas, ao contrário, tendo sido integralmente socializado na versão bolchevique do marxismo, uma vez que, além de ter traduzido o manual de Bukharin, fez uma viagem de estudos à União Soviética em 1933, discursou sobre as virtudes do comunismo no clube dos artistas modernos e assumiu a maioria das posições do partido como verdadeiras.

A obra a qual fazemos referência, publicada no intervalo indicado, consiste em *Evolução política do Brasil* (1933), a série de artigos sobre a Aliança Nacional Libertadora, a ANL (1935) – estes menos conhecidos, mas não por isso, menos originais –, *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) e *História econômica do Brasil* (1945), esta última encomendada pela *Fondo de Cultura Económica* (DF-México). Todas contribuíram de um modo específico para a assimilação do marxismo ao pensamento político e social brasileiro, embora *Formação* seja o verdadeiro "carro chefe" do seu aporte, não obstante haja divergências quanto a este ponto, segundo veremos mais abaixo.

Para o contexto em que fora gestada ela representou um inegável salto qualitativo no tocante à produção intelectual fomentada oficialmente pelo PCB nos anos 1920, esta última mais preocupada em reproduzir, sem maiores questionamentos, os debates da IC e divulga-los nos meios populares para fins de agitação, do que com o enraizamento de um conjunto de concepções analíticas e políticas de compreensão e transformação social. Nos anos 1930, mais do que qualquer dirigente do PCB, Caio Prado parecia saber o real significado da máxima *quem erra na análise, erra na ação*. Ora, se em *última instância* o objetivo dos comunistas é a revolução socialista, toda análise política deve buscar precisão, fundamentação e objetividade, pois falhas, enganos e equívocos nesta etapa podem ter consequências fatais do ponto de vista estratégico, em particular nas situações em que esta última converge para a tática da *guerra de movimento*.

Deste modo, conhecer a especificidade da sociedade brasileira, os fundamentos históricos concretos de sua *formação*, não é uma questão meramente teórica, mas essencialmente prática. Acontece que entre as lideranças comunistas mais proeminentes, a "ciência do materialismo histórico" – ou melhor, a vulgata produzida na URSS por Bukharin – possuía suficiente amplitude para explicar a evolução histórica do Brasil já caracterizada pela Internacional, conforme estudamos no capítulo precedente. A obra de Caio Prado Júnior é um marco porque subverte esta perspectiva em particular, ademais de também superar as explicações tradicionais no campo específico da historiografia, tal como era produzida no interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Como historiador, não de profissão, mas de vocação, pois formou-se em 1928 pela tradicional Faculdade de Direito de São Paulo, "ele nunca deixou de olhar realidade brasileira com os próprios olhos. Entre uma teoria mal assimilada e a história, ficava com a segunda."[159]

Esta característica o aproxima sobremaneira de outro marxista heterodoxo latino-americano, o peruano, autor dos célebres *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana* (1928), José Carlos Mariátegui, que pouco antes de Caio Prado Júnior teria oferecido resistência ao mal assimilado marxismo da Terceira Internacional, propondo em seu lugar uma relação reflexiva e adaptativa com o ferramental teórico-analítico universalista oferecido pelo materialismo histórico, conferindo-lhe inteligibilidade desde uma perspectiva histórica particular, ausente na sua versão contagiada pelo positivismo.[160] Tanto um quanto o outro enfatizam a urgente necessidade de superação do legado deixado pela colonização europeia e conferem semelhante peso à resolução da questão agrária para que se possa transitar efetivamente da colônia à nação e alcançar a emancipação social das classes oprimidas.

Igualmente, ambos foram críticos à tese da *revolução por etapas* e da *política de alianças* com frações da dita *burguesia nacional* que, a rigor, acreditavam nunca ter existido na América Latina, de tal modo que suas preocupações convergiam para um diagnóstico bastante distinto daquele desposado pela Internacional e seus representantes locais: as revoluções brasileira e peruana – e poderíamos acrescentar chilena, argentina, mexicana (a

[159] Lincoln Secco, *Caio Prado Júnior. O sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 153.

[160] *Cf*. Bernando Ricúpero. *Caio Prado Júnior e a nacionalização do marxismo no Brasil*. *cit*.; André Kaysel. *Dois encontros entre o marxismo e a América Latina*. São Paulo, Hucitec, 2010; Yuri Leichsering. *O marxismo de Mariátegui e Caio Prado Júnior*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), 2015. Todos estes autores salientam a proximidade entre os significados das obras de Mariátegui e Caio Prado na formação e constituição do que poderíamos chamar "pensamento crítico laino-americano", ao lado de uma extensa lista de outros historiadores, cientistas sociais e economistas marxistas, por exemplo, o argentino Sérgio Bagú, os trinitino-tobaguenses, Cyril James e Eric Wiliams, o boliviano Guillermo Lora, dentre outros.

despeito de 1910), colombiana, etc. – não seria *democrático-burguesa*, conforme ditava o protocolo, mas antes, *nacional* e *popular*, fruto de uma aliança da ainda diminuta classe trabalhadora das cidades com a imensa massa do proletariado rural.

Para evitar equívocos indesejados, contudo, é preciso assinalar que ao contrário de Caio Prado, Mariátegui conservou uma relação de maior independência simultaneamente diante dos comunistas peruanos e do movimento comunista internacional. Haja visto que antes de sua morte, em 1930, o Partido Socialista Peruano (Mariátegui fora o seu secretário-geral), recusava-se a aceitar todos os ritos políticos da IC, inclusive a exigência de mudar o nome para Partido Comunista Peruano. Na letra de um de seus conterrâneos:

> Imediatamente depois da morte de José Carlos, os comunistas peruanos, inteiramente submetidos à linha política da Terceira Internacional com sede em Moscou, mudaram o nome do partido socialista e para "partido comunista" e, como escreveu Aníbal Quijano, "enterraram seu pensamento". Acusaram Mariátegui de populista e deram às palavras "mariateguismo" e "amautismo" o significado de desvio pequeno-burguês por prestar atenção aos índios, à sua liberdade, e por ver o Peru para mais além dos antolhos do partido comunista soviético.[161]

A mesma coisa não aconteceu com Caio Prado. Primeiro, porque ele viveu mais do que o PCB e perante qualquer tentativa de enterrar senão ele próprio, suas ideias, é provável que reagisse com firmeza em contrário. Mas o ponto central não é este. Com efeito, o historiador paulista manteve-se fiel até o fim da vida senão ao partido, pois afastou-se da agremiação no pós-1964 e a *Revolução Brasileira* (1966) é o grande texto-documento que atesta seu deslocamento para uma posição mais independente, ao menos cultivou fidelidade à causa comunista. Mas no momento de sua vida e militância que estamos examinando, entre os anos 1930 e 1940, a entrega ao comunismo (partido e ideologia) é integral. "Ser comunista era ser membro do partido e aceitar o modelo de socialismo vigente"[162] sem pestanejar. Uma escolha de vida profundamente pessoal, semelhante à conversão religiosa, o que implica na adesão a determinadas convicções sobre as quais, mediante a estratégia revolucionária, não cabe vacilação ao militante.

---

[161] Rodrigo Montoya Rojas. "Prologo à edição brasileira". In José Carlos Mariátegui. *Sete Ensaios de Interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular/ CLACSO,2010, p. 15.
[162] Lincon Secco. *Caio Prado Júnior. O sentido da revolução*. *cit*., p. 44.

O livro que publicara em 1934, *URSS, um mundo novo*, baseado na viagem que fez à União Soviética, é uma evidência clara de suas orientações ideológicas, uma vez que ali podemos constatar a defesa de uma vanguarda revolucionária, elogios à polícia política russa e ao modelo planificado de economia – aspecto este último sobre o qual se detém na maior parte do texto.[163] O mesmo pode-se dizer sobre o jargão político utilizado nos artigos que escreveu para a imprensa comunista, nomeadamente o jornal *A Plateia*, onde não é possível detectar divergências importantes com a linha oficial do PCB.[164]

Em termos políticos *estricto sensu*, sua leitura da revolução brasileira entre 1931 e 1945 é, no fundamental, a mesma desposada pelo partido. Quando preso em dezembro de 1935 na condição de vice-presidente estadual da ANL, por exemplo, teria declarado que "os comunistas se orientam pela teoria de Marx exposta em *O capital* (sic), aceitam a realidade da luta de classes e lutam contra o imperialismo e pela divisão da terra, mas que nas condições atuais do Brasil não se vislumbra a socialização integral da propriedade, pois o país não se encontra em nível econômico desenvolvido."[165] Posicionamento este que conflita com a defesa que fizera da socialização da terra nos artigos dedicados ao Programa da ANL: "A solução do nosso problema agrário e a criação de uma economia nacional progressista só podem ser obtidas com a transformação do próprio regime agrário, isto é, pela abolição do sistema de fazendas e grandes propriedades e entrega das terras aos camponeses."[166]

Finalmente, o argumento de destaque em *Formação do Brasil contemporâneo*, retomado integralmente nos dezesseis capítulos que integram a obra, ou seja, de que a sociedade brasileira se forma no bojo de um empreendimento mercantil destinado "a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu [e que explica] os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos"[167] – fazendo-se sentir ainda nos dias que lhe eram contemporâneos –, visa convencer o leitor dos anos 1940 da difícil tarefa (ainda pendente) de concluir "nossa evolução da *economia colonial* para a *nacional*"[168], isto é, a mesma questão com a qual o PCB se defrontava no programa político extraído das resoluções do seu III

---

[163] *Ibid*., pp. 44-5. *Cf*. Caio Prado Júnior. *URSS, um novo mundo*. 2ª edição. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1935.
[164] Caio Prado Júnior também foi o responsável pela primeira tradução do tratado de Bukharin, sobre o materialismo histórico, citado antes.
[165] Lincoln Secco. *Caio Prado Júnior. O sentido da Revolução*. *cit*., p. 52.
[166] Caio Prado Júnior. "O programa da Aliança Nacional Libertadora"; In: *Nova Escrita. Ensaio*. São Paulo, n. 10, 1982, p. 127. O autor ainda reivindica a intervenção política do Estado na distribuição da terra.
[167] Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cia das Letras, 2011, p. 28.
[168] *Ibid*., p. 10.

Congresso (1929).[169] Ou seja, as conclusões são as mesmas, mas o caminho para chegar a elas, distinto.

4. Marxismo e totalidade

Isto nos leva a crer existirem mais aproximações e concordâncias entre Caio e o PCB do que relações teóricas e políticas de antagonismo. Sua discordância maior dizia respeito à soçobrante insistência no transplante chapado de modelos explicativos *ad hoc*, incapazes de dar conta das particularidades da formação social brasileira. Deste modo 1) precisamos compreender melhor a natureza das apropriações que fez do marxismo em sua obra, traduzindo-o às particularidades locais e 2) avaliar o sentido da divergência teórica com o PCB para evitar cair no lugar comum de caracterizar sua obra de forma maniqueísta, em total oposição ao arcabouço teórico-político do partido.

Concernente ao primeiro ponto, Mendes (2008) faz considerações úteis (porém limitadas) ao alertar alguns problemas identificados por ele na bibliografia sobre Caio Prado Júnior, mas que, por seu significado, são válidas para qualquer estudo que se propõe examinar um objeto tão versátil quando *o pensamento*. Para ele, muitas formulações de Caio Prado Júnior, concebidas fundamentalmente em um dado momento de sua trajetória intelectual, foram indevidamente estendidas para o conjunto de sua obra pela fortuna crítica. Ele diz:

> [...] de um modo geral, as análises da historiografia partem do fato de que Caio Prado teria, em um dado momento de sua vida, abraçado a doutrina marxista e se tornado militante comunista, o que explicaria a sua obra e a sua prática política [...] A grande maioria deles caracteriza seu pensamento político como um pensamento marxista e comunista, heterodoxo, é verdade, por ter adaptado essa doutrina ao estudo da história do Brasil, podendo, por conseguinte, ser analisada por esse viés.[170]

Em aberta polêmica com reconhecidos leitores do historiador paulista, alguns deles, discípulos seus, Mendes indica que o referido erro metodológico, isto é, o de tomar a parte

[169] *Cf*. PCB, *Resoluções do III Congresso (1929)*.
[170] Claudinei Mendes, "Considerações sobre o estudo do pensamento político de Caio Prado Jr." In: *idem*. *Política e História em Caio Prado Júnior*. São Luís: 2008, p. 25.

pelo todo ao atribuir a Caio Prado formulações válidas para momentos específicos de sua obra e transformá-las em constantes do seu pensamento, está na origem dos equívocos cometidos pelos seus intérpretes, "como se ele [Caio] tivesse expressado embrionariamente seu pensamento político no primeiro livro, *Evolução* [*política do Brasil*], e sua trajetória intelectual nada mais fosse do que o desenvolvimento dessa manifestação inicial."[171]

Para dar razão a ele, de fato há que se considerar que algumas concepções formuladas no início do anos 1930 pelo historiador paulista foram abandonadas ou deixaram de figurar no primeiro plano de análise dos seus escritos. Um dos exemplos seria a noção de *luta de classes*, largamente explorada em *Evolução política do Brasil*, mas que não cumpre o mesmo papel em *Formação do Brasil contemporâneo*, não obstante a fortuna crítica dê pouca atenção a tais diferenças. Já outras concepções foram forjadas no auge (mas não síntese) da carreira de Caio Prado Júnior, especificamente na época em que fora publicada *A revolução brasileira* (1966) – caso das posições que assumira em face da questão agrária –, mas os analistas insistem em encontra-las "em germe" nos estudos da década de 30 e 40.

Ocorre que nem a obra nem o pensamento do historiador paulista constituem conjuntos homogêneos, de modo que é um sério equívoco tomar *A revolução brasileira* como síntese de seu pensamento político, da mesma forma que o é considerar *Evolução política do Brasil* uma espécie de prolegômenos do que viria adiante. Em suas palavras, "A consequência maior desses dois equívocos é, de um lado acreditar que *Evolução* possa explicar *A Revolução* e, de outro, o contrário, que *A Revolução* poderia explicar *Evolução*."[172]

Mendes então sublinha que os estudiosos da obra de Caio Prado quase nunca se questionam sobre o seu modo particular de conceber a doutrina marxista, mas ao contrário, o tomam como ponto pacífico onde se apoiam para justificar a falsa ideia de unidade do pensamento político *caiopradiano* – termo este que, inclusive, de certa forma denota uma uniformidade, a rigor, foi inventada, conforme advoga o crítico. Por fim (e de forma um pouco apressada), conclui: "não podemos explicar suas obras e seu pensamento político por meio da doutrina marxista."[173] Com este juízo ele se junta a outro autor, para quem o livro

[171] *Ibid.*, p. 29.
[172] *Ibid.*, *loc. cit.*
[173] *Ibid.*, p. 27.

F*ormação do Brasil contemporâneo*, "ao contrário do que se poderia esperar, diante do que [Caio] escreveu em 1933, este não é um livro marxista."[174]

Em resumo, a prudência em excesso de Mendes redundou em um absurdo maior do que o tal erro metodológico por ele criticado. Com efeito, ele tem razão ao censurar posturas analíticas que fazem tábula rasa das nuances verificáveis no pensamento político do historiador paulista. Todavia constitui um erro histriônico renegar o importantíssimo papel do marxismo na reflexão caiopradiana. Ela se encontra presente desde seu primeiro escrito após a filiação ao PCB e o acompanha até o final de sua vida intelectualmente ativa. Talvez o problema maior resida na concepção de marxismo a partir da qual Mendes pondera sobre o lugar ocupado pela doutrina de Marx na obra de Caio Prado Júnior.

No seu entender o método de análise marxista é indissociável da perspectiva da luta de classes que, de fato, teria sido mobilizada em *Evolução Política do Brasil*, mas submetida a um segundo plano na abordagem de *Formação do Brasil contemporâneo*, no qual verifica-se, ainda de acordo com Mendes e também, Iumatti (2007), uma pronunciada aproximação com o universo descritivo da Geografia, provavelmente em virtude da passagem pelo curso história e geografia na USP nos anos 1930. Como diz Antonio Candido em depoimento, Caio Prado "aplicou-se muito como aluno do eminente geógrafo Pierre Desffontaines, da missão de professores franceses, que, segundo me disse mais de uma vez, lhe ensinou a 'ver' a natureza em excursões dominicais pelos arredores de São Paulo."[175] Além de Desffontaines, Caio Prado também fora aluno de Fernand Braudel, que provavelmente o iniciou nos métodos de pesquisa da geo-história, cristalinamente mobilizados no livro de 1942.

Mais adiante examinaremos estas diferenças que julgamos substanciais. Por hora, vale destacar, a postura criticista de Mendes o impede de perceber que o marxismo não se reduz a uma perspectiva de análise que confere centralidade à luta das classes – que tampouco é um conflito ao redor do excedente econômico, pura e simplesmente, como ele parece supor. Não há dúvida que trata-se de um conceito importante para os fundadores da filosofia da práxis, sobre a qual repousaria, em uma famosa formulação, o motor da história[176], mas limitá-lo à ele é insuficiente. Para falar com Lukács (2003), "Não é o predomínio de motivos econômicos

---

[174] João Alberto da Costa Pinto. "Caio Prado Júnior: a derrota do marxismo no Brasil". In: *Espaço Acadêmico*. Maringá, n. 70, março de 2007, ano VI.

[175] Antonio Candido. *Entrevista*. In: Caio Prado Júnior. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, p. 279.

[176] "A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes." *Cf*. Karl Marx & Friedrich Engels, *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Boitempo, 1999, p. 40.

que distingue de maneira decisiva o marxismo da ciência burguesa, mas o ponto de vista da totalidade"[177], isto é, a perspectiva analítica cujo objetivo é conhecer a lógica que preside a conexão das partes com o todo, articulando *particular* e *universal* em uma unidade sistêmica. Mais uma vez, nas palavras de Lukács:

> A categoria da totalidade significa [...], de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades ligados entre si, de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas.[178]

De acordo com este princípio metodológico, toda discussão singular, ou melhor, que visa fazer a *decoupage* do objeto a fim de conhecê-lo em suas determinações essenciais (a objetividade do real), precisa necessariamente estabelecer a conexão de sentido que ele guarda com o complexo histórico e social ao qual pertence para, então, a partir deste fundamento, retornar ao objeto, agora "iluminado" pelas múltiplas determinações e relações que o envolvem no todo, e avançar no seu entendimento não apenas enquanto concreto representado, mas também compreendido na sua totalidade real. Em Marx (2011), teríamos a seguinte asserção:

> Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. Considerado de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso. A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. P. ex., trabalho assalariado, capital, etc. Estes supõem troca, divisão do trabalho, preço, etc. O capital, por exemplo, não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o preço, sem o dinheiro, etc. Por isso, se eu começasse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria a conceitos analiticamente cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos

[177] Georg Lukács. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 105.
[178] *Idem*, *Existencialismo ou marxismo*. São Paulo: Senzala, 1967, p. 240.

> [Abstrakta] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às representações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que chegasse de novo à população, mas desta vez não como representação caótica do todo, mas como uma rica totalidade de ricas determinações e relações [...][179]

Desta forma, seja baseando-se na luta de classes para explicar a evolução política do Brasil, seja partindo de uma descrição geográfica sobre a ocupação do território brasileiro pelo conquistador europeu, o que está em primeiro plano nas interpretações de Caio Prado Júnior é a *conexão objetiva*, por ele explicitada, de todos os lados, forças e tendências manifestos nos acontecimentos históricos, ordenados por força da síntese, isto é, a linha mestra em torno da qual se agrupam os fatos e acontecimentos dados a conhecer.

Em todos os casos que analisara, sejam as lutas pela independência, as revoltas regenciais, a formação mais profunda da organização material e social da vida na Colônia, ou os elementos que compõe a economia cafeeira por ocasião da crise de 1929, etc., o que importa é evidenciar a relação destes acontecimentos com o que chamaríamos, em linguagem moderna, a evolução do modo de produção capitalista no Brasil, em moldes mercantis, caracterizada por traços fortemente autocráticos, excludentes e coercitivos (coerção extra-econômica) sobre os produtores diretos.

Embora *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) ofereça a categoria analítica básica para enquadrar as particularidades da sociedade brasileira – refiro-me aqui ao *sentido da colonização* – não há como afirmar que inexista no texto de 1933, *Evolução política do Brasil*, a preocupação de pensar a particularidade brasileira na relação com o todo. É claro que ela não foi minuciosamente trabalhada como fora no livro de 1942, tampouco Caio Prado preocupou-se em criar uma categoria para fundamentá-la e, a partir dela, explicar a resistência do passado colonial em cada instituição ou acontecimento da vida brasileira, malgrado inúmeros esforços no sentido de modernizá-la ao estilo *americanista*. No entanto, isso não significa que ela esteja ausente, tal qual veremos nas seções seguintes.

Isto posto, em relação ao segundo ponto, a saber, quais eram as reais divergências teóricas de Caio Prado Júnior junto ao PCB no período que nos ocupamos, elas não são muitas e, a bem da verdade, absolutamente secundárias mediante os objetivos finais a que se propunham os comunistas brasileiros nos momentos de auge da organização nos anos 1930.

[179] Karl Marx. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 54.

Em ordem cronológica, 1) a questão da existência ou não do regime feudal no Brasil, aparecida pela primeira vez em *Evolução política do Brasil* (1933); 2) a leitura do passado colonial brasileiro, da forma que aparece em *Formação do Brasil contemporâneo* (1942); e 3) o problema da aliança com setores da burguesia industrial.

Como se sabe, as querelas envolvendo uma ou mais das questões não se limitam às décadas de 30 e 40. Conforme cresce o interesse da *intelligentsia* brasileira pelo marxismo nos anos subsequentes outros intelectuais buscarão inserção no debate, combatendo, ratificando, corrigindo ou dialogando com Caio Prado, que fora pioneiro em abrir searas em pelo menos dois dos temas apontados. Mas com exceção da terceira divergência, mais diretamente ligada às questões estratégicas do PCB, pode-se dizer que as outras duas ganham significado pleno se inseridas no universo cultural modernista e pensadas na chave da *deglutição antropofágica*, implícita nele.

Convém dizer, algumas breves palavras sobre o movimento modernista para entendermos melhor a proposta de interpretação que alia marxismo e antropofagia. Comumente associado às inovações estéticas e estilísticas nos campos da literatura, artes plásticas e do ensaísmo crítico que marcaram a *Semana de Arte Moderna de 1922* e o radicalismo cultural que a sucede, o movimento modernista pode ser caracterizado, em linhas muito gerais, pelo crescente interesse dos intelectuais brasileiros por problemas de ordem nacional e popular, em nada comparado ao exercício de "ida ao povo" que acometera a *intelligentsia* russa em fins do século XIX, fazendo-a afastar-se do seu círculo social mais próximo, abandonar as zonas urbanas, aprender um ofício manual e se misturar ao campesinato, considerado a "verdadeira essência da mãe Rússia". Entre nós tratou-se de algo muito mais comedido. Um voltar-se para si mesmo em busca da identidade nacional que nos faltava no campo artístico.

Como todo movimento cultural, a homogeneidade não é uma de suas características. Houve "correntes que [...] passavam do nacionalismo estético ao político, e até ao fascismo: o *verde-amarelismo*, o movimento *Anta* (Menotti del Pichia, Cassiano Ricardo, Plínio Salgado)" [180], bem como outras mais abertas à assimilação das vanguardas artísticas europeias e igualmente inclinadas a repousar sobre "os elementos recalcados de nossa civilização, como o negro, o mestiço, o filho de imigrantes, o gosto viçoso do povo, a ingenuidade, a

[180] Antonio Candido (1953 e 1955), "Literatura e cultura. 1900-1945". *cit*., p. 129.

malandrice."[181] Este último caso é o da linha *antropófaga*, associada aos nomes de Mário e Oswald de Andrade, o primeiro autor de *Macunaíma*, expressão mais alta da *antropofagia*, o segundo, do *Manifesto Antropófago*, sua formulação "política", ambos de 1928.

O conceito de *antropofagia* é de difícil definição. Talvez seja mais correto falar não no conceito, mas na tendência antropofágica no pensamento brasileiro, manifesta primeiro na literatura e depois em outras expressões da cultura. Assim Basílio da Gama e Santa Rita Durão o fizeram na poesia, Machado de Assis na prosa, os modernistas na cultura e, por que não, Caio Prado no terreno do marxismo da Terceira Internacional. A ideia implícita é que existe uma tensão dialética entre localismo e cosmopolitismo ou entre particular e universal que só se resolve mediante a interpenetração de ambas as dimensões, onde o cosmopolitismo se particulariza e o localismo se universaliza.

Seja como for (retomando uma ideia já esboçada), no rastro dos aforismos do *Manifesto Antropófago*, *antropofagia* é antes de tudo um movimento dialético – *devoração-deglutição-recriação* – formado por três momentos básicos: o do reconhecimento/rejeição, o da assimilação e o da superação. *Reconhecimento/rejeição*, pois, trata-se de reconhecer a cultura europeia, ou Ocidental, como produto da humanidade e, como tal, parte constitutiva da nossa herança enquanto civilização, mas sem que isso implique em sujeição cultural, dadas as suas tendências de projeção *etnocída*. *Assimilação* por que *antropofagia* é "absorver o inimigo e transformá-lo em totem"[182], quer dizer, apropriar-se da força criadora das vanguardas europeias e o futurismo italiano, no que elas têm de inovador para iluminar o caminho à nossa própria autocompreensão idiossincrática enquanto povo que busca libertar-se das amarras da cópia. Finalmente, recriação, uma vez que o objetivo último é superar (no sentido da *Aufhebung*, em termos hegelianos) as oposições entre o nacional e o estrangeiro, formando algo novo a partir da síntese de ambos. É Hamlet subvertido em *Tupy or not tupy, thats de question*. Noutras palavras: o movimento *tese-antítese-síntese*.

Ora, se a dialética está no cerne da *antropofagia*, ainda que de forma mistificada e até mesmo irracional, ela oferecia um antídoto eficaz aos traços positivistas e dualistas nos quais estava embebido o marxismo desde os tempos da Segunda Internacional, acentuados e

[181] *Ibid*., p. 130.
[182] *Cf*. Oswald de Andrade (1928). "Manifesto Antropófago". c*it*., p. 18.

levados ao extremo pela Terceira.[183] Ao apropriar-se deste marxismo, contudo em perspectiva *antropofágica*, a um só tempo Caio Prado Júnior desfez-se daquele conteúdo excêntrico que, na prática, como vimos, o aproximava perigosamente do materialismo burguês, ocultando por trás da falsa objetividade deste último os elementos que diferenciam o marxismo das ciências burguesas, ou seja, o conhecimento de que todos os fenômenos econômicos e sociais derivam das relações entre os homens, historicamente situados; preservou a dimensão processual e historicista do método, ignorado pelo marxismo vulgar; e o fez convergir para o entendimento racional das particularidades locais da formação social brasileira.

A seguir, ao debater as divergências alimentadas por Caio Prado Júnior com o PCB, veremos *in acto* em que sentido ocorreu a apropriação do marxismo que estamos considerando aqui e como o autor o mobilizará em seus escritos.

5. Evolução Política do Brasil: feudalismo de retórica, o "caráter geral da colonização" e a luta de classes na construção do Estado nacional

*De acordo com o que estudamos no capítulo anterior houve uma série de avanços e recuos entre 1922 e 1929 nas tentativas de interpretação marxista da realidade brasileira. Após o *VI Congresso da IC* (1928) e da *I Conferência Comunista Latino-Americana* (1929), chegou-se, porém a um conjunto de formulações por interferência direta da IC que produziam impacto direto na estratégia a ser seguida pelos comunistas brasileiros. Ela primava pela caracterização do Brasil e demais países latino-americanos sob a categoria de país *semicolonial* que demandava urgentemente uma revolução de tipo *democrático-burguês*. Tais resoluções silenciavam bastante sobre o passado das sociedades de tipo semicolonial, não havendo indicações claras nem nos documentos ou nas conferências dos líderes da Internacional, pois Bukharin, Humbert-Droz e nem mesmo Manuilsky haviam feito indicações seguras sobre o tema, de modo que, por convenção, aceitou-se a ideia *etapista*, afinal ela já era moeda corrente nos circuitos de esquerda, desde a Segunda Internacional.

Em seu livro, *Evolução política do Brasil* (1933), Caio Prado não parece disposto a comprar esta ideia. Filiado "a uma tradição de contestação intelectual que remonta a José

[183] "Vale lembrar que, em 1931, um decreto estatal identificou o materialismo dialético ao marxismo-leninismo, colocando um fim à polêmica que envolvia Deborin e Bukharin, entre outros." *Cf*. Herbert Marcuse, *apud* Álvaro Bianchi. "Gramsci, Lukács e a crítica ao 'Ensaio popular' de Bukharin". *cit*., p. 182.

Bonifácio"[184] e com boa circulação no ambiente cultural modernista de São Paulo, sua disposição de escrever um ensaio – como era moda na época – que pudesse ser acessível ao maior número de leitores, o faz dialogar muito mais com ambas as tradições e com o marxismo – que, por sinal, vinha interessando-lhe com maior intensidade desde a desilusão com o Partido Democrático e com a Revolução de 1930 – do que com algum dogma partidário. A exposição curta e sintética inicia-se com dois capítulos intitulados "Colônia (I)" e "Colônia (II)" onde o autor atualiza por meio do método que anuncia no prefácio da obra – a interpretação materialista – o "caráter geral da colonização brasileira" e outros aspectos econômicos, sociais e políticos entre o descobrimento e a Independência.

*Ele passa em revista as razões que levaram a Coroa portuguesa a optar pela colonização das terras na América, desde o descobrimento abandonadas pelo Reino, não havendo mais do que contatos fortuitos entre os povos indígenas do litoral brasileiro e comerciantes europeus, estes últimos interessados na madeira que podiam extrair com a ajuda dos nativos. Era mais interessante, porque vantajoso e lucrativo, o comércio com o Oriente. Do abandono resultaria a predação das terras na América por parte de outros povos que não o português. Daí soluciona-se o problema criando-se o regime de capitanias hereditárias e entregando o empreendimento colonial à iniciativa privada. Mas a vastidão do território impediu que empreendimentos solitários arcassem com o ônus de ocupação de dezenas de léguas da costa. Tanto que finda a segunda metade do século XVI, apenas as capitanias de Pernambuco, no norte, e São Vicente, no sul haviam atingido algum florescimento.[185]

O ponto que nos interessa sobremaneira são as considerações feitas por Caio Prado sobre o regime de capitanias hereditárias. Ele afirma:

> O regime de capitanias foi em princípio caracteristicamente feudal. Não gozavam os donatários de nenhum direito sobre a terra, vedando-lhes mesmo expressamente os forais a posse de mais de dez léguas (alguns dezesseis) de terra. E mesmo essas dez léguas deviam ser separadas em várias porções. Cabia-lhes contudo um direito eminente, quase soberano, sobre todo o território da capitania, e que se expressava por vários tributos: a redizima dos frutos; a dízima do quinto, pago à Coroa, do ouro e das pedras preciosas; passagem dos rios, etc.; o monopólio

[184] Lincoln Secco. *Caio Prado Junior. O sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 47.
[185] Caio Prado Júnior. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, p. 15.

> das marinhas, moendas de água e quaisquer outros engenhos; finalmente o provimento dos ofícios e cargos públicos da capitania.
>
> Esse ensaio de feudalismo não vingou. Decaiu com o sistema de colonização que o engendrava, e com ele desapareceu sem deixar traço algum de relevo na formação histórica do Brasil.[186]

*Aqui já se tem um indicativo claro do que o autor pensava sobre a questão. Conquanto alguns companheiros de partido, como Octavio Brandão, tenham assinalado a persistência de traços feudais e/ou medievais na economia brasileira sem nenhuma figura de retórica, Caio Prado é categórico: desapareceu sem deixar rastros. O que definia a colonização, isto é, o seu "caráter mais profundo" era a forma como se deu a distribuição da terra. Quanto a isso, o autor sublinha a importância dos recursos naturais – isto é, tudo o que a colônia dispunha e podia oferecer enquanto riqueza – para que se determinasse a única forma de exploração possível do território: "a agricultura e a pecuária, subordinadas ambas à posse fundiária." Diz ele sobre os característicos legais para a ocupação do solo:

> Os forais dos donatários determinavam que as terras fossem distribuídas em sesmarias aos moradores. Ficava portanto a apropriação da terra vazada em determinada forma jurídica, pois a designação *sesmaria* não se referia genericamente a qualquer forma de doação, mas, ao contrário, subordinava-se especialmente a certos caracteres jurídicos. A propriedade do sesmeiro era alodial, isto é, plena, não consagrando outro ônus que não o pagamento da dízima da Ordem de Cristo, que afinal não passa de um simples imposto, e outras restrições, como os monopólios reais, servidões públicas de água, caminhos, etc. Não comporta, todavia, nenhuma relação de caráter feudal, vassalagem ou outra. As terras eram alienáveis por livre disposição dos proprietários e não criavam laço algum de dependência pessoal. [...][187]

A única obrigação sobre as sesmarias era que o sesmeiro as aproveitasse, cultivando-as, criando animais, etc. e por esta mesma razão, as terras somente eram distribuídas a quem pudesse cumprir com a obrigação de fazê-las frutificar. Neste caso, cabedais significam gado,

[186] *Ibid.*, pp. 15-16.
[187] *Ibid.*, pp. 16-17.

plantações, engenhos e posse de escravos, ou seja, elementos que caracterizariam, para a Coroa, "*homens de posses que podem fazer lavouras*"[188], não cabendo, portanto, doações a colonos interessados no emprego do próprio braço e da família no regime de plantações e inclusive na agricultura de subsistência. A posse da terra, entretanto, independente dos recursos empregados, não significa prosperidade certa da mesma. Caio Prado cita um cronista que registou o frequente empobrecimento dos colonos a despeito da enorme quantidade de terras disponíveis.

Diferentemente do regime feudal europeu, onde os conquistadores *germânicos* encontraram uma densa e estável população ligada à terra e dedicada à agricultura – fator decisivo na determinação dos laços de dependência gerados em relação aos potentados que se apropriaram do solo –, não houve no Brasil a "superposição de uma classe sobre uma estrutura social já constituída [...] resultante da apropriação e monopolização do solo."[189] O colono europeu ocupou um solo "virgem", isto é, jamais trabalhado em extensão e com a regularidade dispensada pela agricultura mercantil. Em nota de rodapé, Caio Prado acrescenta:

> Esta observação destina-se principalmente aos que, fundados em certas analogias superficiais se apressam em traçar paralelos que não tem assento algum na realidade. Podemos falar num feudalismo brasileiro apenas como figura de retórica, mas absolutamente para exprimir um paralelismo, que não existe, entre nossa economia e a da Europa medieval.[190]

É certo que a crítica atingia em cheio aquela concepção difundida no PCB e resumida na formula *escravismo-feudalismo-capitalismo* importada dos manuais moscovitas como desautorizava Octávio Brandão, figura que não havia muito era a maior autoridade teórica do partido. Porém as indicações do próprio prefácio do livro e algumas outras levantadas em carta à Lívio Xavier, que resenhara *Evolução política do Brasil* no jornal *Diário da Noite* em 1933, nos fazem supor sem exagero que os interlocutores de Caio Prado são menos Octavio Brandão e Astrojildo Pereira e muito mais os historiadores "oficialistas" do IHGB.

---

[188] *Ibid.*, p. 17.
[189] *Ibid.*, p. 19.
[190] *Ibid.*, *loc. cit.*, n. 6.

Para o historiador paulista, "a economia agrária colonial sempre teve por tipo a grande exploração rural. Estão aí as lavouras de cana e os engenhos de açúcar [...], os extensos latifúndios dedicados à pecuária; enfim, as demais indústrias agrícolas que, embora em menor escala, sempre se revestem do caráter de grandes explorações"[191], sempre baseadas no trabalho escravo (a coerção extra-econômica aduzida acima) do índio e do negro. "Não raro deparamos com proprietários de mais de mil escravos. Assim, mesmo em São Paulo, a zona mais pobre da Colônia, o tipo da exploração agrícola foi sempre o da grande propriedade rural."[192]

Caio Prado ainda aponta outra evidência desfavorável ao argumento que conferia prevalência às relações econômicas características do regime feudal no Brasil quando salienta que o mercado de exportação estava quase inteiramente reservado ao escoadouro do açúcar proveniente dos engenhos. Tratando-se de uma empresa agrícola que exigia altas despesas com ferramentas, animais e força de trabalho, mesmo nos casos mais modestos, a produção nos engenhos de açúcar estava no essencial organizada para ser exportada e não consumida pelo mercado interno, de mínimas proporções. Cada grande propriedade, em média, produzia o suficiente para a própria subsistência, não muito exigente no período colonial (milho, feijão, mandioca, carne, leite, ovos), e concentrava os serviços "industriais" indispensáveis às suas atividades (serrarias, carpintarias, ferrarias, olarias).

Por esta razão, também, os grandes proprietários detém o poder político de fato, na Colônia, uma vez que é impossível a Coroa exercer o seu poder de direito sobre todo o território colonial. São eles que desbravam os sertões, assentam, colonizam, fazem guerra com as tribos indígenas, escravizam o gentio, conflitam com a autoridade religiosa. Tanto é assim que

> Até o século XVII, pode-se afirmar que a autoridade desta [da Coroa] somente se exerce efetivamente dentro dos estreitos limites da sede do governo-geral. Mantinha ela na colônia apenas uma administração rudimentar, o estritamente necessário para não perder com ela todo o contato, e atendia a seus pedidos com a relutância e morosidade de quem não se decide a fazer grandes gastos com o que não lhe pagava o custo. Via-se por isso a administração colonial desarmada, a braços com a turbulência e arrogância dos colonos. Como alcançar através de tão extenso

[191] *Ibid., loc. cit.*
[192] *Ibid.*, p. 20.

> território esses vassalos desobedientes, que, isolados nos seus domínios e cercados de gente, não trepidavam em receber com força os funcionários da Coroa acaso mandados para refrear-lhes os excessos e desmandos sem conta?[193]

Finalmente, o regime colonial inicia sua fase de transformação por volta da segunda metade do século XVII, quando, segundo o autor, os interesses coloniais e metropolitanos começam a divergir. Até aquela data havia comunidade de interesses entre brasileiros e portugueses na ocupação do território, organização dos primeiros estabelecimentos administrativos e econômicos, combate à rebeldia de tribos indígenas hostis ao avanço europeu, etc.

> Mas esse primeiro caráter da colonização vai dando lugar, por força de sua própria e natural evolução, à diferenciação desses interesses, que se afirmam com toda a nitidez na segunda metade do século XVII. A economia nacional encontra por essa época o obstáculo que, ao seu natural desenvolvimento, representa a estreiteza do regime de colônia em que vivíamos. Revela-se então a contradição fundamental que minava o regime: interesses nacionais e portugueses díspares.[194]

Em face de certo progresso econômico (benéfico apenas para os grandes proprietários), a metrópole inicia algumas arremetidas legais contra o desenvolvimento de atividades industriosas e do comércio ultramarino na Colônia, vedando-lhe, por conseguinte, autonomia nos negócios. O tráfico de escravos, por exemplo, atividade altamente lucrativa, era monopólio da Coroa não cabendo aos navios saídos da Colônia tocar portos no ultramar, da mesma forma que lhe era proibido receber navios estrangeiros em seus próprios portos. Outra restrição exigia que os colonos saídos do Brasil estavam proibidos de tocar solo estrangeiro sem antes passar por Portugal.

Caio Prado interpreta tais medidas como uma forma compulsória de canalizar para o Reino toda atividade comercial da Colônia, sua principal fonte de lucro em vista do declínio do Império português no oriente. Outras restrições mais severas foram impostas pela Coroa com o alvorecer do "ciclo da mineração" no interior do país, contribuindo para que no final do

[193] *Ibid.*, p. 30.
[194] *Ibid.*, p. 33.

século XVIII ganhassem espaço na sociedade colonial os ideais liberais de justiça, liberdade e autonomia entre grupos de conspiradores, dos quais a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana são fidedignas representantes.

Chama particular atenção o fato do autor utilizar o termo "Revolução" para destacar acontecimentos politicamente tão marcados por acordos pelo alto como os que envolvem a Independência do Brasil. Mas a escolha, aparentemente disparatada, oculta uma perspicácia não revelada à primeira vista. Edgard de Decca (1981) ressalta e Lincon Secco (2008) relembra, a ideia de "Revolução" havia se tornado moeda corrente no final dos anos 1920, empregada e disseminada nos jornais e panfletos liberais, comunistas e socialistas, ganhando foros inclusive no discurso de grupos de matiz autoritário. Ao denominar-se *Revolução de 30*, a coalizão liberal-conservadora liderada por Getúlio Vargas o ilustra satisfatoriamente.

Porém aqui o termo tem um sentido muito preciso. Ele não quer dizer ato insurrecional. Implica, isto sim, na ideia de mudança, mas não necessariamente em ruptura. É com este sentido que Caio Prado a utilizará em *Evolução política do Brasil* ao tratar "do processo de emancipação nacional. Emancipação esta que é profundamente maculada pela persistência da escravidão e da adoção de um liberalismo de fachada que encobria relações passadas com a capa de uma ideologia importada."[195]

A leitura proposta por Caio Prado Júnior compartilha do mesmo ponto de vista defendido por Lívio Xavier e Mário Pedrosa, dois destacados militantes do ainda nascente movimento trotskista de São Paulo. Em texto publicado na data do racha da *oposição (brasileira) de esquerda* com o PCB, ambos publicam um artigo onde manifestariam o marco teórico a partir do qual os trotskistas passariam examinar a situação econômica e social do Brasil, em franca divergência com as teses de *Agrarismo e Industrialismo*. Apesar dos autores deterem-se na história mais recente da sociedade brasileira e, por conseguinte, destacarem a organização econômica promovida pela cafeicultura entre fins do século XIX e início do XX, asseveram:

> O Brasil nunca foi, desde a sua primeira colonização, mais que uma vasta exploração agrícola. Seu caráter de exploração rural colonial precedeu historicamente sua organização como Estado. Nunca houve aqui terras livres; aqui também não conhecemos o colono livre, dono dos seus meios de produção, mas o

[195] Lincoln Secco. *Caio Prado Júnior. O sentido da revolução*. *cit.*, p. 163.

> aventureiro da metrópole, o fidalgo português, o comerciante holandês, o missionário jesuíta – que não tinham qualquer outra base a não ser o monopólio das terras. Sob uma forma peculiar de feudalismo, todos vinham explorar a força de trabalho do indígena adaptado e do negro importado.[196]

Diferente de Caio, como se vê, os autores ainda reconhecem o uso da expressão "feudalismo" na abordagem do passado colonial brasileiro, mas, ao mesmo tempo, anotam sua peculiaridade, o que denota a recusa de pensá-lo como cópia do feudalismo europeu. Por outro lado, ao analisarem a economia do café, já não o admitem, pois em sua acepção

> O formidável desenvolvimento da cultura cafeeira é, tipicamente, um desenvolvimento capitalista. Todas as condições necessárias estão reunidas: terras virgens, ausência de rendas fundiárias, [...] possibilidades de monocultura. Assim, o cafeicultor faz convergir simultaneamente todos os seus meios de produção para um único objetivo e, por conseguinte, obtém benefícios até então desconhecidos. O tipo da exploração determinou, portanto, prosperidade favorável ao desenvolvimento do capitalismo sob todas as suas formas. Desse modo, o sistema de crédito, o crescimento da dívida hipotecária, o comércio nos portos de exportação, tudo ajudava a preparar uma base capitalista nacional.[197]

Este ponto é particularmente importante, pois nos permite indicar outra especificidade do marxismo *caiopadreano*. Em seus escritos mais destacados dos anos 1930, *Evolução política do Brasil* (1933), os artigos sobre a ANL (1935) e o artigo sobre *O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo* (1935), não encontramos sequer uma vez o uso de expressões, como *capitalismo*, *pré-capitalismo*, *modo de produção* ou similares, como era de praxe entre os autores comunistas e trotskistas.[198] Tampouco é o caso de afirmar que o historiador paulista "procurava desvendar [as] 'leis' de funcionamento do capitalismo periférico"[199] e que, portanto, teria sido precursor de tal ou qual teoria que o

---

[196] M. Camboa & L. Lyon (pseudônimos de Mário Pedrosa e Lívio Xavier). "Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil". In: Fúlvio Abramo & Dainis Karepovs (orgs). *Na contracorrente da história. Documentos da Liga dos Comunistas Internacionalistas (1930-1933)*. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 67-68.
[197] *Ibid*., p. 71-2.
[198] Encontramos o uso dos termos *superestrutura política*, *forças produtivas, classe dominante, ideologia* e *classe social* na análise do processo de independência e das rebeliões regenciais.
[199] Lincoln Secco. *Caio Prado Júnior. O sentido da Revolução*. *cit*., p. 176.

intentasse. O aspecto mais importante de sua obra, isto sim, fora mostrar que "as formas de produção aqui instaladas [independente do nome que se dê a elas] obedeciam ao único objetivo de abastecer os mercados europeus com alguns gêneros primários. Tudo o mais se subordinava a isso."[200]

De certo modo, esta última ideia fora anunciada em *Evolução política do Brasil* quando o autor aborda o que entendia por o *caráter geral da colonização*, mas ela está longe de cumprir a mesma função que cumprirá nos escritos sobre a ANL e na década seguinte, em *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), como veremos na seção seguinte. Não obstante, no ensaio de 1933, o autor tem outras preocupações. A mais importante delas, pois dialoga com as questões da conjuntura política, problematizando-a através do passado, é destacar as dimensões do conflito social nos contextos da *Constituinte de 1823* e das lutas populares que se desenrolaram no período da Regência (1831-1840).

Na abordagem do novo período, o eixo explicativo é a *luta de classes* na forma em que fora explorada por Marx em *O 18 Brumário de Loius Bonaparte*. Por isso o autor esforça-se em reconstruir sinteticamente o conjunto de forças políticas em luta na construção e consolidação do Estado Nacional. Quando iniciou os preparativos do ensaio, em 1932, recordemos que no final daquele ano o governo provisório de Vargas chamou eleições para a formação de uma Assembleia Constituinte, depois de sufocada a revolta armada paulista contra o governo central. A própria *Revolução de 1930* já se provara um projeto de conciliação pelo alto a ser legitimado por uma Assembleia que não expressava outros interesses políticos além dos oligárquicos. O contexto político imediato é, deste modo, uma fonte de inspiração e, portanto, é legítimo encontrar paralelismos entre a análise da "revolução separatista" (separação da metrópole portuguesa) e a Revolução de Outubro de 1930.

Assim, analogamente à *Revolução de 30*, "Fez-se a Independência praticamente à revelia do povo; e se isto poupou-lhe sacrifícios, também afastou por completo sua participação na nova ordem política. A Independência brasileira é fruto mais de uma classe do que da nação tomada em conjunto."[201] A Constituinte de 1823, por sua vez, assim como a que se formava em 1932, traduzia e "sintetiza[va] admiravelmente as nossas condições políticas

[200] *Ibid*., pp. 176-7.

[201] Caio Prado Júnior. *Evolução política do Brasil*. *cit*., p. 51. Carlos Nelson Coutinho comenta haver muitas analogias entre a perspectiva assumida por Caio Prado Júnior na análise do processo de Independência e o conceito de *revolução passiva* desenvolvido por Gramsci exatamente na mesma época, quando jazia no cárcere fascista. *Cf*. "O desafio dos que pensaram o Brasil". In: *Lua Nova*, n. 51, 2004, p. 107.

de então."[202] Ela conferia grande importância aos princípios do liberalismo, presentes nas cartas constitucionais da França e dos Estados Unidos, de onde os constituintes tomaram de empréstimo a ossatura para o Estado brasileiro; propunha limites ao poder do imperador – herdeiro também do trono de Portugal – como forma de valorizar a representação nacional e afastar a ameaça de recolonização; e era composta tão somente por grandes proprietários rurais que souberam manipular o processo legal de modo a reservar-lhes todas as vantagens políticas.

Findo o processo de edificação dos pilares do Estado nacional com a outorga da constituição, em 1824, desatam-se os conflitos dos proprietários rurais com o Imperador, d. Pedro I. Para Caio Prado Júnior o monarca da dinastia dos Brangança não representou nada além do que um "instrumento das reivindicações nacionalistas"[203] dos proprietários de terra, beneficiários diretos da ruptura com a metrópole. Contudo, o processo de separação se estende até 1931, quando o d. Pedro I abdica do trono em favor de seu filho, o futuro Pedro II. Até esta data, a luta interna se dará entre a "burguesia brasileira" e o Imperador, que tentava de todas as formas consolidar seu poder absoluto sobre os adversários e aliados, não obstante os freios legais estabelecidos pela Constituição. Outra força em jogo, os portugueses residentes no Brasil, sobretudo comerciantes, ora apareciam como aliados de d. Pedro, por que adversários da "burguesia brasileira" em questões econômicas, ora adversários do próprio Imperador, pois interessados na reconquista portuguesa do Brasil e consequente recuperação de seus privilégios.

Nas camadas inferiores da sociedade, por fim, as classes pobres, confusas e desorientadas, vítimas da própria ignorância e de discursos jacobinos de alguns dos seus líderes – que o autor não chega a indicar –, podiam assumir posições políticas radicais ao extremo, havendo momentos que reivindicassem transformações sociais e distribuição de toda a riqueza. Na acepção de Caio Prado, no entanto, não havia condições objetivas para a realização das reformas como queriam os populares, o que as tornava mais ficção do que um projeto político efetivo. Os escravos, por seu turno, eram desprovidos de direitos civis, sequer reconhecidos como brasileiros, embora, na condição de força de trabalho, compusessem um elemento essencial na vida econômica nacional.

---

[202] Caio Prado Júnior. *Evolução política do Brasil*. *cit*., p. 52.
[203] *Ibid*., p. 51.

As classes populares tomarão vulto quando o autor passa ao exame do período regencial, ou "revoluções da Menoridade", como as prefere chamar. Não é por outra razão que Caio Prado estende-se em minúcias sobre elas. Tanto a Cabanagem, do Pará (1833-1836), a Revolta de Balaios, no Maranhão (1833-1841) e a Agitação Praieira de Pernambuco (1848) possuíam um forte conteúdo popular, cujas revoltas, levantes e sublevações eram açodadas pelas duras condições de vida das classes pobres, sensivelmente agravadas pela dominação oligárquica local, pela política reacionária do governo regencial ou pelas duas coisas ao mesmo tempo.

Elas foram responsáveis por alçar à administração provincial aquela massa de desclassificados sociais que mais tarde Caio Prado chamara de "setor inorgânico", isto é, os elementos que não são nem escravos nem senhores de grandes domínios, incluindo-se entre eles os estratos oriundos das classes médias urbanas. Tratadas pelos compêndios de história enquanto meros episódios de desordem social, em oposição à ordem, representada pelo governo central, a atitude do historiador paulista em face das revoltas não deixa de ser dúbia. Se por um lado ele vai ao núcleo das causas que as provocaram, a saber, "a política aristocrática e oligárquica das classes abastadas, senhores de engenho e fazendeiros que se implantara no país"[204] (com suas particularidades locais em cada província)[205], sem deixar de nelas enxergar um limitado conteúdo democrático, por outro, chama atenção para "a ausência de um programa político e de uma direção política"[206] que as impediu de converterem-se em movimentos de maior alcance.

Em conclusão, *Evolução política do Brasil* faz a primeira conexão entre marxismo e antropofagia. Nele seu autor revelou um primeiro impulso de interpretar a história brasileira à luz do materialismo histórico, não deixando-se levar pelo caminho mais simples e que consiste na transposição mecânica de conceitos abstratos à realidades concretas. Mas apesar do pioneirismo o ensaio de 1933 é menos prestigiado do que outro estudo de Caio Prado, publicado nove anos mais tarde, *Formação do Brasil contemporâneo* (1942). Mais valorizado pela academia moderna, pois foi concebido e produzido a partir de técnicas aprendidas na academia, em geral é ele e não *Evolução política do Brasil* que costuma figurar ao lado de outras duas grandes obras de interpretação do Brasil, contemporâneas suas: *Casa Grande &*

---

[204] *Ibid*., p. 75.

[205] Em Pernambuco, além do controle da terra pelas oligarquias, jogou forte peso na revolta o controle do comércio da província por parte dos portugueses. No Pará, o histórico de isolamento desde o período colonial e o consequente apreço pela autonomia local, violado pela regência em seus intentos centralizadores.

[206] Lincoln Secco. *Caio Prado Júnior. O sentido da revolução*. *cit*. , p. 163.

*Senzal*a (1933), de Gilberto Freyre, e *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda. Contudo, mais do que *Formação do Brasil contemporâneo*, *Evolução política do Brasil* foi forjado no bojo do espírito de 1930, de quem também são tributários os dois outros ensaios, pois vão mais claramente ao encontro de temas do universo popular, do que o estudo de 1942.

Com efeito, os marcos de *Formação do Brasil contemporâneo* são distintos. Ele está assentado em uma base de dados documentais bem mais ampla que *Evolução política do Brasil*, apoia-se em métodos de pesquisa rigorosamente diferentes e, talvez o aspecto mais importante, está totalmente estruturado a partir de uma única categoria analítica, sempre retomada para explicar o processo histórico e, ao mesmo tempo, para ser confirmada por ele. Trata-se do *sentido da colonização*. Vejamos a seguir quais as mudanças fundamentais de uma obra para outra e, mais uma vez, avaliemos o lugar ocupado pelo marxismo no argumento geral do autor.

6. O *sentido* da colonização e a difícil transição para a economia nacional

Formação do Brasil contemporâneo (1942) é, com toda certeza, o livro de Caio Prado Júnior mais influente na historiografia brasileira. Em comparação com *Evolução política do Brasil*, que lhe antecede em nove anos, as diferenças são bastante salientes.

> O mais antigo [...] é um ensaio de interpretação geral da história do Brasil, navegando nas suas grandes linhas. O segundo é uma pesquisa em profundidade, um corte num 'momento significativo de nossa história, o fim do século XVIII e o início do século XIX [...] enquanto o primeiro livro funda-se na bibliografia antecedente, questionando suas visões, o segundo baseia-se essencialmente nas fontes coevas – correspondência de autoridades, de viajantes, memórias, etc.[207]

Formação... um texto "que não disfarçava o labor da composição, nem se preocupava com a beleza ou a expressividade do estilo [...] Nenhum romantismo, nenhuma disposição de aceitar categorias banhadas em certa aura qualitativa – como 'feudalismo' ou 'família

[207] Fernando Novais. "Caio Prado Jr. na Historiografia brasileira". *cit.*, p. 18-9.

patriarcal' –, mas o desnudamento operoso dos substratos materiais"[208], disse Antonio Candido na célebre caracterização que faz dos três demiurgos do Brasil. Apesar das diferenças, por diversas razões costuma-se salientar a continuidade interpretativa entre uma obra e outra, a despeito de suas diferenças de forma e conteúdo, embora, como vimos, Mendes (2008) critique esta postura ao salientar que o conceito de *luta de classes* afasta-se do primeiro plano em *Formação do Brasil contemporâneo*. A isto corresponderia uma mudança de enfoque, que destacaria mais a transição da colônia à nação.

Aparte os equívocos metodológicos do autor quanto a noção restrita que faz do marxismo, Mendes está correto ao apontar a mudança de enfoque analítico de Caio Prado Júnior entre 1933 e 1942. A diferença é que, ao contrário dele, não compreendemos esta mudança como uma *ruptura* com a concepção marxista de história, mas na verdade um refinamento dela. Os artigos escritos no jornal *A Plateia* sobre a ANL, em 1935, seriam um bom indicativo do teor da mudança. Neles está plena e incrivelmente clara a mesma orientação explicativa mobilizada em 1942, isto é, fazer o Brasil transitar da colônia à nação. Afirmações como: 1) "*A colonização do Brasil pelos portugueses teve um único objetivo: a produção de certos gêneros tropicais de grade procura na Europa*"; 2) "*O sistema de fazenda* [...] *que se caracteriza pela grande propriedade monocultural, trabalhada por camponeses sem terra (escravos, mais tarde assalariados ou semi-assalariados) é uma consequência direta do tipo e da finalidade da colonização brasileira*"; e 3) "*precisamos varrer esses restos de economia arcaica e colonial legados pelo passado e, que até hoje, ainda perdura como cancros a infectar o organismo da nação*"[209], povoam os artigos, todos escritos no tom mais claro e objetivo possíveis, afinal tratava-se de desfazer a campanha de difamação promovida pelo governo Vargas e pela Ação Integralista Brasileira contra a ANL, que teve seus escritórios invadidos e fechados por ordem da justiça naquele ano.

Ademais, por tratarem-se de artigos de intervenção pública direta, Caio Prado não se limita ao diagnóstico dos problemas brasileiros, como aposta também na terapêutica, apresentando o que a ANL (ou um setor dela) propunha para a solução da grave crise brasileira. Aqui o discurso do PCB, um pouco menos inflamado, é que se impõe: reformar a economia abolindo o sistema de fazendas; combater o capital imperialista, recusando-se ao pagamento da dívida externa contraída pelo setor agrário; estabelecer controles ao capital estrangeiro e remessas externas; estabelecer controle dos juros; nacionalizar as empresas

[208] Antonio Candido. "O significado de 'Raízes do Brasil'". *cit.*, pp. 10-11.
[209] Caio Prado Júnior. "O programa da Aliança Nacional Liberadora". *cit.,* p. 122, 125, 126. Grifos meus.

imperialistas; estender as fronteiras do parco mercado interno brasileiro. Em suma, encabeçar uma política progressista que vá ao encontro dos interesses fundamentais do país e não os do latifúndio e seu aliado, o capital imperialista.

Pouco tempo depois o próprio Caio Prado seria preso, mais tarde forçado ao exílio, onde inicia a pesquisa que culminará em *Formação do Brasil contemporâneo*, ainda que, como podemos constatar, a perspectiva adotada no livro de 1942 já esteja bastante evidente para o autor. Esse recurso ao passado para explicar o Brasil moderno e combater o que tolhe a constituição de uma nação autônoma, aparecido de forma cristalina em *A Plateia*, é retomado no livro de 1942. Caio Prado diz com todas as letras que o que importa é abrir "caminho para uma interpretação do Brasil de hoje [1942], que é o que nos interessa."[210] Ele entende que em meados do século XX, tal como nos anos que antecederam a Independência e a sucederam, ainda não havíamos concluído a passagem da economia colonial para a economia nacional – ideia esta que estava implícita em *Evolução política do Brasil*, conforme o autor enfatiza a ideia de ruptura entre a Colônia e a Revolução de Independência. Por mais que os crescentes processos de industrialização e urbanização pós-1930 provocassem mudanças sociais profundas em comunidades até pouco tempo (relativamente à década de 1940), predominantemente rurais, na percepção de Caio Prado a grande transformação iniciada com o crepúsculo da era colonial arrastava-se desde então, chegando àqueles dias correntes sem ter-se concluído. O peso do passado colonial fazia-se presente geográfica, política e economicamente, em parte modificado, é verdade, mas com traços fundamentais que não se deixavam iludir.

O imenso território, apesar de alguns escassos núcleos de ocupação no interior, permanecia densamente povoado na região litorânea; a cultura do mando, característica da família patriarcal, escravista, permeava a estrutura da sociedade de cima a baixo; o caráter pouco dedicado e aventureiro do qual revestia-se qualquer empreendimento no país espantava o observador estrangeiro; e a economia permanecia voltada à produção de alguns gêneros tropicais para exportação. Se nos séculos XVI, XVII e XVIII, açúcar, ouro e alguns outros produtos agrícolas, como algodão, arroz e anil, eram o carro chefe da economia primário-exportadora brasileira, em meados do séculos XIX e início do XX o café reinava senhor absoluto.

[210] Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cia das Letras, 2011, p. 11.

De forma refinada Caio Prado captou a dinâmica contrastante de diferentes tempos históricos num mesmo espaço geográfico e social. No Brasil, a sobrevivência do passado tem maior intensidade e, seguramente, tal circunstância abriu caminho para uma percepção peculiar da sua história. No final da Introdução ao livro de 1942, ao comentar justamente os processos rudimentares aplicados na agricultura do país, em que pese todo progresso técnico realizado desde fins do século XVIII, escreve: "Uma viagem pelo Brasil é muitas vezes […] uma incursão pela história de um século e meio para trás. Disse-me certa vez um professor estrangeiro que invejava os historiadores brasileiros que podiam assistir pessoalmente às cenas mais vivas de seu passado."[211]

Hoje, segunda década do século XXI, aquele passado já não subsiste mais senão sob a forma de resquícios, sem que ganhem o vulto que tinham em 1942, tal como na época Caio Prado os via. Embora existam regiões consideradas, do ponto de vista das teorias da modernização, "tradicionais" ou "atrasadas", o poder institucional e econômico está concentrado nos grandes centros urbanos e mais de 80% da população vive nas cidades, configurando um quadro inteiramente distinto daquele herdado pela Revolução de 1930. A coexistência de tempos históricos distintos e, por consequência, diferentes modos de produção, é característica de qualquer formação econômico-social, embora, na modernidade, apenas um sobressaia-se sobre os demais, isto é, o modo de produção capitalista. No entanto, Caio Prado toma o cuidado de não valer-se do conceito *modo de produção* para referir-se ao convívio entre distintas formas de organização da vida material. Seguindo outra linha, mais afeita a desvela de relações do que a sua classificação conceitual, seu esforço vai nitidamente ao encontro da caracterização de uma economia mercantil voltada para fora, estabelecendo e valorizando a relação do Brasil, desde seus primórdios, com o mercado mundial. Nesse sentido, e esta formulação não deve ser atribuída a Caio Prado, embora seu trabalho nos autorize pensar nesta direção, estávamos na vanguarda do *capital*, mas do *capitalismo*.

Era preciso, porém, deixar evidentes em quais eixos estavam assentados a (des)organização da estrutura colonial. É o que Caio Prado pretende explicar com o *Sentido da colonização*. Trata-se de uma direção geral que

[211] Caio Prado Jr. *Formação do Brasil contemporâneo*. *cit., loc. cit.,* nota 1. O referido professor estrangeiro provavelmente é Fernand Braudel.

> se percebe não no pormenores de sua história [da evolução de um povo], mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação.[212]

Em outras palavras, ao abordar em pormenor os vários setores da realidade histórica, isto é, das várias esferas da existência num dado período, agrupados em três conjuntos: "Povoamento", "Vida material" e "Vida Social", Caio Prado procura reter o que existe neles de essencial na experiência colonial brasileira. Com isso "Ia ao encontro da tradição hegeliana, que enfatiza a necessidade, na ciência, de distinguir o essencial do acidental"[213]. Segundo afirma Pinheiro (2012) O *sentido da colonização* permitiu ao autor de *Formação do Brasil Contemporâneo* trabalhar

> [n]uma dupla articulação: primeiro um movimento que congrega a multiplicidade das características da realidade concreta no círculo do sentido da colonização. Segundo, operando uma explicação das particularidades pelo seu sentido geral. Nessa dupla articulação, Prado Júnior faz uso do método dialético para analisar o construto da realidade histórica. Percebe-se então que o sentido da colonização era fornecer produtos para o comércio europeu.[214]

Como poucos pensadores brasileiros, Caio Prado praticamente deduz toda obra de 1942 de uma única categoria. O método consiste em compreender o que houve de fundamental e permanente na evolução da história da colônia, partindo de sua categoria mais abstrata, comum a quase todos os empreendimentos coloniais na América, isto é, o *Sentido da colonização*, para então, num segundo passo, reconstituir a unidade do diverso, quer dizer, a especificidade da colonização portuguesa, os inúmeros aspetos da vida colonial, a organização da produção, distribuição e consumo no Brasil sem perder de vista a conexão com a totalidade.

---

[212] *Ibid*., p. 15.
[213] Pedro Cezar Dutra Fonseca. "Caio Prado Jr.", *Revista de economia política*, 1991, p. 140.
[214] Milton Pinheiro. *Caio Prado Júnior intérprete do Brasil e militante da revolução*, 2012, p. 8, grifos meus.

Retomando a distinção feita por Roscher e Leroy-Beaulieu no século XIX entre *colônias de povoamento* (zonas temperadas da América) e *colônias de exploração* (zonas tropicais), Caio Prado assinala que diferente das primeiras, cujo povoamento foi tardio, depois do século XVII, impulsionado pelo cisma religioso instaurado com a reforma protestante e pelos cercamentos de terras na Inglaterra, que desapossou imensas massas camponesas, obrigando-as ao deslocamento, as segundas forçavam os colonos a encontrar nelas "estímulos diferentes e mais fortes que os que o impelem para as zonas temperadas."[215]

E tal estímulo consistiria na possibilidade de cultivar produtos tropicais escassos na Europa, de alto valor agregado, até então acessíveis aos europeus através do comércio com o Oriente (índias). "A América lhe poria à disposição, em tratos imensos, territórios que só esperavam a iniciativa e o esforço do homem."[216] Mas apesar da boa oferta, não interessava ao colono trazer consigo para os trópicos americanos a disposição dele mesmo ou de sua família empregarem sua própria força de trabalho no cultivo da terra. Viria preferencialmente "como empresário de um negócio rendoso; [e somente] a contragosto como trabalhador. Outros trabalhariam para ele."[217]

O colono que se dirige para os trópicos não é o mesmo que se dirige para as zonas temperadas americanas. Estes últimos procuram o Novo Mundo porque neste poderiam reconstruir suas vidas com as garantias que o Velho já não lhes oferecia. O que procura os trópicos o faz por livre e espontânea vontade, desde que não lhe falte cabedais e aptidões, isto é, "quando conta com outra gente que trabalhe para ele."[218] Outra característica apontada por Caio Prado que reforça a distinção entre as duas tipologias de colônia são as diferenças observadas no modo de ocupação da terra. Na Nova Inglaterra vingou a pequena propriedade, ao passo que, nos trópicos, organizou-se um sistema de exploração agrícola em larga escala baseado na grande propriedade territorial e que reúne um número considerável de trabalhadores para pô-lo em marcha.

Não havendo efetivos populacionais disponíveis em Portugal como na Inglaterra, dispostos a emigrar a qualquer preço, adotou-se, também em larga escala, o regime de trabalho escravo que, inclusive, já vinha sendo crescentemente empregado em Portugal e nos territórios conquistados, mas nada comparado às proporções que tomaria no Brasil. Antes do

---

[215] Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*, cit., p. 25.
[216] *Ibid., loc. cit.*
[217] *Ibid.*, p. 26.
[218] *Ibid., loc. cit.*

empreendimento colonial na América os portugueses já ensaiavam o sistema de *plantation* da cana de açúcar em Açores, Madeira e Cabo Verde, empregando nele como mão de obra o escravo negro africano. No Brasil, porém, o sistema tomou vulto tão grande quanto o território a ser cultivado, de modo que, nos trópicos, sintetiza o autor,

> surgirá um tipo de sociedade inteiramente original. Não será a simples feitoria comercial [...] irrealizável na América. Mas conservará um acentuado caráter mercantil; será a empresa do colono branco, que reúne à natureza, pródiga em recursos aproveitáveis para produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados [...] No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. Esse é o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos.[219]

Em síntese, a categoria "sentido" explica as manifestações do fenômeno "colonização lusitana nos trópicos americanos" e, ao mesmo tempo, explica-se por elas, de modo que a análise dos vários segmentos da vida na colônia vai enriquecendo e comprovando a categoria fundamental. Nesse sentido, pode-se dizer que o procedimento metodológico de Caio Prado Júnior consiste em partir da *aparência* para a *essência* e desta para a *realidade*[220], resultando em um retrato materialista do Brasil (antigo e moderno) que é a síntese. Qual seja: a reiterada prevalência da Colônia sobre a Nação. Noutras palavras, as categorias marxistas de *totalidade* e *mediação* são mobilizadas em toda sua inteireza para explicar o processo histórico e uma breve comparação com seus "companheiros de geração", Freyre e Holanda, ilustra bem a vantagem do ponto de vista da totalidade para a interpretação do Brasil e oferece acesso ao núcleo *de Formação do Brasil contemporâneo*.

Ambos destacam aspectos muito relevantes da vida colonial, mas são incapazes de explicar suas articulações intrínsecas e extrínsecas. Gilberto Freyre, por exemplo, lançando

---

[219] *Ibid*., p. 28.
[220] Fernando Novais. "Caio Prado Jr. na Historiografia brasileira". In: *Histórica: revista do arquivo*. São Paulo, n. 1, 1993, p. 20.

mão dos ensinamentos de Franz Boas no campo da antropologia cultural norte-americana, sublinha a formação da família patriarcal nos grandes domínios rurais, concebendo-a como unidade básica das relações sociais na colônia. Já Sérgio Buarque de Holanda, inspirado na sociologia de Max Weber e na hermenêutica alemã, reforça a atuação de uma *ética da aventura* no Brasil, em lugar da *ética do trabalho.* Nenhuma das duas coisas é contestada por Caio Prado Júnior, senão ratificadas, entretanto, não podemos partir da família patriarcal ou do *ethos* aventureiro e perceber, por meio deles, como se estabeleceu o *sentido da colonização*, embora, inversamente, seja perfeitamente possível entender a formação da família patriarcal e a atuação do *ethos* aventureiro a partir do *daquela categoria*.[221] Trata-se, portanto, de um conceito de grande amplitude e valor explicativos.

Por meio dele explica-se por quais razões a colônia fora densamente povoada nas regiões litorâneas em detrimento do interior, a dinâmica do mercado interno e da agricultura de subsistência, o significado da extração mineral, das vias de comunicação, da pecuária, o caráter do comércio, das artes e indústrias, etc. tudo subordina-se àquele *sentido* original. "As atividades que escapam a este objetivo são somente 'assessórias', necessárias apenas na medida em que ajudam e permitem a reprodução da atividade essencial: a exportação."[222] Daí resulta uma vida política quase inexistente, torpe, pouco organizada, corrupta, inerte e indissociavelmente ligada ao poder privado. Caio Prado Júnior chega a falar em "ausência quase completa de superestrutura"[223], abandonando, portanto, a expressão *Estado colonial*, utilizada em *Evolução política do Brasil*.

Quanto à vida social, ela também derivada do *sentido* ao redor do qual gravitava a colônia, jazia permeada de patriarcalismo, religiosidade e miséria, na qual a dissolução dos costumes e a violência são generalizadas. Recuperando uma expressão de Alberto Torres, o historiador paulista sugere que a única instituição realmente organizada na colônia era a escravidão. É ela que mantém "os nexos éticos (sic) mínimos que permitem a estruturação e continuidade da vida social."[224] Mas trata-se, antes de laços primários e rudimentares,

[221] Bernardo Ricupero. "Caio Prado Jr. O primeiro marxista brasileiro.". In: *Revista USP*, n. 38, 1998, p. 72 e Idem, "História e política em Formação do Brasil contemporâneo" . In: Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil contemporâneo*. *cit*., p. 425.
[222] Lincoln Secco. *Caio Prado Júnior. O sentido da revolução*. *cit*., p. 171.
[223] Caio Prado Júnio. *Formação do Brasil contemporâneo*. *cit*., p. 364.
[224] Lincoln Secco. *Caio Prado Júnior. O sentido da revolução*. *cit*., p. 174.

“resultantes direta e imediatamente das relações de trabalho e de produção: em particular a subordinação do escravo ou semiescravo ao seu senhor.”[225]

Na colônia todo o trabalho braçal era servil, fosse o do eito, fosse o da Casa-grande, não havendo homem livre que o aceitasse sem desabono e desprestígio social. Em termos numéricos, não obstante mais volumoso e economicamente mais importante, pois a riqueza colonial é produzia quase exclusivamente pelo seu braço, o escravo atuante na lavoura ou nas minas, não exerceu papel preponderante na vida social da colônia como o exercera os escravos e, sobretudo, as escravas domésticas – da culinária à miscigenação racial. Quanto a esta última “contribuição”, sobre as negras da Casa-grande recaíam os instintos sexuais animalescos dos seus senhores. Por meio do intercurso sexual forçado, coube à escrava dar a luz às gerações de mestiços que, por serem filhos de senhores (ainda que seus escravos), às vezes lhes era possível romper as barreiras de casta da rígida estrutura social que separa escravos e senhores, criando, por este meio, alguma “circulação social”, muito embora nas reduzidas atividades administrativas, jurídicas e fiscais ou públicas em geral, os elementos ditos “de cor”, ainda que forros, fossem sistematicamente vetados. Aqui o diálogo é com Gilberto Freyre, que em *Casa Grande & senzala*, apoiou-se muito mais na forma doméstica da escravidão para caracterizá-la em geral, deixando abertas várias interpretações, dentre elas, a de que a escravidão brasileira revestira-se de humanidade e complacência, em que pese os seus flagrantes aspectos violentos.

Senhores e escravos constituem o que Caio Prado designa por *setor orgânico* da vida social na colônia. Ambos são as únicas categorias sociais definidas e classificáveis, “integrados nesta célula orgânica que é o clã patriarcal.”[226] Ao redor (ou a margem) dela flutua sem base o que o autor denominou o *setor inorgânico*, formado pela massa de desclassificados sociais, isto é, não são classificados nem como escravos, nem como senhores, aos quais agregam-se “inúteis”, “desocupados, “indivíduos de ocupações incertas”, “inadaptados”, “bandoleiros”, etc., cujo contingente aumenta conforme a vida material da colônia se diversifica. Como ventilado acima, este último setor estará envolvido diretamente nas rebeliões da período regencial e ainda hoje há quem os identifique na massa da população brasileira desassistida pelo Estado.[227]

---

[225] Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil contemporâneo*. *cit*., p. 363.
[226] *Ibid*., *loc*. *cit*.
[227] Refiro-me ao prof. André Singer, professor titular do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. Em conferências públicas e nos cursos que ministra na graduação e pós-graduação da USP, Singer

O primeiro ligava-se à grande lavoura e à mineração, o segundo, à economia de subsistência, confirmando, assim, "mais uma vez o que já foi dito sobre a caracterização da economia brasileira, voltada essencialmente à produção de alguns gêneros exportáveis"[228]. Como as atividades de subsistência são meramente apêndices da economia exportadora, variando sazonalmente de acordo com os movimentos de sístole e diástole daquela, não surpreende que o elemento humano ligado à elas perdure completamente desenraizado.

Neste ponto, o diálogo de Caio Prado é com Oliveira Vianna, autor de *Populações meridionais do Brasil*. Bernardo Ricupero (2011) salienta que a visão do historiador paulista sobre os "impasses do inorgânico" deve-se muito ao retrato da plebe rural feito pelo historiador fluminense, que por vezes refere-se a ela com desprezo, atribuindo-lhe características, como explosividade, vagabundagem, gandaiagem, incapacidade de prender-se a terra, dentre vários outros termos pejorativos. Em suma, o "elemento inferior da nacionalidade.[229] No geral Caio Prado parece concordar com tais denominações, já que, na sua acepção: "Para este setor não se pode nem ao menos falar em 'estrutura' social, porque é a instabilidade e a incoerência que o caracterizam, tendendo em todos os casos para estas formas extremas de desagregação social, tão salientes e características da vida brasileira [...] a vadiagem, a caboclização."[230] Ele não deixa de notar porém a existência residual de formas de organização do trabalho fundadas na cooperação mútua, observada por um viajante estrangeiro na região do triângulo mineiro. Trata-se do sistema de parceira, que nos anos 1950, Antonio Candido registrará em processo de decadência no interior paulista.[231]

7. Recepção e o sentido da contribuição caiopradiana

Cabe ainda algumas palavra sobre a recepção de *Formação do Brasil contemporâneo* no cenário intelectual brasileiro e sobre o seu significado na história do marxismo no Brasil.

---

frequentemente associa a população brasileira mais carente, nas dependências do programa Bolsa Família, ao *inorgânico* caracterizado por Caio Prado Júnior. Grosso modo, assim como eles, os miseráveis brasileiros dos dias que seguem, em vista da precariedade das suas ocupações no mercado de trabalho (muitos não contam com carteira de trabalho assinada, proteção sindical e direitos trabalhistas integralmente assegurados), flutuam a margem do setor incorporado às garantias sociais.

[228] Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil contemporâneo*. *cit*., p. 366.

[229] *Cf*. Oliveira Vianna. *Populações meridionais do Brasil*. *cit*., p. 176.

[230] Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil contemporâneo*. *cit*., p. 365.

[231] *Cf*. Antonio Candido. *Os parceiros do Rio Bonito*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010. Faremos uma breve abordagem deste estudo de Antonio Candido no capítulo seguinte.

Lincoln Secco (2008) comenta que o livro começou a ser planejado no período que Caio Prado havia sido preso pelo Estado Novo após o sufocamento do levante comunista de 1935. Tendo pesquisado no acervo pessoal de Caio Prado, disponível nos arquivos do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP), Secco encontrou um texto intitulado *Zonas tropicais da América*, onde aparecem algumas das ideias básicas de *Formação*, como a de que o mundo tropical continuava a figurar como complemento dos países temperados, que a América Latina se povoava de senhores e escravos, etc.[232]

Parte do livro foi escrita no exílio e sua publicação ocorrera em plena vigência do Estado Novo. Porém ao contrário de muitos livros, revistas e panfletos censurados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), especialmente nos casos em que seus autores e editores mantinham ligações com o PCB[233], *Formação do Brasil contemporâneo* não foi alvo de arremetidas. E nem poderia sê-lo. Longe de apresentar conteúdo subversivo, como o fazia o livro de 1934 sobre a União Soviética na ótica dos censores, o texto ganhava foros nos meios intelectuais conservadores, inclusive de passado integralista, pois inseria-se no roteiro do ensaísmo histórico-sociológico de interpretação do país, que desde os primeiros momentos dos anos 1930 vivia uma fase de ascensão nos meios culturais brasileiros e sem causar qualquer alarde no Estado Novo, ele próprio uma espécie de mecenas de projetos intelectuais que contribuíssem para um conhecimento mais aprofundado do Brasil e dos brasileiros.

O livro foi resenhado por Rubem Braga, Sérgio Millet, Nelson Werneck Sodré, citado por Sérgio Buarque de Holanda e Ernani Bruno e seu autor convidado para seções de autógrafos e palestras sobre o tema. Tanto que em 1945 foi necessário lançar a segunda edição, ano da publicação de outro livro importante, *História econômica do Brasil* (1945). Mais sintético, este último texto retomava a mesma ideia de *sentido da colonização* e o estendia para os períodos imperial e republicano, mas, como deixa claro o título, apenas na perspectiva econômica.[234] Aí o autor teria se furtado de examinar como fê-lo no livro de 1942 a multiplicidade de aspectos culturais e sociais do Brasil pós-independência.

Não obstante a boa recepção, ele causou reação imediata no PCB, mais precisamente, no seu Secretário Geral, Luís Carlos Prestes, que, da cadeia, teria afirmado que o livro de Caio Prado era anticientífico, apesar das boas intenções do seu autor. Conforme fora lembrado

---

[232] Lincoln Secco. *Caio Prado Júnior. O sentido da revolução*. *cit*., p. 172.
[233] *Cf*. Antonio Rubim. "Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil". In: João Quartim de Moraes (org). *História do marxismo no Brasil, vol. 3*. Campinas, 2007, p. 373 *et*. *sec*.
[234] Lincoln Secco. *Caio Prado Júnior. O sentido da revolução*. *cit*., p. 166-7.

acima, o livro não diz sequer uma palavra, nem sobre a suposta persistência do feudalismo Brasil, tampouco sobre o nascedouro do modo de produção capitalista entre nós. Apenas uma afirmação persistentemente recolocada, para a dúvida dos comunistas: o caráter mercantil da colonização.

Afinal, a interpretação de Caio Prado Júnior apontava em qual direção? Pré-capitalismo, dado que em 1933 ele já teria se manifestado contrário ao uso indiscriminado do conceito de feudalismo para explicar a formação social brasileira? Capitalismo mercantil? Acumulação primitiva? Na verdade, naquele momento específico, nenhuma das três alternativas. O problema fulcral a ser enfrentado, debatido, examinado, como já fora afirmado, é a passagem da *economia colonial* à *economia nacional* e a julgar pelas afirmações do autor na Introdução de *Formação do Brasil contemporâneo*, em 1942 o Brasil ainda não havia dado o salto qualitativo, por assim dizer, em direção à autonomia nacional.

Portanto, as leituras de alguns intérpretes como as de Sedi Hirano (2008), Carlos Nelson Coutinho (1989) e até certo ponto, Fernando Novais (1993), precisam ser, no mínimo, reavaliadas, uma vez que eles fazem afirmações sobre a obra de Caio Prado Júnior que podem conduzir o leitor menos experimentado a equívocos importantes. Em geral elas derivam da necessidade, colocada pelos avanços no debate historiográfico, de classificar a obra do autor, sobretudo quando este consegue pautar a agenda científica, como é flagrante no caso do historiador paulista.

Hirano (2008), por exemplo, autor de um importante estudo no qual debateu as diferentes teses do pensamento social brasileiro que caracterizavam a natureza do regime social de produção no Brasil partindo das categorias que extraiu de Marx, advogara que para Caio Prado Júnior e outros intérpretes alinhados com o seu ponto de vista sobre a questão, a formação colonial brasileira apresentava-se capitalista desde a sua constituição. Nos seus próprios termos:

> a questão central apresentada pelos autores referidos (Caio Prado Júnior e outros) é a de que o "capitalismo" já estava constituído na Europa em sua forma "comercial" e "mercantil", sendo esta um elemento constitutivo do processo de "formação do capitalismo moderno". Disso resulta o entendimento de que as colônias são as realizações singulares desse capitalismo, seja na ótica de sua realização 'parcial',

> seja na da 'acumulação originária de capital', ou ainda sob o ângulo de uma forma derivada (um modo de produção específico).[235]

A tese principal, isto é, a "do Brasil colonial já capitalista (desde a sua constituição)"[236] é, contudo, pouco precisa. Ela não encontra respaldo categórico no principal livro de Caio Prado sobre o assunto, *Formação do Brasil contemporâneo*, citado pelo autor, mas sim nas interpretações da obra do historiador paulista feitas pelos intelectuais da escola de sociologia da USP, como Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Luiz Pereira e Fernando Henrique Cardoso, que advogavam tese contrária, isto é, de que o capitalismo no Brasil data do período de desagregação do regime escravista no país. Hirano fora aluno destes destacados sociólogos e, consequentemente, assimilou esta interpretação, muito embora também critique o posicionamento teórico dos seus mestres, sempre respaldado na concepção marxiana de classe.

Caio Prado nunca contestou a tese do "capitalismo colonial", nem nos anos 1960, tampouco posteriormente. Mas, de qualquer forma, é sugestivo que ele tenha evitado trabalhar com terminologias de uso corrente na abordagem marxista, nada obstante o seu método de exposição fosse essencialmente marxista. A palavra capitalismo ou a definição do regime colonial em termos capitalistas não aparece em *Formação do Brasil contemporâneo* sequer uma única vez. Seu interesse não era conceituar para narrar e muito menos narrar para conceituar, mas narrar para interpretar, como era de praxe na tradição ensaística brasileira.

Em carta enviada, em 1960, a Carlos Nelson ele esclarece: "A história se faz com fatos e é de fatos que o historiador deve partir. Esses fatos ele não os encontra nem pode encontra-los no método"[237] Logo, aplica-lo "à pesquisa historiográfica, não consiste em partir de premissas teóricas e deduzir daí a interpretação. O que o marxismo nos oferece é um método de indagação, de procura dos fatos históricos."[238]

A propósito de Carlos Nelson Coutinho (1989), ele também faz algumas colocações sobre a contribuição do historiador paulista ao marxismo brasileiro. Na sua acepção, Caio Prado Júnior teria contribuído para a definição de uma *via não-clássica* de desenvolvimento

---

[235] *Ibid*., p. 30.
[236] Sedi Hirano. *Formação do Brasil colonial. Pre-capitalismo e capitalismo*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 29.
[237] Caio Prado Júnior (1960). "Carta a Carlos Nelson Coutinho". In: Lincoln Secco. *Caio Prado Júnior. O sentido da revolução*. cit., p. 146.
[238] *Ibid*., *loc*. *cit*.

do capitalismo brasileiro. Ele sinaliza tratar-se de uma leitura próxima do conceito de *via prussiana*, formulado por Lenin, e que dizia respeito a um tipo de desenvolvimento capitalista capaz de combinar progresso e conservação da velha ordem. Desta forma,

> "Um dos principais méritos dessa caracterização caiopradiana da natureza de nossa formação social moderna, definida objetivamente como um capitalismo 'não clássico', foi precisamente o de permitir ao historiador apresentá-la como capitalista. Essa não era uma posição consensual entre os marxistas, pelo menos até os anos 60. Ignorando a problemática das formas 'não clássicas' de transição para o capitalismo (e as peculiaridades da formação capitalista que dela resultam), os marxistas brasileiros — sobretudo os ligados ao PCB — afirmaram durante muitos anos que o Brasil era um país 'semifeudal' e 'semicolonial', que se defrontava ainda, por conseguinte, com a tarefa de efetuar uma 'revolução democrático burguesa' ou de 'libertação nacional'. Estava implícita a noção — falsa — de que para ser plenamente capitalista era preciso seguir uma via 'clássica' de transição e apresentar todos os traços de um capitalismo igualmente 'clássico'. Os inúmeros equívocos a que isso conduziu, tanto na teoria como na prática, são apontados por Caio Prado em *A revolução brasileira*" [239]

Ocorre que, mais uma vez voltando-nos para as palavras do próprio autor, em *Formação do Brasil contemporâneo*, não se encontra nenhuma "definição objetiva" de capitalismo não-clássico, mas antes de um empreendimento de caráter indiscutivelmente mercantil (leia-se exportador) que se organiza no período da colonização para fornecer gêneros tropicais de alto valor para o mercado europeu, sustentando-se em três pilares: grande propriedade, monocultura e trabalho escravo. Cumpre salientar, portanto, o uso de expressões como *via não-clássica*, *capitalismo colonial* ou *formação colonial capitalista*, etc. deve ser cuidadoso, pois todas elas oferecem elementos para uma primeira aproximação ao significado da obra, conforme ela fora recebida nos círculos intelectuais marxistas brasileiros, sem que possam exprimir com exatidão o que Caio Prado realmente pensava sobre as "principais linhas de evolução [do país] em direção ao capitalismo."[240]

---

[239] Carlos Nelson Coutinho. "Uma via 'não clássica' para o capitalismo." In: D'INCAO, Maria Ângela (org.) História e Ideal. Ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 120.

[240] Carlos Nelson Coutinho. "La filosofía de la praxis en Brasil". In: Nestor Kohan. *De Ingenieros al Che. Ensayos sobre el marxismo argentino y latinoamericano*. La Habana: Instituto Cubano de Investigación Cultural Juan Marinello, 2008, p. 361.

Novais (1993), por seu turno, reconhecidamente um discípulo de Caio Prado e, portanto, um formador de opinião sobre a sua obra, por vezes deixou sugerido que o clássico *Formação do Brasil contemporâneo* estabelece um diálogo com a narrativa marxiana da acumulação primitiva, mas com limitações, pois observava apenas o que estava sendo inserido no mercado mundial pela obra da colonização, silenciando sobre o conjunto do mundo colonial. Deteve-se ao meio do caminho, quando, na verdade, a análise exige uma perspectiva sistêmica, que examine a relação colônia-metrópole no amplo processo de transição do feudalismo ao capitalismo comercial.[241] Desnecessário dizer, o que Novais aponta como "faltante" em Caio Prado Júnior, ele mesmo teria "completado" em *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*, pois, ali sim, assume-se uma perspectiva sistêmica de análise em face do objeto no seu momento crítico.

Porém são fracas as evidência de que o historiador paulista dialogara com o capítulo 24 de *O Capital*, de Marx. Mais provável é que tenha tido como fonte marxista de inspiração, dentre muitas outras não-marxista, os debates clássicos sobre o imperialismo nos quais a grande figura de proa é Lenin – autor extensamente difundido pela Internacional. Tais debates recaíam no problema da dominação imperialista nas regiões coloniais e semicoloniais, embora apenas Rosa Luxemburgo (autora pouquíssimo conhecida fora da Europa nos anos 1930-40, senão pelas críticas direcionadas à ela por Lenin), tenha dedicado um espaço, ainda que curto à questão em sua análise da expansão capitalista sobre áreas não-capitalistas a cata de espaços para realização da mais-valia.

Com este conjunto de observações, queremos apenas destacar a importância de se conhecer as ideias de um autor pelas suas próprias palavras. Por esta razão dispendemos energia em largas citações das duas obras seminais aqui discutidas. Não cabe dúvida que as interpretações são importantes para manter a atualidade de um pensamento – talvez por isso o de Caio Prado Júnior seja tão atual, dada a profusão de intérpretes –, mais ainda quando as interpretações mencionadas são, por si sós, verdadeiros ícones no debate historiográfico. Mas quando se trata de extrair do seu conteúdo o sentido da assimilação que faz de uma tradição intelectual – neste caso, do método marxista – a leitura imanente é prioritária. Não obstante, se o assunto é recepção, Caio Prado teve as mais diversas possíveis. Aqui nosso interesse recai sobre apenas uma, conforme segue.

[241] Fernando Novais. "Caio Prado Jr. na Historiografia brasileira". *cit.*, p. 21.

***

Para finalizar a análise das obras que traduziram o marxismo para a experiência social brasileira, adaptando um método e fazendo-o iluminar a história concreta para, no caminho de volta, elaborar uma formalização mais científica[242], não poderíamos deixar de fazer uma prospecção. A obra de Caio Prado Júnior, mais especificamente *Formação do Brasil contemporâneo*, constituiu-se em uma espécie de figura de autoridade entre os marxistas universitários brasileiros nos anos 1950 e 1960. Além de mostrar *in acto* um modo cientificamente eficaz – no domínio da historiografia – de trabalhar com o método dialético na explicação de processos históricos concretos, tocava em uma série de problemas sociais facilmente convertíveis em sociológicos, como são os casos do legado social da escravidão – o preconceito e as barreiras sociais impostas aos indivíduos de cor mesmo que forros – e da "inorganicidade" do inorgânico analisados na última parte do livro.

No capítulo que segue, veremos ambos os temas serem retomados nas pesquisas levadas a cabo nas décadas seguintes pelos sociólogos da USP, marxistas ou não. Florestan Fernandes o citará em seus estudos sobre a escravidão em São Paulo. Antonio Candido terá em mente o setor inorgânico em sua pesquisa sobre o caipira paulista, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Maria Sylvia de Carvalho Franco dialogarão com a sua abordagem nas pesquisas sobre a escravidão no sul do país, dos primeiros, e na pesquisa sobre o homem livre na sociedade escravista paulista, da última. Da mesma forma, Maria Isaura Pereira de Queiróz, com seu interesse científico pelo banditismo social, e Roberto Schwarz pelo agregado na obra machadiana, transitarão sociologicamente entre o espaço social da escravidão e a anomia do inorgânico.

Entre os não-sociólogos, os quais não abordaremos, o já citado historiador uspiano, Fernando Novais, e seu colega Jobson de Andrade mantiveram grande afinidade intelectual com o projeto historiográfico de Caio Prado Júnior. Na história econômica/economia, Alice Canabrava desenvolverá um estudo sobre a cultura do algodão em São Paulo, no qual dialoga profusamente com o historiador marxista, dado o vulto que ele confere à produção colonial do algodão, em alguns momentos, o segundo ou terceiro produto em importância da economia exportadora.

[242] Lincoln Secco. *Caio Prado Júnior. O sentido da revolução*. *cit.*, p. 176.

O estudo de sua obra se justifica e continuará se justificando, pois além do "entendimento da colônia como produção para o mercado externo – que, se não inaugurou, Caio Prado fez dele o fundamento da análise do período colonial e, por conseguinte, de toda a história brasileira – [...] ainda [não ter sido] questionado, mesmo por seus mais severos críticos"[243], ela não se estrutura a partir de uma veneração supersticiosa do marxismo, abrindo caminhos para que outros levassem adiante a mesma disposição.

[243] Claudinei Mendes. "Considerações sobre o estudo do pensamento político de Caio Prado Júnior". *cit.*, p. 45.

CAPÍTULO IV

A DOMESTICAÇÃO DO MARXISMO NO BRASIL

OU

O *MARXISMO ACADÊMICO* DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

1. nota preliminar

Frequentemente caracterizado pela historiografia convencional como república *populista* ou *trabalhista*, o período histórico que se inaugura com a deposição de Getúlio Vargas em 1945 e se estende até 1964 corresponde, em termos locais, ao momento de maior avanço cultural e político dos grupos, instituições e organizações, identificados com o marxismo.[244] Foi nesta época que se travaram os grandes debates sobre a validade e adequação do conceito de modo de produção feudal para explicar a formação social brasileira, não obstante discutidos pela primeira vez por Caio Prado Júnior nos anos 1930, a exemplo do que vimos acima; aumentaram as divergências e tensões no seio da esquerda, dando lugar a clivagens que geraram novas organizações, além das já existentes; proliferaram projetos editoriais dedicados à tradução e publicação dos clássicos do marxismo; e de modo inédito, o espaço acadêmico da mais importante instituição de ensino superior do Brasil, a Universidade de São Paulo (USP), tornou-se permeável aos debates e reflexões que partiam das ideias de Marx e da tradição marxista ou, no mínimo, passou a dialogar com ela de modo profícuo, contribuindo para o seu enraizamento nos itinerários intelectuais brasileiros.

Tomando este último aspecto em particular, no presente capítulo nossa intenção é problematizar a *domesticação*[245] do marxismo no Brasil, levada a cabo principalmente pela consagração do trabalho intelectual desenvolvido na USP por um grupo de jovens cientistas sociais que em 1958 iniciaram o estudo coletivo e sistemático de *O Capital*, de Marx. Fato cultural inédito, cuja importância não queremos desdenhar – até então Marx era apanágio da vulgarização stalinista –, limitamos o nosso esforço ao exame do inegável resgate (ou redescoberta) da obra marxiana nos marcos do *Seminário Marx* (ou *Seminário d'O Capital*, como ficou conhecido), e aprofundada por seus desdobramentos, tendo como horizonte a tematização do desenvolvimento econômico brasileiro.

---

[244] O próprio termo "populismo" foi popularizado (com o perdão da possível redundância) pelo grupo de intelectuais da Universidade de São Paulo que, desde fins dos anos 1950, estudavam com afinco *O Capital*, de Marx, e outros textos marxianos e marxistas na condição de materiais de apoio, dentre eles, *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*, do próprio Marx, *História e consciência de classe*, do filósofo marxista húngaro, Georg Lukács, e *Crítica da razão dialética*, do também filósofo marxista, Jean Paul Sartre.

[245] Na primeira versão deste trabalho utilizei o termo *rotinização* para explicar apropriação acadêmica do pensamento marxiano, valendo-me mais ou menos do significado sociológico emprestado por Max Weber ao conceito quando examina na *rotinização do carisma*. *Cf*. Max Weber. *Economia e Sociedade*, vol. 1. Brasília: UnB, 2012, pp. 161-167. Entretanto, questionado por meus examinadores, em especial a ilustríssima Profa. Dra. Angelica Lovatto (UNESP), optei substituí-lo pelo termo *domesticação* por entender que assim ele exprimia com maior rigor e precisão o processo que procurei descrever.

Para tanto, circunscrevemos temporalmente o nosso objeto ao quinquênio 1961-1966. Neste intervalo de tempo, produziu-se um conjunto de teses acadêmicas (dissertações de mestrado, teses de doutorado e livre-docência) nas áreas de sociologia, ciência política, história e filosofia que se aproximavam muito umas das outras em razão dos eixos temáticos comuns sobre os quais trabalhavam – a difícil modernização brasileira, seus impasses e as possíveis "dores" que a condução do processo causaria – e também por causa do instrumental teórico-analítico mobilizado para explicá-los.

Antes de abordar diretamente a dinâmica desta produção acadêmica e, por conseguinte, a domesticação do marxismo que ela produzirá, é necessário compreender, entretanto, as condicionantes históricas que a tornaram viável. Como é sabido, este esforço de retomada das ideias de Marx em seus próprios termos não foi um caso isolado. Na verdade ele é caudatário de um processo mais amplo de ascensão do marxismo assistido pelas instituições de ensino superior da Europa Ocidental no pós-1945 e que, de certa forma, será acompanhado por processos análogos nos Estados Unidos e na América Latina, com intensidades variáveis. É o que veremos a seguir.

2. marxismo e universidade

Na bibliografia compulsada[246] existe um *quase-consenso* segundo o qual a tradição marxista haveria passado por transformações profundas no século XX, basicamente induzidas por mudanças no modo de produção capitalista e nas formas de sociabilidade daí decorrentes, rearranjadas em conformidade com os ditames do fetiche do capital. O trabalho de Marx – sem o qual nenhum desenvolvimento posterior teria sido possível –, apesar do largo alcance de sua *opus magnum*, inelutavelmente esbarrava nos limites históricos impostos pelo século XIX. Antes mesmo da virada do século o *capital concorrencial* já havia sido superado por

[246] *Cf*. Perry Anderson. *Considerações sobre o marxismo ocidental / Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2004; Martin Jay, *Marxism and totality. The adventures of a concept from Lukacs to Habermas:* University of California Press: Los Angeles, 1984; Javier Amadeo. *Notas sobre o marxismo. A tradição ocidental*. São Paulo: expressão popular, 2015; Ricardo Musse. *Do socialismo científico à Teoria Crítica. Modificações na autocompreensão do marxismo entre 1873 e 1937*. Tese de doutoramento. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997; Domenico Losurdo. "Como nasceu e como morreu o 'marxismo ocidental'". In: *Estudos de Sociologia*, Araraquara, vol. 16, n. 30, 2012, pp. 213-242; José Guilherme Merquior. *O marxismo ocidental*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1987. Esta posição aparece como pressuposição para as teses de cada autor, sem prejuízo aos distintos posicionamentos analíticos em relação ao chamado "marxismo ocidental".

outra forma histórica, mais contraditória, expressa pelo *capital monopolista* (fusão dos capitais industrial e bancário), no entanto sem que Marx tivesse tempo para examiná-la em detalhes, uma vez que falecera em 1883. Por tal razão ela aparece apenas marginalmente nos Livros II e III de *O Capital*, notadamente nos pontos dedicados ao estudo da reprodução e circulação do capital social total e às finanças (capital portador de juros, crédito, capital fictício).[247]

A decadência ideológica burguesia europeia, representada pelo desmedido entusiasmo de seus porta-vozes com o discurso da modernidade na virada do século, contribuiu para que se difundisse na literatura, artes plásticas e também na emergente teoria sociológica a percepção de que o ritmo do tempo histórico havia se acelerado como um todo. Afinal a iluminação elétrica chegava às cidades, o motor a combustão, as inovações na siderurgia, o encurtamento das distâncias com as ferrovias, o barco a vapor e o telégrafo submarino eram realidades irreversíveis e o primeiro voo experimental havia sido realizado em Paris ao redor da Torre Eiffel, em 1906.

Outros fatores, como o progresso econômico verificado nos principais países industrializados, o surgimento de grandes conglomerados financeiro-industriais, o avanço da monopolização, a expansão neocolonial das potências imperialistas e o estopim dos atritos armados entre elas – antessalas da Primeira Guerra Mundial – eram sinais evidentes de que as transformações capitalistas em marcha produziam condições objetivas muito diversas daquelas verificadas antes da grande depressão de 1873-1896.[248] Não por acaso, o historiador anglo-egípcio, Eric Hobsbawm, denominou o período de *Era dos Impérios* (1875-1914).[249]

Tais transformações "exigiam análise e explicação econômicas contínuas. Além disso o trabalho de Marx começava a ser objeto de crítica profissional por parte de economistas acadêmicos. *O capital* (sic) não podia permanecer no estado em que estava: ele tinha de ser

---

[247] *Cf*. Karl Marx. *O Capital*. Tomo III. São Paulo: Nova Cultural, 1985, pp. 259-266 e 291-379; Karl Marx. *O Capital*. Tomo IV. São Paulo: Nova Cultural, 1986, pp. 255-268 e 331-335; e Karl Marx, *O Capital*. Tomo V. São Paulo: Nova Cultural, 1986, pp. 7-17.

[248] Perry Anderson. "Considerações sobre o marxismo ocidental". In: *Ibid*. *Considerações sobre o marxismo ocidental / Nas trilhas do materialismo histórico*, *cit*., p. 29. Sobre a Depressão de 1873-1896, *cf*. Osvaldo Coggiola. *As grandes depressões (1873-1896 e 1929-1939): fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente.* São Paulo, Alameda, 2009.

[249] *Cf*. Eric Hosbawm. *Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. Para ficarmos apenas no exemplo do caso inglês, o Império Britânico chegou a concentrar mais de 33 milhões de quilômetros quadrados em possessões coloniais, protetorados e departamentos ultramarinos, todos eles receptáculos não somente da exportação de mercadorias, mas também de capitais ociosos. Tanto que em fins do século XIX e início do XX uma das expressões mais comuns no mundo de língua inglesa era a de que "o sol nunca se punha no Império Britânico".

desenvolvido"[250] e *atualizado* para dar conta de explicar as novas tendências da acumulação capitalista, que tendia à monopolização. Dessa forma, importantes líderes do movimento socialista internacional, como Karl Kautsky, Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo, Vladimir Lenin, León Trotsky e Nikolay Bukharin, já citados em passagens anteriores deste trabalho, não economizaram empenho na tarefa teórica e militante de compreender as mais recentes transformações no modo de produção a fim de oferecer ao movimento operário organizado e à social-democracia um conjunto de sólidas análises que lhes fosse politicamente útil.

Neste sentido preciso, da mesma forma que *Imperialismo: etapa superior do capitalismo* (1916), de Lenin, e *A acumulação de capital* (1912), de Rosa Luxemburgo, ou ainda *O capital financeiro*, (1910), de Hilferding, os legados de Marx e Engels pertenciam rigorosamente à arena política, espaço no qual ocorriam os embates teóricos mais significativos para o movimento socialista. A máxima que sintetizava o elemento comum a todas estas obras e repetida por Lenin em várias ocasiões – "a análise concreta de situação concreta é a essência viva do marxismo" – estava em plena sintonia com o modo de conceber a atividade intelectual revolucionária por parte desta geração de teóricos e dirigentes políticos da esquerda organizada, cujo qual não podia ser outro senão inteiramente a serviço da práxis.

Com efeito, poucos e isolados eram os casos de professores universitários identificados com as causas do socialismo, a exemplo de Antonio Labriola (1843-1904), e mais raros ainda os institutos, centros de estudos e cátedras que no mínimo dialogassem com o marxismo. Afinal, de certo modo, a social-democracia logrou atingir a autossuficiência teórica, dado que contava com excelentes quadros intelectuais, mantinha escolas de formação e revistas prestigiadas inclusive nos meios acadêmicos, como *Die Neue Ziet*, da qual Karl Kautsky foi editor chefe, e jornais de ampla circulação, como o *Avanti!*, do Partido Socialista Italiano, e o *L'Humanité*, da Seção Francesa da Internacional Operária.

Apenas nos anos 1920 surgirão duas instituições de caráter acadêmico-memorialístico e político, cujas atividades eram totalmente voltadas para o estudo e continuidade das obras e do legado de Marx e Engels, além da preservação de seus escritos e de documentação sobre o movimento operário, a saber: o *Instituto Marx-Engels de Moscou* (mais tarde, *Marx-Engels-Lenin de Moscou*), fundado na Rússia revolucionária pelo bolchevique e *ex-Comissário do Povo para a Educação*, David Riazanov (1870-1938) – seu primeiro diretor – e o *Arquivo para a História do Socialismo e do Movimento Operário*, criado em 1924 na cidade de

[250] Perry Anderson. "Considerações sobre o marxismo ocidental", *cit*., p. 30.

Frankfurt por iniciativa privada de Felix Weil (1898-1975) – filho de um rico comerciante de grãos alemão radicado na Argentina – sob à direção do austromarxista, Carl Grümberg (1861-1940) até 1929 – um arquivista, de profissão.[251]

Após a Segunda Guerra Mundial, entretanto, o quadro muda drasticamente. Com a vitória dos *Aliados* – e mais do que isso, com a derrota imposta ao nazismo pelo Exército Vermelho – o marxismo sairá fortalecido do conflito junto com a União Soviética, que, de certo modo (ao menos era este o discurso da burocracia stalinista), encarnava a herança de Marx, Engels e Lenin enquanto ideologia oficial do "Estado operário". Igualmente, a cultura da resistência ao nazi-fascismo encampada pelos comunistas na Europa Ocidental foi determinante para que, findo o conflito, os partidos comunistas francês e italiano (os maiores do Ocidente) ganhassem em prestígio, popularidade e militância, a ponto de conseguirem eleger em torno de 25% dos deputados no parlamento francês, em 1946, e 23% na Itália, em 1948.

A cultura de esquerda estava em alta, de modo que a partir da segunda metade dos anos 1940, assiste-se não apenas o crescimento de partidos e organizações comunistas e socialistas em todo o mundo, como também é notória a ocupação de novos espaços e instituições que não o parlamento, a exemplo da universidade, que se tornara uma instituição central na produção de padrões culturais médios e de conhecimentos instrumentais, "úteis" na formação de mão de obra qualificada exigida pelo extraordinário desenvolvimento capitalista, verificado no século XX, em contraste com as suas funções tradicionais, de que se ocupava desde o final da Idade Média. A saber: a produção da alta cultura, dos conhecimentos críticos, científicos e humanísticos, necessários à formação e reprodução social das elites.[252]

A despeito de Stalin, vários intelectuais universitários e politicamente compromissados com o socialismo tornaram-se membros dos PCs europeus durante e depois da guerra, promovendo um sem número de versões antidogmáticas e ecléticas do marxismo em obras de filosofia, literatura e intervenção pública, amplamente lidas e debatidas na universidade

[251] Em 1929 a direção do arquivo seria assumida por Max Horkheimer e passaria a se chamar *Instituto de Pesquisa Social*. No breve espaço de tempo que vigorou um acordo colaborativo entre os dois institutos, o Instituto Marx-Engels de Moscou acertou a compra dos manuscritos originais de Marx, dentre eles *A Ideologia Alemã*, os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, os *Grundrisse* e demais textos que não eram de conhecimento público até os anos 1930. Para detalhes, *cf*. Martin Jay. *Marxism and totality. The adventures of a concept from Lukacs to Habermas*, *cit*.

[252] Essa formulação é mais bem elaborada por Boaventura Sousa Santos. "Da ideia de universidade à univerisdade das ideias". In: *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, 1999, pp. 163-201. Utilizo-me dela apenas ilustrativamente, em virtude do seu valor sintético.

francesa e estrangeira. O caso de Jean-Paul Sartre possivelmente seja o mais emblemático. Embora jamais tivesse ocupado uma cadeira como docente na universidade, já era vasta a fama do "mais eminente filósofo existencialista da França"[253] em 1952, ano de ingresso nas fileiras do Partido Comunista Francês. Autor de pelo menos dois grandes trabalhos de ampla divulgação na academia e impacto na cultura filosófica da França, isto é, *O ser e o nada* (1943) e *O existencialismo é um humanismo* (1946), a transição de Sartre da filosofia existencialista para o materialismo histórico, ocorrida a partir de 1947, não ocorreu sem que o filósofo transferisse "para seus escritos marxistas seu próprio passado intelectual, com seus instrumentos e intervenções característicos"[254], tampouco abalou sua autoridade no campo acadêmico francês, mantida intacta inclusive depois do rompimento com o PCF em 1956, no contexto da denúncia dos crimes de Stalin.

Aliás, o rompimento com o socialismo "realmente existente" parece ter aberto uma nova fase na sua produção intelectual, agora livre dos antolhos "ultrabolchevistas"[255], que caracterizavam sua reflexão filosófica antes de 1956, segundo a expressão de Merleau-Ponty (1955). Além da publicação de *O fantasma de Stalin* (1956), ensaio que marca o rompimento definitivo com o PCF, Sartre publicaria nos anos seguintes as suas mais significativas contribuições para o chamado marxismo ocidental: *Questão de método*, em 1957, e *Crítica da Razão Dialética*, em 1960[256], este último, tratado filosófico de envergadura, no qual tentou construir uma teoria da "história total" que fosse capaz de conjugar sem traumas a liberdade humana (questão trazida da filosofia existencialista) com a passividade do ser frente às condições materiais objetivas de vida (problema caro ao materialismo histórico). Nas palavras de Anderson,

> "o horizonte da *Crítica* era uma tentativa de compreender, não a verdade de uma pessoa, mas – como Sartre colocou – a verdade da humanidade como um todo (mesmo se, para ele, houvesse uma continuidade epistemológica básica entre

[253] ANDERSON, "Considerações sobre o marxismo ocidental". *cit*., p. 77.
[254] *Ibid*.
[255] *Cf*. Maurice Merleau-Ponty. *As aventuras da dialética*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, especialmente cap. V, *Sartre e o ultrabolchevismo*.
[256] Martin Jay. *Marxism and totality. The adventures of a concept from Lukacs to Habermas*, *cit.,* p. 348. Cabe ainda mencionar o monumental estudo sobre Flaubert, concebido segundo os parâmetros biográficos indicados em *Questão de Método*.

ambas). Isso aponta para uma história global, cujo término declarado seria uma compreensão totalizante do sentido da época contemporânea."[257]

O sucesso de Sartre como intelectual, teatrólogo, escritor e romancista, ademais de tê-lo projetado internacionalmente, oxigenou o universo intelectual francês, criando, por conseguinte, uma atmosfera cultural disposta a reconhecer a "cidadania" do marxismo no mundo acadêmico, mesmo que para submetê-lo à crítica. No *College de France*, por exemplo, Maurice Merleu-Ponty, como fiz referência acima, dedicou um extenso capítulo do seu livro, *As aventuras da dialética* (1955), para criticar a ambiguidade – segundo o seu juízo – das posições de Sartre em face do comunismo soviético, totalmente incompatíveis com a sua filosofia.

Mais tarde, coube ao famoso etnólogo Claude Lévi-Strauss, ele também professor do *College de France*, dedicar uma crítica devastadora à obra de Sartre, vinda à lume em *O pensamento selvagem* (1962). Mais ampla que as objeções de Merleau-Ponty, a crítica de Lévi-Strauss visa o historicismo inerente ao projeto sartreano de explicar as "estruturas elementares formais" de qualquer história possível. O estudo dos mitos das "sociedades primitivas", colhidos em diversas partes do mundo e em momentos históricos distintos, e as analogias estruturais entre eles – problemática que também desenvolveu em *O totemismo hoje*, igualmente de 1962 – demonstrava, advogou o etnólogo, as "propriedades invariantes das mentes humanas e [por conseguinte] da dignidade igual de todas as sociedades humanas"[258] ao atribuir significados às coisas e definir sua relação com a natureza.

Outro filósofo acadêmico, este da *École Normale Superieur*, Louis Althusser, retomará as críticas de Lévi-Strauss ao historicismo de Sartre não para rebatê-las, mas ratifica-las. Elas se desdobrarão na ideia de que "a diacronia era apenas o 'desenvolvimento das formas' do próprio conhecimento sincrônico"[259], de sorte que era necessário descartar todo o conteúdo humanista (e ideológico) da obra de Marx e preservar apenas sua dimensão científica e revolucionária – noção esta que subjaz a oposição construída por Althusser entre o Marx idealista, da juventude, e o Marx materialista, da maturidade, também conhecida por "ruptura epistemológica", e trabalhada em dois textos fundamentais que marcaram o campo marxista

[257] Perry Anderson. "Nas trilhas do materialismo histórico". In: *Considerações sobre o marxismo ocidental / Nas trilhas do materialismo histórico*, *cit*., p. 171.
[258] *Ibid*.
[259] Perry Anderson. "Nas trilhas do materialismo histórico", *cit*., p. 172.

por um largo período: *A favor de Marx* e *Para ler O capital*, ambos de 1965. Em termos mais refinados,

> A "explosão althusseriana" foi uma tentativa de "[...] colocar o marxismo no centro da racionalidade contemporânea ao preço do seu desligamento da práxis, da dialética hegeliana, a fim de suplantar a vulgata stalinista em uso, fundada num economicismo mecânico. Do prisma estruturalista, Althusser se ancora numa posição anti-humanista, cujo "afastamento do referente adquire a forma de um 'corte epistemológico', segundo o modelo de ruptura de Bachelar. Esse corte efetua a divisão entre ideologia, de uma parte, e de ciência, de outra, encarnada pelo materialismo histórico."[260]

Não faz parte do nosso interesse recuperar toda a discussão filosófica da escola althusseriana e seus desdobramentos. Seria um despropósito para os objetivos que nos colocamos. Cumpre enfatizar apenas que o prestígio e influência que alcançara o seu sistema filosófico na esquerda francesa, pela aparente ruptura que propunha com o stalinismo, mas conservando a "dimensão científica" do marxismo, reivindicada por este, sobrepôs sua obra "às correntes teóricas anteriores – representadas não só por Sartre, mas também por [Henri] Lefebvre, [Lucian] Goldmann e outros" intelectuais marxistas de renome dentro e fora da academia, promovendo um impacto importante "na formação de uma geração mais nova de marxistas"[261] pouco socializada com o humanismo historicista, haja vista a hegemonia da onda althusseriana nas ciências sociais ao longo da década de 1970. Também é importante sublinhar que tanto Michel Foucault como Pierre Bourdieu, dois reconhecidos críticos do marxismos na filosofia e na sociologia, em algum momento de suas biografias se depararam com Althusser e dada a sua proeminência deste último no universo intelectual francês, não é

[260] Antonio Rago Filho. "Gênese e significado do Seminário Marx (1958-1964)". Comunicação apresentada no *XXVII Simpósio Nacional de História da Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH)*. Natal (julho de 2013), p. 15. Semelhante separação entre *ciência* e *ideologia*, e que tem como pano de fundo a diferenciação entre *consciência verdadeira* e *falsa consciência*, também subjaz vários escritos da filósofa uspiana Marilena Chauí. *Cf.*, p. e., Marilena Chauí. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense (coleção Primeiros Passos), 1980.

[261] *Id.* "Considerações sobre o marxismo ocidental", cit., p. 72.

um disparate imaginar que a assimilação de que ambos os críticos do marxismo fizeram do próprio marxismo tenha passado pelo filtro althusseriano.[262]

Na Alemanha e nos Estados Unidos, por outro lado, o *marxismo ocidental* universitário ganhou espaço precocemente, se comparado com o restante da Europa e do Ocidente como um todo. Como aludiu-se acima, o *Arquivo para a história do socialismo e da classe operária* foi criado ainda nos anos 1920, adjunto à Universidade de Frankfurt. Em 1930, seu diretor, o austríaco Carl Grümberg, foi substituído por Max Hokheimer que, uma vez à frente da instituição, alterou seu nome para *Instituto de Pesquisa Social* e redesenhou a perspectiva de investigação e análise até então fomentada. Em consequência, o Instituto deixaria para trás sua "vocação" arquivística e memorialista para converter-se em um núcleo de produção teórico-filosófica marxista. Com a ascensão do nazismo na Alemanha, o centro foi transferido para a Genebra, na Suíça, em 1933 e, no ano seguinte, para a Universidade de Columbia, em Nova York, onde alguns pesquisadores, como Theodor Adorno, o próprio Max Horkheimer, Herbert Marcuse e Friedrich Pollock – todos em situação de exílio – desenvolveram estudos diretamente inspirados no marxismo e em diálogo com a psicanálise e outras correntes do pensamento filosófico contemporâneo, notadamente o tecnicismo.

Nos Estados Unidos, foram publicados vários clássicos da chamada Escola de Frankfurt, como *A dialética do Esclarecimento* (1947), de Adorno e Horkheimer, *A personalidade autoritária* (1950) e *As estrelas descem à terra* (1957), de Adorno, *Capitalismo de Estado: suas possibilidades e limites* (1941), de Friedrich Pollock, *Razão e revolução* (1941), *Eros e civilização* (1955) e *O homem unidimensional* (1964) de Marcuse, *O eclipse da razão* (1947), de Horkheimer. Quando o *Instituto* é repatriado e instala-se novamente em Frankfurt na data de 1949 e vários dos "frakfurtianos" voltam do exílio, alguns deles, como Marcuse, permanecem em solo americano, mantendo viva em Columbia a tradição marxista do *Instituto* dos anos 1930.

Diferente da tradição filosófica francesa, os frankfurtianos, seguindo as trilhas indicadas por Georg Lukács e Karl Korsch nos anos 1920, resgatam as origens hegelianas da dialética

[262] Esta observação é da maior importância. Não é raro confundir-se a obra de Marx com o que se entendia por marxismo em diferentes momentos históricos. Daí ser irrecorrível estar bastante clara a distinção que fizemos no início deste trabalho entre obra *marxiana* e marxismo. Também a título de observação, dada a grandeza do marxismo no campo acadêmico após a Segunda Guerra Mundial, talvez seja elucidativo verificar o impacto que a passagem pelo PCF poderia promover nas carreiras intelectuais de prestígio na França, sobretudo no campo das humanidades. Michel Foucault, por exemplo, que representa um caso de extremo sucesso acadêmico, foi levado ao Partido Comunista Francês por seu professor, Louis Althusser, onde militou por um ano.

de Marx a partir da qual organizaram o seu programa de estudos materialistas interdisciplinares. Inclusive, coube a Horkheimer e Marcuse renomear a abordagem materialista de Marx sob o epíteto de *Teoria Crítica*, conforme o primeiro a designou em 1937 no denso ensaio *Teoria tradicional e teoria crítica.* Antes de tudo, a mudança de terminologia quer depurar o materialismo histórico das inumeráveis vulgarizações pelas quais ele havia passado nas mãos de importantes nomes das Segunda e Terceira Internacionais – Lenin, inclusive –, não no sentido grosseiro, de torná-lo mais aceitável ao paladar refinado da intelectualidade burguesa, mas para distingui-lo – e reforçar esta distinção – tanto em face "das explicações diletantes do mundo" quanto "da 'teoria tradicional' da ciência."[263]

Por fim, na Inglaterra, não foram os filósofos, tampouco os sociólogos, mas os historiadores que contribuíram com mais densidade para que o marxismo fosse tão reconhecido na universidade quanto o era no ambiente intelectual europeu. Para tanto concorreu o talento de estudantes e jovens professores de história (alguns deles, docentes universitários, outros não) com uma trajetória de militância no Partido Comunista da Grã-Bretanha até 1956 e envolvimento com a resistência durante a Segunda Guerra Mundial. Eric Hobsbawm, Christopher Hill, Rodney Hilton, Victor Kiernan, Dorothy e Edward Thompson, e o próprio Perry Anderson constituem a "brilhante plêiade de estudiosos que, nos anos [1970] transformaram tantas interpretações do passado inglês e europeu."[264]

França, Alemanha e mundo anglo-saxão (Inglaterra e Estados Unidos). Daí vieram as principais ondas de renovação do marxismo no campo intelectual no imediato pós-guerra. A situação contrastava com a penúria criativa dos filósofos e acadêmicos soviéticos, supostamente as cabeças pensantes da filosofia marxista em pleno "santo ofício". Ocorre que, ao que tudo indica, conforme ressalta o ditado popular: *santo de casa não faz milagre*... No capítulo anterior citamos uma carta enviada por Caio Prado Júnior a Carlos Nelson Coutinho em resposta a uma série de questões que o jovem filósofo baiano endereçava ao historiador

---

[263] Theodor Adorno. *Dialética Negativa*. Rio de Janeiro Zahar, 2009, p. 168. Este ponto de vista também foi defendido por Göran Therborn (2012), para quem o Horkheimer de 1937 era muito mais intransigente em relação à cultura burguesa do que o Horkheimer de 1930, ano que assumira a direção do Instituto. *Cf*. Göran Therborn. *Do marxismo ao pós-marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 66. Mészáros (2004), entretanto, possui um diagnóstico distinto. Para ele as posições assumidas por Horkheimer e Adorno já em meados da década de 1930 revelam "o impacto conservador da integração ao novo cenário político e intelectual", hostil ao radicalismo revolucionário do pensamento marxista. *Cf*. István Mészáros. "Introdução". In: *O poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 106 *et*. *sec*.

[264] Perry Anderson. "Nas trilhas do materialismo histórico", *cit*., p. 160. Outro relato da trajetória do marxismo na Grã-Bretanha pode ser encontrando em Raymond Williams. "Notas sobre o marxismo na Grã-Bretanha desde 1945". In: *Ibid*. *Cultura e materialismo*. São Paulo: UNESP, 2011, pp. 317-342.

paulista, dentre elas, sua opinião a respeito da filosofia na União Soviética, ao que Caio Prado responde:

> Estive recentemente na União Soviética e no bloco socialista, onde conversei com os professores da Academia de Ciências (Instituto de Filosofia). Devo dizer que minha impressão não foi boa. A forte crítica que faz à revista Komunist [...] é plenamente justificada. São no fundo materialistas metafísicos, e como tal, escorregando todo momento para o idealismo. Aliás os trabalhos de filósofos soviéticos que vem sendo traduzidos em espanhol [...] comprovam o fato. De um dos acadêmicos, Tavants (colaborador de um livro de lógica traduzido para o espanhol) ouvi afirmação, que me deixou siderado, que os manuais correntes nos países burgueses de lógica formal (aristotélica elaborada) era a última palavra na matéria a que nada havia acrescentar [...] tenho acompanhado alguma coisa do pensamento soviético, bem como de outros países socialistas. Acredito que está havendo progressos, e que brevemente será rompido o grosseiro dogmatismo que ainda envolve a maior parte da filosofia marxista.[265]

No campo da política concreta, por outro lado, também sentiu-se a brisa de renovação. A crise do stalinismo provocou um profundo cisma no interior dos partidos comunistas, principalmente os do Ocidente, que apenas seria reforçado pelo contexto da *Guerra Fria*. No Brasil esse cisma expressou-se na disseminação dos grupos que reivindicavam o legado de Marx e do marxismo seja em suas dimensões exclusivamente políticas, teóricas ou ambas. As revoluções Chinesa (1949) e Cubana (1959), os movimentos de Libertação Nacional na África e na Ásia e o crescimento da *Quarta Internacional*, inspirada nas ideias e na militância de León Trotsky, também contribuíram para a pulverização do campo ideológico anteriormente identificado com a "velha esquerda" – por oposição à "nova", que emergia.

Dentre as correntes político-ideológicas mais expressivas desta "nova esquerda" na América Latina e no Brasil, (neo)trotskistas, maoístas, juventude católica, castristas e guevaristas – as duas últimas fruto do açodamento da crise aberta pela Revolução Cubana – lograram constituir novas organizações e movimentos políticos de grande prestígio nos meios intelectuais (e isso inclui o movimento estudantil), artísticos e populares, chegando a ganhar adeptos e militantes inclusive nas fileiras das Forças Armadas, elas também divididas entre a

[265] Caio Prado Júnior. "Carta a Carlos Nelson Coutinho", cit., p. 147.

obediência e respeito aos princípios da hierarquia e disciplina, e o nacionalismo de extração romântica e popular, igualmente abraçado por setores do PCB e do trabalhismo.

Por outro lado, a "nova esquerda" também possuía dimensões teóricas significativas e não necessariamente associadas às correntes políticas mencionadas há pouco. Detendo-nos no caso brasileiro, a crise aberta pelo *XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética* (1956) e a perda de sua centralidade quanto às interpretações oficiais do marxismo, permitiram aos intelectuais da região incorporar ou recuperar pensadores outrora hostilizados pelo stalinismo, como Gramsci, Lukács, Rosa Luxemburgo, etc., contribuindo, deste modo, para que suas reflexões se enriquecessem de um material até então ideologicamente bloqueado.

Ao lado da assimilação do arsenal teórico-político mais antigo, as contribuições de autores contemporâneos, como os já citados Sartre – que em 1960 fez uma visita a Araraquara – Adorno, Marcuse, Althusser, etc., passaram a circular mais intensamente nos espaços intelectuais e na universidade de forma simultânea, mescladas umas com as outras e com demais arcabouços teóricos originários de distintas tradições do pensamento sociológico e filosófico (Weber, Mannheim, Schumpeter, Braudel), contribuindo para que se desse vasão não apenas a uma intensa releitura das obras clássicas de Engels, Lenin e Trotsky – ainda há pouco concebidas como manuais de vulgarização –, mas também do jovem Marx e de sua relação com a filosofia hegeliana[266], ademais de também abrirem caminho para que a intelectualidade local, lançando mão da tendência antropofágica característica da cultura brasileira, redesenhasse o quadro de interpretações do país.

Na USP dos anos 1950 não foi diferente, embora, entre nós, processos de cunho local tenham condicionado a incorporação do marxismo à vida acadêmica, em diálogo com as ciências sociais, em especial a sociologia. Como foi visto no capítulo anterior, a postura heterodoxa de Caio Prado Júnior em relação ao marxismo dogmático, parcamente elaborado e de pouca qualidade teórica, produzido pelo PCB, foi um passo importante. Como fora indicado no capítulo 3 deste estudo, *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) problematiza de modo pioneiro a questão do trabalho compulsório na sociedade colonial brasileira, base sob a qual se organizam todos os aspectos da vida na Colônia, do ordenamento jurídico às práticas cotidianas; mostrou em *Evolução política do Brasil* (1933) a emergência das classes

[266] Pablo Ponza. "Comprometidos, orgânicos y expertos: intelectuales, marxismo y ciências sociales em Argentina (1955-1973)". In: *A Contra Corriente*. Raleigh (Carolina do Norte), vol. 5, n. 2, 2008, p. 77.

populares na vida brasileira por ocasião das rebeliões no período da Regência, voltando a caracterizá-las no texto de 1942 como setor "inorgânico" da colônia, formado pela massa de desclassificados que não se encaixam nem na categoria de senhor (por que pobre, despossuído e trabalhador), nem escravo (por que branco/mestiço e livre). As mesmas problemáticas não deixariam de aparecer em estudos subsequentes, principalmente naqueles nos quais o autor expressou suas preocupações com a reforma agrária e com o assalariamento.

Porém, neste caso, a figura do militante político e do rigoroso e erudito intelectual marxista eram indissociáveis uma da outra. Até o final de sua vida o historiador paulista permaneceu militante do mesmo partido – embora afastado – que criticou e do qual discordou rotunda e acertadamente em diversos momentos. O mesmo não pode ser dito a respeito dos marxistas acadêmicos da USP. Sua atuação enquanto intelectuais marxistas caracterizou-se muito mais pela neutralização do conteúdo político e revolucionário inerente aos legados de Marx, Engels, Lenin e Rosa Luxemburgo para os quais *teoria* e *prática* eram inseparáveis, uma alimentando-se da outra. Nas palavras de um dos seus mais argutos críticos:

> [...] a *analítica paulista* se afirmou desde o princípio e daí por diante, como uma modalidade epistêmica de aproximação e apropriação seletiva da obra marxiana de maturidade [...] Opções redutoras que perfilam uma versão do marxismo circunscrito à condição de lógica ou método analítico e de ciência do capitalismo, para a qual ficou irremediavelmente perdido o centro nervoso do pensamento marxiano – a problemática, real e idealmente inalienável, da *emancipação humana* ou do *trabalho*, na qual e somente pela qual a própria questão da prática radical ou crítico-revolucionária encontra seu *telos*, identificando na universalidade da trama das atividades sociais seu território próprio e resolutivo, em distinção à finitude da política, meio circunscrito dos atos negativos nos processos reais de transformação.[267]

Em outros termos, o que José Chasin chama de *analítica paulista* e nós de *marxismo acadêmico uspiano* – uma tentativa de particularização da corrente analítica – caracterizou-se, antes de qualquer outra coisa, pelo esvaziamento político-emancipatório do pensamento marxiano, eliminando do horizonte da crítica do capitalismo as possibilidades de subversão

[267] José Chasin. "Rota e prospectiva de um projeto marxista". In: *Ensaios Ad Hominem 1*. Tomo I: Marxismo. Santo André, 1999, p. 2. Itálicos do autor.

do próprio sistema fundado na extração de mais-valia. Conforme veremos mais a frente, balizados por uma concepção de ciência que remonta às leituras durkheimianas do mestre de todos eles, o sociólogo Florestan Fernandes (entre fins dos anos 50 e início dos 60, ainda um mannheimiano, na acepção de Villas-Boas (2006), mas radical), *o empreendimento marxista uspiano ocupou-se do desvelamento das relações sociais de produção capitalistas, detendo-se nele, sem passar, em seguida, ao momento da crítica destas mesmas relações*, independente dos jogos de retórica de Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, que na conclusão de sua livre-docência, datada de 1963, ao questionar-se sobre a capacidade de organização das massas populares urbanas para levar mais adiante a modernização política e econômica no Brasil, pergunta-se o que esperar delas: "subcapitalismo ou socialismo?"

No que segue, examinaremos a formação da Universidade de São Paulo para compreender como um empreendimento educacional flagrantemente conservador, elitista e liberal – dentro dos limites da vida brasileira –, cujo projeto ideológico cristalizava-se em uma de suas unidades, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL-USP), em alguns anos tornou-se um núcleo da cultura de esquerda em São Paulo. Em seguida, passaremos à análise dos antecedentes da assimilação de Marx na USP. A seguir, passaremos ao momento mesmo de assimilação, o *Seminário Marx* e, por fim, veremos alguns de seus desdobramentos.

3. O marxismo brasileiro e a experiência universitária: antecedentes

3.1. A formação da Universidade de São Paulo: um projeto das elites, pelas elites e para as elites

Como é sabido, a universidade brasileira é extremamente temporã, mesmo quando comparada com exemplos vizinhos da própria América Latina.[268] Oficialmente datada de 1934[269] – ano de criação da Universidade de São Paulo (USP) –, ela guarda uma relação

[268] Em 1538 fundou-se a Universidade de Santo Domingo. Em seguida, a Universidade de São Marcos, no Peru (1551); de Santo Tomás, na Colômbia (1580); de Córdoba, na Argentina (1613); e de São Felipe (1747), no Chile, dentre outras no México, Venezuela, etc. Eram todas instituições controladas pelo clero, majoritariamente filiados à Companhia de Jesus, cujo funcionamento era análogo (talvez um pouco mais diversificado) ao dos seminários e colégios jesuíticos do Brasil colônia. A universidade plenamente moderna na América Latina nasce com o movimento cordobês de 1918 e se espalha pelo continente, impactando na formação movimentos e processos reformadores semelhantes no Chile, Cuba, Peru, Colômbia, Bolívia e México.

[269] Várias iniciativas estatais e privadas de estruturar o ensino superior universitário no Brasil sucederam-se a partir de 1911 em São Paulo, Rio de Janeiro, Manaus, Belo Horizonte e Porto Alegre, algumas delas logrando

bastante distanciada com o legado da famosa *Reforma Universitária de Córdoba* (1918), cujo alcance foi continental nos anos subsequentes à sua implementação. A principal evidência nessa rota é que um dos núcleos do debate que precede a criação da USP consistia exatamente no papel que a instituição poderia exercer na construção de uma sociedade moderna no Brasil, contribuindo para que se reduzisse o poder discricionário das oligarquias regionais sobre os estratos populares.

Com efeito, a instabilidade política que atravessava o Brasil nos anos 1920, assimilada e interpretada pela intelectualidade liberal como evidência incontestável da decadência política que se seguiu à implantação do regime republicano, sem dúvida contribuiu para que o projeto universitário ganhasse a feição que ganhou – uma universidade para resolver a crise brasileira e modernizar o Estado, como veremos, acenando de longe às reivindicações cordobesas. É necessário, porém, avaliar o conjunto de particularidades que, sem prejuízo, nos permitem conceber a USP também como fruto de um projeto político-cultural pensado para reconduzir as elites paulistas ao controle do Estado, derrogadas do poder pela *Revolução de 30* anos antes da sua fundação. Por fim, é igualmente importante concebê-la nos marcos do modernismo brasileiro, de onde surgiam os mais vorazes impulsos partidários da reforma social.[270]

No que concerne ao debate liberal dos anos 1920, era consenso nas páginas do jornal *O Estado de S. Paulo* a avaliação do seu redator, Júlio de Mesquita Filho, para quem o país encontrava-se mergulhado em uma grave crise institucional, pautada pela "completa ausência de uma elite, dotada de 'visão política' capaz de propor um projeto político para a

---

criar pequenas escolas de ensino superior, ainda que os seus estatutos registrassem que tratavam-se de universidades plenas, com atividades regulares de ensino, pesquisa e extensão. A iniciativa mais duradoura, no entanto, respaldada em leis estaduais e federais, e plenamente constituída por escolas superiores com o mínimo de organicidade entre elas, fomentada por uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (o núcleo que confere unidade ao restante da instituição), data realmente de 1934. Trata-se da Universidade de São Paulo. *Cf*. Luiz Antônio Cunha. *A universidade temporã*. São Paulo: Unesp, 2007, especialmente caps. 3 e 4.

[270] A reforma universitária de Córdoba foi deflagrada por uma revolta estudantil de matizes liberal-reformistas que se erguia contra o poder tradicional exercido pelo clero católico na universidade e o estatuto vitalício do sistema de cátedras. Exigia-se a laicidade do ensino, a modernização dos métodos pedagógicos, representação estudantil nas decisões dos colegiados e um conjunto de outras reivindicações de cunho assistencial que permitissem aos alunos concluírem seus estudos superiores. Logo após a sua implementação, o movimento estudantil organizado em outras cidades argentinas logrou pressionar as reitoras das Universidades de Buenos Aires, La Plata, Tucumán adotarem medidas semelhantes. O movimento teve repercussão continental, ganhando adeptos no Peru, Chile, Cuba, Colômbia e México, que também implementaram reformas universitárias importantes. Duas curiosidades devem ser destacadas: 1) apresar do caráter liberal e reformista, o processo cordobês projetou algumas lideranças políticas importantes na história do pensamento social (socialista e anti-imperialista) latino-americano, como Deodoro Roca e José Ingenieros. Outros personagens como Juan Antonio Mella, em Cuba, fundador da Federación Estudantil Universitária (FEU), José Vasconcellos, no México e Victor Raúl Haya de la Torre, no Peru, figuram na mesma constelação ideológica; 2) é inegável que o modernismo literário politicamente radical atravessa transversalmente o movimento. *Cf*. Nestor Kohan. *De Ingenieros al Che. Ensayos sobre el marxismo argentino y latinoamericano*, *cit*., p. 45 et. seq.

nacionalidade"[271], escreveu em 1925. As oligarquias, expressão maior da crise, eram desprovidas de qualquer preocupação com a ordem cívica e menos ainda com a elevação cultural das massas em vista do potencial perigo que ela representaria à dominação tradicional, sobre a qual se assenta o poder oligárquico. Era, portanto, necessário, segundo opina o editor, criar mecanismos de enfraquecimento do mandonismo local para dar lugar à democracia e aos verdadeiros ideais republicanos, corrompidos pelo *perrepismo*: de um lado, o voto secreto, de outro, a "organização eficiente dos 'organismos de cultura', em especial das universidades."[272]

Em certo sentido, gramscianos *avant la lettre*, os liberais de o *Estado de S. Paulo* não desdenhavam a importância de criar hegemonia intelectual e cultural no seio das camadas populares e médias em nome da legitimação do seu projeto político de transformismo da sociedade e do Estado. Justamente por isso, o debate político irremediavelmente refletia a discussão "pedagógica", pensada por Mesquita Filho e pelo seu amigo, o educador Fernando de Azevedo, em uma perspectiva que confere grande importância ao papel dirigente e preceptor das elites na educação do povo. Esse prisma ficaria particularmente nítido no relatório do inquérito sobre a instrução pública em São Paulo, encomendado pelo dono de *O Estado* e coordenado por Fernando de Azevedo (1926).

O objetivo do inquérito era indicar os gargalos a serem combatidos pela administração pública em todos os níveis de ensino, revelando quatro pontos principais.[273] Em primeiro lugar, a "ausência de uma 'política de educação', norteada não por homens, mas por princípios". A política de então, tal como se achava, somente poderia favorecer um sistema de ensino precário, inclinado a "enxertos, retoques e achegas, variáveis segundo a fantasia e os caprichos individuais e tendências as mais das vezes criadas não por convicções de uma elite orientadora, mas por circunstâncias políticas".[274] Em outras palavras, um sistema de ensino fragmentado, desconexo e deficiente que, por sua vez, refletia as patologias do funcionamento do sistema político brasileiro, controlado pelas oligarquias em crise. Em vista disso, e este é o segundo ponto do inquérito, Azevedo concebia ser "indispensável [...] transformar o aparelho de ensino num maravilhoso instrumento político de coesão."[275] Mais uma vez a categoria "elite orientadora" era reafirmada, pois, de acordo com a concepção que faziam das camadas

[271] Irene Cardoso. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo. Cortez / Autores Associados, 1982, p. 40.
[272] *Ibid*., p. 36.
[273] Cardoso indica seis pontos, no total, porém, para os interesses do nosso estudo, trabalharemos apenas quatro.
[274] Fernando de Azevedo, *apud*. *Ibid*., p. 28.
[275] *Ibid*., p. 29.

letradas, somente elas seriam esclarecidas o suficiente para "propor um projeto de nacionalidade [...] acima [de quaisquer] paixões partidárias."[276]

O terceiro ponto enfatiza o caráter público da educação, sendo, portanto, dever do Estado promove-la e oferece-la em todos os níveis. Porém o fato de ser pública não significa que deva ser gratuita. A reforma do ensino implementada em 1920 por Sampaio Doria (Lei estadual 1750 de 8 de dezembro de 1920 e Decreto de regulamentação de 31 de maio de 1931) estabelecia que apenas os dois primeiros anos da escola primária seriam gratuitos e públicos, ao passo que os seis anos restantes (secundário), o ensino médio e complementar, facultativos e mediante pagamento. A justificativa para não estender a gratuidade e obrigatoriedade a toda a população escolar, como de praxe, era orçamentária. Porém sabe-se que o "reformador" era membro da Liga Nacionalista de São Paulo, entusiasta da industrialização e comprometido com os interesses dos empresários industriais, para quem o operário fabril não necessitava de nada além do ensino primário. Ainda que o inquérito de Azevedo indicasse outro caminho, enfatizava a importância do ensino primário e normal público, gratuito e ao alcance de todos, nada declarando sobre os demais "degraus escolares", muito menos sobre a universidade.

Por fim, o quarto ponto levantado pelo inquérito dizia respeito ao papel da universidade no interior do aparelho de ensino como um todo. No entendimento de Azevedo, cabia a ela "formar o professorado secundário e superior" e preparar as classes dirigentes na consolidação da democracia no Brasil. Logo, mediante as proporções da missão, não surpreende que o reformador confira maior importância à educação universitária em prejuízo à educação básica. A primeira garante a razão de existência da última, uma vez que, no seu entendimento, sem "a sábia assistência de homens eminentes, habituados a encarar do alto, de um ponto de vista idealista e científico, as grandes questões técnicas", em conformidade com o preparo que eles recebem na educação superior, a instrução básica ideal, tal como a concebera nos três pontos anteriores: norteada por princípios, promotora da coesão social, eficiente e pública, seria inviável.

Discípulo de Durkheim e, consequentemente, respaldado em uma concepção organicista da sociedade e suas instituições, para Azevedo a universidade teria assumido uma função fundamental no mundo moderno, qual seja, a de "acompanhar e dirigir-lhes a evolução, em

[276] *Ibid*.

todos os aspectos de sua vida múltipla e variada."[277] Nesse sentido, os educadores, de um lado, e as elites cultas, ilustradas e condutoras, de outro, desempenhariam os papeis sociais de agentes culturais legítimos (Azevedo fala em "elemento assimilador e propagador de correntes de ideias e opinião"[278]) por meio dos quais a instituição universitária propagaria os valores da civilização moderna (na ótica liberal): humanismo, democracia, liberdade, direitos e deveres cívicos.

Ocorre que, no contexto brasileiro, mais uma vez interpretado pelos reformistas liberais de *O Estado*, propagar os valores da civilização moderna traduzir-se-ia imediatamente na superação da mencionada crise nacional, com a destruição do poder das oligarquias, cabendo às elites a obra de regeneração política da sociedade brasileira.[279]

Como é possível constatar, há inúmeras conexões entre o pensamento de Júlio de Mesquita Filho e o de Fernando de Azevedo, que, podemos supor, representa o que pensava o conjunto de jornalistas, intelectuais e políticos que militavam na campanha de criação da Universidade de São Paulo, isto é, o famigerado *grupo do Estado*, composto nuclearmente por Júlio de Mesquita Filho, Francisco Mesquita, Armando Salles de Oliveira (pertencentes a um único núcleo familiar), Rangel Pestana, Plínio Barreto, Paulo Duarte, Leo Vaz, Amadeu Amaral e Fernando de Azevedo.[280]

Quando o grupo passa a discutir mais detidamente o projeto da futura USP por volta de 1925, o PRP ainda não havia sido distanciado do aparelho de Estado pela *Revolução de 30*, e, portanto, ao menos os recursos para dar corpo ao empreendimento seriam garantidos. Não obstante, faltavam as "condições políticas que permitissem que o controle da instituição permanecesse em suas mãos."[281] Eram grandes os riscos da universidade pública, mormente concebida para "desempoderar" as oligarquias e regenerar os costumes políticos, se transformar-se em mais uma escola superior profissionalizante privada e sob controle da direita católica.

Daí que o "grupo" decide por amadurecer a ideia, retomando as articulações de fundação da universidade em meados de 1932, quando o secretário da educação convoca Júlio de Mesquita (a liderança política), Fernando de Azevedo (a liderança pedagógica) e Raúl

[277] *Ibid*., p. 30.
[278] *Ibid*., p. 31.
[279] *Ibid*. p. 37.
[280] *Ibid*., p. 43.
[281] *Ibid*., p. 54.

Briquet para formar uma comissão que elaboraria o projeto da universidade. "A insurreição constitucionalista adiou o projeto até que Armando Salles de Oliveira [então interventor federal em São Paulo] reconstituiu a primeira comissão [em 1934]."[282] A conjuntura era muito mais complexa do que a de sete anos antes. O Estado pós-1930 tomou várias iniciativas no sentido de ampliar suas funções com a criação de várias repartições federais destinadas à administração pública, saúde, trabalho, educação e cultura. Paralelamente, criava um aparato legal-burocrático que visava ordenar a conflituosa relação entre capital e trabalho, controlar a prática política dos partidos e sindicatos e projetar uma determinada ideologia que associava o Estado à modernidade, ao passo que as oligarquias representariam o atraso.

Concorria, desta forma, com o projeto de hegemonia dos liberais paulistas[283] e com alguma vantagem sobre ele, visto que era promovido de forma autoritária, sem lançar mão do diálogo com outros grupos igualmente interessados na modernização do país – neste caso, os próprios liberais paulistas, que saíam derrotados da guerra civil de 1932 junto com seus aliados de ocasião, os conservadores do PRP. Em meio ao processo constituinte que promulgara a carta de 1934 em julho daquele ano, o Interventor Federal, Armando Salles de Oliveira, do "grupo do Estado", assina o decreto de criação da USP, aos 25 de janeiro daquele ano. A nova universidade incorporava à sua estrutura organizacional as seguintes escolas superiores pré-existentes (pedimos licença para uma longa citação):

> Faculdade de Direito [do Largo São Francisco], Escola Politécnica, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz [de Piracicaba], Faculdade de Medicina, Escola Veterinária [...]. O Instituto de Educação foi elevado à categoria de escola superior e incorporado como Faculdade de Educação. Foram criadas as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, o Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais, a Escola de Belas-Artes, só vingando a primeira. Diversos institutos técnico-científicos mantidos pelo governo estadual foram ligados à universidade como "instituições complementares", entre eles, os seguintes: Instituto Biológico, Instituto de Higiene, Instituto Butantã, Instituto Agronômico de Campinas, Instituto

[282] Luiz Antônio Cunha. *A universidade temporã*, cit., p. 240.

[283] O "grupo do Estado", na pessoa de Júlio de Mesquita Filho, advogava a ideia segundo a qual caberia ao Estado de São Paulo, isto é, à unidade da federação, a missão histórica de formação da nacionalidade, tomar decisões sobre os grandes problemas nacionais e conduzir a nação no seu caminho de glórias, como as do seu "Estado-chave". A mesma concepção aparece no inquérito gerenciado por Fernando de Azevedo, para quem "pelas suas responsabilidades políticas e pela sua expansão econômica [São Paulo] ocuparia uma 'situação à parte' na Federação. Esta 'situação à parte' lhe daria o direito de encarar o problema universitário e dar-lhe a solução que ele exige." *Cf*. Irene Cardoso. *A universidade da comunhão paulista*, *cit*., p. 32.

Astronômico e Geofísico, Instituto de Radium, Instituto de Pesquisas Tecnológicas e o Museu de Arqueologia, História e Etnografia.

A criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da Faculdade de Educação realizava o antigo projeto de Fernando de Azevedo para o ensino superior já anunciado na pesquisa de 1926 para *O Estado de S. Paulo*. A Faculdade de Educação seria o centro de formação de professores para o ensino secundário. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, concebida como o "coração da universidade", seria o lugar onde se desenvolveriam os "estudos de cultura livre e desinteressada". Nela funcionaria uma espécie de curso básico, preparatório a todas as escolas profissionais (e para ela própria). Lá os estudantes estudariam as matérias fundamentais de todos os cursos (Matemática, Física, Química, Biologia, Estatística, Economia e outras), após o que se encaminhariam para as faculdades propriamente profissionais. Essa forma de integração dos cursos era entendida como um anteparo às tendências desagregadoras impostas pela crescente especialização do saber, capaz de atingir até mesmo o saber "desinteressado", cultivado na própria Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Esta faculdade teria, entretanto, dois antídotos contra essa tendência: um ideal de cultura transcendente a toda a especialização e um clima intelectual resultante do "culto da verdade em si", da "aventura da criação" e de orientações afins. Apesar dessas intenções, a força dos interesses dos professores das escolas profissionais, temerosos de perder poder com a transferência de certas matérias para a nova faculdade, fez que esta se transformasse em mais uma escola profissional, fundindo-se com a Faculdade de Educação no propósito de formar professores para o ensino secundário."[284]

*Criada a estrutura universitária, colocava-se outro problema, este também de proporções significativas. O país não contava com quadros qualitativamente capacitados para assumir as funções de docência e investigação nas cátedras de unidades, como por exemplo, a Faculdade de Filosofia, que por ser considerada pedra angular da universidade, deveria, por essa mesma razão, formar a mais qualificada, competente e ilustre equipe de docentes e pesquisadores. O próprio Fernando de Azevedo assumiria uma cadeira no decorrer dos anos 1930 na área de Sociologia, porém ele, Júlio de Mesquita e Salles de Oliveira não se sentiam confortáveis para entregar cargos vitalícios de tão grande importância a alguns notáveis intelectuais brasileiros – projeto que o governo federal tentará implementar na Universidade do Distrito Federal, criada em 1935, ao contratar jovens intelectuais talentosos para assumir a docência naquela universidade, a exemplo de Gilberto Freyre, Mário de Andrade, Sérgio

[284] Luiz Antônio Cunha. *A universidade temporã, cit.*, p. 242-2.

Buarque de Holanda, Afonso Arinos de Mello Franco. O projeto acabou abortado depois de sofrer contínuos ataques da direita católica e da direita política no contexto da revolta comunista de 1935 e a Universidade do Distrito Federal terminou sendo dissolvida em 1937.

Sem condições de conferir investidura a professores brasileiros em todas as cadeiras, a alternativa vislumbrada pelo "grupo do Estado" foi convocá-los no estrangeiro. Assim, já em 1934 foram contratados em caráter temporário, "treze professores europeus (seis franceses, quatro italianos, três alemães)."[285] Nos anos seguintes, outros professores franceses (o maior grupo), portugueses, alemães e uns poucos norte-americanos[286] foram contratados pela universidade. Alguns deles permaneceram no país apenas dois anos – caso particular de Claude Lévi-Strauss[287] e Fernand Braudel, atuantes nas cadeiras de Sociologia e História das Civilizações. Outros, porém, se radicaram em São Paulo oferecendo cursos na USP por mais de uma ou duas décadas e criando uma relação bastante particular com a sociedade paulista e brasileira – casos flagrantes de Pierre Monbeig (Geografia), Jean Mangüé (Filosofia e Psicologia) e Roger Bastide (Sociologia).

Fixando-nos no caso particular dos franceses, nos anos 1930 nenhum era portador da fama que anos mais tarde alguns deles alcançariam, como Lévi-Strauss, Braudel e Roger Bastide. No momento da contratação eram professores de Liceus, alguns no interior da França, e viram nela uma oportunidade de impulsionar suas carreiras recebendo salários consideravelmente mais altos que os recebidos como docentes da educação secundária no país de origem. Além disso, haviam sido formados no bojo de uma cultura humanística, caracterizada pelo tributo iluminista à ciência e ao progresso científico, em nada abalado (ao contrário, ratificado) pelas exigências de *tecnificação* do conhecimento impostas às instituições de ensino superior na época do Segundo Império.

---

[285] *Ibid*., p. 242.

[286] A presença norte-americana fazia-se sentir mais fortemente na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), fundada pelo engenheiro Roberto Simonsen em 1933. Lá o currículo foi fortemente marcado pelo *estudos de comunidade*, disseminados pela Escola de Chicago e pela antropologia anglo-americana. Donald Pierson, um dos mais eminentes professores daquela instituição, havia sido designado pelo próprio Robert Park para atuar em São Paulo. Outros americanos eram Horace Davis e Samuel Lowrie. Também atuaram como professores na ESP, os alemães Emilio Willems, Robert Baldus e o inglês Radcliffe-Browm, ambos antropólogos.

[287] Lévi-Strauss afirmaria em *Tristes trópicos* (1999): "Minha carreira decidiu-se num domingo do outono de 1934, às nove horas da manhã, com um telefonema. [...] 'Você continua com vontade de fazer etnografia?' 'Sem dúvida!' 'Então, apresente sua candidatura para professor de sociologia da Universidade de São Paulo. Os arredores [*faubourgs*] estão repletos de índios, a quem você dedicará os seus fins de semana'". *Cf*. Claude Lévi-Strauss. *Tristes trópicos*, *cit*., 1999, p. 45, intercalares meus. Não podia ter sido maior o desapontamento do etnólogo, pois ao chegar a São Paulo, descobriu que se tratava da cidade mais urbanizada do país.

*Uma vez investidos de seus cargos docentes na USP, não era apenas previsto, mas desejável que tentassem replicar nos seus novos ambientes de trabalho o mesmo figurino da atmosfera acadêmica francesa, totalmente incompatível com o impressionismo cultural e a ausência de rigor analítico verificados nas primeiras turmas da Faculdade de Filosofia. Diversos pareceres antigos e contemporâneos[288] atestam a grande indisposição dos professores franceses com o diletantismo dos alunos e sua incapacidade de dedicarem uma reflexão mais demorada a determinados problemas ou ainda de fixarem seus interesses em objetos mais modestos, conforme exige a pesquisa de base. Filhos das grã-finas elites cafeicultoras decadentes e da endinheirada burguesia industrial paulista, para eles frequentar a universidade não correspondia a qualquer estratégia de ascensão social, mas sim de distinção e *status*. Tanto era assim que na passagem de 1935 para 1936 quase todos os alunos abandonaram a maioria das carreiras oferecidas pela Faculdade de Filosofia, tão logo se aperceberam da incongruência entre as expectavas que nutriam em relação à universidade e o que de fato a instituição fomentava.

Para termos uma ideia, no final de 1936, segundo indica Sérgio Miceli (1989), apenas um aluno (na verdade, aluna) concluiu o curso de ciências sociais que iniciara em 1934.[289] Não eram diferentes as realidades dos cursos de filosofia, história, economia, letras, etc., de modo que Fernando de Azevedo, para evitar que o projeto de *alma mater* da Faculdade de Filosofia se dissolvesse no ar, fez um apelo aos professores do ensino secundário atuantes em toda na capital e no interior para que se afastassem dos seus cargos na instrução pública estadual, mediante uma remuneração equivalente ao valor de seus salários, isto é, uma bolsa de estudos mensal, a fim de cursarem as carreiras oferecidas pela FFCL, naquele momento, com várias vagas ociosas. Criava-se, assim, a figura do "professor comissionado", cuja primeira leva constituiu-se de 218 alunos, estes de perfil um pouco mais diferenciado, no geral, brasileiros de primeira geração, filhos de famílias imigrantes modestas que investiam, elas sim, na educação da prole como mecanismo de ascensão social.

---

[288] *Cf.* Claude Lévi-Strauss. *Tristes trópicos*, cit.*;* Sérgio Miceli. *Intelectuais à brasileira*. Cia das Letras, 20001; Sylvia Garcia. *Destino ímpar. Sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo: 34 e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, 2002; Carolina Pulici. *Entre sociólogos*. Edusp, 2008; Élide Rugai Bastos *et. al. Conversa com sociólogos brasileiros*. São Paulo: 34, 2006; José de Souza Martins. *A sociologia como aventura. Memórias*. São Paulo: Contexto; Luiz Carlos Jackson e Alejandro Blanco. *Sociologia no espelho*. São Paulo: 34 / Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, 2014.

[289] Sérgio Miceli. "Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil". In: *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais, 1989, p. 95.

Esse componente alteraria o cenário da Faculdade de Filosofia, transformando-a daquele momento em diante em "um lugar de encontro mannheimiano de intelectuais de origens sociais diversas e desencontradas"[290], aos poucos reforçando os traços que a tornava tão diferente, senão antagônica em alguns aspectos, das escolas tradicionais, como Direito, Medicina e Politécnica, uma vez que "quebrava linhas de separação social arraigada na sociedade paulistana."[291] Por outro lado, é importante frisar que os efeitos deste rearranjo somente foram sentidos no longo prazo e não provocaram qualquer impacto na organização institucional da universidade, que manteve-se pouco democrática e praticamente impermeável às classes populares, despossuídas inclusive das garantias de acesso ao ensino primário.

3.2. Marxismo, sociologia, ecletismo[292]

Com um histórico de tal envergadura conservadora, não obstante emoldurado pelo discurso liberal-reformista, de início pode parecer impensável que o arcabouço teórico-analítico-conceitual de Marx e de outros marxistas alcançasse penetração na universidade, no mínimo para ser ensinado como conteúdo dos cursos na área de humanidades. Afinal, as concepções de formação intelectual e do papel da instituição superior de ensino, cultivadas pelo reformismo liberal na sua versão elitista não ofereciam espaço para perspectivas outras, mais afeitas à subversão das hierarquias sociais, como é o caso do marxismo.

São profundamente escassas as evidências de que as ideias de Marx e de seus continuadores fossem apresentadas e circulassem entre os estudantes da jovem Universidade de São Paulo, introduzidas pelo corpo docente, assim como existem fatores que tornam mais ou menos provável o concurso da "sociologia de Marx" ou da "concepção materialista de história" nas discussões promovidas pelo conteúdo disciplinar dos cursos. Não há dúvida que os professores da missão francesa receberam eles próprios formações humanísticas que

---

[290] José de Souza Martins. *A sociologia como aventura*. *Memórias*, cit., p. 153. O autor corrobora com as teses de Fernando de Azevedo, no que concerne à concepção da Faculdade de Filosofia enquanto espaço de exercício da cultura livre e desinteressada, ou, nos termos de Karl Mannheim, ambiente privilegiado da *intelligentsia descompromissada* ou *socialmente desvinculada* (*freischwebende Intelligenz*). *Cf*. Karl Mannheim. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

[291] José de Souza Martins. *A sociologia como aventura*. *Memórias*, *cit*., *loc*. *cit*.

[292] A partir daqui concentrarei a discussão no campo das ciências sociais e, mais especificamente, na sociologia. Em nosso entendimento, entre os anos 1930 e 1960, mais do que outras disciplinas, como a história, a geografia e a economia, as ciências sociais incorporaram mais largamente o pensamento marxista ao seu próprio *métier*, dominando a interlocução com o marxismo partidário e militante do momento.

reconheciam o valor do pensamento de Marx (assim como o de tantos outros: Hegel, Dilthey, Ranke Weber, Durkheim, Simmel, Pareto, Veblen, Marshall, *et. all*.) para a compreensão da sociedade moderna, de modo que não existem motivos (com exceção dos estritamente políticos, pois a partir de 1937 vão se delineando as bases do Estado Novo) para imaginar que evitassem fazer indicações de leitura de Marx em sala de aula, sobretudo quando uma de suas alunas o atesta em depoimento circunstancial.[293]

Além disso, a maioria dos professores contratados para o curso de ciências sociais eram originários "da *Escola Sociológica Francesa*, que geralmente era formada por socialistas"[294], ou no mínimo ideologicamente adeptos da social-democracia, embora, como herança do cânone positivista peculiar à sociologia e à antropologia francesas, concebessem os campos da ciência e da política normativamente separados um do outro em nome do fazer científico desinteressado, da objetividade do conhecimento e da neutralidade axiológica. Daí o juízo de Florestan Fernandes, segundo o qual "O ensino dos professores franceses nunca foi um ensino faccioso", optando, antes pela pluralidade dos discursos científicos e até mesmo sínteses entre pensamentos opostos.[295]

Vimos que neste momento (anos 1930) e durante boa parte da década seguinte, a produção teórica marxista continuava sendo apanágio do PCB e da militância trotskista, ambas em situação de clandestinidade. Na FFCL e na ESP as inclinações intelectuais dos professores os levaram a entrar no debate com as correntes modernistas de São Paulo – como

---

[293] "Nas aulas de Mangüé e Lévi-Strauss nos inoculavam, em doses aparentemente inofensivas, o veneno sutil da psicanálise e do marxismo, abalando todas as certezas em que, até aquele momento, eu havia me apoiado." *Cf*. Gilda de Mello e Souza. "Depoimento". In: Eva Blay e Beratriz Lang. *Mulheres na USP. Horizontes que se abrem.* São Paulo: Humanitas, 2004, p. 66. Na FFCL não se registrou atrito relativo às posições políticas dos professores estrangeiros, ao contrário da ESP. Ali o burocrata Cyro Berlink registrou os problemas trazidos à escola pela presença do professor do programa de economia social, Horace Davis, um economista marxista da Universidade de Columbia selecionado pelo cônsul geral do Brasil em Nova York para trabalhar na ESP. "Teria sido ele quem, pela primeira vez, numa instituição brasileira de ensino superior, apresentou os principais conceitos do materialismo histórico, bem como analisou os fatores posteriores à Revolução soviética de 1917, essencialmente a Nova Política Econômica posta em prática por Lenin." Enquanto permaneceu em São Paulo (pouco mais de um ano), coordenou uma pesquisa pioneira sobre o padrão de vida dos operários paulistas. Após a conclusão do estudo e publicação na *Revista do Arquivo Municipal*, Davis retornou aos Estados Unidos e não é possível dizer se estimulado pelos atritos entre sua postura como docente na ESP ou se por qualquer outra razão. *Cf*. Luiz Antonio Cunha. *A universidade temporã*, *cit*., p. 238.

[294] Antonio Candido. "Entrevista". In *Brasil de Fato*. Agosto de 2011. Segundo indica Peixoto (2000), em depoimento datado de 1928, Roger Bastide se apresentava como membro do "partido que emburguesa a revolução": o Partido Socialista Francês (Seção Francesa da Internacional Operária), além de ser adepto do protestantismo. *Cf*. Fernanda Peixoto. *Diálogos Brasileiros*. Aso Paulo. Edusp / FAPESP, 2000, p. 42.

[295] "Nenhum dos professores que nos ensinou Sociologia ou Economia incluiu Marx ou Engels, ou qualquer figura importante da história do socialismo. [...] minha militância política [no momento trotskista clandestino] me permitiu ir um pouco além no estudo de Marx". *Cf*. Florestan Fernandes. "Entrevista". In: Élide Rugai Bastos et. al. Conversa com sociólogos brasileiros. São Paulo, 34, 2006, p. 16.

fê-lo Bastide –, proporcionando-lhes um mergulho científico no universo popular brasileiro, cujo acesso tornou-se factível por meio do ferramental de análise oferecido pelos *estudos de comunidade*, em alta naquele momento. Nesta última perspectiva foram desenvolvidas pesquisas de campo a fim de investigar o processo de assimilação cultural de alemães, japoneses e demais grupos estrangeiros às comunidades locais, exemplo de Emilio Willems; inquéritos sobre os costumes populares da população operária de São Paulo, caso de Samuel Lowrie e Davis, antes deste último voltar para os Estados Unidos; e ainda os estudos de Donald Pierson sobre as relações raciais entre pretos e brancos na capital baiana e de "ecologia humana" em uma pequena vila no interior de São Paulo. Em todos os casos era de praxe que os estudantes brasileiros fossem iniciados na pesquisa empírica por seus professores que os contratavam como assistentes para acompanhá-los no campo, sistematizar e operacionalizar os dados obtidos, etc., o que necessariamente implicava na socialização dos alunos com um determinado universo teórico e metodológico em detrimento de outros.

As pesquisas científicas produzidas na USP que efetivamente lançaram mão do ferramental teórico-analítico do marxismo na análise sociológica datam na verdade dos anos 1950, década em que começarão vir a público as mais notáveis contribuições intelectuais do marxismo universitário ao debate brasileiro, muitas delas tributárias das veredas abertas por Caio Prado Júnior nos anos anteriores, em particular os questionamentos sobre a natureza específica do capitalismo brasileiro, cuja "evolução seguiu uma via 'não-clássica', [isto é, um modelo de desenvolvimento que se caracteriza] pela permanência de traços pré-capitalistas, fortemente autoritários e excludentes na [vida social], baseados em formas de coerção extra-econômica sobre os produtores diretos"[296], em acepção mais elaborada.

Contudo, e nisto consiste a particularidade da recepção de Marx por parte dos acadêmicos brasileiros (uspianos, para sermos mais precisos), se por um lado essas contribuições conferiam erudição e o rigor analítico à reflexão marxista ou marxiana, ausentes nas suas versões vulgarizadas pelos partidos políticos, em especial o PCB – fato que deve ser reconhecido sem quaisquer deméritos – por outro, abandonavam completamente a discussão estratégico-tática sobre o sentido e as perspectivas da *Revolução Brasileira*, que, além dos comunistas, tinha enorme importância entre intelectuais de corte nacionalistas, dentre eles Celso Furtado, Darcy Ribeiro e Alberto Guerreiro Ramos.

[296] Carlos Nelson Coutinho. "La filosofia de la praxis em Brasil". In: Nestor Kohan. *De Ingenieros al Che. Ensayos sobre el marxismo argentino y latinoamericano*, cit., p. 361.

Com efeito, dois trabalhos em particular devem ser destacados pelo seu pioneirismo e pela relação estritamente acadêmica a partir da qual lidam com o arcabouço teórico-analítico extraído da obra marxiana, mas também em virtude do espaço que este aparato conceitual ocupa no conjunto da obra – aspecto este bastante feudatário do ambiente intelectual da FFCL-USP. São elas *Os parceiros do Rio Bonito* (1954), de Antonio Candido de Mello e Souza, e *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica* (1959), de Florestan Fernandes. O primeiro, um doutorado defendido em 1954 na FFCL-USP, o segundo, uma compilação de textos de caráter metodológico escritos pelo autor na primeira metade da década de 1950.

Em *Os parceiros do Rio Bonito*, tese de doutoramento na qual elabora uma interpretação sociológica e antropológica da sociedade rural paulista basicamente partindo de um estudo de caso – o sistema de parceria observado em uma fazenda localizada município de Bofete – e de visitas intermitentes às zonas rurais dos municípios de Piracicaba, Tietê, Porto Feliz, Conchas, Anhembi e Botucatu, Antonio Candido procurou examinar os elementos cultuais, alimentares, religiosos, materiais e associativos que compõe a vida da sociedade caipira. Segundo o autor evidencia no prefácio escrito para a publicação da tese sob o formato de livro em 1964, ele começou pesquisando as manifestações da poesia popular em uma dança cantada em rima constante, endêmica do universo caipira, chamada *Cururu*. Ao examinar as modalidades da dança, Candido constatou haver uma sobreposição de padrões culturais

> "que correspondiam a momentos diferentes da sociedade caipira no tempo. As modalidades antigas se caracterizavam pela estrutura mais simples, a rusticidade dos recursos estéticos, o cunho coletivo da invenção, a obediência a certas formas religiosas. As atuais manifestavam individualismo e secularização crescentes, desaparecendo inclusive o elemento coreográfico socializador, para ficar o desafio na sua pureza de confronto pessoal"[297]

Ele interpretou as sobreposições como "manifestação espiritual" das mudanças sociais que ocorriam no substrato da cultura caipira, em grande medida provocadas pela urbanização das cidades do interior paulista – fator que o levou a alargar os horizontes da pesquisa, questionando-se sobre o cosmo social mais amplo no qual estava submerso o *Cururu* e, por

[297] Antonio Candido. *Os parceiros do Rio Bonito*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011, p 11.

extensão, outras instituições da cultura caipira, organicamente ligadas ao modo de vida rústico. Foi assim que ganhou vulto na pesquisa de Candido o interesse em elucidar os problemas que afligiam o caipira nesta fase de transição do *arcaico* rural para a *modernidade* urbana – temática coerente com o universo de preocupações então fomentados pela sociologia francesa ensinada na USP.

Para isso, o pesquisador apoiou-se na "sociologia dos meios de vida", a interpretação das dimensões da vida social a partir da alimentação, a fim de reconstruir em detalhes "o problema elementar da subsistência", que em sua totalidade, envolve desde questões relativas à ocupação da terra, os regimes de plantio baseados no conhecimento tradicional e o trabalho coletivo no qual se amparam os "rituais" de colheita (sistema de *parceria*), até a produção da dieta, as trocas alimentares, o modo de preparo dos alimentos, a obtenção dos ingredientes para o tempero, o armazenamento e as situações em que ocorrem as refeições.

O leitor poderia se perguntar em que sentido as categorias marxianas "aplicam-se" em um estudo cuja arquitetura denuncia adesão aos postulados do estrutural-funcionalismo. Incontornavelmente fazem parte das inquietações de proa de Antonio Candido esclarecer 1) como a intensidade das trocas alimentares promovidas pela sociedade caipira são bons indicadores do seu *grau de coalescência*; 2) em que sentido a urbanização provoca desajustes sócio-culturais ou, em linguagem durkheimiana, *patologias*, que se expressam temporariamente na passagem de um tipo de sociedade mais coesa, a outra, de tipo mais fragmentário; 3) a preocupação teórica com os *mínimos de sociabilidade* na manutenção dos laços de *solidariedade social* que permitem caracterizar as práticas da comunidade, etc. Ora, mais uma vez recorrendo às palavras do próprio autor:

> Quanto às influências intelectuais, devo à obra de Marx a consciência da importância dos meios de vida como fator dinâmico, tanto da sociabilidade, quanto da solidariedade que, em decorrência das necessidades humanas se estabelece entre o homem e a natureza, unificados pelo trabalho consciente. Homem e natureza surgem como aspectos indissoluvelmente ligados de um mesmo processo, que se desenrola como História da sociedade. Nesse sentido, foi decisiva para o presente estudo a parte inicial d'*A ideologia alemã*.[298]

[298] *Ibid.*, pp. 13-4.

Na sequência do tributo à obra de Marx, Candido indica outras referências teóricas que o ajudaram à refletir sobre o objeto de análise, como Robert Redfield, Audrei Richards, Bronislau Malinovski, Claude Lévi-Strauss e Sérgio Buarque de Holanda. Em outras palavras, autores de linhas de análise bastante distintas, reconhecidamente ligados a algumas tradições do pensamento sociológico e antropológico norte-americano e europeu, como os já citados estudos de comunidade, nos Estados Unidos; a antropologia social britânica; o estruturalismo; e a escola histórica alemã. Nada próximo do marxismo, portanto.

Em depoimento colhido por Luiz Carlos Jackson (2001), Candido comenta que não entendia ser um problema ter "misturado autores tão díspares" em sua pesquisa, uma vez que sua intenção era chegar a um "ponto de vista integrado, harmonioso e realmente explicativo" do problema, isto é, a síntese, que "parte necessariamente de elementos díspares." Ele ainda revela que sofreu "muita influência de Marx, mas" que nunca se considerou "marxista, propriamente dito, obrigado a ser coerente com a totalidade de sua filosofia."[299]

Logo, o recurso ao autor de *A ideologia alemã* era meramente interpretativo, utilizado para situar a discussão em torno do problema da satisfação das necessidades imediatas, evocando para a linha de frente as relações do agrupamento social com o meio físico, querendo significar aquilo que Marx chamou de *metabolismo homem-natureza*, tão importante na economia interna do texto quanto os usos que fizera dos esquemas analíticos apresentados por Malinowski e Lévi-Strauss em *Uma teoria científica da cultura* e *As estruturas elementares do parentesco*, respectivamente. Na mesma linha de Marx e Engels, que se recusaram a aceitar a dicotomia entre sociedade e natureza[300], Candido escreve:

> Com efeito, as necessidades têm um duplo caráter natural e social, pois se a sua manifestação primária são impulsos orgânicos, a satisfação destes se dá por meio de iniciativas humanas, que vão-se complicando cada vez mais, e dependem do grupo para se configurar. Daí as próprias necessidades se complicarem e perderem em parte o caráter estritamente natural, para se tornarem produtos da sociedade. De tal modo a podermos dizer que as sociedades se caracterizam, antes de mais nada, pela

[299] Luiz Carlos Jackson. "A tradição esquecida. Estudo sobre a sociologia de Antonio Candido". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 15, n. 47, 2001, p. 129.

[300] Lembremo-nos da famosa passagem de *A ideologia alemã*, também reproduzida por Candido, segundo a qual "Conhecemos uma única ciência, a ciência da história. A história pode ser examinada de dois lados, dividida em história da natureza e história dos homens. Os dois lados não podem, no entanto, ser separados; enquanto existirem homens, história da natureza e história dos homens se condicionarão reciprocamente." *Cf.* Karl Marx. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007, pp. 86-7.

> natureza das necessidades de seus grupos, e os recursos de que dispõem para satisfazê-las.[301]

Entretanto, a fim de não cometermos nenhuma injustiça, cabe frisar que no último capítulo de *Os parceiros do Rio Bonito* são perceptíveis as referências feitas por Candido ao conceito de *alienação*, de Marx, mas lido à luz da ideia de *racionalização das esferas da vida*, remetendo à sociologia de Max Weber – aproximação semelhante àquela feita por Lukács em *História e consciência de classe*.[302] Intitulado *Análise da Mudança*, o capítulo esboça o que era mote na sociologia da USP e da ESP nos anos 1950, desde a década anterior fortemente impactadas, como dissemos, pelos *estudos de comunidade*, cuja "questão fundamental [além da reconstrução empírica do sistema econômico-social e cultural enfocado, suas dimensões demográficas, a distribuição ecológica, as classes sociais, a divisão sexual do trabalho, as atividades lúdicas, etc.] é entender natureza da mudança social".[303] O mundo social do caipira se fragmenta pelo processo de divisão do trabalho, ajustando-o de forma traumática à sociedade de classes. Neste sentido, sintetiza Jackson (2001)

> Em face da crescente imposição de necessidades pelo mercado capitalista, o caipira vai aos poucos integrando sua vida econômica à economia geral. Sistema tradicionalmente semi-fechado, a crise da cultura caipira se expressa, então, nos problemas decorrentes de sua integração ao capitalismo. O caipira dependia antes da mobilidade e de terra abundante para amenizar os prejuízos decorrentes da adaptação precária ao meio ambiente; na nova situação, sua sobrevivência torna-se cada vez mais difícil. Diante do mercado, ele é obrigado a intensificar o ritmo de trabalho para conseguir complementar sua produção; a regularidade dos preços, na compra dos produtos de que necessita, não é acompanhada pela regularidade na venda do que produz. Esse problema, acrescido da dificuldade de racionalizar a economia doméstica, conduz ao desequilíbrio. Alguns conseguem se adaptar ao novo modo de vida, outros acabam na miséria.[304]

---

[301] Antonio Candido. *Os parceiros do Rio Bonito*, cit., p. 28.
[302] Nos anos subsequentes, Candido se tornaria um dos mais importantes intérpretes da obra de Lukács no campo da literatura.
[303] Luiz Carlos Jackson. "A tradição esquecida. Estudo sobre a sociologia de Antonio Candido", cit., p. 131, intercalares meus.
[304] *Ibid*., *loc*. *cit*.

O livro de Florestan Fernandes, por outro lado, faz parte da sua obra dedicada ao esforço de afirmar o estatuto científico da sociologia no Brasil. Ele resulta de largos anos de reflexão iniciados na década de 1940, quando torna-se professor assistente de Fernando de Azevedo em uma das cadeiras de sociologia da FFCL, a cátedra de Sociologia II, e responsabiliza-se pelas turmas calouras dos cursos de ciências sociais, oferecendo-lhes um curso sobre a obra metodológica de Émile Durkheim, *As regras do método sociológico* – texto com o qual dialogou por um largo período da sua carreira como sociólogo e que ocupa um lugar privilegiado em *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*.

O problema encarado por Florestan diz respeito à fundamentação científica do conhecimento sociológico alcançado através da investigação empírica. Preocupado, segundo seu entendimento, com a persistência e até mesmo prevalência "de hábitos de pensamento que não são inerentes ao método científico"[305] no corpo da disciplina, tal como era praticada pela tradição ensaística brasileira, "muitas vezes rica em hipóteses e apostas compreensivas testáveis e não testáveis apresentadas como se tivessem o mesmo valor explicativo"[306], ele assevera que a construção da sociologia como ciência depende a) do acento no seu caráter de ciência de observação e b) da habilidade dos sociólogos, isto é, dos *sujeitos cognoscentes*, de procurar reunir fatos precisos através do refinamento de técnicas de observação e de reconstrução histórica, completamente desconsiderados pela ensaística historicizante e impressionista de interpretação do Brasil, não obstante suas pretensões cientificistas.[307]

> À medida que progredimos nessa direção, garantimos outra espécie de progresso: o dos princípios formais, de que dependem a validade de um raciocínio; ou o dos fundamentos materiais da legitimidade de uma conclusão. É com base nos dados empíricos [obtidos por meio do aperfeiçoamento das técnicas de pesquisa] que se poderá introduzir maior uniformidade nas teorias sociológicas. Lidando com "fatos precisos" os sociólogos acabarão facilitando a verificação material da legitimidade de suas afirmações e contribuirão para criar o clima de confiança intelectual de que

[305] Florestan Fernandes. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1967, p. 62.

[306] *José Jeremias de Oliveira Filho.* "Reflexão metodológica em Florestan Fernandes*". In:* Revista USP, n. 29, maio-junho, 1999, p. 85.

[307] A apologia das ciências modernas disponíveis (antropogeografia, antropologia, psicofisiologia, psicologia coletiva e a ciência social) "para a compreensão científica do fenômeno histórico" feita por Oliveira Vianna no prefácio de *Populações meridionais do Brasil* é ilustrativa do cientificismo aparente a guiar alguns ensaios de interpretação do Brasil. *Cf*. Oliveira Vianna. *Populações meridionais do Brasil*, *cit*. pp. 50-1.

> necessitam, mas que constitui o fato sazonado da prática estrita dos padrões de trabalho científico.[308]

Em segundo lugar, Florestan adverte que as possibilidades de sucesso da investigação *empírico-indutiva* na sociologia, quer dizer, o caminho que leva dos dados empíricos (momento da *descrição*) à interpretação sociológica (momento dos modelos de *explicação*) dependem igualmente do ajustamento do investigador aos dados empíricos. Consequentemente, sua posição diante do objeto é tão importante na caracterização dos fenômenos, seus atributos e propriedades intrínsecas, quanto o é para a fixação dos marcos interpretativos nos quais se baseará a explicação sociológica. O investigador deve evitar escolher um viés interpretativo sem antes observar a natureza dos problemas investigados sob a pena de inadequação lógica e, portanto, de inviabilidade científica.

Tais afirmações podem parecer evidentes, mas não eram óbvias nos anos 1940 e 1950. Para Florestan cada problema de investigação demanda um determinado método de interpretação, "adaptado" às peculiaridades do objeto. Escreve ele:

> [...] Assim, os três principais métodos de interpretação, que vem sendo explorados construtivamente, lidam com problemas teóricos próprios e com os materiais empíricos que permitem resolvê-los. O método de compreensão, cuidando dos problemas pertinentes à socialização e às bases sociogenéticas da interação social, permite abstrair as variáveis operativas de um campo ahistórico; o método objetivo (ou genético-comparativo), focalizando os problemas ontogenéticos e filogenéticos colocados pela classificação das estruturas sociais, permite abstrair variáveis operativas, combinadas em constelações nucleares mutáveis, de um campo supra-histórico; e o método dialético, tratando das relações existentes entre as atividades socialmente organizadas e a alteração dos padrões da ordem social, que caem na esfera de consciência social, permite abstrair as variáveis operativas de um campo histórico. [...][309]

Cada um dos métodos de interpretação lida de uma forma diferente com as evidências empíricas e, por extensão, com os problemas suscitados por elas nos procedimentos de

[308] Florestan Fernandes. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica, cit.*, p. 68. Intercalar meu.
[309] *Ibid.*, pp. 34-5.

indução. Parte considerável do livro dedica-se exaustivamente à exposição dos artifícios teóricos e metodológicos empregados, não por acaso, por Durkheim, Weber e Marx – "autores cuja obra tem a maior significação do ponto de vista da explicação sociológica" – na resolução de tais problemas. Para os objetivos que nos propomos seria contraproducente passá-los em revista. Em face da discussão que queremos propor basta indicar que na abordagem das soluções aos problemas da indução na sociologia, oferecidas pelos três autores clássicos, Florestan reconhece que apenas as contribuições de Marx foram capazes de superar as dificuldades e limitações que Durkheim e Weber manifestaram ao encarar cientificamente a) "a realidade social como algo *concreto*"[310], por um lado, e b) "os fenômenos de mudança [social] nos seus aspectos concretos mais instáveis"[311], por outro.

Por sua estreita relação com as concepções científicas naturalistas do final do século XIX, Durkheim encontrou dificuldades para abordar a fenômenos sociais implicados em processos de mudança. Ela não cabe em um sistema metateórico cujo postulado maior é o de que o universo (incluso o social) é regido por leis universais e estáveis. Desta forma, não sensibiliza que em seu estudo intitulado *Da divisão do trabalho social*, ao trabalhar a passagem da *solidariedade mecânica* à *solidariedade orgânica*, ele recorra às ideias de *patologia* e *ajustamento dinâmico* para explicar a complexificação do social, uma vez que não lhe é dado apresentar a transformação em fluxo.

No caso de Weber, cuja sociologia compartilha com Marx de uma leitura historicista da realidade – não obstante esta leitura diferencie-se da concepção materialista da história pelas modestíssimas pretensões epistemológicas neokantianas que advoga –, o *constructo típico-ideal* pressupõe necessariamente que as relações sociais concretas nas quais baseiam-se os conceitos sociológicos sejam concebidas como estáveis e regulares no fluxo da vida social, caso contrário entrariam em choque com o postulado – também neokantiano – da realidade social infinita em face do espírito humano finito, capaz apenas de apreender um fragmento limitado daquela realidade que, de fato, é a única instância que se pode compreender cientificamente. N'*A ética protestante e o espírito do capitalismo* não é a transformação social global do *modo de produção* que explica as metamorfoses na ética religiosa do trabalho, induzidas pela reforma protestante, mas sim as *afinidades eletivas* entre elas, que as explicam mutuamente.

[310] *Ibid.*, p. 96.
[311] *Ibid.*, p. 100.

É nas investigações de Marx "que vamos encontrar a única teoria consistente, já elaborada no moderno pensamento sociológico, sobre a interpretação indutiva de uniformidades de sequência, encaradas historicamente"[312] e na sua concreticidade. O fato de ter reconhecido certa vantagem de Marx sobre Durkheim e Weber na resolução de problemas lógicos que ambos também resolveram, mas de forma insuficiente, não significa que Florestan atribuísse qualquer superioridade científica ao autor de *O Capital*. Marx foi tão somente incorporado ao repertório dos clássicos das ciências sociais e, consequentemente, à academia brasileira. No que tange a contribuição teórica, a discussão levantada pelo sociólogo paulista é bastante clara: em *Fundamentos* o "método de interpretação dialético" apenas adaptava-se melhor ao estudo dos processos de mudança social e nada além disso. Em seu estudo sobre as relações raciais em São Paulo, patrocinado pela UNESCO, que coordenou ao lado de Roger Bastide, em 1955, esta orientação em relação a Marx é bastante nítida e o capítulo que escrevera sobre a transformação do escravo no cidadão é um exercício das asserções de *Fundamentos empíricos*.[313]

Seja como for, a semelhança dos intelectuais burgueses que interpelaram o marxismo ainda nos tempos que Marx era vivo[314], as asserções do sociólogo paulista compeliram outros intelectuais a tomadas de posição referentes à leitura que ele próprio fez dos aspectos metodológicos da obra do filósofo alemão. Mais do que o trabalho de Antonio Candido, cuja obra *Os parceiros do Rio Bonito* permaneceu esquecida na história da sociologia no Brasil, os esforços de Florestan Fernandes produziram um impacto mais duradouro na assimilação do marxismo à sociologia acadêmica produzida na USP, sobretudo pelo "efeito polêmica" que suscitava.

De acordo com as indicações de duas figuras-chave neste processo de assimilação saturado de disputas – Fernando Henrique Cardoso e José Arthur Giannotti – o recurso a Marx por eles encetado a partir de 1958 (data de fundação do mitológico seminário de *O Capital*, como veremos mais a frente) não tinha apenas o objetivo de oferecer aos estudos sociológicos uma concepção científica superior de entendimento dos problemas de investigação. Tratava-se também de um modo de confrontar o mestre, Florestan Fernandes, cuja obra sociológica mais proeminente naquele momento (fins dos anos 1950), *Organização Social dos Tupinambá e Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*, de claro corte

[312] *Ibid*., p. 105.
[313] Cf. Florestan Fernandes. "Do Escravo ao Cidadão". In: *Brancos e negros em São Paulo*. São Paulo: Global, 2008.
[314] *Cf*. Karl Marx. *O Capital*, cit. pp. 15-21.

funcionalista, além dos estudos de metodologia, projetava-se com força sobre o campo científico[315], criando entre eles, jovens profissionais, um certo grau de tutela acadêmica e científica que era desejável dissipar como forma de impor-se no campo, obter reconhecimento entre os pares e galgar posições na universidade, o que, de certa forma, foi conquistado.

4. Os desdobramentos do primeiro seminário Marx: momentos da feitura de uma interpretação marxista para o Brasil

Ora, o que estava posto na sociedade brasileira naquele momento (1945-1964), fazendo-se objeto de debates na esfera pública entre políticos, intelectuais e segmentos da sociedade civil não era outra coisa senão os percalços da modernização da sociedade e do Estado brasileiros. Finda a Segunda Guerra Mundial e o Estado Novo, o Brasil não era mais o mesmo país da alvorada dos anos 1930. A sociedade se complexificara, as funções do Estado foram ampliadas, a economia se diversificou, muito embora o setor agrário ainda representasse uma fatia significativa do Produto Nacional, da mesma forma que os traços societários a ele associados permaneciam bastante vivos e ativos, sobremodo na arena política. Em suma, uma sociedade, a olhos vistos, em constante mudança na qual as diferentes faces do moderno combinam-se funcionalmente com o que há de mais arcaico e o regressivo nos diversos terrenos da vida social brasileira, conferindo forma e conteúdo ao que Francisco de Oliveira (2003), chamou de *ornitorrinco*.

Intelectualmente, a temática da mudança social vinha constituindo-se em tema privilegiado dos estudos de sociologia e demais humanidades chegados a público entre 1945 e 1966, conforme atesta rigoroso levantamento feito por Villas-Bôas (2007) no acervo da Biblioteca Nacional. Assim como várias outras publicações de caráter político, além do evidente interesse pela questão da mudança social, a produção bibliográfica das ciências sociais também encontrasse atravessada pela problemática da formação nacional. *Formação econômica do Brasil* (1959), de Celso Furtado; *Formação histórica do Brasil* (1962), de Nelson Werneck Sodré; *Ordem e Progresso* (1959), de Gilberto Freyre; *Os donos do poder* (1958), de Raimundo Faoro; *Visão do paraíso* (1959), de Sérgio Buarque de Holanda; *Mudanças sociais no Brasil* (1960), de Florestan Fernandes – apenas para citar as mais

[315] *Cf*. José Arthur Giannotti. "Recepções de Marx". In: *Novos Estudos* (CEBRAP), n. 50, 1998, pp. 115-124 e Fernando Henrique Cardoso. "Entrevista". In: Élide Rugai Bastos *et*. *al*. *Conversa com sociólogos brasileiros*, *cit*. pp. 67-94, especialmente 74 *et*. *seq*.

conhecidas – são obras que trazem no seu bojo reflexões bastante densas sobre o Brasil do passado e do presente e que, a despeito do posicionamento dos autores no espectro político, se mais à direita ou à esquerda, são movidas por um mesmo impulso inquiridor que visa compreender mais de perto as transformações pelas quais o país passava, seja para acelerá-las, seja para refreá-las.

Entre os sociólogos da USP, em particular, Florestan Fernandes e sua equipe, não cabe dúvida que esta preocupação permeava as vivências acadêmicas. Em face dos desdobramentos do antigo *Projeto UNESCO*, no início dos anos 1960 a agenda de pesquisa da cátedra regida por Florestan gravitava em torno da questão racial, que, de fato, também era permeada pela problemática da mudança, embora este não fosse o seu foco. O *Projeto*, que pretendia estudar a dinâmica das relações raciais no Brasil, atuou decisivamente no processo de institucionalização das ciências sociais no país, sobretudo em São Paulo, a partir de onde ele se ramificou, estendendo-se para a região sul, sob a coordenação Florestan e conduzido por três de seus mais diletos alunos, Renato Jardim Moreira, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni.[316]

Entre 1955 e 1960[317] os três assistentes de Florestan Fernandes empenharam-se no levantamento das *condições de convivência racial* e das *ideologias raciais* em cinco comunidades nos três estados da região (Florianópolis, Curitiba, Rio Grande/Pelotas e Porto Alegre)[318], no momento de realização das pesquisas (demandando, portanto, uma perspectiva de análise sincrônica), paralelamente à reconstrução histórica dos aspectos econômicos e demográficos de cada uma delas no período de vigência da escravidão (onde teria espaço a perspectiva de análise diacrônica). A resultante da pesquisa em Florianópolis foi o livro *Cor e mobilidade racial em Florianópolis* (1960), a primeira parte escrita por Cardoso, dedicada à reconstrução histórica da comunidade, "Desterro"[319], e dos padrões de contato inter-racial antes da abolição da escravatura; a segunda, redigida por Octavio Ianni, dedicada ao

[316] Sobre o projeto UNESCO, *cf*. Marcos Chor Maio. *A História do Projeto UNESCO: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Tese de Doutoramento. Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro (IUPERJ), 1997.

[317] Renato Jardim Moreira abandonou o projeto em 1957 por ocasião de seu casamento com Maria Sylvia de Carvalho Franco, que, ao contrario do esposo, deu continuidade à sua profícua carreira acadêmica.

[318] Ianni alude a quatro cidades onde o levantamento de dados se concentrou: Florianópolis, Curitiba, Porto Alegre e Rio Grande. Por outro lado, Cardoso menciona Florianópolis, Curitiba, Pelotas e Porto Alegre. *Cf*. Octavio Ianni. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difel, 1962, p. 5 e Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 25. Sabendo que o centro de Pelotas faz divisa com a zona rural de Rio Grande, separadas apenas pelo Canal de São Gonçalo, é provável que os autores tenham colhido dados em ambas as localidades.

[319] Nome original da cidade de Florianópolis até 1894.

conhecimento da situação em que se encontravam as relações raciais no presente. Os textos mantêm-se organizados segundo os critérios da análise funcionalista, procurando examinar o preconceito de cor e a discriminação racial como uma herança do passado escravista brasileiro que tenderia à desaparição conforme emergia a sociedade de classes. Nesse sentido, a persistência de desvantagens socioeconômicas dos negros em relação aos brancos era interpretada como um caso típico de resistência sistemática à mudança social.

No ano seguinte, 1961, ambos os autores defenderam suas teses de doutoramento em Sociologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, igualmente orientadas por Florestan Fernandes, publicadas posteriormente pela Difusão Europeia do Livro sob os títulos *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (1962), de Fernando Henrique Cardoso, e *As metamorfoses do escravo* (1962), de Octavio Ianni. Com efeito, aqui situa-se uma inflexão importante que convém reter atenção. Diferentemente do procedimento adotado em *Cor e mobilidade social em Florianópolis*, que tratava dos contatos inter-raciais em dois momentos distintos (período anterior à abolição e situação mais recente) ambos escolheram circunscrever as monografias aos momentos de *apogeu e crise* da escravatura nas comunidades selecionadas, concomitantemente reconstruindo e interpretando o processo conforme as exigências de um novo método de pesquisa e exposição adotado, com o qual vinham se socializando há pelo menos três anos. Tratava-se do método dialético, conforme empregado em *O Capital* por Marx.

Desde 1958 tanto Ianni quanto Cardoso frequentavam um seminário de leituras de *O Capital*. A ideia era muito simples: lerem em torno de 50 páginas do livro e discutirem forma e conteúdo do texto nas reuniões, que ocorriam com periodicidade quinzenal. Além dos dois sociólogos, outros membros assíduos eram os filósofos Bento Prado Jr. e José Arthur Giannotti, o historiador Fernando Novais, o economista Paul Singer, a antropóloga Ruth Cardoso e, em períodos intermitentes, o sociólogo Juarez Rubens Brandão Lopes e os estudantes de graduação Roberto Schwarz, Michael Löwy, Francisco Weffort e Leôncio Martins Rodrigues. Exceto os estudantes de graduação, Brandão Lopes e Paul Singer – assistentes nas cátedras de Economia e Saúde Pública – o restante dos membros do seminário eram professores assistentes nas cátedras de Filosofia, História e Sociologia da FFCL-USP,

não obstante todos estivessem imersos no ambiente cultural da Unidade Maria Antônia, onde funcionava a FFCL e efetivamente pulsava a vida intelectual e acadêmica da USP.[320]

Dentre os inumeráveis debates suscitados nos encontros, muito influenciados, diga-se de passagem, pelo estilo de leitura proposto pelo epistemólogo do grupo, Giannotti, (a saber, a leitura estrutural do texto, o veremos mais abaixo), figurava a possibilidade de aplicação do método dialético à análise científica, em particular na sociologia. Os três caminhos de indução propostos, não havia muito, por Florestan Fernandes na disciplina – como vimos, "o funcionalismo, adequado para as análises sincrônicas, a compreensão para apreender os sentidos das relações sociais e o método dialético, para apreender processos de mudança"[321] – pressupunham uma tripartição metodológica difícil de aceitar e estimulava os jovens professores assistentes a contrapô-la ao conceito de totalidade, inerente ao método dialético, o que o tornava superior, em termos explicativos, aos outros métodos "adversários".

Tanto é assim que, nas introduções das suas respectivas teses de doutoramento, Cardoso e Ianni procuram defender a aplicação deste método em detrimento dos outros, em clara contraposição à proposta de Fernandes. Cardoso algo mais incisivo que seu colega, chegou, inclusive a tecer severas críticas à análise funcionalista no referido texto, tendo sido confrontado por Florestan Fernandes, que censurou-o em suas críticas e o impediu de levar a Introdução à banca examinadora, tal como a escrevera, não sem atenuar os ataques à Parsons, Merton, Malinowski, Radcliffe-Brown e, em certa medida, ao próprio mestre, titulado livre-docente em 1953 com um ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na sociologia.[322]

Quando publicou a tese sob a forma de livro em 1962, entretanto, retomou a *Introdução* original suprimida, publicando-a integralmente, com as criticas que, segundo ele, seu mestre solicitou omitir. Octavio Ianni também mostrou na introdução de seu doutorado as razões pelas quais adotara o método dialético na exploração descritiva e interpretativa dos dados que obtivera no processo de investigação, em detrimento de outras leituras possíveis. Contudo, Ianni fora muito mais comedido nas críticas ao estrutural-funcionalismo que seu colega mais jovem e, talvez por isso, nos originais, não exista qualquer alteração do conteúdo, como, por

---

[320] *Cf*. Lidiane Rodrigues. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e "um seminário" (1958-1978)*. Tese de Doutoramento em História Social. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), especialmente caps. 1 e 2.
[321] José Arthur Giannotti. "Recepções de Marx". In: *Novos Estudos* (CEBRAP), n. 50, p. 116.
[322] Fernando Henrique Cardoso. "Entrevista". In: Élide Rugai Bastos et. al. *Conversa com sociólogos brasileiros*, *cit*., p. 77.

exemplo, acréscimos, supressões, etc., quando comparados com a publicação em livro, também em 1962.

Evidentemente, ambas as introduções têm significação metodológica impar, pois representam a ruptura com a tradição teórica associada ao projeto científico para a sociologia brasileira desenvolvido por Florestan Fernandes. Elas revelam a disposição daquela geração de professores-pesquisadores em criar uma linha alternativa de abordagem igualmente científica dos problemas sociológicos, apoiada na dialética de Marx. Somente por esta razão já deve-se reconhecer sua importância, pois constituem registros científicos importantes na história das ciências sociais brasileiras. Entretanto, para o que nos interessa, além disso, elas revelam o sentido da apropriação das ideias de Marx – isto é, não de qualquer Marx, pelo menos não o Marx reivindicado pelo PCB – no espaço acadêmico uspiano. Assim, vejamos a seguir como Cardoso e Ianni discutem a assimilação do método dialético à pesquisa científica.

4.1. Dialética: um cacoete incorporado ao léxico da Faculdade de Filosofia

Para Fernando Henrique Cardoso, tratava-se de provar que o método dialético era teoricamente superior às perspectivas funcionalistas de explicação sociológica devido à possibilidade dele permitir ao sujeito-investigador, melhor do que as outras modalidades de explicação, a apreensão das conexões de sentido articuladas ao nível do singular que não são acessíveis imediatamente ao dado empírico bruto, correspondendo, portanto, à oposição entre a *aparência* fenomênica das coisas, acessível ao conhecimento imediato e pueril, e a sua *essência*, cuja revelação depende de mediações específicas que se mostram no caminho de ida e volta do *concreto* ao *abstrato*: de um modo mais simplificado, por reconstruir interpretativamente uma *totalidade concreta*.

De acordo com Cardoso este conceito profundamente caro ao marxismo não-dogmático possui uma série de implicações metodológicas que, uma vez explicitadas, delimitam o alcance da interpretação dialética na sociologia.[323] Ele difere substancialmente da noção

[323] *Id., Capitalismo e escravidão no Brasil meridional, cit.*, p. 28.

análoga empregada por cientistas sociais, como Malinowski e Radcliffe-Brown, cujos nomes associam-se à tradição de análise funcionalista. Segundo argumenta, ao recorrer à noção de "todo" e de "totalidade", os funcionalistas entendem por isso, uma vez definido de forma precisa o universo empírico, a necessidade de reconstrução de todos os aspectos da vida social de uma comunidade, de uma tribo ou de um povo a fim de estabelecer entre as diversas "unidades funcionais" particulares que o compõe a "conexão funcional" que as põe em relação umas com as outras, conferindo-lhes unidade, estabilidade, equilíbrio e harmonia. Elimina-se magicamente, desta forma, o conflito da dinâmica social e, com ele, a possibilidade de lidar com a mudança e a história.

O método dialético aplicado à análise sociológica difere deste procedimento primeiro porque trabalha com uma noção de *totalidade* que não se reduz à soma de todas as partes desprovidas de história, como está pressuposto na análise funcionalista, tampouco concebe o universo empírico como instância capaz de expressar o real em suas *determinações essenciais*. No mesmo espírito, anotou Octavio Ianni:

> [...] não é possível distinguir a descrição da interpretação, pois há sempre uma explicação implícita na mais "empirista" das observações científicas. Haverá sempre categorias teóricas, veladas ou explícitas, no processo de observação, seja exprimindo abertamente uma orientação interpretativa, seja subentendendo-a. A simples enumeração de "fatos", o seu agrupamento totalmente isento de comentários é já uma classificação, porquanto eles são abstraídos do contexto em que se encontram e ordenados de maneira específica, segundo um certo modo de apreensão da realidade.[324]

Para ilustrar como *aparência* e *essência* não coincidem diretamente, Cardoso alude ao exemplo das diferenças entre mais-valor e lucro explicitadas por Marx nas primeiras seções de *O Capital*. Grosso modo, o mais-valor não pode ser apreendido na realidade empírica imediata como lucro o é capaz de sê-lo, muito embora este último apareça como forma transfigurada do primeiro. Não por acaso, e erroneamente, o lucro fora repetidamente equiparado ao mais-valor, embora um surja na esfera da circulação mediante a realização do outro que, por seu turno, origina-se única e exclusivamente na esfera da produção, espaço

[324] Octavio Ianni. *As metamorfoses do escravo, cit.*, p. 20, n. 8.

precípuo da exploração do trabalho.[325] "A análise dialética permite [portanto] explicar as múltiplas manifestações da consciência social das diversas camadas de um sistema estratificado, bem como as suas expressões grupais ou individuais, em termos do modo pelo qual as pessoas estão inseridas no sistema e conforme concebem-se a si mesmas e atuam socialmente."[326]

Em segundo lugar, mas não menos importante, na acepção de Cardoso o método dialético escapa ao dualismo inerente às concepções funcionalistas que apelam para a noção de *desequilíbrio funcional* ao pretender explicar processos de mudança social. Com efeito, por conta da concepção organicista, inerente à análise funcional, a variação é necessariamente encarada como elemento perturbador da harmonia sistêmica sobre a qual repousam as estruturas sociais. Em geral ela estava na base de oposições estruturais estanques como as verificadas entre "sociedade arcaica" e "sociedade moderna", "dois brasis", "sociedade aberta" e "sociedade fechada", etc. Para Cardoso e os demais marxistas acadêmicos tais oposições

> revelariam um entendimento a-histórico e mecanicista da realidade [...]. Esta visão dualista seria descritiva e abstrata, pois não se apoiava na análise da continuidade e articulação do sistema, mas apenas na afirmação das suas desigualdades. Desta maneira, apresentavam apenas uma face da realidade, mesmo assim, em sua superfície, apanhando a existência do problema, sem que o diagnóstico rearticulasse a teia de significações que reproduzem a realidade em toda a sua riqueza.[327]

A maioria das posições de Cardoso é ratificada por Octavio Ianni. Ele critica as concepções de *estrutura social* formuladas por autores como Radcliffe-Brown, Gurvich, Levy Jr. e Nicolai por suas redundâncias e, às vezes, insuficiências ao pretenderem um alto grau de generalização ou ainda por apreenderem o estado, mas não "o sentido das relações sociais

---

[325] Igualmente poderíamos recorrer à análise feita por Marx no Livro II de *O Capital* sobre as figuras do processo cíclico nas quais o capital repetidamente assume e abandona uma determinada forma aparente (capital-dinheiro, capital-produtivo, capital mercadoria), própria a cada ciclo específico, sem perder as suas determinações gerais de capital circulante, modo pelo qual se dá a observação. *Cf*. Karl Marx, *O Capital*, Tomo III (Livro II), *cit*., especialmente caps. 1 a 4.

[326] Octavio Ianni. *As metamorfoses do escravo*, *cit*., p. 21.

[327] Luiz Fernando Silva. *Pensamento social brasileiro. Marxismo acadêmico entre 1960 e 1980*. São Paulo: Corações e Mentes, 2003, p. 117.

fundadas num modo determinado de ordenação dos fatores da produção."[328] A concepção dialética de *estrutura econômico-social* impõe à análise tanto os fatores considerados estritamente sociais (personalidade, parentesco, crenças, organização política e sindical) quanto "os fundamentos materiais de organização da vida social." Eles oferecem as coordenadas básicas do comportamento humano assim como são produzidos por ele através da *práxis* social.

Em outras palavras, "a pauta de pesquisa que daí emergia privilegiava a descrição das estruturas sociais [...], com ênfase nas *resistências sociais à mudança*"[329], ideia que foi formulada por Florestan Fernandes no contexto das lutas em defesa da escola pública.[330]

4.2. Renovação e distinção

Todo este cuidado com o método está diretamente relacionado à dinâmica das leituras de Marx no seminário que frequentavam Cardoso, Ianni e outros colegas seus da FFCL-USP. Como assinalei acima, o grupo começou a reunir-se por volta de 1958, mantendo atividade até 1964, data na qual os "seminaristas" são obrigados a interromper os encontros do grupo em face do mandado de busca e apreensão emitido pela ditadura contra Fernando Henrique Cardoso, que teve seu apartamento invadido pela polícia. Na ocasião, Cardoso aceitou às pressas um convite para trabalhar no ILPES-CEPAL e na FLACSO, seguindo para Santiago do Chile.

De acordo com Roberto Schwarz (1998), que por algum tempo participou das reuniões do grupo e junto a outros colegas mais jovens formou um segundo após 1964, há mais de uma

---

[328] Octavio Ianni. *As metamorfoses do escravo*, *cit*., p. 23-4.

[329] Milton Lahuerta. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. São Paulo: Tese de doutoramento em ciência política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1999, p. 59, grifo do autor.

[330] Por ocasião de sua outorga a Constituição de 1946 previa a elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Nacional. Entre esta data e o final dos anos 1950 o debate não avançou muito, polarizando-se apenas no contexto sucessão do governo JK entre defensores da educação pública, gratuita e laica, congregando Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes e boa parte dos professores da FFCL, de um lado, e a "educação livre" (leia-se privada e/ou confessional), apoiada por empresários da educação, a igreja católica e pelo setor udenista aglutinado em torno de Carlos Lacerda. Para detalhes, *cf*. Maria Cristina Gomes Machado. "Contribuições para a história e historiografia da educação brasileira. Um estudo sobre o movimento em defesa do ensino público no Brasil (1959-1961)" In: *Anais do Seminário 30 anos do HISTEDBR*. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/eventos/ged/histedbr2016/xhistedbr/paper/view/1133/288

versão sobre as origens do seminário, entretanto, a mais aceita revela algumas das características do espaço simbólico no qual ele estava inserido:

> Giannotti conta que na França, quando bolsista [de pós-doutorado sob a supervisão de Guilles-Gaston Granger[331]], frequentou o grupo *Socialisme ou Barbárie*, onde ouviu as exposições de Claude Lefort sobre a burocratização da União Soviética. De volta ao Brasil, em 1958, propôs à roda de amigos, jovens [professores] assistentes de esquerda, que estudassem o assunto. Fernando Novais achou que era melhor dispensar os intermediários e ler *O capital* (sic) de uma vez. A anedota mostra a combinação heterodoxa e adiantada, em formação na época, de interesse universitário pelo marxismo e distância crítica em relação à União Soviética.[332]

Não há dúvida que aquela busca pelo Marx "autêntico", livre de deformações impostas por intérpretes, assim como na Europa, deve-se muito à revelação dos crimes de Stalin, em 1956. Apesar do discurso, o "socialismo realmente existente" pouco ou nada fazia lembrar a sociedade comunista idealizada por Marx e Engels "na qual o livre desenvolvimento de cada um [deveria ser] a condição para o livre desenvolvimento de todos"[333], uma vez banidos os antagonismos de classe da sociedade burguesa. Ao contrário da emancipação humana o stalinismo produziu a barbárie, dado que entre 1924 e 1953 milhões de camponeses foram exterminados, campos de trabalho forçado criados para aprisionar rebeldes (*gulags*) e institucionalizou-se a prática dos assassinatos políticos encomendados.

Outrossim, mesmo depois de passado a limpo este sombrio período da história do "socialismo real", as decisões da burocracia soviética pós-Stalin continuaram a ensejar repúdio. Em 1956, mesmo ano do relatório Kruschev, tropas soviéticas ocuparam a Hungria, abortando um promissor processo de renovação do socialismo naquele país. Some-se a isto, o crescente aumento dos gastos com despesas bélicas, o empenho na guerra da Coréia, o envolvimento na corrida armamentista nuclear e tantos outros elementos que davam sustentação à ideia de degeneração da Revolução Russa em capitalismo burocrático de Estado com um forte componente totalitário.

---

[331] Granger foi professor de Lógica e Epistemologia no departamento de filosofia da USP entre 1947 e 1953.
[332] Roberto Schwarz. "Um seminário de Marx". In: *Novos Estudos* (Cebrap). São Paulo, n. 50, 1998, p. 100, intercalar meu.
[333] Karl Marx & Friedrich Engels. *Manifesto Comunista*, cit., p. 59.

Com efeito, a recusa em pactuar com o socialismo soviético em nome de uma longínqua ligação meramente formal que ele mantinha com as lutas revolucionárias do início do século compeliram uma fração considerável da esquerda, notadamente aquela formada por professores universitários, intelectuais independentes, artistas, literatos, estudantes, à "reinvenção". Matar simbolicamente o *pai interno* implicava rever a relação com os movimentos sociais para além do movimento operário organizado, discutir alternativas de organização política que não a forma partido, incorporar à luta política as reivindicações por direitos civis, proteção às minorias, defesa dos direitos humanos, questionar o modelo de desenvolvimento predatório, conferir um novo patamar às discussões sobre proteção ambiental, dentre vários outros temas considerados irrelevantes pela esquerda tradicional.

No campo teórico – e quando falamos em teoria, falamos também em universidade, verificado o deslocamento do centro dinâmico da produção teórica dos movimentos e partidos para dentro das escolas superiores – o movimento de renovação não apenas sugeria, mas exigia a retomada do Marx "autêntico", acompanhada da incorporação da obra de vários outros intelectuais marxistas ao debate, desprezados pelo stalinismo. Como vimos em seção anterior, a segunda geração do chamado "marxismo ocidental" tomou parte nesta onda de renovação, produzindo resultados filosóficos específicos que atendiam ou não as expectativas dos debates nos quais os teóricos se envolveram – todos ou quase todos eles produzidos nas entranhas da universidade. Sartre tentou sistematizar uma teoria da história, Althusser, destruí-la. Adorno quis levar a crítica da racionalidade instrumental às últimas consequências, Lukács desvendar as condições básicas da reprodução social. Na América Latina, e no Brasil em particular, o debate que emerge na universidade também teve o seu momento puramente metodológico nas elucubrações de Cardoso e Ianni, como vimos, além de outros questionamentos colocados em pauta, não pelos sociólogos, mas pelos filósofos.

Lembremo-nos, por exemplo, dos esforços de José Arthur Giannotti, ao problematizar a viabilidade de se pensar o método dialético separando-o do sistema hegeliano; as investigações de Bento Prado Jr., que o levaram à busca do núcleo antropológico fundante por trás do marxismo, na esteira da *Crítica da razão dialética*; a leitura de Hegel feita por Ruy Fausto que desaguaria na livre-docência dedicada à reconstrução lógico-filosófica da dialética, publicada nos anos 1980; ou ainda o estudo de Emir Sader sobre a teoria do Estado e da política em Marx – apenas para citar os capítulos brasileiros mais conhecidos do

marxismo ocidental.[334] No campo das ciências sociais, contudo, ele (o momento metodológico) explicitou-se em mais uma ou outra querela[335], permanecendo implícito na maioria dos debates encampados pelos marxistas acadêmicos da USP organizados ao redor do *Seminário Marx*.

Aqui, o que estava em primeiro plano era desvendar a especificidade das estruturas do modo de produção capitalista, as relações entre as classes sociais e a natureza do Estado – questões colocadas por uma sociedade em processo de modernização –, mas desde sempre amparados por uma rigorosa leitura "estruturalista" do texto, o que implica em robusto conhecimento das "questões de método"[336] e não poderia ser de outra forma se é verdade que o "valor maior desse projeto intelectual é o de [...] realizar uma adesão a Marx principalmente de um ângulo que pretende atingir um nível superior de cientificidade"[337] para, através dele, interpelar a realidade social diretamente.

Nesta direção, explica Giannotti (1998), fundador do Seminário d'*O Capital*: "todos líamos Marx com o objetivo de entender o estágio em que se encontravam as relações sociais de produção capitalista para situar nelas as dificuldades do desenvolvimento econômico e

---

[334] *Cf*. Paulo Eduardo Arantes "Um capítulo brasileiro do marxismo ocidental". In: *Folha de São Paulo*, Folhetim, junho, 1983, pp. 2-5; Idem. "Falsa consciência como força produtiva". In: *Lua Nova*. São Paulo, vol. 19, 1989, pp. 37-46.

[335] Refiro-me à controvérsia ocorrida nas páginas da *Revista Brasileira de Estudos Políticos* da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1966, que opôs os acadêmicos mineiros ao marxismo acadêmico uspiano e outro debate, este acontecido na *Revista do CEBRAP*, na qual os já cassados marxistas acadêmicos uspianos teceram críticas ao paradigma althusseriano nas ciências sociais. *Cf*. Luiz Fernando Silva. *Pensamento social brasileiro*..., *cit*., pp. 122-132.

[336] Sobre este ponto, afirma Arantes (2007): "Até hoje, para muitos veteranos do Seminário Marx, filosofia é *explicação de texto* (filosófico, evidentemente) especializada *em questões de método*. Noutras palavras, os filósofos que conheceram atuando na leitura em conjunto de *O Capital* eram, antes de tudo, *profissionais que estudavam metodicamente filosofia*. Inútil lembrar que tudo era francês: métodos, técnicas e temas. Como também as duas disciplinas básicas: a História da Filosofia, professada segundo o velho princípio espiritualista da 'compreensão interna' porém na sua verdadeira versão, dita 'estruturalista', entre outras coisas, por neutralizar a questão da verdade material das doutrinas, em favor de sua significação arquitetônica-argumentativa; e a epistemologia dominada na época pelo magistério de Gilles-Gaston Granger, cuja filosofia do Conceito antecipava em mais de um ponto a nova filosofia francesa dos anos 1960. Ora, os filósofos presentes simplesmente cumpriam com a obrigação, a julgarmos pelo único protocolo do seminário, redigido e publicado por Giannotti. Isto é, começar a ler *O Capital* como Guéroult ou Goldschmidt explicavam Platão ou Descartes – neste desproposito consistiu justamente a revelação – um método trabalhado para o andamento linear da teoria tradicional mostrava-se capaz de fazer falar o seu contrário, uma técnica suspensiva a serviço de um pensamento que proíbe a separação de conhecimento e interesse, discurso e contexto prático [...] Imaginemos a reviravolta: observando em momento uma forma de raciocínio que na abordagem de uma obra fora de esquadro como *O Capital* recusava-se a distinguir as teses dos movimentos que a produziram [...] , os marxistas ali presentes eram praticamente convidados a admitir que de fato não fazia sentido a existência em separado nem de uma Doutrina Marxista ne de um Método Dialético. *Nessas condições a Dialética foi redescoberta: juntando o que fora concebido para juntar caminhos opostos*". *Cf*. Paulo Eduardo Arantes. "Origens do marxismo filosófico no Brasil. José Arthur Giannotti", *cit*. p. 131-2, grifos do autor.

[337] Milton Lahuerta. *Intelectuais e profissão: entre a política e a profissão*, *cit*., p. 60.

social brasileiro, com o intuito muito preciso de poder avaliar as políticas em curso."[338] Não obstante, diz Cardoso, ele também um veterano do seminário, "foi a partir de interpretações não baseadas na economia e na história, mas sim na filosofia, que fomos buscar elementos para uma análise dialética de processos sociais reais."[339]

Afirmações como esta visam reforçar a ruptura metodológica pretendida pelo grupo com os métodos da filosofia e das ciências sociais tradicionais, mas também aludem às representações que faziam de si próprios diante dos demais grupos, organizações, partidos e frações intelectuais localizados à esquerda no espectro político. "Críticos do nacional-desenvolvimentismo defendido pelos isebianos"[340], os marxistas acadêmicos da USP acentuarão suas preocupações metodológicas e o seu "treinamento intenso em técnicas de pesquisa"[341], pretendendo, com isso, "personificar um padrão de organização da cultura mais autônomo diante das injunções imediatamente políticas"[342], elementos que lhes permitia marcar distancias com a figura do intelectual engajado, de um lado, e com o PCB, de outro.

Eram apolíticos? Por certo que não. Alguns deles, como Cardoso, Ianni, Marialice Foracchi e Luiz Pereira (outros dois diletos assistentes de Florestan que não frequentaram o seminário) participaram ativamente ao lado do mestre na campanha em defesa da escola pública em 1960, intervinham na política universitária, frequentavam os círculos de alunos e professores filiados ao PCB ou à Organização Marxista Revolucionária Política Operária (ORM-POLOP) após 1961, mas faziam questão de marcar as diferenças entre o fazer científico e o engajamento político – distinção deveras estranha ao "marxismo militante".

Este aspecto foi suficientemente ressaltado em estudo bastante completo, informativo e densamente respaldado em fontes primárias realizado pela historiadora Lidiane Soares. Ela demonstrou com tenacidade que o marxismo universitário (ou acadêmico, como o estamos chamando) produziu-se, como era comum naquele momento, destacando suas diferenças de leitura e interpretação de Marx em relação ao PCB, a exemplo do que também fizeram diversos movimentos políticos, correntes de pensamento e tendências que nutriam alguma divergência com o partido.

---

[338] José Arthur Giannotti. "recepções de Marx", *cit*., p. 116.
[339] Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, *cit*., p. 17.
[340] Milton Lahuerta. *Intelectuais e profissão: entre a política e a profissão*, *cit*., pp. 69-70.
[341] *Ibid*., p. 70.
[342] *Ibid*., *loc*. *cit*.

Mas cabe frisar, o grupo uspiano não se colocava na esfera pública como um movimento político. Na sua acepção eram simplesmente acadêmicos que se reuniam para ler Marx e pensar o Brasil a partir de seus pressupostos, nada obstante uma determinada visão política do que deveria ser a modernidade capitalista no Brasil estivesse inevitavelmente embutida em suas avaliações. Ora, o fato de estarem pensando Marx dentro do espaço universitário, contudo, trazia para eles uma série de coações institucionais às quais se submetiam ao produzir ciência social e filosofia acadêmicas inspiradas no materialismo histórico. Coações estas que são próprias às regras que organizam o campo acadêmico, conferindo-lhe identidade e legitimidade perante os agentes sociais que nele atuam, sejam eles dominantes ou dominados.

Daí que assimilar Marx e o marxismo na universidade abria caminhos institucionais para que se criassem interlocuções e, talvez mais decisivo que isto, um espaço de disputa com agendas de pesquisa não-marxistas, mas academicamente legítimas, capaz de projetar os agentes caudatários desta assimilação a posições de poder no campo, vis-à-vis a maior ou menor incorporação das suas regras de funcionamento. Ao que a história indica, a operação foi muito bem sucedida, mas ao preço do esvaziamento da dimensão radical que caracteriza o pensamento de Marx e o marxismo – muito embora esta não seja uma preocupação da autora.[343]

Por sua tradição provinciana, as agendas de pesquisa dos cursos de humanidades da FFCL, com uma exceção ou outra, guardavam pouca sintonia com o que era moeda corrente no debate nacional. A força do concreto, porém, impor-se-ia logo mais. Já no início dos anos 1960 seria impossível não "defrontar-se com a ideia-força que organizava o debate intelectual" [344] brasileiro naquele momento, encampada igualmente pelo ISEB e pelo PCB, ou seja, a "de que o processo de industrialização brasileiro era subordinado e bloqueado pelos interesses dos países industrializados e que só seria possível através de uma aliança de classes, comandada pela burguesia e sob a égide do Estado, desenvolver um projeto nacional autônomo."[345] A partir de então o grupo adquiriria a ressonância externa que não tivera até aquela data. Porém, como veremos, o discurso político não se faria sem o amparo acadêmico.

---

[343] Lidiane Rodrigues. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e "um seminário" (1958-1978)*, *cit*.
[344] *Milton Lauerta*. *op*. *cit*, p. 72.
[345] *Ibid*., *loc*. *cit*.

4.3. Sociologia, sociedade, subdesenvolvimento: marxismo e ciências sociais

Como vimos, a cátedra regida por Florestan havia abraçado o Projeto UNESCO nos anos 1950, dedicando suas energias a expandi-lo para o sul do país. Deste esforço resultaram os doutorados de Cardoso e Ianni, a tese de concurso de cátedra de Florestan Fernandes sobre *A Integração do negro na sociedade de classes* (1964) e o estudo de Maria Sylvia de Carvalho Franco sobre a sociabilidade do homem livre na sociedade escravocrata paulista. Paralelamente, Marialice Foracchi e Luiz Pereira desenvolveram teses de sociologia na área da educação/mercado trabalho, a primeira sobre o movimento estudantil, o segundo, sobre o magistério primário, ambos sobremaneira impactados pelo envolvimento da cátedra na campanha de defesa da escola pública.

Antes da adesão à campanha, contundo, a agenda de pesquisa da cátedra era pouco diversificada, menos, inclusive do que a da cátedra de Sociologia II, até 1964 sob a condução de Fernando de Azevedo. Nesta última, pesquisadores como Ruy Coelho, Maria Isaura Pereira de Queiróz e Azis Simão trabalharam com um leque de temas bastante variegado, desde a teoria sociológica pura ao messianismo, passado por estudos sobre sindicalismo, comportamento operário e cultura. Depois da derrota fragorosa sofrida na campanha pela defesa da escola pública, Florestan reorganiza a agenda da Sociologia I, abrindo-a aos debates colocados pelo momento histórico e político no Brasil.

A Era JK, com seus cinquenta anos em cinco, a construção de Brasília, do sistema rodoviário e a internacionalização do mercado interno com o impulso dado às montadoras no país eram realidades importantes demais para serem escamoteadas. Mas a despeito da modernização, o subdesenvolvimento persistia, de tal modo que havia pelo menos três propostas no debate intelectual e político para o enfrentamento da questão:

1) incentivar o incremento do mercado interno por meio do investimento nas empresas nacionais públicas e privadas com o Estado assumindo um papel preponderante sobre a economia e a "burguesia nacional" no campo político – tese defendida por intelectuais nacionalistas e pelo Comitê Central do PCB desde a declaração de 1958; 2) romper com a dominação externa (imperialismo) e interna (burguesia agrária e industrial) pela via socialista. Inverter recursos públicos nas empresas públicas e reorganizar o sistema produtivo interno por meio da planificação econômica – proposta de grupos à esquerda do PCB e do ISEB, como a ORM-POLOP; 3) aprofundar a internacionalização da economia brasileira atraindo

mais investimentos externos diretos e indiretos para o país – proposta de grupos liberais politicamente pouco expressivos.

Dentre as três posições é difícil dizer de qual delas os marxistas acadêmicos da USP estavam ideologicamente mais próximos. Afinal não lhes apetecia a ideia de "burguesia nacional"; concebiam o nacionalismo uma "ideologia burguesa"; a revolução socialista uma utopia, nos termos em que era colocada pela "esquerda radical"; e o liberalismo incongruente (ou fora de lugar, na expressão tardia de Roberto Schwarz) com os problemas brasileiros. Conhecendo, porém, as suas continuadas afirmações de que o projeto intelectual, tanto do grupo que se ligava-se à cadeira de Sociologia I quanto o do que se organizava ao redor da leitura de *O Capital* não era político, mas científico, não é exagerado afirmar que, cientificamente, nenhuma das três proposituras para o dilema nacional brasileiro era satisfatória.

Isso porque ao invés de fundamentarem-se em investigações sóbrias, pautavam-se pelo debate ideológico e, consequentemente, mistificador, independente do grau de refinamento que pudessem alcançar. Assim, constatada a ausência de estudos aprofundados sobre a natureza do capitalismo brasileiro no mercado intelectual – ao menos esta era a avaliação difusa, retomada por muitos deles em entrevistas e depoimentos tardios[346] – os marxistas uspianos passariam a dar atenção ao problema e a nova temática privilegiada seria o estudo sociológico do subdesenvolvimento.

Mas para que se chegasse a um consenso sobre a nova agenda de pesquisa antes era necessário que houvesse convergência de projetos intelectuais entre Florestan Fernandes e seus assistentes. Se o catedrático não aprovava o padrão de trabalho de seus colegas do ISEB como fica claro nos debates velados e diretos que teve com Guerreiro Ramos[347] nos anos 1950, sua perspectiva de análise sobre os problemas sociais brasileiros antes de 1960 não era tão mais lúcida, pois alicerçava-se na dicotomia estrutural entre *atraso* e *modernidade*[348], compartilhada por amplos setores da *intelligentsia* brasileira.

Para exemplificar, uma de suas formulações desta época indicava haver um descompasso elementar na sociedade brasileira que opunha alguns poucos focos de progresso

[346] Esta avaliação estrutura todo o argumento de Navarro (1997). *Cf*. Caio Navarro de Toledo. *ISEB: fábrica de ideologias*. Campinas: Unicamp, 1997.
[347] Para uma boa síntese do debate, *cf*. Edison Bariani. "Padrão e Salvação: o debate Florestan Fernandes x Guerreiro Ramos". In: Cronos, Nanal, v. 7, n. 1, pp. 151-160, 2006.
[348] *Cf*. Florestan Fernandes. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Global, 2008, pp. 288-324.

econômico, social e cultural (as metrópoles brasileiras, como São Paulo) ao restante do país, que não havia passado pelas mesmas transformações materiais e cultuais, pelo menos não no mesmo ritmo. Esta dualidade dificultava o desenvolvimento da sociedade brasileira em seu conjunto, pois as partes que se desenvolviam e avançavam mais rapidamente não conseguiam impor o seu próprio ritmo às demais. Era a versão brasileira da "demora cultural" (*cultual lag*).[349]

Porém depois do engajamento frustrado na campanha em defesa da escola pública, a percepção do sociólogo atinaria para questões mais delicadas. Enquanto participava dos debates em diferentes instâncias teria presenciado a atuação de grupos de pressão conservadores – muitos deles ligados à direita católica – sobre parlamentares, no contexto das votações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Estes grupos deliberadamente mobilizavam-se (e eram mobilizados) para impedir alterações progressistas no texto da lei, induzidas pela campanha. Sem abandonar as teses dualistas, este tipo de atitude teria levado Florestan a deslocar a ênfase do descompasso entre atraso e modernidade, que, segundo seu entendimento, é estrutural, para as forças sociais do atraso, unicamente interessadas na manutenção do *status quo*. Elas é que constituíam o problema mais relevante, pois opunham uma "resistência residual ultra-intensiva à mudança social, [de] proporções e consequências sociopáticas."[350]

O sociólogo ainda alertava para a possibilidade de conflito aberto entre as forças "conservantistas", de resistência, e as que representavam o progresso social, então confinado a pequenos espaços urbanos que, com o tempo, se tornariam pequenos para contê-lo, cedo ou tarde explodindo em um clima de violência, destruição e desagregação social. Daí a urgência de se conhecer os fatores que impõe travas à modernização econômica, política e social do país e a relevância do enfoque sobre o comportamento, as atitudes e a mentalidade de empresários, operários sindicalizados, burocratas, etc. que potencialmente seriam os agentes desta mudança, mas por alguma razão não o faziam.

---

[349] Em uma formulação de Cardoso e Ianni, datada originalmente de 1959, "[...] nosso país é formado por arquipélago sócio-cultural composto de ilhas cuja base econômica encontra-se em estágios diversos de desenvolvimento, desde o capitalismo industrial e financeiro moderno até a economia de subsistência [...]". *Cf*. Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. "Exigências educacionais do processo de industrialização". In: Octavio Ianni. *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p. 207.

[350] *Cf*. Florestan Fernandes apud Wagner Romão. *Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do CESIT*. São Paulo: Humanitas / FAPESP, 2006, p. 79.

Quanto a este último ponto, e paralelamente a ele, entre os assistentes de Florestan frequentadores do *Seminário Marx*, problema semelhante se apresentava, mas colocado em outros termos. Estavam eles sob o impacto das discussões ensejadas pela leitura do livro de Georg Lukács, *História e consciência de classe*, lido em edição francesa (preparada em 1960 sem a autorização do autor) como suporte a *O Capital*. Em um dos ensaios dedicado justamente ao debate leninista sobre a consciência de classe, o filósofo húngaro mobiliza importantes categorias, como *falsa consciência*, *consciência atribuída*, *consciência possível*, cuja utilidade era oferecer um caminho alternativo de acesso ao universo cotidiano e sociocultural das classes sociais. Elas tornavam possível ultrapassar a exterioridade da sua dimensão meramente econômica, por meio de uma série de "mediações entre estrutura e sujeito"[351], conferindo à análise capacidade simultânea de abranger as dimensões objetivas e subjetivas da consciência de classe.

Mutatis mutandis, o "comportamento", as "atitudes", as "mentalidades" dos agentes da mudança / classes sociais. Ademais, desde 1957 lhes interessava submeter à análise sociológica os problemas derivados da industrialização brasileira, projeto que viu-se adiado mediante as ocupações de ambos com suas respectivas titulações acadêmicas, mas não sem a publicação de artigo ou outro.[352] A nova conjuntura e a disposição de inquiri-las demonstrada pelo regente da cátedra aproximava projetos intelectuais que se não eram divergentes, também não eram convergentes antes de 1961.

Assim, reunidas condições intelectuais, institucionais e financeiras (um montante de recursos doados pela Confederação Nacional da Indústria, então dirigida por um amigo de infância de Cardoso, Fernando Gasparian, e verbas provenientes da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), entre novembro de 1961 e fevereiro de 1962 nascia o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), criado anexo à Cátedra de Sociologia I com a finalidade produzir pesquisas que problematizassem cientificamente o desenvolvimento brasileiro. Enquanto existiu (1961-1969), o centro deu andamento a dois projetos de pesquisa que mobilizaram quase tosos os assistentes da cátedra. Foram eles o

---

[351] Luiz Fernado Silva. *Pensamento social brasileiro*, *cit*., p. 110.

[352] *Cf*. Fernando Henrique Cardoso. "Estabilidade no emprego". In: *Revista Brasiliense*. São Paulo, 1959, n. 29, pp. 162-9; Id., "Condições sociais da industrialização de São Paulo". In: *Revista Brasiliense*. São Paulo, 1960, n. 28, p. 31-46; Octavio Ianni "Aspectos do nacionalismo brasileiro". In: *Revista Brasiliens*e. São Paulo, 1957, n. 14, p. 121-133; id., "Fatores humanos da industrialização". In: *Revista Brasiliense*. São Paulo, 1960, n. 30, pp. 50-66; Id., "Condições institucionais do comportamento político operário". In: *Revista Brasiliense*. São Paulo, 1961, n. 36, pp. 17-39.

survey sobre a estrutura da empresa industrial em São Paulo e o ambicioso *Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento*.

Quanto ao *survey*, Fernando Henrique Cardoso, primeiro diretor do CESIT, foi o seu coordenador. Em 1954 havia passado por São Paulo o sociólogo francês do trabalho, Georges Friedmann, que era próximo de Fernando de Azevedo. Cardoso aproximou-se do francês e construiu uma boa relação com ele e não tardou para que alguns artigos de Ianni, Brandão Lopes e Cardoso sobre a industrialização e o comportamento operário fossem publicados em 1961 na revista *Sociologie du Travail*, editada em Paris por Friedmann e Pierre Naville. Ambos são considerados pais da sociologia do trabalho que, nos anos 1960, emergia na academia francesa como subcampo de estudos na área de sociologia econômica.

De acordo com depoimento de Cardoso (2006), Friedmann recomendou ao grupo da USP criar um centro de estudos de sociologia industrial e do trabalho a fim de se conhecer melhor a experiência de industrialização paulista. A ideia foi amadurecendo e entre 1959 e 1960, época em que o orientando de Friendmann, Alain Touraine, de volta de um estágio em Santiago do Chile, passa por São Paulo e colabora com Cardoso na proposta de criação do centro. Em face da importância de se conhecer cientificamente as determinantes do processo de modernização capitalista no Brasil, Touraine insistentemente alertava os colegas brasileiros sobre a necessidade de terem-se suficientemente claras as diferenças entre a industrialização e a proletarização na Europa e no Brasil – fator extremamente relevante, pois precavia os pesquisadores brasileiros de incorrerem nos mesmos erros que a esquerda ortodoxa cometia ao auferir conclusões sobre o processo brasileiro que, na verdade, na tinham a ver com ele.

Desta forma, depois de aprovado e formalmente criado, o centro organizou o primeiro projeto de pesquisa, sobre a estrutura da empresa industrial na grande São Paulo (capital, Santo André, São Bernardo e São Caetano). A pesquisa consistiu em um amplo levantamento sobre as empresas industriais de pequeno, médio e grande porte, num total de 288 plantas. Com a base de dados obtida, todos os assistentes de pesquisa contratados para trabalhar no projeto desenvolveram estudos de especialização (um equivalente acadêmico do mestrado de hoje), resultando anos mais tarde em trabalhos como *Estrutura e expansão da Industria em São Paulo* (1964), de José Carlos Pereira; *Racionalização na indústria paulista* (1964), de Lourdes Sola; *Direção das empresas industriais em São Paulo* (1964), de Cláudio Vouga;

Conflito industrial e sindicalismo no Brasil (1966), de Leôncio Martins Rodrigues.[353] Cardoso também fez uso dos dados disponíveis, compulsando-os em sua tese de livre-docência, que faz parte do outro projeto, como veremos mais abaixo.

Outro destacado estudante de ciências sociais que participou da coleta de dados foi Michael Löwy, afastando-se do projeto não muito depois. Neste caso, sua ligação não era com o CESIT, mas sim com o seminário de *O Capital*. Na mesma época (1962), ele e Sarah Chucid desenvolveram um estudo empírico sobre a consciência política dos operários metalúrgicos, inspirado nas hipóteses de *História e consciência de classe*. Não obstante a pesquisa não tenha nenhum vínculo com o CESIT ela é ilustrativa do interesse pelo assunto no interior do grupo de *O Capital*.

Todos os estudos resultantes eram de caráter empírico, descritivo com orientação teórica plural e eclética. Ao mesmo tempo que encontramos citações de Marx, Maurice Dobb e Ignacio Rangel, em geral utilizadas para reforçar um argumento, recusar ou rejeitar uma tese, quase na sequência é possível encontrar citações de Talcott Parsons, Galbraith e Octavio Gouveia de Bulhões com a mesma funcionalidade. Apenas no trabalho de Löwy e Chucid que, repita-se, não eram pesquisadores do CESIT, sugeria orientação distinta, pois interessada em averiguar o "nível" de consciência de classe entre dirigentes sindicais metalúrgicos.

Economia e Sociedade no Brasil, por outro lado, foi o principal projeto levado à cabo pelo CESIT. Redigido por Florestan Fernandes com a colaboração de Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, em 1961, uma primeira versão do curto documento é publicado pela gráfica da FFCL-USP e, em 1963, seria transformado por Florestan em capítulo do livro *A Sociologia numa era de Revolução Social*. Vale notar, o título do livro ilustra bem o novo momento teórico vivido pelo sociólogo paulista, avaliado nos termos de uma radicalização intelectual que vinha ocorrendo desde fins dos anos 50, cujo o envolvimento nas questões candentes de sua época refletem-se na problematização sobre as contribuições que a sociologia poderia oferecer à solução dos dilemas históricos do país.[354]

---

[353] Em entrevista concedida ao autor Leôncio Martins Rodrigues (13/08/2014) afirmou que além dele, apenas José Carlos [Pereira] e Cláudio Vouga entregaram os textos solicitados. O autor buscou nos arquivos da Biblioteca da atual Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Florestan Fernandes o exemplar resultante das pesquisas, encontrando apenas de José Carlos Pereira, embora haja registro dos tomos de Lourdes Sola e Cláudio Vouga no sitio eletrônico da biblioteca. Procurada para ser entrevistada a profa. Sola não quis dar o seu depoimento. Claudio Vouga não foi procurado.

[354] Milton Laherta. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*, cit., p. 50-1.

O referido projeto fora inteiramente concebido neste espírito, tendo sido coordenado diretamente pelo catedrático. Ele era muito mais complexo que o survey sobre a empresa industrial paulista, pois diferente daquele último, que resumiu-se à coleta de dados, entrevistas e posterior operacionalização, *Economia e sociedade no Brasil* estabelecia quatro linhas de pesquisa diferentes e independentes umas das outras, eleitas por

> serem relevantes do ponto de vista da *estratégia* do próprio desenvolvimento econômico […] Esse temas são: a mentalidade do empresário industrial, elemento decisivo para a compreensão do crescimento econômico e das tendências de consolidação da ordem social competitiva na sociedade brasileira; intervenção construtiva do Estado na criação ou fomento de condições para provocar ou acelerar o desenvolvimento econômico em geral; a mobilização da força de trabalho sob as condições de transição da economia tradicional para a era tecnológica, com vistas para os desequilíbrios econômicos, demográficos e sociais resultantes, bem como para os influxos positivos da racionalização do aproveitamento do fator humano na reintegração da ordem econômica, social e política; os fatores societários residuais do crescimento econômico no Brasil, na forma em que eles se revelam à análise sociológica comparada de comunidades bem sucedidas na instauração da ordem social competitiva.[355]

Cada um dos seus assistentes ficaria responsável por uma frente de investigação e ele, próprio, Florestan, com uma delas. Assim, Fernando Henrique Cardoso se ocuparia da primeira, ou seja, da mentalidade do empresário industrial; Octavio Ianni, da segunda, sobre o papel do Estado no desenvolvimento econômico; caberia a Marialice Foracchi e Maria Sylvia de Carvalho Franco estudarem a mobilização e especialização da força de trabalho e, por fim, Florestan se ocuparia do estudo comparado do crescimento industrial em algumas capitais brasileiras.

Ocorre que por ocasião da abertura do concurso para a cadeira de Sociologia I, oportunidade ímpar de se efetivar no cargo – desde 1955 era regente da cadeira, mas não o seu titular – Florestan foi forçado a abandonar a última linha de pesquisa transferindo-a para Paul Singer, pois começaria a preparar sua tese de cátedra sobre *A integração do negro na*

[355] Florestan Fernandes. "Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento". In: Idem, *A Sociologia numa era de revolução social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963, p. 305, grifo meu.

sociedade de classes, defendida em 1964. Além de Florestan, por razões não explicitadas, em 1962 Marialice Foracchi e Maria Sylvia de Carvalho Franco foram substituídas por Luiz Pereira. Originalmente ele era formado em Pedagogia, mas acabara de defender um doutorado em sociologia, sob a orientação de Fernandes, na temática educacional (investigou o magistério primário em São Paulo) e sua colaboração acabaria levando a perspectiva pedagógica para o projeto, que precisou ser reformulado no quesito mobilização da força de trabalho, passando também a abordar a qualificação da mesma.

Nos objetivos delineados por Florestan, dentro do universo analítico da ideia de *resistência sociopática à mudança*, as pesquisas resultantes do projeto deveriam explicar por quais motivos 1) a mentalidade do empresário industrial era permeada por "uma compreensão egoísta, irracional e imediatista dos interesses envolvidos nas transações econômicas"[356], em flagrante contraste com o grau de racionalização burocrático necessário ao funcionamento lucrativo da empresa capitalista; 2) o planejamento e a intervenção estatal no desenvolvimento econômico geravam efeitos construtivos a curto e longo prazos, ainda que as medidas tomadas adquirissem o caráter de mero expediente para enfrentar emergências e os negócios públicos fossem tomados de assalto por grupos patrimonialistas; 3) o baixo aproveitamento do fator humano na indústria; 4) o desenvolvimento de algumas comunidades urbanas contrastava com o atraso do resto do país.

Sucede que, para usar uma expressão do vocabulário popular, o catedrático precisava, antes ter combinado com os assistentes. Cardoso, Ianni, Singer, tampouco Luiz Pereira, já bastante experimentados nas leituras de Marx, Lukács e Sartre não assimilariam às suas interpretações dos dados a ideia do *descompasso elementar* na sociedade brasileira nem a de *resistência sociopática à mudança*. Conforme mostrou Romão (2006) Os trabalhos elaborados por cada um dos assistentes na verdade contradiziam justamente o que Florestan esperava que dissessem.

As investigações foram encaminhadas entre 1962, data na qual o CESIT começa a funcionar definitivamente, e 1965, aproximadamente – isto é, um ano após o golpe civil-militar –, momento dificultoso para alguns membros do Seminário-Cátedra-CESIT. Para cada linha de pesquisa, uma monografia deveria ser elaborada, pois assim, além dos resultados da investigação alcançarem um publico mais amplo, os pesquisadores

[356] Florestan Fernandes. "Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento", *cit*., p. 324.

responsáveis poderiam apresenta-las em concursos de titulação acadêmica. Deste modo, Fernando Henrique, que concluiu o trabalho 1963, apresentou como tese de livre-docência o volume intitulado *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* (1963), publicado pela Difel ainda em 1963. No ano seguinte, marcado pelo golpe e pelo exílio de Cardoso, Octavio Ianni conclui o que apresentara como tese de cátedra para a Sociologia II, por ocasião da aposentadoria de Fernando de Azevedo.

O texto intitulado *Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização do Brasil* foi submetido ao concurso e seu autor disputaria a cadeira com o primeiro assistente do prof. Fernando de Azevedo, Ruy Galvão de Andrada Coelho, que apresentara como tese um estudo teórico intitulado *Estrutura social e personalidade* (1964), isto é, um tema e uma problemática completamente estranhos à agenda de pesquisa da Sociologia I. Mas Ruy Coelho estava no seu próprio terreno, tendo vencido Ianni no concurso não por uma diferença de nota, mas por ser titulado livre-docente, enquanto o assiste de Florestan era "apenas", doutor. Mas, em troca, a banca titulou Ianni livre-docente. Uma solução fácil, para não gerar indisposições.[357]

Na verdade, era interesse de Florestan que seus alunos disputassem concursos de cátedra na FFCL, pois assim, além de da possibilidade de estender suas referências intelectuais para além de sua própria cadeira, poderia contribuir de modo mais efetivo com o processo de afirmação e consolidação da sociologia científica no país – projeto que a ditadura colocava em risco com as perseguições políticas e prisões arbitrárias movidas contra intelectuais críticos ao regime exceção, conforme o eram vários professores da FFCL, dentre eles, os ligados à Cátedra de Sociologia I. Era uma questão de tempo até os expurgos começassem e tal percepção do momento político foi suficiente para convencer o catedrático a estimular seus pupilos a garantir um espaço seguro – como provou não ser – na estrutura burocrática da universidade.

Não obstante, e isto é bastante indicativo das hierarquias veladas estabelecidas no interior da Cátedra de Florestan, não fosse a fuga para o Chile, o escolhido para disputar o concurso seria Cardoso e não Ianni. Tanto que, em 1968, quando ficara vaga da cátedra de Política, o indicado de Florestan para concorrê-la não foi Ianni, mas Cardoso, que acabara de voltar de Santiago. Na ocasião, Cardoso venceu Paula Biegelman com um estudo intitulado *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes*, que incorporava os

[357] Depoimento de Leôncio Martins Rodrigues, *cit*.

pressupostos analíticos das teses desenvolvidas no afamado no relatório do ILPES que escrevera junto com Enzo Faletto, publicado em 1969 como *Dependência e desenvolvimento na América Latina*.

De volta aos trabalhos originados no bojo de *Economia e sociedade no Brasil*, em 1965 Luiz Pereira conclui a sua monografia afastando-se demasiadamente dos propósitos colocados pelo projeto, mas ainda assim a apresentara em concurso de livre-docência. Intitulado *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*, na verdade, apenas um dos capítulos dos cinco que compõe o livro trabalha a problemática da qualificação profissional.[358] Finalmente, Paul Singer conclui, em 1966, *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*, apresentando-o à Cátedra de Sociologia I como tese de doutorado.

Com efeito, a tendência política reformista esboçada no projeto fora derrotada pela ditadura. O vultuoso desenvolvimento econômico dos anos JK havia esbarrado em sérias dificuldades, dadas principalmente pelo esgotamento do processo de substituição de importações. A chamada crise de estagnação do inicio dos anos 1960 selava o ciclo nacional-desenvolvimentista semi-democrático, no âmbito econômico, e o golpe de 1964 o encerrava em sua dimensão política. No entanto, as interpretações destoantes derivadas de *Economia e sociedade no Brasil* conseguiam, e com límpida nitidez, explicar os impasses da sociedade brasileira no pré-1964. Com elas cairão por terra as fantasiosas ideias que povoavam o imaginário da esquerda, em particular a da "burguesia nacional progressista", pronta para assumir o seu papel de classe e liderar o revolucionamento do sistema produtivo nacional, e do "desenvolvimento capitalista nacional autônomo", de caráter progressista e induzido pelo Estado.

A seguir, vejamos por que estes estudos adentram pela contramão da perspectiva adotada por Fernandes e como elas se articulam com a interpretação marxista dos processos sociais.

[358] "Se você ler atentamente [...] Trabalho e desenvolvimento no Brasil, verá que a pesquisa sobre a qualificação da mão de obra na indústria ficou reduzida a um capítulo. No meio da pesquisa, ele [Luiz Pereira] literalmente perdeu o interesse pelo tema e ficou muito motivado pela Sociologia do desenvolvimento, um tema que era marca de Octavio Ianni, que dava cursos sobre o assunto". *Cf*. José de Souza Martins. *A sociologia como aventura*, *cit*., pp. 144-5.

5. O ponto alto do marxismo sociológico uspiano[359]

Aqui trataremos especificamente das divergências entre o projeto *Economia e sociedade no Brasil* e os resultados auferidos dos trabalhos elaborados por Cardoso, Ianni, Pereira e Singer. Escolhemos destacar apenas as teses mais importantes apenas para ilustrar o conteúdo crítico que as reveste em face das teorias da modernização e do reformismo. Existem várias outras que as seguem de muito perto, a exemplo dos trabalhos de Leôncio Martins Rodrigues, que estudou as formas de organização sindical no Brasil em *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil* (1966), e Francisco Weffort, autor de *Classes populares e política – contribuição ao estudo do "populismo"* (1968), onde desenvolveu a famosa tese *do Estado de compromisso*, baseada na "manipulação" da massa trabalhadora por parte do Estado através do artifício sindical. Mas antes convém explicar rapidamente por qual razão consideramos que eles constituem o "ponto alto" do marxismo uspiano.

Desde *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (1961) e *As metamorfoses do escravo* (1961) não se produzira mais nada em diálogo com o marxismo na FFCL, com exceção de alguns artigos publicados em revistas acadêmicas e não acadêmicas, como a *Revista Brasiliense*, a *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, a *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, etc. Exceto Ianni e Cardoso, os outros integrantes do Seminário Marx produziriam seus trabalhos acadêmicos sistemáticos em perspectiva dialética somente depois do golpe de 1964. Giannotti defendeu sua livre-docência em 1965, Paul Singer, como vimos, em 1966, Fernando Novais em 1972.

Assim, as teses de Cardoso, Ianni e Pereira, às quais posteriormente viria se juntar a de Singer, fazem parte (e constituem) da segunda onda de teses na área de sociologia que reivindicavam a perspectiva dialética marxiana na análise científica. Desta vez, contudo, os autores não escreverão prefácios demonstrando a superioridade metodológica da categoria explicativa da totalidade no processo de conhecimento. Ela já está dada. Apenas Octavio Ianni, no posfácio de *Estado e capitalismo* (1965) dedicará menos de duas páginas e meia a uma "Nota sobre a intepretação".[360] Elas evidenciam que o marxismo acadêmico atingira um avançado nível de rotinização em virtude do reconhecimento científico e da organização

[359] Os subitens desta seção seguem de perto a caracterização das discussões realizadas no âmbito do projeto Economia e Sociedade no Brasil feitas por Romão. *Cf.* Wagner de Melo Romão. *Sociologia e política acadêmica nos anos 1960. A experiência do CESIT*. São Paulo: Humanitas, 2006, em especial o penúltimo capítulo.
[360] Octavio Ianni. *Estado e capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, pp. 259-261.

intelectual e cultural que promovem no interior da instituição universitária e até mesmo fora deste espaço. Depois de suas publicações, o debate intelectual e político incontornavelmente deveria passar por elas, seja ratificando-as, seja dirigindo-lhes crítica.

Outrossim, os primeiros expurgos da ditadura militar de certa forma favoreceram as carreiras de Ianni e Cardoso, cujos textos começaram a circular internacionalmente. O fato de ter-se exilado no Chile a partir de 1964, assumido um cargo docente na Facultad Latinoaericana de Ciencias Sociales (FLACSO), tornar-se pesquisador no Instituto Latinoamericano de Planificación Economica y Social (ILPES) e travar contatos constantes com a intelectualidade na cosmopolita capital chilena contribuiu para que seu estudo sobre o empresariado ficasse conhecido na região, principalmente através de comentários em revistas estrangeiras.

Ianni, por sua vez, teve o seu trabalho divulgado no México por Ruy Mauro Marini em resenha de 1966 ao livro *Estado e capitalismo* na revista Foro Internacional, do *Colegio de Mexico* (Colmex). Expulso do Brasil pela ditadura, Marini encontrou acolhida no México por intervenção de intelectuais mexicanos que conhecera no Rio de Janeiro antes de 1964. Influente e protegido por figuras como Pablo González Casanova, que lhe conseguira emprego no Colmex, Marini interveio para que Ianni oferecesse um curso de pós-graduação na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), que concretizou-se em 1968, sob o título "Política de massas e desenvolvimento econômico na América Latina".

Outro intelectual brasileiro, vítima dos primeiros expurgos da ditadura, Theotônio dos Santos, publica livro no exílio chileno intitulado *El nuevo carácter de la dependencia* (1968), no qual cita textualmente Luiz Pereira, Octavio Ianni e Cardoso. O livro alcançou várias edições no Chile e no México, também colaborando para a circulação internacional dos sociólogos uspianos, ao menos no espaço latino-americano. Na época Theotônio era diretor do *Centro de Estudios Socioeconomicos da Universidad de Chile* (CESO-UCh), ele também muito traquejado nos meios intelectuais chilenos, sobretudo em vista do prestigiado cargo que ocupava.

***

5.1. A burguesia sem consciência de classe

A preocupação colocada pelos marxistas acadêmicos uspianos era de estabelecer uma interpretação sobre o desenvolvimento econômico brasileiro que escapasse assumir juízos de valor *a priori*. Assim, o sentido das investigações tendeu deslocar o eixo analítico do nacional-desenvolvimentismo (e dos juízos de valor implicados nos conceitos de nação, projeto nacional e aliança de classe, então em voga) para os processos de industrialização e de constituição das classe sociais no Brasil. O enfoque lhes permitiria investigar a natureza da consciência de classe da burguesia e do proletariado brasileiro. Assim, a referência lukácsiana, aparece de forma bastante pronunciada, nomeadamente no estudo de Cardoso. Porém o mais importante é que os estudos tinham um caráter complementar, às vezes sendo repetitivos nos argumentos levantados na interpretação dos problemas examinados e era "natural" que assim sucedesse em vista da interpenetração dos temas trabalhados.

Começando por *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* (1963), Cardoso se questionará sobre o papel dos "empreendedores" no desenvolvimento econômico brasileiro. Como vimos, as teses em alta no momento, advogadas pelas teorias da modernização e capitaneadas pelo nacional-desenvolvimentismo, identificavam na burguesia autóctone o agente histórico que assumiria o papel impulsionador (*take off*) do desenvolvimento nacional em aliança com o proletariado:

> Assim, nas análises da maioria dos autores ligados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (I. S. E. B.) – aos quais se deve a maior parte dos trabalhos sobre o desenvolvimento – a aliança entre estas duas classes parece ter possibilitado o impulso desenvolvimentista. Como o proletariado é, na etapa de formação do capitalismo, muito mais o objeto da ação empresarial burguesa que o agente do processo de dinamização econômico-social, as consequências políticas dessa análise são grandes, pois a "burguesia nacional" surge como a esperança e a razão de ser do desenvolvimento econômico e da modernização do país.[361]

Mas ao contrário do que se pensava, entretanto, jamais interessou à burguesia local romper politicamente com as oligarquias rurais, dada a estreita dependência que o setor

[361] Fernando Henrique Cardoso. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no* Brasil. São Paulo: Tese de Livre-docência. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1963, p. 92-3.

industrial manifestava em face das divisas externas acumuladas pela produção e exportação de produtos primários no mercado internacional. Sem elas a importação de máquinas e equipamentos, por exemplo, seria inviável e, portanto, o próprio processo industrial.

Igualmente, não era interessante romper com o capital estrangeiro (imperialismo), pois além do baixo índice de poupança interna constituir um problema para que se pudesse alcançar índices de investimento satisfatórios à acumulação, a concorrência imposta pelos mercados internacionais não tornava atrativos os projetos de desenvolvimento nacional autônomos, como aqueles que Jango tentara retomar, inspirado na experiência de Getúlio Vargas à frente da presidência entre 1950 e 1954. Em face de tais circunstâncias a burguesia brasileira teria optado com total clareza pela associação com o capital estrangeiro, visto que dele dependia para tocar seus negócios. Com efeito, não era nenhum disparate falar em burguesia nacional, desde que nacional não fosse sinônimo de nacionalista. Neste ponto específico, seu comportamento era, antes de tudo, racional na medida em que objetivava a obtenção do lucro e otimização dos ganhos.

Além disso, ainda a contrapelo da ideologia nacional-desenvolvimentista desposada por intelectuais do ISEB, Cardoso salientou que nas entrevistas feitas com empresários, percebeu-se que os mesmos não enxergam nos trabalhadores um aliado contra o latifúndio e o imperialismo e nem mesmo um adversário radical. Aliás, sequer admitiam a categoria "classe operária". "O que existe como dado imediato (isto é, como dado elaborado pela consciência imediata e superficial) são os trabalhadores diferenciados, que vão dos mais qualificados aos 'executivos' de escritório."[362] Ao contrário, propugnavam que todos deviam ter acesso à propriedade e perspectivas de ascensão social que, aliás, ainda de acordo com as entrevistas, os empresários fazem questão de sublinhar.

Ao abordar o modo de organização das empresas brasileiras, Cardoso verificou não haver "disfunção sistêmica" entre organização da empresa, segundo moldes tradicionalistas, nas quais o patriarca e seus familiares (filhos e genros) se dividem nas atividades de gestão, e a tendência racionalizante e burocrática, pautada em padrões de eficiência, de que falava Weber sobre a empresa capitalista. Na verdade, haveria não oposição, mas justaposição entre as duas tendências, via de regra gerando conflitos, impedindo a expansão dos empreendimentos e, no limite, levando à ruína empresas de caráter familiar nas quais o chefe de família resiste entregar o controle administrativo a gestores de perfil mais técnico, sobre os

[362] *Ibid.*, p. 187.

quais não poderia exercer a autoridade patriarcal. Preferiam, antes, pessoas de confiança ocupando cargos de confiança, muitas vezes sem que o ocupante do cargo possuísse as competências técnicas necessárias para tanto.[363]

O crescimento no número de empresas estrangeiras no país, pelo menos em São Paulo, introduzia aí uma contra-tendência, pois obrigava as empresas de caráter doméstico, cujo poder de decisão permanecia nas mãos do chefe-de-família, a se associarem às empresas internacionais e aceitar a presença de funcionários categorizados nos conselhos de direção (sistema de gestão misto) ou "adestrarem os filhos e genros do antigo patriarca para o exercício da liderança industrial."[364]

Cardoso argumenta que, ainda assim, não se pode avaliar o comportamento tradicionalista em termos irracionais, ou, no mínimo, em "desajuste sistêmico" com as expectativas de ação postas pelo modo de produção capitalista ou, em linguagem weberiana, pela "situação de mercado". As próprias particularidades do processo de industrialização brasileiro induzem "a manutenção do padrão de controle familiar dos empreendimentos."[365] A instável conjuntura socioeconômica brasileira (tamanho reduzido do mercado, flutuações da oferta e da demanda, intensa variabilidade da política financeiro-cambial, grau escasso de previsibilidade econômica) impunha ao empresário a necessidade de tomar decisões rápidas, guiadas mais pela "sensibilidade econômica" e pelo costume do que pelo conhecimento técnico dos fatores que afetam a empresa. "A delegação de autoridade e a racionalização das formas de controle pode resultar, nesta conjuntura, em perdas graves que a ação pronta e 'irracional' (isto é, não controlada por meios técnicos) do chefe de empresa pode evitar."[366]

E mais: algumas empresas de médio e grande porte se beneficiavam da situação de concorrência imperfeita que caracterizava o mercado interno, o que garantia a realização de altas taxas de lucro em um espaço de tempo muito curto. Em outras palavras, não havia contradição entre práticas heterodoxas de condução dos negócios e lucratividade das empresas assim administradas, mas funcionalidade.[367] Em termos weberianos, a ação empresarial brasileira era e ao mesmo tempo não era pautada pela *ação social racional com*

---

[363] Este aspecto foi sublinhado por José de Souza Martins em pesquisa que fez sobre as empresas do grupo Matarazzo em São Paulo. *Cf*. José de Souza Martins. *Empresário e empresa na biografia do conde Matarazzo*. Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Sociais da UFRJ, 1967.
[364] *Ibid*. p. 119.
[365] *Ibid*., p. 121.
[366] *Ibid*., p. 123.
[367] *Ibid*., 123-124.

relação a fins. Na verdade ela mesclava este tipo ideal de ação, *com a ação social* de tipo *tradicional*. Em termos marxianos, a contradição entre a consciência burguesa e as expectativas de comportamento seria apenas aparente, pois, do ponto de vista da totalidade, a taxa de mais-valia no processo não sofria alterações, uma vez que o lucro do empresário garantia-se pela sua atuação pouco ortodoxa, como se fosse "'uma sanfona: abrir ao máximo nos períodos favoráveis e encolher até a espessura de uma navalha quando o mercado se fecha'"[368] – margem de manobra viável apenas quando se dispõe de um amplo exército industrial de reserva.

Em suma, conforme o argumento da tese, Cardoso assinala que o desenvolvimento industrial brasileiro não teria partido da iniciativa privada, mas do Estado. A burguesia brasileira, de origem heterogênea, formada por remanescentes das classes abastadas do período colonial, incrementada por grupos imigrantes que chegavam ao país no século XIX com algum pecúlio e por elementos da classe média urbana, teria enormes dificuldades para agir enquanto classe social consciente dos seus (supostos) interesses coletivos. Daí a dependência crônica do Estado e do capital estrangeiro e o seu comportamento pendular, ora apoiando movimentos sociais que pressionavam o Estado para que estatizasse setores básicos da economia, como ocorreu na campanha do petróleo, ora associando-se ao capital estrangeiro – definindo-se nesta última tendência a partir de 1955 e com mais intensidade no pós-1964.

5.2. O Leviatã do capital

Este último ponto dialoga perfeitamente com os resultados obtidos por Ianni em *Estado e capitalismo* (1965). Na mesma medida que Cardoso, Ianni afastou-se do propósito inicial de *Economia e sociedade no Brasil*, que desenhava uma pesquisa sobre a rapinagem e o patrimonialismo nos negócios públicos. O novo arranjo interpretativo que conferiu à investigação lhe permitiu concentrar a análise nas relações entre o capital e o Estado – uma oportunidade de pensar econômica e sociologicamente as leituras de Keynes, Hilferding e Rosa Luxemburgo no Seminário de *O Capital*.

Ianni considera o Estado um componente e um produto das relações sociais do mundo da produção e, nesta condição, não pode ser simplificado à condição de instrumento da classe

[368] *Ibid.*, p. 123.

dominante. Obviamente estreita mais as suas relações com a classe dominante, posto que a estrutura de classe da sociedade capitalista é hierarquizada, de molde que as posições de comando político são mais facilmente controladas por ela. Porém, não é por isso que o Estado deixa de ser produto de relações de classes sociais antagônicas.[369] Nesse sentido, a burguesia brasileira procura ocupá-lo, já que, por um lado, precisa manter a dominação de classe e por outro, satisfazer seu próprios interesses econômicos, colocando-o à sua disposição.[370]

O ponto central do seu argumento consiste em examinar o que entende por função básica da atividade estatal. Para dizer logo, garantir que a iniciativa privada realize o elemento básico do modo de capitalista, qual seja, a realização do lucro e a reprodução do capital, oferecendo-lhe um ambiente econômico estável e seguro para os negócios.[371] No contexto de integração monopólica mundial, após a Segunda Guerra, a industrialização brasileira ganharia novo impulso, baseando-se no setor automobilístico e no de bens de capital, atingindo, com isso, o auge do processo de industrialização por substituição de importações. Para que tais empresas do setor privado pudessem acumular capital, investir em tecnologia e crescer a baixo custo o Estado colocava a produção de empresas públicas, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) à sua disposição, baixando os preços do aço e outros metais, para que não fosse necessário comprar tal matéria-prima a preços mais altos no mercado internacional, posto que vendidos em moeda estrangeira.[372]

Inclusive, a referida política de industrialização por substituição de importações precisava ser sustentada por uma política cambial protecionista a fim de que se gerasse uma reserva de mercado interno aos produtos fabricados pela indústria nacional, fechando assim o ciclo substitutivo. Mas a ação do Estado não se reduzia a meros mecanismos de controle dos preços e câmbio flutuante. Não raro, empresas falidas passavam ao controle público através de políticas de encampação, com as quais o Estado procurava eliminar ou reduzir efeitos negativos delas no funcionamento do mercado. Tudo convergia para a equalização das taxas de lucro.

Ianni chama atenção para o caráter *sui generis* da intervenção estatal nas economias subdesenvolvidas, pois, no seu entender, não é possível pensar que a industrialização no Brasil seguiria os mesmos passos que a levaram a consolidar-se na Inglaterra. Naquele país,

---

[369] Octavio Ianni. *Estado e capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 128.
[370] Ibid., p. 102.
[371] *Ibid*., p. 18
[372] *Ibid*., p. 16.

“as empresas criaram-se e progrediram de pequenas às grandes dimensões”, mas nos países subdesenvolvidos, cujo ingresso na fase da produção industrial é relativamente tardio, as unidades produtivas precisam “instaurar-se, desde o princípio, em unidades de grandes dimensões”, demandando a imobilização de grandes somas capitais, o que só é viável em ramos muito específicos, como “na indústria automobilística, na siderurgia, na exploração e refino de petróleo, na produção de energia elétrica, etc.”[373]

O investimento privado era incapaz de dar conta das volumosas somas de capital necessárias para constituir uma estrutura produtiva capaz de operar em cadeia. Tanto era assim que o empresariado brasileiro concentrava suas atividades na produção de bens de consumo não-duráveis e semi-duráveis (alimentos, têxteis, calçados e uns poucos eletro-domésticos). O governo, igualmente sem condições de financiar totalmente a industrialização pesada, soube manejar o interesse do capital estrangeiro no mercado brasileiro, flertando, ora com a Alemanha, ora com os Estados Unidos, no contexto da Segunda Guerra, em busca de apoio financeiro para a construção da já citada CNI – de caráter estratégico no processo de desenvolvimento industrial, ao lado da Vale do Rio Doce e, mais tarde, do setor energético, com Petrobrás e Eletrobrás.

Mas essa dificuldade não era superada sem que outras se colocassem em seu lugar. Na gestão de JK – isto é, a fase mais importante da industrialização brasileira –, numa conjuntura de transnacionalização do capital, o capital externo foi considerado fundamental pelo governo para a expansão das forças produtivas, optando, assim pela via de *desenvolvimento capitalista dependente associado* (o termo não e usado por Ianni, mas o argumento aponta nesta direção), abrindo o mercado interno às empresas estrangeiras e “desnacionalização da indústria nacional”[374] – única alternativa viável nos limites impostos pelo desenvolvimento capitalista em um momento de alta concentração e centralização internacional dos capitais. Essa orientação teria ficado clara com a implantação da indústria automobilística.

5.3. Ajustamentos, qualificação, alienação: a força de trabalho no Brasil

O estudo de Luiz Pereira é o que mais diverge do projeto inicial formulado por Florestan Fernandes. Diferente de Ianni e Cardoso, a inspiração marxista de Pereira não é

[373] *Ibid.*, p. 63.
[374] *Ibid.*, p. 89.

Lukács, mas Sartre, Lefébre e Goldmann, que trouxera de sua formação anterior como pedagogo em Araraquara. A ideia inicial, quando foi convidado para assumir o projeto mediante a desistência das auxiliares de ensino de Florestan, era que elaborasse uma monografia sobre a qualificação da mão de obra operária a busca de responder por quais razões o fator humano era tão mal aproveitado (leia-se, déficit de racionalização na extração de mais-valor) na empresa industrial brasileira.

Os principais estudos na área de sociologia industrial, como o de Lopes (1961), tendiam qualificar o trabalhador brasileiro como elemento desajustado no mercado de trabalho urbano por causa de suas origens rurais. Via de regra as fábricas contavam com um reduzido número de trabalhadores qualificados, muitos deles estrangeiros, ao passo que notava-se um alto índice de rotatividade do operário desqualificado. Era comum que saísse de uma empresa, voltasse para o seu lugar de origem, em geral a roça, e dentro de um período sazonal retornasse ao emprego fabril. Ele era, portanto, nesta concepção, um entrave ao desenvolvimento capitalista, uma vez que não criava laços permanentes com a sociedade urbano-industrial.[375]

Pereira rejeita mais esta manifestação da tese dualista *atraso* x *modernidade*, buscando compreender a qualificação do trabalho na indústria em outros patamares teóricos. Segundo sua leitura o trabalhador de origem rural não é um entrave ao desenvolvimento capitalista, tampouco uma reminiscência pré-capitalista. É certo que no ambiente urbano-industrial ele leva desvantagens frente às relações sociopáticas e alienantes impostas pela sociabilidade capitalista, porém isso não quer dizer que ele – o homem "comum" na sua definição – seja incapaz de ajustar-se e ser ressocializado ao novo espaço. Carregam o peso "da socialização anterior, mais adequada às atividades estranhas ao ambiente técnico industrial [...] concentrando-se [...] no desempenho de papeis "inferiores" [como] ajudantes de mecânica, serventes, carregadores etc."[376] Em sua linguagem rebuscada:

> O núcleo do desfavorecimento ou desvantagem dos ex-trabalhadores rurais consiste, pois, em sua socialização prévia para o trabalho: o ajustamento (ou reajustamento) centra-se na constituição dos componentes da subpersonalidade-*status* de operário através de aprendizagem de componentes de várias modalidades dessa subpersonalidade-*status* vividas em número maior ou menor desde a

[375] *Cf*. Juarez Rubens Brandão Lopes. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo, Difel, 1961.
[376] Luiz Pereira. *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1965, p. 173.

> participação inicial do agente individual no operariado, ou seja, exigidas pelas situações imediatas de trabalho operário a que se submeteu. Por seu turno, a constituição dessa personalidade-*status* de operário se determina como núcleo do ajustamento ao meio urbano industrial, porquanto é com essa ressocialização para o trabalho que se elabora o fundamento da participação desses agentes e suas famílias numa situação de classe de origem no meio rural, suportam e promovem 'subjetivamente' esse ajustamento ou ressocialização variavelmente mais ou menos penoso: 'Muitos tem vontade de voltar. Só não voltam pela calamidade existente na zona rural. Lá poderiam ter uma vida mais pacata, sossegada. É como sair do claro e entrar no escuro. Só ficam aqui por condições de melhor subsistirem', pensa um mecânico, com longo treino, escolarizado na profissão e membro de família operária há algumas "gerações". E, de fato, permanecem em esmagadora maioria, conforme nos revelam as histórias de vida dos migrantes rurais que entrevistamos.[377]

A ideia de qualificação pressupõe trabalhadores mais ou menos especializados em seu ofício e mais ou menos instruídos. Essa relação entre maior ou menor qualificação designa as aspirações de ascensão social dos trabalhadores. Entre os especializados prevalece a identificação com o ofício e o desejo de que a prole siga os mesmos passos dos genitores. Mas não se passa o mesmo com os trabalhadores de *subpersonalidade-status* mais "baixos". Entre eles é comum a negação da condição operária, sem, entretanto, negar o capitalismo, pois almejam trabalhar como autônomos, abrir um negócio próprio, se possível, empregar outras pessoas e assim por diante. Subjaz a esta concepção a naturalização "do homem-mercadoria como tipo humano e forma de existência histórica [produzida] pela alienação capitalista do trabalho e do trabalhador."[378] Esta inegável manifestação de inconformismo com o presente por parte dos trabalhadores menos especializados, afinal recusam as suas próprias condições objetivas de vida, embora possa "conduzir à negação do capitalismo como forma de vida, efetivamente, na etapa contemporânea do processo histórico brasileiro", tem conduzido, na verdade, os operários à um "ajustamento básico ao capitalismo como modo de vida."[379] Isso não quer dizer, contudo, que as possibilidades se encerrem em apenas uma alternava, refletindo a resignação dos trabalhadores não-qualificados com as suas próprias condições de existência enquanto *homens-mercadoria*.

[377] *Ibid.*, p. 172.
[378] *Ibid.*, p. 205.
[379] *Ibid.*, *loc. cit.*

> Trata-se, no fundo, de competição entre possíveis históricos presentes e que se determinam, dado o conteúdo das reivindicações populares, como modalidades alternativas de realização do que se vem denominando civilização industrial. Irrompendo a pressão popular periférica no interior do sistema capitalista internacional e adquirindo ela intensidade crescente, a manipulação ou canalização, bem como as lideranças mediadoras e manipuladoras tendem a transcender o âmbito dos subsistemas periféricos, operando no sentido da negação ou afirmação do próprio capitalismo internacional.[380]

Ao abordar a qualificação profissional – pontos do texto onde é possível perceber sua formação como pedagogo – Luiz Pereira a concebe em duas etapas, ambas permeadas de pressões entre as partes envolvidas. A primeira etapa delas começa fora da fábrica. É a exigência do ensino primário para todos os trabalhadores, sem distinção, pois garante um mínimo de instrução para desempenho no processo produtivo. Ela e a escola técnica são mantidas pelo Estado, também interessado na qualificação da mão de obra, visto que é proprietário de empresas, mas não sem sofrer pressões do operariado e da camada empresarial para que as ofereça, bem como sem recuperar o adiantamento da qualificação da força de trabalho.[381] A classe empresarial, por sua vez, sofre pressões do Estado para assumir encargos na formação do operariado, e por parte do mercado, cujo processo de racionalização e tecnificação exigem qualificação contínua de trabalhadores. Esta segunda etapa, que também envolve o ambiente intra-fabril e o treinamento do trabalhador em suas funções especializadas, revela que há, portanto, interesses convergentes, mas distintos:

> "[...] se o operário busca a qualificação técnica de sua força de trabalho como construção de um meio de ganhar a vida, o empresário a promove como um fator de produção. Neste encontro, enquanto o operário se põe como dominado pelo mercado

[380] *Ibid*., p. 65. Recentemente Ruy Braga (2012) associou esta ideia ao que ele vem denominando nos últimos anos de inquietação operária. Se por um lado a alienação de si é um fator real promovido pelo sistema, sua negação, expressa na irrupção da pressão popular periférica, também o é. *Cf*. Ruy Braga. *A política do precariado*. São Paulo: Boitempo, 2012, especialmente 126-129.

[381] "[...] o Estado aparece como outro realizador de um adiantamento de parcela do *quantum* total de valor consumido socialmente no processo global de qualificação técnica da força de trabalho industrial, porém um adiantamento de que não recuperará senão diminuta porção (sob a forma de aumento da arrecadação tributária devido ao aumento da produção e d produtividade industrial, digamos)." *Cf*. *Ibid*., p. 269.

> de trabalho, o empresário – o 'patrão' – se põe como personificação dessa dominação, como detentor dos meios de ganhar a vida."[382]

Finalmente, ultimo ponto mais relevante a ser destacado, são considerações que Pereira faz sobre o educador frente ao sistema público-privado de qualificação da mão de obra. No seu modo de considerar a questão, o educador exerce contínuas pressões sobre o Estado a fim de que este modernize o sistema educacional e consolide nele o ideal racional burocrático a presidir a empresa capitalista – conforme Weber, não obstante vimos com Cardoso que a estrutura organizacional da empresa capitalista brasileira não é 100% racional – adequando-a às "exigências da 'vida de trabalho', de qualificação técnica da população economicamente ativa – sendo sempre avaliada pelo princípio da eficiência. Isso faz do educador um agente técnico da modernização do sistema escolar, deslocando os objetivos da educação republicana e democrática tal qual esboçada em 1932 por ocasião do Manifesto da Educação Nova e no contexto da campanha de defesa da escola pública.

Conforme indica Romão (2006), aqui está implícita uma crítica às concepções correntes no interior do grupo da Sociologia I sobre o papel do sociólogo/cientista nos processos de mudança social.[383] O pressuposto básico é o de que mudança é sinônimo de progresso e este, por sua vez, de desenvolvimento industrial. Contudo, sua filiação ao marxismo francês de corte humanista, o permite 1) assumir um posicionamento crítico em face da alienação do homem comum promovida pela "civilização industrial" e 2) questionar o papel do sociólogo como agente que, se levada ao limite a concepção de *sociologia aplicada*, contribui para o referido processo de alienação.

5.4. industrialização e desequilíbrios regionais

O estudo desenvolvido por Paul Singer, o último a chegar a termo, chancelado por *Economia e sociedade no Brasil*, na verdade não havia sido projetado desde o início. Singer, originalmente professor assistente na Faculdade de Saúde Pública e especializado em estudos populacionais, foi contratado como assistente de pesquisa de Florestan, quem, de fato, se

[382] *Ibid*., p. 216-7.
[383] Cf. Wagner Romão. *Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do CESIT*, cit. p. 215.

ocuparia do quarto eixo do projeto, os "desequilíbrios" regionais observáveis entre diversas comunidades brasilriras onde houve algum desenvolvimento industrial.

> A escolha das comunidades teve por critério básico a diversidade da evolução econômica de cada uma, de modo que a análise comparativa pudesse enriquecer-se com a consideração de maior variedade possível de aspectos socioeconômicos diferentes. Deste modo, selecionaram-se: S. Paulo, uma das duas metrópoles industriais do país; Blumenau, representante de uma economia de origem camponesa do sul do país; Porto Alegre, cuja economia reflete as contradições entre a estrutura campesina do norte do Rio Grande e a estrutura fundiária do sul do mesmo; Belo Horizonte, cidade construída com deliberação e certo planejamento e cuja economia espelha as virtualidades agromineradoras do centroleste brasileiro; Recife, a capital do Nordeste, repositório de seus problemas e suas potencialidades.[384]

Singer faria um levantamento dos aspectos econômicos de cada comunidade urbana e Florestan se ocuparia, findo o levantamento, dos aspectos sociais. Mas como indiquei antes, Florestan afastou-se do projeto por conta dos preparativos de sua tese de cátedra, defendida poucos dias depois do golpe, que também lhe absorveu em outras publicações. A análise econômica de Singer, contudo, pareceu ter algum valor sociológico aos olhos do mestre, que lhe propôs transformar os relatórios de pesquisa em um doutorado, visto que Singer, formado em economia, não possuía titulação de doutor. Assim, ele preparou os relatórios – na verdade, cinco estudos independentes – e deu forma ao volume que apresentou à cadeira de Sociologia I em 1966, publicado em edição comercial, em 1968, sob o título *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*.

Diferente do que se verifica em *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*, *Estado e Capitalismo* e *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*, no texto de Singer o diálogo travado com autores marxistas da nossa tradição de pensamento é mais intenso, nomeadamente Caio Prado Júnior e, em especial, Ignácio Rangel – economista isebiano que fez uma original síntese entre Marx e Keynes, mas que aqui no estudo de Paul Singer é

[384] Paul Singer. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Edusp, 1968, p. 17.

tomado, ao lado de Gilberto Paim, como representante intelectual no Brasil das concepções analíticas dualistas (as mesmas "que distinguem na economia subdesenvolvida um setor moderno, adiantado ou capitalista, e um setor atrasado ou pré-capitalista"[385]). No entendimento de Singer, tal contraposição, no lugar de reforça-las, oculta as relações de funcionalidade existentes entre o desenvolvimento das comunidades urbanas selecionadas e o subdesenvolvimento do restante do país.[386]

Aliás, Keynes e Rosa Luxemburgo, além, é claro, de Marx, são outras referências importantes para o autor. Seu ponto de partida teórico é a dificuldade encontrada por Marx de resolver o problema da contradição entre o montante de capital-dinheirário lançado no processo produtivo e a realização deste capital sob a forma de mais-valia. Não poderia o capitalista retirar £ 600 da esfera da circulação, lançando nela apenas £ 500, pois o desequilíbrio afetaria a harmonia sistêmica na qual se apoia a reprodução ampliada do capital.

Apoiado no argumento de Rosa Luxemburgo (1985), que estudou cuidadosamente os esquemas de reprodução do capital expostos no Livro II de *O Capital*, Singer argumenta que Marx partiu de uma abstração da economia capitalista, considerada em sua pureza aparente, onde somente existiriam capital e trabalho em uma relação fechada, sem interferência externa de fatores que ultrapassam a simplicidade da abstração. Por isso a solução encontrada por ele para solucionar o problema, qual seja, uma explicação monetária, era insuficiente. A economista polonesa estudará o problema na ótica da reprodução ampliada, na qual parte do excedente é consumida e parte destinada à acumulação (investimento). "O consumo de mercadorias que incorpora mais-valia acumulável só pode se dar fora do sistema, por uma demanda provinda de economias pré-capitalista ou do setor público"[387] Ao crescer via reprodução ampliada de capital, o setor capitalista absorve partes do setor pré-capitalista a fim de nutrir-se da demanda por ele gerado. Desta forma alterava-se "o equilíbrio estrutural do complexo sistema capitalista–sistema pré-capitalista"[388], finalmente tendendo ao sistema capitalista puro, pressuposto por Marx.

---

[385] *Ibid*., *loc*. *cit*.

[386] A presente formulação guarda muitas aproximações com outras perspectivas no campo da esquerda, mais ou menos contemporânea, por exemplo, a ideia de *desenvolvimento do subdesenvolvimento* expressada por André Gunder Frank em artigo aparecido em 1966 e a clássica *Crítica à razão dualista*, de Francisco de Oliveira, de 1972. *Cf*. Andre Gunder Frank. "The development of underdevelopment", *Monthly Review*, Inc., 1966 e Francisco de Oliveira. *Crítica da razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2003.

[387] *Ibid*., p. 12. A referida obra de Rosa Luxemburgo é *A acumulação de capital* (São Paulo: Abril Cultural, 1985), também traduzida por Singer.

[388] *Ibid*., *loc*. *cit*.

Já Keynes considerava existir uma correlação inversamente proporcional entre propensão a poupar e propensão a investir (ou à acumulação). No seu modelo, o emprego é variável dependente do fator investimento, de modo que se este último diminui, a taxa de emprego tende a aumentar. Para evitá-lo, o sistema necessita de uma demanda suplementar que pode vir do mercado externo e mais comumente, do Estado (setor público). "A longo prazo, Keynes prevê que o Estado terá que assumir a direção dos investimentos [por que menos suscetível ao fator "falta de incentivos"], desaparecendo a figura do investidor particular, o que evidentemente implica numa transformação estrutural do capitalismo [...]"[389] Em síntese, Luxemburgo e Keynes consideram que o todo econômico é composto "de partes que se diferenciam funcionalmente", resultando sua harmonia "da simbiose entre suas partes", capitalismo-pré-capitalismo na acepção de Rosa, setor público e setor privado na de Keynes.[390]

Partindo desta perspectiva teórica, Singer examina historicamente cada comunidade urbana em particular para, nas conclusões do livro, traçar paralelos entre elas. Com exceção do capítulo sobre São Paulo, todos os outros iniciam a análise no período colonial associada à uma descrição geográfica e demográfica do lugar. O esquema analítico é bastante tributário da contribuição de Caio Prado Júnior, pois prevalece no argumento de Singer a ideia de que as comunidades formaram-se a partir de uma peculiar ligação com os mercados externos.

Desta forma, Belo Horizonte, que só se tornou capital de Minas Gerais no final do século XIX é uma herdeira dos fluxos e influxos do "ciclo da mineração", distando apenas 18 km de Sabará. Recife estava no coração da economia açucareira. A região do vale do rio Itajaí, onde hoje localiza-se Blumenau, somente foi ocupada com alguma densidade no século XIX por imigrantes alemães, pois não oferecia, antes daquela data, nenhum interesse à economia colonial predatória. Porto Alegre, escoadouro da produção de trigo e outras mercadorias produzidas nos vales do Jacuí, Sinos e Gravataí flutua demograficamente conforme flutua o fluxo de mercadorias destas regiões.

Tratavam-se de comunidades autônomas, sem estabelecer qualquer ligação econômica umas com as outras, em parte devido às distâncias geográficas, que as separavam, mas principalmente pela relação que mantinham com o mercado externo – fator que determinará o isolamento dos seus respectivos processos de industrialização entre fins do século XIX e

[389] *Ibid., loc. cit.*
[390] *Ibid.*, p. 13.

início do século XX. São Paulo, que por características próprias à extensão da zona cafeeira e por sua proximidade com a capital, Rio de Janeiro, logra desenvolver um núcleo de industrialização capaz de atender às demandas (reprimidas) do mercado local, gerando, consigo, a desigualdade regional que caracterizará, no futuro, o espaço econômico brasileiro.

A medida que a industrialização vai ganhando espaço e substituindo produtos antes importados, transforma-se no centro polarizador da acumulação de capital no país, concentrando-se o desenvolvimento na região centro-sul. O processo tolhe o desenvolvimento e a integração de outras comunidades industrializadas mal localizadas, como Recife. Não obstante, por algum tempo a capital pernambucana foi capaz de absorver contingente expressivo dos migrantes vindos das zonas rurais, que se desintegrava com a capitalização da agricultura. Tão logo se intensifica do desequilíbrio regional, a capital pernambucana teria sofrido um processo de "inchaço", tornando-se, muitas vezes, um entreposto do movimento migratório para o sudeste, donde surge nossa "questão setentrional".

Dentro dos limites do reformismo inoculado na *intelligentsia* brasileira pelo nacional-desenvolvimentismo, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) despontou como um importante projeto político que visava de alguma forma desarticular a "subordinação" nociva das cidades nordestinas com algum crescimento industrial ao Centro-Sul do país, promovendo iniciativas endógenas potencialmente capazes de rearranjar o espaço econômico nordestino.

***

O marxismo acadêmico da universidade de São Paulo, com matizes distintos, enfatizou em suas investigações o interesse por esclarecer o sentido do desenvolvimento e da industrialização brasileiros. Nesta linha, buscou-se formular novas interpretações do Brasil tendo por base a pesquisa empírica, sob condições de sistemático controle científico. Nisto ele se distingue de outras tradições marxistas com as quais foi associado, como o chamado *marxismo ocidental*. Não cabe dúvida, existem elementos que autorizam esta aproximação, assim como outros que a desaprovam.

À diferença do mestre, Florestan, e demais forças de esquerda – elas também produtoras culturais e, por conseguinte, disputando espaço no *mercado* de interpretações do país – Cardoso, Ianni, Pereira e Singer deram especial atenção às tendências em conflito na sociedade, interpretando-as a partir dos conceitos de *classe*, *consciência de classe*, *ideologia* e *alienação*, extraídos da peculiar leitura que fizeram de Marx, Lukács e Sartre.

É importante destacar, Luiz Pereira não participou do seminário, de modo que não podemos incluí-lo no projeto intelectual dos "seminaristas". Contudo, ele faz uma assimilação própria do marxismo que lhe era possível, ou seja, sozinho e em diálogo com a tradição sartreana. Aliás, como foi possível ver, essa assimilação não foi uniforme nem mesmo entre Cardoso, Ianni e Singer, sem embargo todas compartilhem de uma noção de totalidade e de dialética do social mais ou menos definida como princípio heurístico de interpretação sociológica/econômica (a até filosófica, se quisermos incluir Giannotti).

Seja como for, o principal era oferecer uma leitura alternativa à razão dualista. Este era o verdadeiro "inimigo". Daí a caracterização *adstringida* do marxismo assimilado, inerente ao projeto dos marxistas uspianos, Giannotti à frente – ideia que retomaremos brevemente na conclusão deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

APENAS UMA INTRODUÇÃO AO DEBATE

No encerramento deste trabalho, limitamo-nos a levantar algumas questões que nos ocorreram durante sua elaboração. Elencá-las aqui, no lugar das conclusões, quer apenas reforçar a ideia com a qual iniciamos esta pesquisa, ou seja, a de que uma síntese da história do marxismo no Brasil ainda permanece em aberto. No presente volume, ao elegermos algumas correntes de interpretação em detrimento de outras, com base no impacto que produziram e na hegemonia que construíram no campo intelectual brasileiro, tentamos contribuir de maneira bastante limitada ao estudo mais aprofundado desta história, no mínimo para que outros pesquisadores possam no futuro desenvolver hipóteses de trabalho mais seguras sobre os (des)caminhos da esquerda no Brasil. Assim, no que segue, vejamos resumidamente os pontos mais importantes levantados em cada capítulo precedente.

1) Desde o princípio, nossa intenção foi tentar captar a linha mestra dos diversos momentos de recepção das ideias de Marx no Brasil a fim de entender por qual razão o chamado "marxismo acadêmico" uspiano havia se tornado nos anos 1970 a corrente de pensamento hegemônica no campo da esquerda brasileira. No correr das investigações, ficou claro que esta corrente se definiu a partir das relações de diferença que estabelecia no campo teórico e político com as abordagens comunista e nacionalista.

Foi então que percebemos a importância de se trabalhar a constituição da "linhagem" comunista, pois, indiscutivelmente, ela estava na base de todo o pensamento de esquerda no Brasil. O fato de ter "nascido" em 1922 e deixado uma marca muito particular nas história das nossas lutas sociais fizeram do PCB uma espécie de polo gravitacional de radicalismo e contestação político-ideológica ao redor do qual orbitou um sem número de satélites menos expressivos – razão esta, a maior de todas, para buscarem diferenciar-se daquele polo atrativo. Assim ocorreu com as várias clivagens na história do partido: a oposição de esquerda em 1929; a POLOP em 1960, os maoístas em 1962...

Ao mesmo tempo, inquietava-nos as dificuldades do próprio PCB e da maioria de suas dissidências (a POLOP é uma exceção) de lidarem, na teoria e na prática, com as particularidades da sociedade brasileira. Via de regra, o procedimento não era aperceber-se concreticidade do real e confrontá-la com as formulações soviéticas (ou as de extração trotskistas e/ou maoístas) em circulação, mas o inverso, quer dizer, assimilar conceitos e teorias alheias a fim de neles encaixar a realidade social e histórica.

2) Como procuramos ressaltar, nos anos 1920, o que chega ao Brasil sob o nome de marxismo é, na verdade, uma síntese entre marxismo – conforme Engels ajudou a firmar no

final do século XIX – reelaborada e reinterpretada por teóricos da Segunda e Terceira Internacionais. Desta forma, quando Leandro Konder (2009) faz a crítica desta recepção e conclui ter ela sido desde o início incompatível com o a "doutrina original" de Marx e Engels, ele não confere a devida importância a este processo de síntese e reelaboração prévio.

Outrossim o ambiente intelectual brasileiro era extremamente árido, não havendo que esperar grandes inovações teóricas em condições nas quais as camadas letradas eram intensamente hierarquizadas e socializadas na cultura positivista vigente desde fins do século XIX. Junte-se a isso a ausência absoluta de literatura marxiana e marxista em circulação no país até meados dos anos 1920 e tudo o que poderíamos ter, objetivamente, em termos de formulação teórica, que esboçasse minimamente a estratégia da *Revolução Brasileira*, não vai muito além de *Agrarismo e industrialismo*. O fato dos vizinhos argentinos terem traduzido *O Capital* em 1899 não é grande vantagem, pois uma figura como Octavio Brandão não se distingue em demasia de Juan B. Justo ou José Ingenieros.

Mais do que uma interpretação da realidade histórica, o que estava em causa nos anos 1920 era a *Revolução Brasileira* nos moldes da *guerra de movimento*. Uma questão ainda a ser respondida é, cabia naquele momento a estratégia de *guerra de posição*? Independente da resposta, os comunistas brasileiros apostavam nas duas vias, ora aliando-se às revoltas tenentistas, ora participando de eleições legislativas enquanto a ordem legal assim o permitiu.

3) Em que pese as condições adversas historicamente impostas ao campo da cultura no Brasil, enfatizadas no segundo ponto, o modernismo e a sua linha de expressão antropofágica promovem uma ruptura de grande significação com a miséria cultural das duas primeiras décadas da república, verdadeiramente revolucionando o mercado intelectual brasileiro, talvez antecipando nas artes e na literatura a modernidade social que viria à luz com a Revolução de 1930, como bem explicitou Antônio Candido (2010). Entretanto, com exceção de motivações estritamente políticas, continuam incertas as razões por que se passaram onze anos (1922-1933) até que o método marxiano de leitura do social fosse assimilado com a profundidade que fora por Caio Prado Júnior.[391]

Mas, para além da querela *marximétrica*, sobre quem foi "o primeiro marxista brasileiro", é importante que se marquem as diferenças entre *Evolução Política do Brasil* e *Formação do Brasil contemporâneo* – desde que o procedimento não obscureça (ou tente

[391] Fazemos referência à tradição ensaística, pois na arte *O Rei da Vela* (1933), de Oswald de Andrade, inspira-se de forma clara no marxismo dos anos 1920.

relativizar) o indiscutível teor marxista de ambas as obras, a despeito do limitado conhecimento da obra de Marx por parte de Caio Prado Júnior. Se verificamos uma mudança de enfoque analítico de uma para outra (da luta de classes ao materialismo histórico-geográfico), isso não se deve ao abandono do método, mas ao seu enriquecimento. Podemos encontrar um símile entre *O 18 Brumário* e *O Capital*. O primeiro trabalha no nível os acontecimentos, dos conflitos imediatos das classes em embate, ao passo que o segundo prima pela abstração categorial. O que muda é apenas o enfoque analítico, mas o autor é o mesmo.

4) A expressão "marxismo acadêmico" utilizada por autores como Silva (2003), Lauherta (1999) e Sodré (1986) vai de encontro à caracterização de uma peculiar assimilação de Marx e marxistas, controlada pelos ditames e regras do campo acadêmico-universitário. A despeito da erudição, do rigor analítico e dos ritos sistêmicos de reconhecimento pelos pares (fatores de alto valor simbólico na dinâmica social das instituições de ensino superior), a partição entre ciência e ideologia (suposto básico do fazer científico desinteressado) que se encontra na base do conceito de *objetividade científica* implica que o marxismo, uma vez absorvido pela academia, seja despido do seu conteúdo político emancipatório, que, por sua vez, o situa no campo das ideologias, e constitua-se como um método de análise disposto a observar critérios técnicos, como o da *neutralidade axiológica*.

Deste modo, o marxismo (ou a *dialética*) chega à Universidade de São Paulo como método de interpretação, tanto na acepção de Florestan quanto na de seus alunos, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. Para o primeiro enquanto abordagem de fenômenos *in flux* (outras abordagens são mais úteis à análise sincrônica, advogava Florestan), para os últimos, na condição de *categoria analítica* capaz de expressar as *múltiplas determinações* do real em constante processo de mudança, através da *síntese*. Sem dúvida, o método dialético possui esta última dimensão e, não cabe dúvida, a perspectiva dos alunos era menos formalista e mais capacitada (porque rejeita a partição metodológica) que a do mestre. Porém, a dialética também possui uma dimensão prática (a transformação *prático-crítica*) que, no contexto universitário da primeira geração de marxistas uspianos, jamais foi reconhecida, a não ser por Florestan Fernandes e, ainda assim, em um momento de sua trajetória no qual a carreira universitária no Brasil há muito havia sido interrompida pelo AI-5.

Nos termos do filósofo José Chasin (1999), o *marxismo adstringido* da *analítica paulista* foi copiosamente flexível nas suas escolhas em matéria de marxismo, apropriando-se seletivamente da teoria. Embora tenham feito a crítica das teorias da modernização e, neste

sentido, seus méritos são inestimáveis, faltou-lhes a) dar o passo além da crítica e ir à *prognose* (bloqueada na primeira metade dos anos 1960 justamente pela referida disposição em aceitar as regras de funcionamento do campo acadêmico-científico) e b) ter conferido maior atenção à dimensão ontológica do pensamento marxiano e, por consequência, seu *estatuto emancipatório* (*emancipação humana* e não apenas política) da classe trabalhadora. Porém, na contramão deste horizonte, um texto de considerável importância para o marxismo acadêmico brasileiro, como *Empresário Industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, ao contrário, além de indicar o *tradicionalismo do setor empresarial* como uma das causas do fracasso desenvolvimentista autônomo brasileiro – o que sugere que o ex-sociólogo não era totalmente crítico aos pressupostos das teorias da modernização –, enfatiza a fragilidade da *consciência de classe do operário*, negando-lhe, inclusive, a possibilidade de formular um projeto para si próprio e para o país (ideia que está por trás da noção de *populismo*).

5) Observada em seu conjunto, a história do marxismo no Brasil, como em vários outros contextos nacionais, revela, desta forma, um aparente paradoxo. O nível de complexidade teórica a que chegara as formulações de algumas escolas parece ter sido inversamente proporcional à sua capitalização política. Nos momentos em que o debate foi menos intelectualizado, o marxismo foi socialmente mais capitalizado, isto é, encontrava nos movimentos de massa sua expressão prática genuína – se consideramos a *práxis social* como um dos elementos fundamentais do legado marxiano, obviamente.

E mais. A tendência à intelectualização pareceu trazer consigo a fragmentação ideológica, criando, por assim dizer, uma atmosfera propícia à proliferação de correntes alternativas, divergentes e até inimigas e antagônicas no interior de um mesmo campo, ao passo que, nos contextos onde ainda vigorava o pendor "pragmático" capilarizado, sobressaía o princípio de uniformidade da ação, recolocando o problema, já bastante explorado por Perry Anderson (2004), sobre o equacionamento das dimensões da *teoria* e da *prática* entre os continuadores de Marx.

Se quisermos, é mesmo possível remontar à *XI Tese sobre Feuerbach*. Ora se até hoje os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras, sendo que o que importa, de fato, é transformá-lo, a transfiguração do marxismo em fenômeno acadêmico inverte os polos da relação, subvertendo o conceito de *práxis*. Não é uma questão de simples purismo, mas uma inquietação que denota a necessidade de se avaliar com maior cuidado os efeitos da intelectualização e academicização do marxismo sobre a sua própria situação de crise entre os

anos 1960 e 1980, no contexto de avanço dos irracionalismos pós-modernos, para usar um termo caro à filosofia de inspiração lukacsiana, nas modernas ciências sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Artigos

ANTUNES, Ricardo (1995). "Os comunistas no Brasil: as repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a Primeira Inflexão Stalinista no Partido Comunista do Brasil (PCB)". Campinas: *Cadernos do AEL*, vol. 1, n. 2, pp. 12-34.

ARANTES, Paulo Eduardo (1983). "Um capítulo brasileiro do marxismo ocidental". In: *Folhetim, Folha de São Paulo*, 19 de junho, pp. 1-3. Disponível em: http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1983/06/19/348/

_____ (1989). "Falsa consciência como força produtiva. Nota sobre marxismo e filosofia no Brasil". In: *Lua Nova. Revista de Cultura Política*. São Paulo, novembro, n. 19, pp. 37-46.

_____ (2007). "Origens do marxismo filosófico no Brasil: José Arthur Giannotti nos anos 1960". In: MORAES, João Quartim (org, 2007). *História do marxismo no Brasil, vol. 2*, pp. 127-186.

ARIAS, Santiane (2005). "A revista *Estudos Sociais* e a experiência de um 'marxismo criador': crise da doutrina e a busca por um pensamento autônomo entre a intelectualidade pecebista". *SBS – XII Congresso Brasileiro de Sociologia*. Belo Horizonte. Disponível em:

http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Uf4CEEblZlwJ:www.sbsociologia.com.br/portal/index.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D373%26Itemid%3D170+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br

BARIANI, Edison (2006). "Padrão e Salvação: o debate Florestan Fernandes X Guerreiro Ramos". In: Cronos, Natal, v. 7, n. 1, pp. 151-160.

CANDIDO, Antonio (1984). "A Revolução de 1930 e a cultura". In: *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, vo. 2, n. 4, pp. 27-36.

CHASIN, José (1999). "Ad Hominem. Rota e perspectiva de um projeto marxista". In: *Ensaios Ad Hominem*, Tomo I: Marxismo. Santo André: Ad Hominem.

COUTINHO, Carlos Nelson (2005). “Gramsci e o Sul do mundo: entre Oriente e Ocidente”. In: Margem Esquerda. São Paulo, n. 5, sem paginação.

COSTA PINTO, João Alberto da (2007). “Caio Prado Júnior: a derrota do marxismo no Brasil”. *Espaço Acadêmico*. Maringá, n. 70, março, Ano VI.

DUARTE, Adriano Luiz (2008). “‘em busca de um lugar no mundo: movimentos sociais e política na cidade de São Paulo nas décadas de 1940 e 50”. Rio de Janeiro: *Estudos Históricos*, vo. 21, n. 42.

LACORTE, Rocco (2014). “Sobre alguns aspectos da tradutibilidade nos Cadernos do cárcere de Antonio Gramsci e algumas de suas implicações”. Educação e Filosofia. Uberlândia, v. 28, n. 55, pp. 58-98.

LOSURDO, Domenico (2011). “Como nasceu e como morreu o ‘marxismo ocidental’”. In: *Estudos de Sociologia*. Araraquara: vol. 16, n. 30.

LÖWY, Michael (2001). “O sonho naufragado: a Revolução de Outubro e a questão nacional” In: *Lutas Sociais*. São Paulo, n. 7, pp. 131-141.

MARX, Karl (1980). “Extracto de uma comunicación confidencial”. Disponível em:

https://www.marxists.org/espanol/m-e/1870s/educ70s.htm

_____(s/d). “O domínio britânico na Índia”. In: _____ (s/d). *Karl Marx & Friedrich Engels. Obras escolhidas*. São Paulo, Alfa-Ômega, pp. 286-291.

MENDONÇA, Cristina Diniz (1988). “Sartre: a conferência de Araraquara”. *Trans/Form/Ação*. São Paulo, 11, 45-52.

MUSSE, Ricardo (2008). “O legado de Marx no Brasil”. In: *Estudos Avançados*. São Paulo, vol. 22, n. 63, pp. 327-333.

_____ (2015) “As aventuras do marxismo no Brasil”. In: *Cadernos do CRH*. Salvador, vol. 28, n. 74, pp. 409-425.

OLIVEIRA FILHO, José Jeremias (1996). “Reflexões metodológicas em Florestan Fernandes”. In: *Revista USP*. São Paulo, 29, pp. 82-85.

RIDENTI, Marcelo (2001). “Intelectuais e romantismo revolucionário”. *São Paulo em Perspectiva*. 15 (2).

SECCO, Lincoln (2009) “Tradução do marxismo”. *Mouro: Revista Marxista*. São Paulo, vol. 2, pp. 7-24.

SILVA, Raquel Oliveira (2011). “Comitês Democráticos e Populares: a interação entre comunistas e a ‘plebe’ em Salvador”. São Paulo*: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. ANPUH*. Disponível em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312491264_ARQUIVO_ArtigorevisadoparaAnpuh2011.pdf

VARGAS, Nilton (1985). “Gênese e difusão do taylorismo no Brasil.” São Paulo, *Revista de Ciências Sociais Hoje* (ANPOCS), pp. 155-187.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez (1988). “El marxismo em América Latina (conferência)”. Puebla. *Dialéctica – Revista da Escuela de Filosofía y Letras de la Universidad Autónoma de Puebla*, n. 19, pp. 10-28.

VILLAS-BÔAS, Gláucia (2002) “os portadores da síntese: sobre a recepção de Karl Mannheim”. *Cadernos do CERU*. São Paulo, série 2, n. 13.

Livros e capítulos de livros

ADORNO, Theodor (2009). “Dialética Negativa: conceito e categorias”. IN: _____ *Dialética Negativa*. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 117-176.

AMADEO, Javier (2015). *Notas sobre o marxismo. A tradição ocidental*. São Paulo: Expressão Popular.

ANDERSON, Perry (2004). *Considerações sobre o materialismo histórico / Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo.

ARICÓ, José (2009). *Marx y América Latina*. Buenos Aires/México (DF): Fondo de Cultura Económica.

BAMBIRRA, Vânia (2013/1974). *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular/IELA.

BASTOS, et. al. (2006). *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: 34.

BATALHA, Cláudio (1995). "Difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX". In: MOARES, Quartim (1995). *História do marxismo no Brasil, vol. 2. Os influxos teóricos*. Campinas: Unicamp, pp. 9-41.

BIANCHI, Álvaro (2005). "Lukács, Gramsci e a crítica ao 'Ensaio popular' de Bukharin". In: *Universidade e Sociedade,* DF, ano XIII, n. 30, junho, pp. 182-187.

_____ (2010). "O marxismo fora de lugar". *Política & Sociedade*. Vol. 9, n. 16, abril, pp. 177-203.

_____ (2005). "Lukács, Gramsci e a crítica ao 'Ensaio popular' de Bukharin". *Universidade e Sociedade*. DF, ano XIII, n. 30, junho, pp. 182-187.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (2012). *Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto.

BRAGA, Ruy (2008). "Introdução". In: GRAMSCI, Antonio (2008). Americanismo e Fordismo. São Paulo: Hedra, pp. 9-26.

BRANDÃO, Octávio (1926/2006). *Agrarismo e industrialismo. Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*. São Paulo: Anita Garibaldi.

BUKHARIN, Nicolai (1970). *Tratado de materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Lahemert.

BOSI, Alfredo (1992) "A arqueologia do Estado-providência" In: _____ *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, pp. 273-307.

CANALE, Dario (2013). *O surgimento da Seção Brasileira da Internacional Comunista*. São Paulo: Anita Garibaldi / Fundação Maurício Grabois.

CANDIDO, Antonio (2010) "Literatura e cultura de 1900 a 1945" In: _____ *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro. Ouro Sobre Azul, pp. 117-145.

_____ (2011). *Os parceiros do Rio Bonito*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul.

CANO, Wilson (1977/2007). *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp.

CARDOSO, Fernando Henrique (2003). "Introdução". In: _____ *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, pp. 27-53.

_____ (1963) *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Tese de Livre-Docência. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP).

CARDOSO, Irene (1982). *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Cortez.

CHAUÍ, Marilena. *O que é Ideologia*. São Paulo: Brasiliense (coleção Primeiros Passos), 1980.

COGGIOLA, Osvaldo (2009). *As grandes depressões (1973-1896 e 1929-1939): fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente*. São Paulo: Alameda.

COUTINHO, Carlos Nelson (1989). *Gramsci. Um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus.

_____ (2007) "O Gramsci no Brasil. Recepção e usos". In: MORAES, João Quartim de (2007). *História do Marxismo no Brasil. Vol. 3. Teorias e Interpretações.* Campinas: Unicamp, pp. 151-193.

_____ (2009). "Derrota e revanche da dialética". In: KONDER, Leandro. *A derrota da dialética. A recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30*. São Paulo: Expressão Popular, pp. 7-16.

CUNHA, Euclides (2011/1902). *Os sertões*. São Paulo: Nova Fronteira.

CUNHA, Luiz Antônio (2007). "O ensino superior na Era Vargas". In: _____ *A universidade temporã*. São Paulo: Unesp.

DECCA, Edgard de (1981). *1930. O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense.

DEL ROIO, Marcos (1990). *A classe operária na revolução burguesa*. Belo Horizonte: Oficina de Livros.

_____ (2007). “O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil”. In: MORAES, João Quartim & REIS, Daniel Aarão (2007) *História do marxismo no Brasil*. *O impacto das revoluções*. Campinas: Unicamp, 51-107.

FERNANDES, Florestan (1967/1959). *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: Companhia Editoria Nacional.

_____ “Do Escravo ao Cidadão”. In: _____& BASTIDE, Roger (2008/1955). *Brancos e negros em São Paulo*. São Paulo: Global.

FREDERICO, Celso (2007). “A política cultural dos comunistas”. In: MORAES, João Quartim (2007). *História do marxismo no Brasil., vol. 3*. Campinas: Unicamp.

GARCIA, Sylvia (2002). “Na Faculdade de Filosofia”. In: _____ *Destino ímpar. Sobre a formação de Florestan Fernandes*.

GERMANI, GINO (1962). *Política y sociedad en una época de transición*. Buenos Aires: Paidós.

GORENDER, Jacob (2014). *Combate nas trevas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo / Expressão Popular.

GRAMSCI, Antonio (2008) *Americanismo e Fordismo*. São Paulo: Hedra.

_____ (1999). *Cadernos do Cárcere, vol. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____ (2007). *Cadernos do Cárcere, vol. 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____ (2004) *Escritos políticos, vol. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GUIMARÃES, Alberto Passos (1963/1989). *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HILFERDING, Rudolf (1985). *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural.

HIRANO, Sedi (2008). *Formação do Brasil colonial: pré-capitalismo e capitalismo*. São Paulo: Edusp.

HOSBAWM, Eric (2005). *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

IANNI, Octavio (1962) “Introdução”. In: _____ *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difel.

_____(1965) *Estado e capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____ (1984). *O ciclo da revolução burguesa*. Petrópolis: Vozes.

JACKSON, Luiz Carlos (2001) “A tradição esquecida. Estudo sobre a sociologia de Antonio Candido”. In: *RBCS*. São Paulo, vol. 16, n. 47, pp. 127-140.

_____ & BLANCO, Alejandro (2014). “Introdução” e “A batalha dos gêneros”. In: _____ *Sociologia no espelho. Ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina (1930-1970)*. São Paulo: 34.

JAY, Martin (2008). *A imaginação dialética*. Rio de Janeiro: Contraponto.

_____ (1984). *Marxism and totality: the adventures of a compact from Lukács to Habermas*. Berkeley and Los Angeles: California University Press.

KAUTSKY, Karl (1975). *Socialism and colonial policy*. Workers Liberty. Disponível em: http://www.workersliberty.org/files/kautsky_colonial.pdf

KOHAN, Nestor (2008). *De Ingenieros al Che. Ensayos sobre el marxismo argentino y latino-americano*. La Habana: Instituto Cubano de Investigación Cultural Juan Marinello (ICIC-JM).

KONDER, Leandro (2009). *A derrota da dialética. Sobre a recepção das ideias de Marx no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular.

KORSCH, Karl (2008). *Marxismo e filosofia*. Rio de Janeiro: UFRJ.

LACORTE, Rocco (2010). “Translability, Lenguage and Freedom in Gramsci’s prison notebooks”. In: IVES, Peter & _____. *Gramsci, Language and Translation.* Lanhan, Boulder, New York, Toronto, Plymouth: Lexington Books, pp. 213-225.

LAHUERTA, Milton (2014). *Elitismo, Autonomia, Populismo. Os intelectuais na transição dos anos 1940.* São Paulo: Andreato/Ministério da Cultura.

_____ (1999) *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. Tese de Doutoramento. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

LAMBERT, Jacques (1959). *Os dois Brasis*. Rio de Janeiro: MEC/INEP.

LENIN, Vladimir (2011). *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Rio de Janeiro: UFRJ.

_____ (2012). *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular.

LÉVI-STRAUSS, Claude (1999). *Tristes trópicos*. São Paulo: Cia das Letras.

LÖWY, Michael (1999). *O marxismo na América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Perseu Abramo.

_____ & SAYRE, Robert (2015). *Revolta e melancolia. O romantismo na contracorrente da modernidade*. São Paulo: Boitempo.

LUKÁCS, Georg (2003). *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes.

_____ (1989) "Tecnologia e relações sociais". In: BERTELLI, Antonio – org. (1989) *Bukharin, teórico marxista*. Belo Horizonte, Oficina de Livros.

LUZ, Nícia Vilela (1960/2004). *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega.

MANNHEIM, Karl (1986). *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Guanabara.

MARINI, Ruy Mauro (2011/1973). "Dialética da dependência" In: STEDILE, João Pedro & TRASPADINI, Roberta (2011). *Ruy Mauro Marini. Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, pp. 31-72.

MARTINS, José de Souza (2013). *A sociologia como aventura*. São Paulo: Contexto.

MARX, Karl (2007). *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo.

_____ (2009). *Bolívar y Ponte*. Buenos Aires / México (DF): Fondo de Cultura Económica, pp. 229-249.

_____ (2010). "Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução". In: _____ Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, pp 145-157.

_____ (2014). *O Capital, Livro II*. São Paulo: Boitempo.

_____ (1986). *O Capital, Livro II*. São Paulo: Nova Cultural.

_____ (1986). *O Capital, Livro III*. São Paulo: Nova Cultural.

_____ (2013) "Carta à Vera Zasulitch". In: _____ & Engels, Friedrich (2013). *Luta de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, p. 114.

_____ (1980). *Materiales para la história de América Latina*. Córdoba: Pasado y Presente.

MELLO, João Manuel Cardoso (1982/2009). *O capitalismo tardio*. São Paulo/Campinas: Unesp/Facamp.

MENDES, Claudinei Magno Magre (2008). *Política e história em Caio Prado Júnior*. São Luís: UEMA.

MERQUIOR, José Guilherme (1987). *O marxismo ocidental*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

MÉSZÁROS, István (2000). "Política radical e transição ao socialismo" IN: _____ (2000) *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, pp. 1063-1078.

_____ (2004). "Introdução". In: _____ (2004). *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, pp. 57-117.

MICELI, Sérgio (1979). *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel.

_____ (1989) "Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil". In: MICELI (org.) História das ciências sociais no Brasil. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais/Idesp, pp. 72-110.

MORAES, João Quartim (2003). "A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro". In _____ & REIS, Daniel Aarão (2003). *História do marxismo no Brasil vol. 1. O impacto das revoluções*. Campinas: Unicamp, pp. 109-160.

MORAES FILHO, Evaristo (2007). "A proto-história do marxismo no Brasil". In: MORAES, João Quartim & REIS, Daniel Aarão. (2003). *História do marxismo no Brasil vol. 1. O impacto das revoluções*. Campinas: Unicamp, pp. 11-49.

MUSSE, Ricardo (1997). *De Socialismo Científico à Teoria Crítica. Modificações na autocompreessão do marxismo entre 1878 e 1937*. São Paulo: Tese de Doutoramento. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

NETTO, José Paulo (1981). *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Ciências Humanas.

_____ (1985). *O que é marxismo*. São Paulo: Brasiliense.

_____ (2008). "Apresentação". In: KORSCH, Karl. *Marxismo e filosofia*. Rio de Janeiro: UFRJ, pp. 7-22.

OURIQUES, Nildo Domingos (2015). *O colapso do figurino francês. Crítica às ciências sociais no Brasil*. Florianopolis: Insular.

PANTSOV, Alexander (2000). *The Bolcheviks and de Chinese Revolution*. 1919-1927. London & New York: Routledge. Taylor and Francis Group.

PÉCAUT, Daniel (1990). *Os Intelectuais e a política no Brasil*. *Entre o povo e nação.* São Paulo: Ática.

PEIXOTO, Fernanda (2000). "Introdução". In: _____ *Diálogos brasileiros. Uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo: Edusp/Fapesp.

PEREIRA, Astrojildo (2012). *Formação do PCB. 1922-1928*. São Paulo: Anita Garibaldi/Fundação Maurício Grabois.

PEREIRA, Luiz (1965). *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel.

PORTANTIERO, Juan Carlos (1989). "O marxismo latino-americano". In: HOBSBAWM, Eric e al. (1989). *História do marxismo. Vol. 11. O marxismo hoje (primeira parte)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PRADO JÚNIOR, Caio (2012 / 1933). *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras.

_____ *Formação do Brasil Contemporâneo* (2011/1942). São Paulo: Cia das Letras.

_____ *História Econômica do Brasil* (2010/1945). São Paulo: Brasiliense.

RANGEL, Ignácio. (2012/1956) "Dualidade básica da economia brasileira". In: _____ (2012) *Obras completas*. Rio de Janeiro: Contraponto, pp. 285-353.

RICUPERO, Bernardo (2000). *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: 34.

RIDENTI, Marcelo (2000). *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv*. Rio de Janeiro: Record.

RODRIGUES, Leôncio Martins (1979). "Preobrajensky e a 'Nova Econômica'". In: PREOBRAJENSKY, Eugênio (1979). *A Nova Econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ROMÃO, Wagner (2006). *Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do CESIT*. São Paulo: Humanitas.

RUBIM, Antônio Albino Canelas (2007). "Marxismo, Cultura e Intelectuais no Brasil". IN: MAORAES, João Quartim (org.). *História do Marxismo no Brasil. Vol. 3. Teorias e Interpretações.* Campinas: Unicamp, pp. 373-469.

SANTOS, Boaventura Sousa (1999) "Da ideia de universidade à universidade de ideias". In: _____ *Pela mão de Alice: o social e político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, pp. 163-202.

SANTOS, Theotônio (1968). *El nuevo carácter de la dependencia*. Santiago: CESO.

SECCO, Lincoln (2008). *Caio Prado Júnior. O sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo.

SILVA, Luiz Fernando (2003). *Pensamento Social Brasileiro. Marxismo acadêmico entre 1960 e 1980*. São Paulo: Corações & Mentes.

SILVA, Sérgio Salomé (1976/1986). *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.* São Paulo: Alfa-Ômega.

SINGER, Paul (1968). D*esenvolvimento econômico e evolução urbana.* São Paulo: Companhia Editora Nacioanl/Eduap.

SODRÉ, Nelson Werneck (1985). *História e materialismo histórico no Brasil*. São Paulo. Global.

_____ (2002/1962). *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Graphia.

THERBORN, Göran (2012). *Do marxismo ao pós-marxismo*. São Paulo: Boitempo.

VILLAS-BÔAS, Gláucia (2006) “Imagens do futuro e tempos modernos: Fazer ciência, fazer história (Guerreiro Ramos, Florestan Fernandes e Costa Pinto). Uma geração de ‘mannheimianos’”. In: _____ *Mudança provocada*. Rio de Janeiro, FGV.

WEBER, Max (2012). *Economia e sociedade, vol. 1*. Brasília: UnB.

WERNECK VIANNA, Luiz (1997). *A revolução passiva*. Rio de Janeiro: Revan.

ZAIDAN, Michel. (1985). *PCB (1922-1929). Na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global.

_____ (1989). *Comunistas em céu aberto (1922-1930).* Belo Horizonte: Oficina de Livros.

Fontes documentais

Los Cuatro Primeros Congresos de la Internacional Comunista – Primera Parte (1973). Buenos Aires: Pasado y Presente.

Los Cuatro Primeros Congresos de la Internacional Comunista – Segunda Parte (1973). Buenos Aires: Pasado y Presente

V Congreso de la Internacional Comunista. Informes – Primera Parte (1975). Buenos Aires: Pasado y Presente.

V Congreso de la Internacional Comunista. Informes – Segunda Parte (1975). Buenos Aires: Pasado y Presente.

VI Congreso de la Internacional Comunista. Tesis, manifiestos y resoluciones – Primera Parte (1977). Buenos Aires: Pasado y Presente.

VI Congreso de la Internacional Comunista. Tesis, manifiestos y resoluciones – Segunda Parte (1978). Buenos Aires: Pasado y Presente.

El movimiento revolucionario latino americano. Versiones de la primera conferencia comunista latinoamericana (1929). Buenos Aires: La Correspondencia Suramericana.

PCB (1958). “Declaração sobre a política do PCB (Março de 1958)”. In: CARONE, Edgard (org., 1982). *O PCB, vol. II*. São Paulo: Difel.

_____(2014) “Resoluções do II Congresso do PCB (1925). Disponível em:

https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=119:resolucoes-do-2o-congresso-do-pcb-realizado-em-1925&catid=1:historia-do-pcb

_____ (2014) “Resoluções do III Congresso do PCB (1929): Disponível em:

https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=127:resolucoes-do-3o-congresso-do-pcb&catid=1:historia-do-pcb

Demais tipos de fontes

CANDIDO, Antonio (2011). “O socialismo é uma doutrina triunfante” (depoimento ao de Antonio Candido à jornalista Joana Tavares. IN: Brasil de Fato, Edição 435, 8 de agosto. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/node/6819/

_____ “Entrevista” (2012). In: PRADO JÚNIOR, Caio (2012). Evolução política do Brasil e outros estudos. São Paulo: Cia das Letras.

CARDOSO, Fernando Henrique (2006). “Fernando Henrique Cardoso” (entrevista concedida à Elide Rugai Bastos). In: BASTOS, Elide Rugai *et. al*. *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: 34, pp. 67-94.

ENGELS, Friedrich (1982). “*Carta a Karl Kaustky, setembro de 1882”*. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marx/1882/09/12.htm

FERNANDES, Florestan (2006). “Florestan Fernandes” (entrevista concedida à Elide Rugai Bastos). In: BASTOS, Elide Rugai *et. al*. *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: 34, pp. 13-48.

HIRANO, Sedi. (2014) Entrevista concedida em 17 de fevereiro de 2015.

IANNI, Octavio (2005) “Octavio Ianni” (entrevista concedida à Elide Rugai Bastos). In: BASTOS, Elide Rugai *et. al*. *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: 34, pp. 49-66.

KAUTSKY, Karl (1975). “Carta a Friedrich Engels, maio de 1882”. In: _____ *Socialism and colonial policy*. Workers Liberty.

PRADO JÚNIOR, Caio (1933). *Carta a Lívio Xavier, setembro de 1933*. Disponível em: http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/09/Carta-para-Livio-Xavier-20-09-19332.pdf

_____ (1942) *Carta a Nelson Werneck Sodré, dezembro de 1942*. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1346647.pdf

RODRIGUES, Leôncio Martins (2014). Entrevista concedida em 7 de agosto de 2014

WEFFORT, Francisco (2014). Entrevista concedida em 22 de outubro de 2014.

XAVIER, Lívio. (1933) “Evolução Política do Brasil (resenha crítica)”. In: *Diário da Noite (Bibliographia)*, 19 de setembro.